

DIREITO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT

REITOR

Jouberto Uchôa de Mendonça

VICE-REITOR

Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior

DIRETOR ACADÊMICO

Marcos Wandir Nery Lobão

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Ronaldo Nunes Linhares

PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Felipe Lima Silva

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Ronaldo Nunes Linhares

Avenida Murilo Dantas, 300, Bairro: Farolândia

CEP: 49032-490 – Aracaju – Sergipe

www.unit.br

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
1.1 Construção, Implantação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso	11
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIVERSIDADE TIRADENTES	12
2.1 Histórico da Instituição	12
2.1.1 Campi, Infraestrutura e Cursos	14
2.2 Missão, Valores e Objetivos da UNIT	17
2.3 Organograma da Instituição	18
2.4 Estrutura Acadêmica e Administrativa	19
3. ASPECTOS FÍSICOS, DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS DE SERGIPE	20
3.1 Aspectos Demográficos	20
3.2 Aspectos Educacionais	21
3.3 O Município de Estância	22
3.3.1 Dados Demográficos	23
3.3.2 Educação	23
3.4 A UNIT frente ao desenvolvimento do Estado e da Região	24
3.5 Políticas institucionais no âmbito do curso	25
3.6 Políticas de Ensino	26
3.7 Políticas de Pesquisa	26
3.8 Políticas de Extensão	28
4. DADOS DO CURSO	30
4.1. Instituição Mantida	31
4.2 Dados de Identificação do Curso	31
4.3 Dimensão das turmas:	32
	3

4.4	Legislação e Normas que regem o Curso	32
4.5	Formas de acesso ao Curso	33
5.	DADOS CONCEITUAIS DO CURSO	33
5.1	Contextualização e justificativa da oferta do curso	33
5.2	Bases Formativas e Pedagógicas do Curso de Direito	37
5.2.1	Dimensão on-line	39
5.2.2	Dimensão presencial	40
5.3	Configuração da Hibridização no Curso de Direito	41
5.4	Objetivos do Curso	44
5.4.1	Objetivo Geral	44
5.4.2	Objetivos Específicos	44
5.5	Perfil Profissional	45
5.6	Campo de Atuação	47
6.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLÓGICA DO CURSO	48
6.1	Procedimentos Metodológicos Adotados	50
6.2	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	51
6.2.1	Acessibilidade do AVA	58
6.2.2	Conteúdos Didáticos Digitais	59
6.2.3	Acessibilidade das UAs	64
6.3	Outras características da estrutura curricular	65
6.3.1	Acessibilidade Metodológica	65
6.3.2	Flexibilização na Estrutura Curricular	66
6.3.3	Interdisciplinaridade na Estrutura Curricular	67
6.3.4	Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	68
6.3.5	Educação Ambiental	68
6.3.6.	Educação em Direitos Humanos	69
6.4	Estrutura Curricular - Código de Acervo Acadêmico 122.1	70

6.5 Eixos Interligados de Formação (DCNs)	78
6.6 Eixos Estruturantes de Ensino (PPI)	80
6.7 Eixo de Fenômenos e Processos Básicos (PPI)	80
6.8 Eixo de Formação Específica (PPI)	81
6.9 Eixo de Práticas de Pesquisa e Extensão (PPI)	81
6.10 Eixo de Práticas Profissionais (PPI)	81
6.11 Eixo de Formação Complementar	81
6.12 Temas Transversais	82
6.13 Atividades Complementares	84
6.14 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão/Núcleo de Pesquisa e Geradores de Extensão	86
6.16 Interação Teoria e Prática Princípios e Orientações das Práticas Pedagógicas	94
6.17 Estágio Curricular Supervisionado	97
6.18 Núcleo de Práticas Jurídicas	99
6.19 Estágio Supervisionado Extracurricular	101
6.20 Das Práticas de Extensão	102
6.21 Trabalho de Conclusão de Curso	103
6.22.1 Procedimentos e acompanhamento dos processos de avaliação de ensino e aprendizagem 105	
6.22.2 Avaliação do processo ensino/aprendizagem	105
6.22.4 Articulação da Auto Avaliação do curso com a Auto Avaliação Institucional	108
6.22.5 ENADE	109
6.23 Participação do corpo docente e discente no processo pedagógico	110
6.24 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	112
6.25 Colegiado do Curso	114
7. CORPO SOCIAL (CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO)	116
7.1 Corpo Docente	116
7.2 Atividades de tutoria	121

7.3 Ações pedagógicas do corpo de tutores em educação a distância	123
7.4 Interação entre tutores (presenciais e a distância), docentes e coordenação de curso	124
7.5 Titulação e formação do corpo de tutores do curso	124
7.6 Equipe Multidisciplinar	126
7.7 Administração Acadêmica do Curso	127
7.7.1 Corpo Técnico - Administrativo e Pedagógico	127
8. FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E REFLEXÃO	128
8.1 APOIO AO DISCENTE	131
8.2 Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS	132
8.3 Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente	133
8.4 Monitoria	134
8.5 Mentoria	135
8.6 Internacionalização	135
8.7 Unit Carreiras	136
8.8 Programa de Bolsas	137
8.9 Ouvidoria	138
8.10 Acompanhamento dos Egressos	139
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	139
9.1 Sistema Magister	140
9.2 Sistema Protocolo	140
9.3 Google for Education	140
9.4 Brightspace da D2L – AVA	141
9.5 Fale Conosco no AVA	141
9.6 Central de Ajuda no AVA	142
9.7 Sambatech	143
9.8 Sistema de Gestão de Provas	144

9.9 Dreamshaper	146
9.10 Catálogo Sagah	146
9.11 Biblioteca Virtual	147
9.12 Bonsae	147
10. CONTEÚDOS CURRICULARES	148
10.1 Adequação e Atualização	148
10.2 Dimensionamento da carga horária das disciplinas	149
10.3 Adequação e atualização das ementas e planos de ensino	149
10.4 Adequação, atualização e relevância da bibliografia	149
10.5 Bibliografia Básica	150
10.6 Bibliografia Complementar	151
10.7 Periódicos especializados	151
11. INSTALAÇÕES DO CURSO	152
11.1 Instalações Gerais	152
11.2 Instalações Administrativas	152
11.2.1 Auditórios	154
11.2.2 Instalações para Docentes	154
11.2.4 Salas de Aulas, Laboratórios e Espaços de Aprendizagem	155
11.2.6 Laboratórios de Informática	157
11.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	158
11.5 Núcleo de Práticas Jurídicas	158
11.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços	159
11.7 Condições de conservação das instalações	159
11.8 Manutenção e Conservação dos Equipamentos	159
12. BIBLIOTECA	160
12.1 Instalações da Biblioteca	160

12.2 Instalações e mobílias para estudos individuais e/ou grupos	163
12.3 Acessibilidade Informacional – Biblioteca Inclusiva	164
12.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo	165
12.5 A Expansão e Consulta ao Acervo	165
12.6 Política de Atualização e Desenvolvimento de Acervo	166
12.7 Programa de Atendimento ao Usuário - Serviços	167
12.8 Horário de funcionamento das Bibliotecas	167
12.9 Pessoal técnico e administrativo	167
12.10 Outros Serviços da Biblioteca	168
12.11 Indexação	169
13. PLANOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	170
13.1 1º PERÍODO	172
13.2 2º PERÍODO	192
13.3 3º PERÍODO	218
13.4 4º PERÍODO	243
13.5 5º PERÍODO	268
13.6 6º PERÍODO	290
11.7 7º PERÍODO	312
13.8 8º PERÍODO	338
13.9 9º PERÍODO	357
13.10 10º PERÍODO	369
13.11 OPTATIVAS I	388
13.12 OPTATIVAS II	426
13.13 OPTATIVA III	460

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Universidade Tiradentes	19
Figura 2 – Ilustração do modelo blended	37
Figura 3 – Resumo de ferramentas disponíveis no AVA (Brightspace da D2L) utilizado pela UNIT.	52
Figura 4 - Tela inicial de uma disciplina no AVA	53
Figura 5 - Requisitos da premiação sobre Acessibilidade ao AVA da D2L	59
Figura 6 – Tela de exemplo da trilha de aprendizagem de uma Unidade de Aprendizagem.	62
Figura 7 – Exemplo de UA com legendas da Dica do Professor habilitada	64
Figura 8 – Exemplo visualização do app hand talk ativo para interpretação em libras	64
Figura 9 – Exemplo de UA com alto contraste preto	65
Figura 10 – Exemplo de UA com fonte espaçada	65
Figura 11 – Imagem de acesso às categorias de interação no Fale Conosco	138
Figura 12 – Categorias disponíveis de tutoriais na Central de Ajuda.	139
Figura 13 – Painel de upload de vídeos no Sambatech	140
Figura 14 – Imagem com a ferramenta de reconhecimento facial habilitada (visão aluno)	141
Figura 15 – Dashboard da Starline sobre os resultados da Avaliação Presencial	141
Figura 16 – Modelo de trilha de aprendizagem do Dreamshaper	142
Figura 17 – Página inicial do Catálogo Sagah	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Momento Presencial em um Curso Híbrido	39
Quadro 2 -	Mapa de recursos e estratégias didáticas da dimensão on-line, de acordo com a Taxonomia de Bloom	39
Quadro 3 -	Mapa de recursos e estratégias didáticas da dimensão presencial, de acordo com a Taxonomia de Bloom	40
Quadro 4 -	Composição do NDE do curso de Direito Estância	114
Quadro 5 -	Composição do Colegiado do curso de Direito Estância	116
Quadro 6 -	Corpo Docente do curso de Direito Estância	118
Quadro 7 -	Titulação do Corpo Docente do curso de Direito Estância	120
Quadro 8 -	Regime de trabalho do Corpo Docente do curso de Direito Estância	121
Quadro 9 -	Corpo de Tutores do curso de Direito Estância	125
Quadro 10 -	Composição da Gestão Acadêmica do curso de Direito Estância	128
Quadro 11 -	Distribuição das áreas dos campi	152
Quadro 12 -	Instalações Administrativas – Campus Estância	153
Quadro 13 -	Instalações Administrativas – Campus Farolândia	155
Quadro 14 -	Quadro Geral de Salas de Aula e Espaços Didáticos-pedagógicos	156
Quadro 15 -	Distribuição da área física construída da Biblioteca Central	160
Quadro 16 -	Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial I	162
Quadro 17 -	Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial II	162
Quadro 18 -	Distribuição da área física construída da biblioteca Setorial III.	162
Quadro 19 -	Distribuição da área física construída da biblioteca Setorial IV.	163
Quadro 20 -	Distribuição das instalações e mobílias para estudos	163
Quadro 21 -	Horário de funcionamento das bibliotecas	167

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Construção, Implantação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um importante instrumento que reflete a identidade do curso, explicita a sua concepção e define os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa; os princípios educacionais, vetores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem e as características necessárias para o cumprimento dos seus propósitos e intencionalidades.

Este PPC é resultante da participação do corpo docente do curso, representado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), e encontra-se articulado às bases legais, cujo entendimento está pautado na concepção de formação profissional que favorece o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício jurídico nos dias atuais, como a capacidade de observação, criticidade e questionamento, sintonizada à dinâmica da sociedade nas suas demandas locais, regionais e nacionais, além dos avanços científicos e tecnológicos.

Pautado nas premissas descritas e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Medicina (*RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018*), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e alinhado às necessidades socioeconômicas, políticas e educacionais da cidade de Estância e do Estado Sergipe, o presente PPC explicita o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais, tais como objetivos, perfil do egresso, metodologia, estrutura curricular, ementas, bibliografia, sistema de avaliação, estrutura física a ser utilizada pelo curso, dentre outros aspectos. Neste documento, são contemplados os critérios indispensáveis à formação de um egresso dotado das competências e habilidades essenciais para o exercício profissional, frente ao contexto socioeconômico-cultural e político da região e do país, considerando experiências de aprendizagem que promovam uma formação crítica, ética e reflexiva dentro dos mais distintos cenários de atuação.

Desse modo, este PPC apresenta um currículo que sistematiza teorias, reflexões e práticas acerca do processo de formação profissional, além de traduzir a filosofia organizacional e pedagógica da unidade acadêmica, suas diretrizes, as estratégias de seu desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazo.

As propostas conceitual e metodológica adotam como ponto de partida a noção de situação, entendida como um conjunto de cenários em que há a construção do perfil jurídico em formação, a partir da aprendizagem significativa, a qual está pautada na promoção do conhecimento e produção de sentidos. Tal proposta está em conformidade com os princípios da UNESCO, isto é, educar para fazer, aprender, sentir e ser. Além disso, busca-se a construção de uma visão da realidade na qual atuará o futuro profissional com o compromisso de transformar a realidade positivamente, baseadas em mudanças de atitude.

O processo pedagógico se afirma, portanto, à medida que se alinha a prática educativa à necessidade intrapsíquica de transformação pessoal para melhor atuar como profissional. Com essa configuração, pretende-se estabelecer a interlocução entre o pensar e o fazer, numa proposta de aprender fazendo e sentindo, comprometendo-se e realizando. Assim, há uma formulação de modelo que propicia ao discente a construção do conhecimento, aliando-se a fundamentação teórica à prática no contexto de ensino, a sua inserção na realidade pessoal e compartilhada e à possibilidade de investigação e pesquisa nos diversos campos do saber. Nesse contexto, o curso de Direito almeja atender a uma demanda que se torna mais significativa quando se observam os cenários descritos neste documento, e que expressam a realidade do estado e do município. Em vista disso, o curso de Direito da Universidade Tiradentes (UNIT), ofertado na cidade de Estância, oferece uma formação com qualidade acadêmica, relevância social, como pilares essenciais para a construção da cidadania.

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIVERSIDADE TIRADENTES

2.1 Histórico da Instituição

A Universidade Tiradentes (UNIT) é a primeira instituição de ensino superior particular criada em Sergipe. Sua história teve início em 1962, com a criação do Colégio Tiradentes, que se tornou faculdade em 1972, por meio do Decreto nº 70.818, de 11 de julho de 1972, e universidade em 1994, por meio da Portaria nº 1.274 do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no Diário Oficial da União nº 164.

Nome:	Universidade Tiradentes - Unit
Código da IES:	0398
Endereço:	Av. Murilo Dantas, nº 300, Bairro Farolândia.
Estado:	Sergipe
Município:	Aracaju
Caracterização da IES:	Instituição privada, com fins lucrativos, credenciada pela Portaria do MEC nº 1.274 de 25 de agosto de 1994.
Mantenedora:	Sociedade de Educação Tiradentes S/S LTDA, com sede na cidade de Aracaju à Avenida Murilo Dantas, n. 300, Bairro Farolândia.

Atualmente, a Universidade Tiradentes, possui cinco *campi* no estado: Centro e Farolândia (ambos em Aracaju), Itabaiana, Propriá e Estância. Além disso, conta com polos de educação a distância (EAD) em cinco estados do Nordeste, atuando, além de Sergipe, em Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A UNIT oferece mais de 62 cursos distintos de graduação (presenciais e a distância), mais de 30 cursos de especialização (presenciais e EAD) e seis Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (cinco mestrados e seis doutorados), sendo três com nota 6 (dois mestrados/doutorados e um doutorado em rede - Renorbio), dois com nota 5 (mestrado/doutorado) e um com nota 4 (mestrado/doutorado), atribuídas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A infraestrutura da UNIT conta com bibliotecas, laboratórios de alta tecnologia para cada área do ensino, anfiteatros, salas modernas e conectadas, auditórios, mini shopping, vila olímpica e teatro. O Complexo de Comunicação Social, os Núcleos de Práticas Jurídicas, o Complexo de Especialidades em Saúde Professora Amélia Uchôa, inaugurado em 2024, que integra atendimentos clínicos de Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Biomedicina, Nutrição e Farmácia compõem a estrutura de ensino e extensão universitária ofertada pela instituição para que os estudantes apliquem, na prática, o conhecimento adquirido em sala de aula.

A UNIT valoriza todas as áreas nas quais atua, realizando projetos extensionistas que são concretizados em práticas acadêmicas ao longo da formação do estudante. Essas práticas aproximam os alunos da comunidade local, enriquecendo sua formação profissional. A

extensão é uma das bases do tripé da educação superior, sendo responsável por contribuir para uma sociedade mais inclusiva.

A universidade possui diversas parcerias com órgãos dos governos estadual e municipal, além de empresas privadas e órgãos de fomento, como a Codevasf, a Fapitec, a Capes, o Sebrae e a Petrobras, demonstrando sua respeitabilidade e confiabilidade.

Atualmente, a Instituição, com 63 (sessenta e três) anos de existência, disponibiliza um extenso portfólio de cursos presenciais e EAD, nas áreas de Humanas e Sociais, Exatas e Biológicas e da Saúde, ministrados em quatro campi: Aracaju - capital (Centro/Farolândia) e interior do Estado de Sergipe: Estância, Itabaiana e Propriá.

Para atender ao contexto apresentado, a UNIT mantém um amplo quadro de colaboradores distribuídos em diversos departamentos e setores, além dos docentes; todos empenhados em promover um ensino de qualidade, prestar atendimento acadêmico aos discentes e manter em andamento os diversos projetos sociais, culturais e esportivos da Instituição, visando sempre o desenvolvimento regional.

2.1.1 Campi, Infraestrutura e Cursos

Campus Aracaju Centro – Localizado à rua Lagarto nº 264, Centro, CEP: 49010-390, telefax: (79) 3218-2100, Aracaju/SE; sua infraestrutura comporta a Biblioteca Setorial, Teatro Tiradentes e laboratórios de Informática de última geração. No campus Centro, encontram-se instalados também, um polo Unit EAD que oferece vários cursos de graduação, nas áreas de licenciatura e bacharelado, e o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do curso de Direito.

Campus Aracaju Farolândia - Localizado na Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, CEP 49032-490, telefax: (79) 3218-2100, Aracaju/SE, foi implantado em 1994; tem uma Vila Olímpica com quadras poliesportivas, pista de atletismo, campo de futebol, piscinas; laboratórios de informática; complexo laboratorial interdisciplinar para as áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e Tecnológicas. Nesse campus, ainda está localizado o Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP, integrante do seletivo grupo dos Institutos do Milênio/CNPq, que facilita o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia da Instituição, e o Innovation Center. Esse campus oferece também uma

Vila Olímpica com quadras poliesportivas, pista de atletismo, campo de futebol, piscinas, academia de ginástica, um mini shopping com restaurantes, lanchonetes, salão de beleza e agência bancária. No campus se encontra também um dos polos EAD.

A Universidade disponibiliza ainda o Complexo de Comunicação Social (CCS), onde se encontram os laboratórios para gravação e edição de atividades. Localizado no campus Aracaju - Farolândia, o CCS é uma estrutura laboratorial moderna que conta com estúdios de áudio, fotografia e televisão, laboratórios de rádio, redação, planejamento gráfico e criação, além de ilhas de edição (linear e não linear). O docente tem a oportunidade de gravar e editar vídeos para apresentação em eventos e projetos extensionistas e interdisciplinares, desenvolvidos em todos os períodos do curso e o Complexo de Especialidades em Saúde Professora Amélia Uchôa.

Em funcionamento há os seguintes cursos na modalidade presencial: Bacharelados em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, e Sistema de Informação; cursos tecnológicos em Gastronomia, Estética e Cosmética e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Na modalidade a distância, são ofertados os cursos de Administração, Gestão de Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Gestão Pública, Estética e Cosmética, Educação Física, Pedagogia, Gestão Comercial, Serviço Social e ainda o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Campus Estância – Localizado na travessa Tenente Eloy, s/nº CEP: 49200-000, telefax: (79) 3522-3030 e (79) 3522-1775, Estância/SE (a 68 km de Aracaju), foi implantado no segundo semestre de 1999. Dispõe de uma sede que privilegia uma ampla infraestrutura composta por: mini shopping com lojas de conveniência e lanchonetes, biblioteca setorial, laboratórios, amplas salas de aula e área de convivência. Oferece os cursos de Direito, Medicina e Enfermagem. Neste espaço funciona também um polo de Apoio Presencial para cursos na modalidade a distância.

Campus Itabaiana – Localizado na rua José Paulo Santana, 1.254, bairro Sítio Porto, CEP: 49500-000, telefax: (79) 3431-5050, Itabaiana/SE (a 57 km de Aracaju), foi implantado em 25 de fevereiro 2002. Tem uma sede constituída por uma ampla infraestrutura composta por: mini shopping com lojas de conveniência e lanchonetes, biblioteca setorial, laboratório de informática, amplas salas de aula e área de convivência. Os cursos em funcionamento são: Direito, Psicologia e Enfermagem. Neste espaço funciona também um polo de Apoio Presencial para cursos na modalidade a distância e o Núcleo de Práticas Jurídicas.

Campus Propriá - Localizado à praça Santa Luzia, nº 105, Centro, CEP: 49900-000, telefax: (79) 3322-2774, Propriá/SE, foi implantado no 1º semestre de 2004. A sua infraestrutura contempla mini shopping com lojas de conveniência e lanchonetes, biblioteca setorial, laboratório de informática, amplas salas de aula e área de convivência. O curso em funcionamento é: Direito. Neste espaço funciona também um polo de Apoio Presencial para cursos na modalidade a distância.

Polos de Apoio Presencial – Localizados em endereços distintos, dispõem em sua infraestrutura das condições necessárias para o funcionamento dos cursos de acordo com as respectivas necessidades de ofertas.

BAHIA

- Alagoinhas
- Paulo Afonso
- Vitória da Conquista

SERGIPE

- Aracaju (Farolândia)
- Aracaju (Centro)
- Estância
- Itabaiana
- Lagarto
- Nossa Senhora da Glória

- Nossa Senhora das Dores
- Nossa Senhora do Socorro
- Poço Verde
- Propriá
- Tobias Barreto
- Umbaúba

ALAGOAS

- Arapiraca
- Maceió (Cruz das Almas)
- Maceió (Benedito Bentes)

PERNAMBUCO

- Caruaru
- Garanhuns
- Petrolina
- Recife

RIO GRANDE DO NORTE

- Mossoró

2.2 Missão, Valores e Objetivos da UNIT

Missão da Instituição

“Inspirar as pessoas a ampliar horizontes por meio do ensino, pesquisa e extensão, com ética e compromisso com o desenvolvimento social.”

Valores

- Valorização do ser humano
- Ética
- Humildade

- Inovação
- Cooperação
- Responsabilidade Social

Seus princípios norteadores expressam-se por meio das seguintes diretrizes:

- Autonomia universitária;
- Fomento à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Gestão participativa e eficiente;
- Pluralidade de ideias;
- Compromisso com a qualidade da oferta educacional;
- Interação constante com a comunidade;
- Inserção regional, nacional e internacional;
- Respeito à diversidade e direitos humanos;
- Atuação voltada ao desenvolvimento sustentável.

Objetivos da UNIT

A Universidade Tiradentes está apta para ministrar cursos de graduação nas modalidades presencial e Educação a Distância (EAD), sequenciais, superiores de tecnologia, de pós-graduação *Lato Sensu* (presencial e EAD), *Stricto Sensu* e de extensão, fundamentados no desenvolvimento de pesquisas, estímulos à criação cultural e ao desenvolvimento científico, embasados no pensamento reflexivo, que propicie a promoção de intercâmbio e cooperação com instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais, nacionais e internacionais. Em seu Estatuto, nos Art. 2º e 3º, estabelece como objetivos:

- formar profissionais e especialistas em nível superior;
- promover a criação e transmissão do saber e da cultura em todas as suas manifestações;
- participar do desenvolvimento socioeconômico do País, em particular do Estado de Sergipe e da Região Nordeste.

2.3 Organograma da Instituição

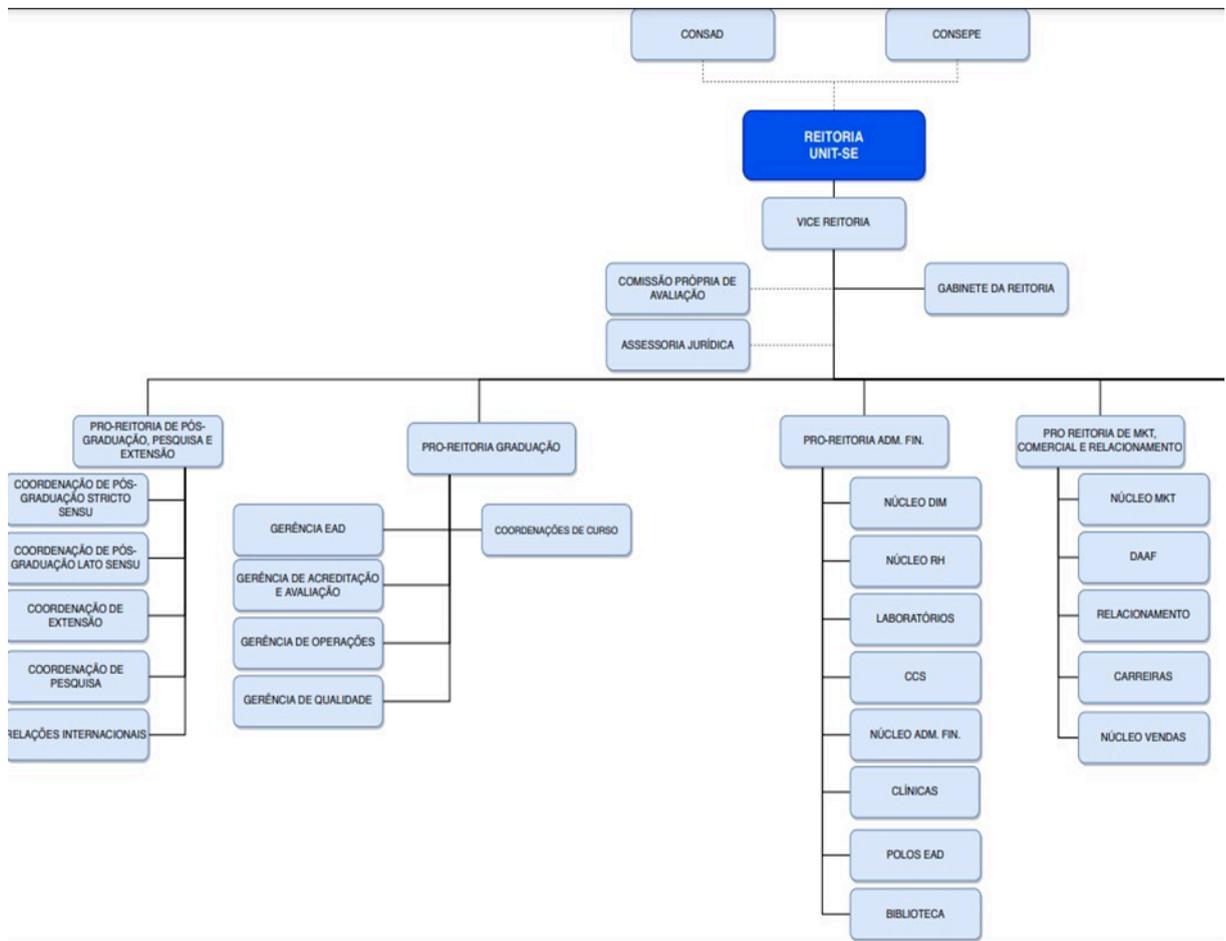


Figura 1 – Organograma da Universidade Tiradentes

2.4 Estrutura Acadêmica e Administrativa

IDENTIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA
Reitor: Jouberto Uchôa de Mendonça	Especialista em Administração e Gerência de Unidade de Ensino – FIT 's/SE/1992.
Vice-Reitor: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior	Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e Especialista em Administração pela Organização Universitária Interamericana (1995).
Pró Reitor de Graduação: Ronaldo Nunes Linhares	Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003)
Pró Reitor Administrativo Financeiro - Felipe Lima Silva	MBA em Administração pela Universidade de Salvador (2007) e pela Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (2018).
Coordenador de Área Cursos de Direito Unit/SE: Mario Jorge Tenório Fortes Junior	Doutor em Direito pela Universidade Mackenzie, 2019.
Coordenadora Operacional Curso de Direito Estância: Katia Cristina Barreto Ferreira	Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) 2018
Coordenador Pedagógico Curso de Direito Estância: Luis Felipe de Jesus Barreto Araujo	Doutor e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) 2025

3. ASPECTOS FÍSICOS, DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS DE SERGIPE

3.1 Aspectos Demográficos

Sergipe é considerado o menor estado do país, com uma área territorial de 21.938 km². Limita-se ao Norte com o Estado de Alagoas, separado pelo Rio São Francisco; ao Sul e a Oeste, pelo Estado da Bahia e a Leste com o Oceano Atlântico. O Estado possui 75 municípios agrupados em 08 territórios de planejamento: Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Agreste Central Sergipano, Leste Sergipano, Centro Sul Sergipano, Sul Sergipano e Grande Aracaju.

Segundo o IBGE, em 2022, o Estado de Sergipe possuía uma população absoluta de 2.210.004 habitantes, observado um crescimento percentual de 6,87% em relação aos números da população absoluta do Censo oficial de 2010, que era de uma população de 2.068.017 habitantes. Com relação a distribuição da população no território, a densidade demográfica é de 100,74 hab/km².

Quanto às características populacionais, destaca-se na Pirâmide Etária um percentual de 3,99% de homens com idade de 20 a 24 anos e para as mulheres um percentual de 4,27% com idade de 35 a 39 anos. Em relação ao 'Sexo', a população feminina é predominante no território, compreendendo 1.152.196 (52,1%), e a masculina é de 1.057.808 (47,9%). No indicador 'Cor e raça' o destaque é da população Parda, perfazendo 1.361.504 declarantes, o que equivale a 61,6% da população. Concluindo as características populacionais, destaca-se a População quilombola com um total de 28.163 pessoas e, por fim, a População indígena com um total de 4.710 pessoas, sendo que 4.580 consideram-se de cor ou raça indígena, e 130 se consideram indígenas.

A capital sergipana, Aracaju, concentra, aproximadamente, 27,27% da população do Estado, com um número de 602.757 habitantes (IBGE, 2022), ficando em 1.º lugar do Estado em termos populacionais. Em 2.º lugar, tem-se o município de Nossa Senhora do Socorro, que faz parte da Região Metropolitana de Aracaju, com uma população de 192.330 habitantes (IBGE, 2022). A Região Metropolitana de Aracaju compreende os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, perfazendo uma população de 932.210 habitantes (IBGE, 2022).

É nesse contexto regional que a Universidade Tiradentes tem seus laços mais estreitos com o desenvolvimento econômico da capital e de todo estado, visto que está presente com os 5 *campi* no estado de Sergipe, dentre eles Estância, mas conta também com ações dos polos de Educação à Distância nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

3.2 Aspectos Educacionais

Diante do cenário de contribuição significativa da Universidade Tiradentes para o desenvolvimento regional, é fundamental destacar os indicadores socioeducacionais de Sergipe, que orientam a instituição na sua missão de colaborar com a melhoria desses índices e na captação e retenção da demanda por ensino superior no estado.

Os dados do Censo Escolar de 2023 revelam que a rede pública é responsável por 79,10% das matrículas na educação básica, enquanto a rede privada acolhe 21,90%. Entre 2021 e 2023, houve um crescimento de 0,19% nas matrículas, mas, de 2022 para 2023, observou-se uma queda de -1,21%. Em 2023, a rede pública registrou 414.499 matrículas e a rede privada, 116.175, totalizando 530.674 matrículas.

A distribuição por gênero mostra ligeira predominância masculina: 50,5% do total de matrículas. Quanto à faixa etária, 72,05% das matrículas (382.325) são de estudantes entre 6 e 17 anos, refletindo o estreitamento da base da pirâmide etária do estado. O quadro docente conta com 23.890 profissionais, dos quais 87,54% possuem nível superior em licenciatura. Esse dado evidencia a importância do ensino superior na formação de docentes capacitados.

No ensino superior, Sergipe possui 22 Instituições de Educação Superior (IES), sendo 20 privadas e 2 públicas, distribuídas entre a capital e o interior. Em 2022, havia 84.338 estudantes matriculados em cursos de graduação, com 69,49% na rede privada. Concluíram seus cursos 11.568 estudantes, dos quais 75,63% em IES privadas.

As matrículas se distribuem em 55.565 estudantes em bacharelado, 17.193 em licenciatura e 11.558 em cursos tecnológicos. As mulheres predominam em bacharelado e licenciatura, enquanto os homens são maioria em cursos tecnológicos. As metas do Plano Nacional de Educação (PNE) destacam a necessidade de ampliar a oferta do ensino superior, especialmente para atender às exigências do mercado e fortalecer a educação na região Nordeste.

A Universidade Tiradentes é referência em ensino superior em Sergipe e no Nordeste, com 13 unidades no estado, sendo 5 campi e polos de EAD, desempenhando papel estratégico na expansão do acesso à educação superior, principalmente em regiões do interior e na modalidade EAD.

O projeto pedagógico da Unit se fundamenta em uma concepção de ensino que valoriza a formação crítica e reflexiva do estudante, sustentada pelo Modelo Acadêmico Tiradentes (MAT). Esse modelo se estrutura em quatro pilares: formação continuada docente, modelagens curriculares, gestão da aprendizagem e monitoramento de indicadores acadêmicos.

A formação continuada docente assegura que os educadores estejam qualificados e aptos a promover uma aprendizagem significativa e alinhada às necessidades regionais e aos desafios contemporâneos. Esse compromisso da Unit com a educação básica e superior fortalece o desenvolvimento educacional e socioeconômico do estado de Sergipe e da região Nordeste.

3.3 O Município de Estância

Estância, município histórico e culturalmente rico, conhecido por seus sobrados e azulejados, pelas tradicionais festas juninas e pelo barco de fogo. A cidade também é conhecida como o “Jardim de Sergipe”, pois relata-se que quando D. Pedro II visitou a cidade em 1860, a denominou desse modo.

No que concerne ao perfil socioeconômico, observa-se uma diversidade de atividades produtivas, com destaque para agricultura, turismo, comércio e indústria.

O curso de Direito da UNIT é construído a partir das demandas efetivas da comunidade de Estância e tem, como principais premissas ações de valorização acadêmica, da prática comunitária e de apoio ao fortalecimento de toda região fortalecendo desta forma o desenvolvimento da população local.

3.3.1 Dados Demográficos

A população de Estância, em 2022, atingiu um total de 65.078 habitantes. O IBGE estima que em 2024 o município atinja a marca de 66.500 indivíduos, cuja densidade demográfica é de 100 hab./km². Observa-se na distribuição da população por sexo que há um discreto predomínio do sexo feminino, com 51,3% de mulheres e 48,7% de homens.

Com relação à idade da população estanciana, o IBGE demonstrou na pirâmide etária que a maior parte da população ainda se encontra na faixa entre 20 e 39 anos de idade. Esses dados influenciam na razão de dependência, a qual corresponde ao percentual da população de menos de 15 anos e 65 anos ou mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). A razão de dependência no município decaiu de 66,30% para 50,73%, com ampliação da taxa de envelhecimento de 5,42% para 6,31%. Já em Sergipe, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88%; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente, caracterizando uma população mais jovem.

3.3.2 Educação

A rede de ensino do município de Estância, em Sergipe, configura-se como um sistema complexo e multifacetado, abrangendo diversas etapas e modalidades de ensino, com a responsabilidade compartilhada entre diferentes esferas administrativas seja rede municipal, estadual e federal, além de instituições particulares que ofertam desde a educação básica até a educação superior.

É oportuno destacar que o surgimento do Campus Estância, implantado no segundo semestre de 2003 corrobora com a ampliação das oportunidades de acesso à Educação Superior de qualidade por parte da população, bem como se consolida como uma importante marca de serviço à comunidade através de inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão que são oferecidas a população local.

3.4 A UNIT frente ao desenvolvimento do Estado e da Região

Frente às constantes transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que vem ocorrendo de forma cada vez mais acelerada na sociedade exponencial, a UNIT é impulsionada a constantemente reinventar-se e está à frente para assegurar o cumprimento das

responsabilidades assumidas por sua ampla e relevante inserção regional, para tanto busca em seus princípios desenvolver um projeto acadêmico articulado com as demandas regionais e locais, alinhando-se às transformações que ocorrem no cenário nacional e internacional.

A UNIT tem sede em Aracaju, capital do estado de Sergipe, onde se localizam os Campi Aracaju - Centro, e Aracaju - Farolândia. Atua também no interior do Estado através de campi avançados, na cidade de Estância, região sul de Sergipe; no município de Itabaiana, centro-agreste sergipano e em Própria, cidade de fronteira com o estado de Alagoas, situada no norte do Estado.

O primeiro retrato da importância da UNIT para o desenvolvimento do estado é a própria construção do Campus Farolândia em 1994, o bairro Farolândia antes da implantação do campus da Unit era um local com condições inadequadas para o desenvolvimento do comércio, sem saneamento básico, transporte urbano e pouco habitada. A inserção da Unit no bairro Farolândia transformou a vida da comunidade que nele decidiu fixar residência, desenvolveu o comércio local, melhorou as condições de moradia e de vida da população do entorno, constituindo-se hoje no maior bairro da cidade de Aracaju.

Para mais, a Unit contribui para a transformação social, por meio de condições de acesso ao ensino superior, bem como pelas atividades extensionistas e de prestação de serviços à comunidade.

A inserção da Unit por meios de Campi avançados nas cidades de Itabaiana, Estância e Propriá, bem como por meio dos Polos de Educação à Distância em outras cidades do interior sergipano e nordestino, gera um forte impacto regional, reafirmando o compromisso da Instituição em contribuir com o desenvolvimento do estado. A interiorização da Unit oportuniza a oferta de emprego, e por meio dos efeitos de transbordamento econômico vem desenvolvendo os bairros e cidades, em que possui inserção, melhorando, de tal forma, as condições de vida da população, das cidades que se faz presente, do estado de Sergipe e região onde está localizada.

Dentro deste cenário destacamos a atuação da Universidade Tiradentes na formação de profissionais das diversas áreas do saber, preparando-os para se destacarem pela excelência de sua capacitação. Atualmente são ofertados pela instituição, distintos cursos de graduação, nas modalidades presencial e EAD. Destacamos que a Universidade Tiradentes é a única universidade privada do estado de Sergipe que oferta cursos de pós-graduação *stricto sensu*,

fortalecendo sua importância para o desenvolvimento regional, fundamentando-se no desenvolvimento da ciência e tecnologia, por meio de pesquisas avançadas, promovendo ainda o intercâmbio e cooperação com instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais, nacionais e internacionais.

Conforme demonstrado, a Instituição se destaca no cenário regional e local, na medida em que busca atualizar-se constantemente face às demandas requeridas pelo progresso e bem-estar da população, notabilizando-se inclusive como propulsora do desenvolvimento do estado e regional por constituir-se numa agência de fomento e geração de emprego e renda no espaço urbano em que atua.

3.5 Políticas institucionais no âmbito do curso

A Universidade Tiradentes – Unit, em consonância com o contexto atual e atenta às novas tendências educacionais e profissionais, assume em seu PDI, o compromisso de formar profissionais dotados de um saber que se alicerça nas mais recentes teorizações da ciência, integradas com o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das comunidades onde atua. Para tanto, busca na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o embasamento para uma atuação pedagógica qualificada que promova uma formação inovadora. Nesta perspectiva, as Políticas Institucionais concebem:

- **Ensino** como processo de socialização e produção coletiva do conhecimento.
- **Pesquisa** como princípio educativo a permear todas as ações acadêmicas da Universidade, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito da iniciação científica.
- **Extensão** como processo de interação com a comunidade, a partir de ações contextualizadas da aprendizagem e o cumprimento da função social da Instituição.

Ao assumir o desafio de promover a educação para a autonomia, propõe o questionamento sistemático, crítico e criativo pelos agentes formadores e na formação dos processos e das práticas a serem empreendidas. Em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, que preconiza a articulação entre teoria e prática, o curso de Direito contempla, desde os primeiros períodos, ações e práticas inovadoras voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem, alinhadas ao perfil do egresso que visam colocar o aluno em contato com a realidade social e profissional em que irá atuar, como forma de promover a

ação-reflexão-ação sobre esta, a exemplo do eixo integrador e do eixo de práticas profissionais previstos na sua estrutura.

3.6 Políticas de Ensino

A Universidade Tiradentes, focada nessa premissa norteadora, propõe uma educação capaz da promoção de situações de ensino e aprendizagem sintonizadas na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de competências. Nessa perspectiva, aliam, na realização das situações de ensino e vivências acadêmicas, abordagens que propiciem:

- O desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado.
- A busca da unidade entre teoria e prática.
- A integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- A integração dos conhecimentos efetivada nos níveis interdisciplinar e transdisciplinar.
- A construção permanente da qualidade de ensino.

Desse modo, no âmbito do curso de Direito, serão propiciadas situações que favoreçam o desenvolvimento de profissionais capacitados para atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em sua área de atuação.

Para tal, serão desenvolvidas ações, dentre as quais: atualização permanente do projeto pedagógico, adoção dos princípios pedagógicos da educação baseada em competências, capacitação didático-pedagógica permanente do corpo docente do curso; valorização dos princípios éticos, flexibilização dos currículos, práticas simuladas e reais, de forma a proporcionar ao aluno autonomia na sua formação acadêmica, levando em consideração as DCNs e a dinâmica do perfil profissional do curso.

3.7 Políticas de Pesquisa

A pesquisa na UNIT se constitui como princípio pedagógico, de modo a incentivar a busca de informações nas atividades acadêmicas, assim como a realização de práticas investigativas por meio do Programa de Iniciação Científica. Desse modo, visa desenvolver

uma ação contínua que, por meio da educação, da cultura e da ciência, busca unir o ensino e a investigação, propiciando, através dos seus resultados, uma ação transformadora entre a academia e a população.

Neste sentido, serão incentivadas as práticas investigativas que propiciem:

- Fomento ao aprofundamento do conhecimento científico, técnico, cultural e artístico por meio do incentivo permanente, em todas as práticas acadêmicas, da busca de informações nas mais diversas fontes de consulta disponíveis, de modo a desenvolver a curiosidade científica e o espírito investigativo dos alunos, dentre os quais:

- Estímulo e incentivo ao pensar crítico em qualquer atividade didático- pedagógica.
- Fomento à realização de práticas de investigação focada na temática da região onde a UNIT se insere.
- Manutenção de serviços de apoio indispensáveis às práticas de investigação, tais como, biblioteca, documentação e divulgação científica.
- Promoção de iniciação científica através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC e Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC.
- Fomento às parcerias e convênios com organizações públicas e privadas para a realização das práticas investigativas de interesse mútuo.
- Incentivo à programação de eventos científicos e a participação em congressos, simpósios, seminários e encontros, tais como a Semana de Pesquisa e de Extensão-SEMPESQ.
- Apoio à divulgação dos trabalhos que foram e/ou estão sendo desenvolvidos em parceria entre os alunos e os professores.

Na área de pesquisa, todos os programas de doutorado da Universidade Tiradentes, nas áreas de Biociências e Saúde, Direito, Educação, Engenharia de Processos são recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão que regulamenta a pós-graduação no Brasil. Em recente avaliação da Capes, os cursos stricto sensu ficaram entre os melhores do Nordeste. A excelência em educação e pesquisa dos cursos atinge o reconhecimento nacional e internacional. Um exemplo é a Medalha de Ouro Wipo, concedida anualmente pela World Intellectual Property Organization, agência da ONU especializada em promover a proteção da propriedade intelectual ao redor do mundo. Somente uma patente é premiada com essa medalha no Brasil e, em 2014, a premiação foi

para docentes da Universidade Tiradentes. Professores e alunos de Graduação e Pós-Graduação do Grupo Tiradentes percorrem o mundo, produzem ciência e tecnologia em parceria com renomados pesquisadores, das mais bem conceituadas instituições de ensino superior. Eles estão em países como EUA, Canadá, Portugal, Espanha, França, República Tcheca, Bélgica, Suécia, Alemanha, Itália, Holanda, Colômbia, Peru e Chile.

No âmbito dos cursos, são incentivadas as atividades de pesquisa, por meio de diversos mecanismos institucionais, a exemplo de atribuição pela IES de carga horária para orientação das atividades de iniciação científica. Ademais, há promoção e incentivo à apresentação de produção técnica e científica em eventos a exemplo da SEMPESQ.

Para o corpo discente, a Universidade Tiradentes oferece bolsas de iniciação científica, e os alunos poderão ainda, ser beneficiados com bolsas destinadas por órgãos conveniados. Considerando situações em que essa oferta não contemple a todos os alunos inscritos, a Instituição irá estimular a participação voluntária, sem prejuízo da legitimidade institucional do projeto de pesquisa, regida pelo Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC.

Para fortalecer o eixo pesquisa, o curso de Direito dispõe de grupos de pesquisas, vinculados ao Diretório de Pesquisa do CNPq: a exemplo dos Grupos de Pesquisas de Execução Penal, Gênero, Família e Violência, Novos Paradigmas de Justiça e a Cooperação Judiciária Nacional, Grupo de Pesquisa e Estudos Avançados em Justiça Restaurativa (GPEAJURES), Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade, Direito Constitucional: Sociedade, Política e Economia, Acesso à justiça, direitos humanos e resolução de conflitos (GPITIC), Novas tecnologias e o impacto nos Direitos Humanos, dentre outros.

3.8 Políticas de Extensão

A extensão é concebida como processo educativo, cultural e científico que se articula com o ensino e a investigação de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Instituição e a sociedade. Nessa direção, serão implementadas ações, pautadas nas seguintes diretrizes:

- Fomento ao desenvolvimento de habilidades e competências de discentes possibilitando condições para que esses ampliem, na prática, os aspectos teóricos e técnicos aprendidos e trabalhados ao longo do curso através das disciplinas e conteúdos programáticos.

- Estímulo à participação dos discentes nos projetos idealizados para o curso e para a Instituição de modo geral, possibilitando a interdisciplinaridade e transversalidade do conhecimento.

- Garantia da oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades.

- Estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades de extensão.

- Concretização de ações relativas à responsabilidade social da Universidade Tiradentes.

Nessa direção, a extensão ocorre mediante articulação com o ensino e a pesquisa, sob a forma de atividades em projetos, garantindo a disponibilidade de algumas atividades de forma gratuita para a população de baixa renda, em especial para as comunidades circunvizinhas, reafirmando assim seu compromisso com uma inclusão social e com o desenvolvimento regional.

Pautada nestas diretrizes sustenta-se que a articulação entre a Instituição e a sociedade por meio da extensão é um processo que permite a socialização e a transformação dos conhecimentos produzidos com as atividades de ensino e a pesquisa, recuperando e (re) significando saberes gerados a partir das práticas sociais, contribuindo para o desenvolvimento regional.

No âmbito do curso de Direito, a curricularização da extensão, ou creditação curricular da extensão, é uma estratégia prevista e regulamentada conforme orientações da Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. A modelagem prevista para desenvolvimento das atividades acadêmicas, se efetivará por meio de projetos, ações e componentes curriculares com forte perfil de interdisciplinaridade que irão favorecer a integralização da carga horária prevista, ao longo do processo formativo do estudante, a exemplo do Projeto Reformatório, instituído há mais de 20 anos, em parceria com a Defensoria Pública do Estado, por meio de diversas atividades na área de execução penal.

Assim sendo, em sua arquitetura os componentes curriculares de Experiências Extensionistas, consolidam a importância da disseminação dos conhecimentos acadêmicos produzidos pela Universidade de forma que os saberes dos diferentes componentes

curriculares possam compor um conjunto de ações articuladas em torno de questões sociais que propiciem aos alunos vivência e experimentação possibilitando a construção de macro competências que se desdobram no desenvolvimento de competências específicas de modo a favorecer o estudante nos aspectos interprofissional e interdisciplinar. Dentre elas destacam-se Criatividade e inovação, empatia e colaboração, determinação e resiliência, autogestão e argumentação, ética e pensamento crítico, autonomia e liderança. No curso de Direito a partir da modelagem curricular estabelecida, foi definido a seguinte sequência:

Componente Curricular	Período	Carga horária
Experiência Extensionista I	2º Período	80
Experiência Extensionista II	4º Período	80
Experiência Extensionista III	5º Período	80
Experiência Extensionista IV	9º Período	80
Experiência Extensionista V	10º Período	80
Percentual de Carga horária		10,40%

As experiências extensionistas possibilitam aos estudantes a aproximação com ferramentas de tecnologia e a interação se faz pelo Sistema Magister, AVA e Dreamshaper que faz a gestão dos projetos de curricularização a serem desenvolvidos e supervisionados pelo Núcleo Interdisciplinar de Extensão (NIEX) que será o elo com os cursos e coordenações.

O Núcleo Interdisciplinar de Extensão (NIEX) entre outras funções irá elaborar o plano de trabalho Extensionista em parceria com os coordenadores e NDE de cursos buscando sempre parcerias para o desenvolvimento de atividades articuladas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e aos saberes específicos de formação.

A integralização da extensão ao longo do processo formativo do estudante se organizará para o fortalecimento do protagonismo discente em todas as etapas de sua organização e desenvolvimento, e não para mera participação. Tais atividades se retroalimentarão tendo em vista o alinhamento entre o ensino e a pesquisa tendo regulamentação específica que orientará a sua execução a partir de problemas reais.

4. DADOS DO CURSO

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Nome: Sociedade de Educação Tiradentes

Endereço: Rua Murilo Dantas, 300 – Bairro Farolândia.

Cidade: Aracaju

Estado: Sergipe

CEP: 49032-490

Tel: (079) 3218-2100

Home Page: <http://www.unit.br>

E mail: reitoria@unit.br

4.1. Instituição Mantida

Nome: Universidade Tiradentes

Endereço: Travessa Tenente Eloy, s/n, Bairro Alagoas – Estância/SE

Cidade: Estância

Estado: Sergipe

CEP: 49200-000

Tel: (079) 3522-3030

Home Page: <http://www.unit.br>

4.2 Dados de Identificação do Curso

Coordenador de Área: Mario Jorge Tenório Fortes Junior

Coordenador Operacional: Kátia Cristina Barreto Ferreira

Coordenador Pedagógico: Luis Felipe de Jesus Barreto Araújo

Identificação: Curso de Graduação em Direito

Habilitação: Bacharel em Direito

Modalidade: Presencial

Vagas: 120 vagas anuais

Turno: Noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Duração: 05 anos

Carga Horária Total: O curso tem uma carga horária total de 4.360 horas.

Tempo de Integralização:

- **Tempo mínimo:** 10 (dez) períodos letivos com duração de 05 (cinco) anos.
- **Tempo máximo:** 12,5 (doze e meio) períodos com duração de 7,5 (sete anos e meio).

4.3 Dimensão das turmas:

Teóricas: 60 alunos para aulas teóricas.

Práticas: 20 alunos para atividades práticas.

4.4 Legislação e Normas que regem o Curso

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBN (Lei nº 9.394/96);
- Resolução CNE/CES Nº 5, de 17 de Dezembro de 2018 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Direito;
 - A Resolução 01/2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - A Lei 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
 - O Decreto nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº10436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000.
 - O Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências;
 - A Resolução CNE/CP nº 1/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - A Lei nº 10.639/2003 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede

de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

- O Decreto 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Lei 9.795/99 - Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Plano de Diretrizes Institucionais e Plano Pedagógico Institucional.

4.5 Formas de acesso ao Curso

O acesso às informações do Curso de Graduação em Direito ocorre através do site da Universidade Tiradentes - UNIT – www.unit.br - disponibilizando no Catálogo do curso os objetivos, o perfil do egresso, administração acadêmica, campo de atuação, estrutura física, e valor da mensalidade do curso; bem como através do telefone (79) 3218 - 2143 e do e-mail: katia_cristina@unit.br.

Para ingressar no Curso de Graduação em Direito Estância, o candidato poderá concorrer ao Processo Seletivo a ser realizado semestralmente (vestibular e ENEM), que é organizado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo da Instituição; como portador de diploma ou ainda através de transferência externa ou interna. As vagas serão definidas por meio de política institucional consubstanciada pela Reitoria da Universidade Tiradentes, Diretoria Acadêmica e gerenciadas pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos e Financeiros – DAAF e pela Coordenação do Curso.

5. DADOS CONCEITUAIS DO CURSO

5.1 Contextualização e justificativa da oferta do curso

O Curso de Direito Estância surge objetivando atender as demandas de um mercado de trabalho em plena expansão não só no Estado de Sergipe, como nos demais Estados do Nordeste. Estância fixou-se como sede pela sua importância regional e por se caracterizar como pólo comercial de inegável empreendedorismo. O curso atende alunos oriundos de outros municípios e até de outros Estados que buscam uma formação profissional de

qualidade, que a cada dia é aprimorada pelo seu corpo docente para que os discentes, ao concluírem o curso, possam ingressar no mercado de trabalho, como Juristas.

Com a implantação deste curso, abriu-se na região, um leque de oportunidades para o exercício das carreiras jurídicas típicas e atípicas a exemplo, de Advogados, Procuradores do Estado, Procuradores do Município, Procuradores de Fundações, Promotores de Justiça, Juízes de Direito, Delegados de Polícia, Defensores Públicos, Assessores Jurídicos, Escrivães e Escreventes em Cartórios do Judiciário e extrajudicial, Escrivães e Escreventes de Polícia, Investigadores de Polícia, Mediadores, Conciliadores e outros, antes somente cursado por aqueles que tinham condições de deslocamento até a cidade de Aracaju.

Nessa perspectiva o curso atende, num plano regional, a multiplicidade das atividades que podem ser exercidas pelos graduados em Ciências Jurídicas ao dar ênfase ao aspecto publicista na Estrutura Curricular do Curso, que vem de forma efusiva contribuindo para os quadros da Magistratura, Ministério Público, Procuradorias, Defensorias, Delegacias, OAB, Administradores e Políticos não só do Estado de Sergipe, bem como em nível nacional, com nítida distinção de profissionais empreendedores, críticos, criativos e reflexivos coadunando com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a missão da Universidade.

A proposta do Curso de Direito em Estância, é fomentar um estudo crítico e criativo, privilegiando os valores humanos, sociais e morais, capaz de formar um jurista comprometido com o seu tempo e com a sociedade que o cerca. Assim, entendemos que o Direito, por um lado, pode participar de forma significativa da consolidação dos atuais e novos institutos jurídicos, como instrumentos de viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas. Por outro lado, deve estar integrado e voltado para as questões essenciais dos problemas jurídicos e demandas regionais de desenvolvimento.

A formação do Bacharel em Direito na sociedade contemporânea não pode ficar restrita ao tecnicismo formativo do passado recente, sobretudo quando o poder público e a própria sociedade buscam os profissionais do Direito como agentes eficazes para contribuir na consolidação das instituições sociais e da prática democrática.

A concepção ideológica do Curso de Direito evidencia-se pela interpretação e pela aplicação do direito, segundo as necessidades sociais, objetivando a solução do conflito e

preservando o equilíbrio social. Nos diversos segmentos da sociedade, o Direito se insere como um monitor dos conflitos sociais, sendo, portanto, impossível estar alheio às transformações que ocorrem na sociedade, comportando-se como sistema fechado.

Nessa direção, não se limita, em descrever a ordem legal sem interferências ideológicas nem se baseia única e exclusivamente no aspecto formal da lei, mas amplia sua ação a partir do compromisso dos estudos jurídicos com a liberdade, a justiça, a harmonia das instituições, bem como de colocar o desenvolvimento científico a serviço do ser humano e da sociedade e para tal pauta-se em diferentes fatores, tais como:

- a complexidade das relações sociais, decorrentes das rápidas mudanças em todos os setores da sociedade, tem determinado constantes transformações no ordenamento jurídico, responsável por assegurar os direitos dos cidadãos, bem como de exigir os correspondentes deveres, razão pela qual se faz necessária a expansão e o aprofundamento do estudo de Ciências Jurídicas e Sociais, formando e preparando pessoas capazes de contribuir para a interpretação/aplicação do Direito de uma forma mais justa e equitativa, minimizando a angústia social e os consequentes conflitos;

- o fato de que a Universidade não pode ficar atrelada aos estreitos limites do mercado de trabalho existente, circunstancialmente em determinado tempo e espaço, nem tampouco pode vir desassociado das transformações sociais;

- a urgência da abertura de novas perspectivas de realização profissional, em nível pessoal e social, o que se revela uma exigência destes tempos de pós-modernidade (ou transmodernidade);

- a dinamicidade do mundo do trabalho que comporta inúmeras áreas de atuação e especializações em um leque de possibilidades dificilmente quantificáveis;

- a existência de uma população estudantil predisposta a profissionalizar-se em Direito, bem como o significativo número daqueles que desejam realizar o curso, a fim de redimensionar sua atuação nas diversas áreas de atividade humana, nas quais já estão estabilizados;

- a versatilidade do exercício do Direito, no que se refere às áreas e especialidades a elas inerentes, a considerar: Direito Civil, Criminal, Processual, das Instituições, das Organizações e Assessorias Jurídicas, bem como, potencialmente, a participação e a

realização de concursos de Magistratura, Ministério Público, Procurador da República, dos Estados e dos Municípios, Defensoria, Fiscal, Órgãos de Segurança, entre outras;

- a possibilidade da realização de cursos de pós-graduação em Direito, visando à capacitação de recursos humanos e aperfeiçoamento dos profissionais da região, respondendo a um anseio das pessoas que atuam neste campo;

- os sinais da modernidade que se anunciam sob a forma de iniciativas, como as de integração dos povos, as discussões ambientais, a defesa dos direitos transindividuais, o biodireito, a propriedade intelectual, a mediação e a arbitragem, bem como a proteção e o resguardo do menor, exigem uma postura mais científica da universidade em sua intervenção social e o Curso de Direito é o veículo para tal, haja vista, o trato do conhecimento nas diversas disciplinas.

Diante do exposto, a formação do aluno do Curso de Direito da Universidade Tiradentes em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) enfatiza o perfil do ser humano-profissional-cidadão (ã), consciente de suas responsabilidades e de seu papel fundamental na mudança das instituições, que permitam uma ação mais comprometida com a melhoria da qualidade de vida e, especialmente, com o desenvolvimento, progressivamente ameaçada pela violência dos conflitos multifatoriais e vilipendiada em sua dignidade.

Não destoando deste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito Campus Estância prioriza o estudo, a pesquisa, a prática, a modernidade, a tecnologia, a bibliografia atualizada, o desenvolvimento intelectual e ético, como o alicerce de seu currículo. Deste modo, o citado Projeto Pedagógico, evolui ao longo da sua experiência, tanto em termos de paradigmas, quanto de estruturação, visando melhor capacitar o acadêmico no domínio do saber acumulado, via articulação do ensino/pesquisa/extensão, adequação à realidade social e produção de saber novo e ilimitado, na perspectiva de constituir-se eficaz instrumento de transformação sob a ótica da justiça social.

Com efeito, o curso de Direito Estância, propugna uma verdadeira educação jurídica, onde se coloca o estudante não só frente a um corpo de normas, conferindo-lhe um caráter lógico, mas prioritariamente, em face às controvérsias, conflitos de interesses e busca de soluções. Pretende-se dotar o bacharel em senso crítico, com vistas a diminuir o hiato existente entre o sistema educacional e a realidade.

Deste modo, o citado Projeto Pedagógico, evoluiu ao longo da sua experiência, tanto em termos de paradigmas, quanto de estruturação, visando melhor capacitar o acadêmico no domínio do saber acumulado, via articulação do ensino/pesquisa/extensão, adequação à realidade social e produção de saber novo e ilimitado, na perspectiva de constituir-se eficaz instrumento de transformação sob a ótica da justiça social.

Com efeito, o curso de Direito da UNIT, propugna uma verdadeira educação jurídica, onde se coloca o estudante não só frente a um corpo de normas, conferindo-lhe um caráter lógico, mas prioritariamente, em face às controvérsias, conflitos de interesses e busca de soluções. Pretende-se dotar o bacharel de senso crítico, com vistas a diminuir o hiato existente entre o sistema educacional e a realidade.

Destaca-se assim, a relevância da concepção do Curso de Direito Estância, como instrumento de ação política, sintonizada com o paradigma educacional e social emergente, as novas tecnologias e metodologias educacionais, de modo a assegurar o desenvolvimento pessoal do aluno e sua formação para o exercício profissional e da cidadania. Isso implica na adoção de estratégias de expansão que fortaleçam as linhas de ação já presentes e buscando desencadear outras novas, que priorizem, mediante um esforço articulado, a intensificação e compatibilização da qualidade, do crescimento e da inovação, refletindo questões próprias que envolvam a formação jurídica no complexo contexto do ensino, da cidadania e do mercado de trabalho.

5.2 Bases Formativas e Pedagógicas do Curso de Direito

A metodologia híbrida adotada na operação do curso de Direito, a qual busca privilegiar experiências das modalidades presencial e EAD, respeitando-se a legislação educacional do sistema federal de ensino.

De acordo com Horn & Staker (2015, p. 346¹) o ensino híbrido é “qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, o lugar, o caminho e o ritmo.”

¹ HORN, M.; STAKER, Heather. *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.

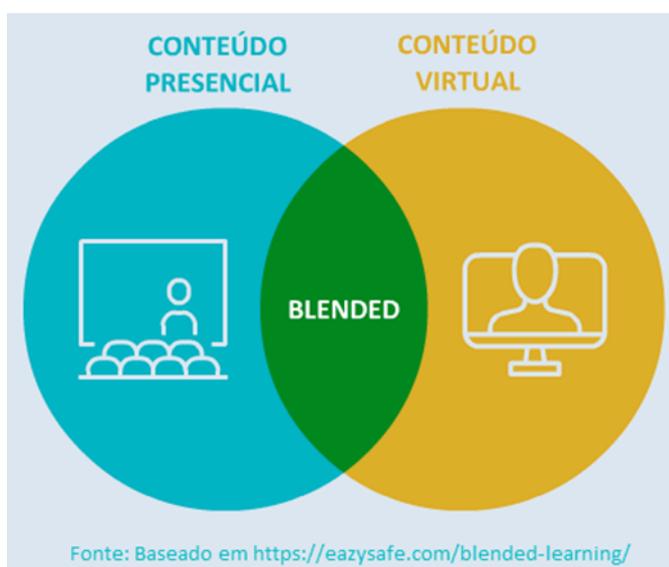


Figura 2 – Ilustração do modelo blended

Ao adotar a metodologia híbrida pretende-se inserir presencialidade com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e comportamentais. Dessa forma, as atividades presenciais são integradas à dimensão on-line combinando experiências das duas dimensões que processam um circuito de aprendizagem.

Neste sentido, o currículo neste PPC foi concebido como uma instância dinâmica e flexível, alimentada pela avaliação constante do processo de aprendizagem e do curso. Buscou-se, superar a ação formativa escolarizada e limitada que prende o currículo em uma ideia de “grade curricular”, concebendo-o como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões. Desta forma, apresenta uma estrutura que faculta ao profissional a ser formado a articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso contemplará atividades teóricas e práticas, por meio de disciplinas e ações pedagógicas integradoras e complementares, capazes de dinamizar o trabalho acadêmico e responder de maneira excelente as demandas postas à profissão, os conteúdos curriculares previstos no PPC, irão promover assim o efetivo desenvolvimento do perfil profissiográfico uma vez que a UNIT entende que o currículo compreende, em primeiro lugar, o perfil desejado dos egressos e que deste emerge a concepção filosófica, pedagógica e metodológica do curso de Direito. Essa é a concepção norteadora que sustentará as práticas educativas desenvolvidas ao longo do processo de formação dos estudantes. Nessa direção, o dimensionamento da carga horária das disciplinas durante a concepção do currículo levou em

consideração os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências imprescindíveis ao profissional a ser formado.

A proposta deste Currículo é, pois, proporcionar um circuito de aprendizagem em que a prática e o desenvolvimento da identidade profissional estejam no centro das atividades, preocupando-se com a identificação e adequação de processos que conduzam aos resultados previamente estabelecidos, prevendo a integração e alinhamento de metodologias de ensino-aprendizagem e métodos de avaliação que venha atender a acessibilidade metodológica dos diferentes perfis atendidos.

Como se trata de um curso que adota estratégias de metodologia híbrida há previsão de momentos presenciais e online. Didaticamente, pode-se distribuir o momento presencial de diversas maneiras. Cabe aos professores, juntamente, com o Núcleo Docente Estruturante e a coordenação do curso planejarem os encontros presenciais com uso de metodologias ativas e uso intensivo de tecnologias educacionais visando personalizar o processo de ensino-aprendizagem. Dentre as diferentes possibilidades, ilustramos um exemplo de momento presencial planejado para um componente híbrido.

Quadro 1. Momento Presencial em um Curso Híbrido

LOCAL DE REALIZAÇÃO	AÇÕES		
Sala de Aula	Atividade Orientada		<ul style="list-style-type: none"> • Atividade diagnóstica de aprendizagem • Ações de aprendizagem com metodologias ativas • Atividade de avaliativa
Laboratório de Práticas ou Ambiente Profissional	Atividade Práticas		<ul style="list-style-type: none"> • Descrição o procedimento prático • Ações de aprendizagem da atividade prática Resultados da aula prática

Fonte: Documentos da instituição, 2019

Todo esse circuito de aprendizagem segue a lógica de encadeamento de saberes, pautam-se numa abordagem interdisciplinar e sistêmica conforme sinaliza o PPI, estabelecendo os caminhos que indicam as propostas e alternativas adequadas para a concretização da formação pretendida, visto que o êxito das mesmas busca a construção progressiva das competências profissionais a partir da interdependência existente entre o que se aprende e como se aprende estando organizadas em duas dimensões: presencial e online.

5.2.1 Dimensão on-line

Na dimensão on-line, são previstas as atividades mediadas por tecnologia, as quais podem ser distribuídas de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 2 - Mapa de recursos e estratégias didáticas da dimensão on-line, de acordo com a Taxonomia de Bloom

Principal competência	Níveis da Taxonomia de Bloom	Dimensões	Recursos e estratégias didáticas
Estudo on-line para desenvolvimento da autonomia intelectual	Conhecer Compreender Aplicar	Estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Material de leitura obrigatória no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Unidades de Aprendizagem • Bibliografia da Biblioteca Virtual • Infográficos • Videoaulas • Links de leitura complementar
		Atividades de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns de discussão • Interação individual para esclarecimento de dúvidas (Fale Conosco)
		Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Questões de múltipla escolha e discursivas • Atividades dirigidas

Todas as ferramentas de comunicação e interação entre alunos, tutores e professores estão disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ademais, os acessos à biblioteca virtual também são realizados através dos sistemas eletrônicos da UNIT.

5.2.2 Dimensão presencial

A dimensão presencial envolve diferentes estratégias de presencialidade e são definidas de acordo com o *locus* de realização da atividade, que pode ser em sala de aula, laboratório (campus), e, em visita guiada curricular, em campo de atuação profissional ou prática supervisionada, além de atividades extensionistas.

• A aula teórica é realizada em sala de aula, mediada pelo professor, que aplica planejamento didático-pedagógico de acordo com os objetivos de aprendizagem previstos para aquela etapa curricular.

• Aula teórico-prática acontece em espaços com infraestrutura adequada às normas técnicas de segurança e que atende às exigências para realização de atividades práticas e teóricas com o planejamento teórico-metodológico que atenda aos objetivos de aprendizagem.

Quadro 3 - Mapa de recursos e estratégias didáticas da dimensão presencial, de acordo com a Taxonomia de Bloom

Principal Competência	Níveis da Taxonomia de Bloom	Dimensões	Recursos e estratégias didáticas
Desenvolvimento de experiência universitária presencial	Analisar Avaliar Criar	Teórica	<ul style="list-style-type: none"> Atividade orientada com contextualização de conteúdos
		Prática	<ul style="list-style-type: none"> Atividade orientada pautado nos princípios de metodologias ativas
		Avaliativa	<ul style="list-style-type: none"> Atividades dirigidas ao final de cada encontro presencial Prova de habilidades práticas para disciplinas de caráter prático

Dessa forma, os professores planejam suas atividades elegendo o tipo de aula de acordo com a competência profissional que deseja ser trabalhada. É importante informar que as aulas teóricas e práticas podem ser realizadas em outros espaços físicos, bem como com atividades que contribuam para o desenvolvimento de competências profissionais.

5.3 Configuração da Hibridização no Curso de Direito

A inovação e a criatividade são demandas para a educação e pressupõem desenvolver e/ou estar atento às novas práticas docentes mediadas por dispositivos tecnológicos digitais em redes formativas de aprendizagem. A educação e suas instituições exercem um papel primordial no processo de desenvolvimento econômico e social de um país. Segundo a OCDE, formam o capital humano e o capital social para o desenvolvimento individual e coletivo de uma sociedade.

Integradas às estratégias, metodologias e práticas do aprender a aprender contínuo, elas devem estruturar as mudanças qualitativas necessárias ao modelo de ensino da economia do conhecimento. Novos produtos, processos, mercados, materiais, insumos e formas de organização econômica e social, orientam a necessidade por uma formação aberta, complexa,

resolutiva, autônoma e emancipadora, em que as competências, cognitivas e socioemocionais, estejam no cerne de processos de ensinar e aprender.

Vivemos uma revolução tecnológica que, reconfigurada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, atinge as formas e estratégias de educação e formação dos futuros trabalhadores. Neste sentido, uma educação resolutiva, criativa, inovadora, colaborativa e interativa, possibilita preparar melhor o sujeito para um mundo do trabalho imaterial, semiótico, em contínua e rápida transformação. A formação do sujeito, em múltiplos e diferentes formatos organizacionais, espaço-temporais, que atuará melhor numa sociedade de incerteza em que a inovação se tornou um fator preponderante para o desenvolvimento econômico.

Nesta perspectiva, as tecnologias digitais da informação e comunicação influenciam na maneira de comunicar, se relacionar e entender, práticas estas que têm sido frequentemente adotadas no mundo jurídico. Elas são incorporadas na prática docente com o intuito de promover aprendizagens significativas. Além disso, são um meio de colaborar para que o professor implemente metodologias de ensino ativas.

Para tanto, repensamos também nossa visão de tecnologia e seu lugar na docência, mediando as relações comunicacionais entre sujeitos aprendentes - alunos e professores. Neste sentido, a visão de tecnologia vai além das concepções tecnicistas de ferramentas a serviço do desenvolvimento e do progresso.

No curso de Direito, as tecnologias são dispositivos pedagógicos, as quais influenciam na constituição dos sujeitos e suas subjetividades, produzindo significações e saberes que preparam as pessoas para a cultura em que vivem (FISHER, 2002). Considera também a dimensão política das tecnologias nas relações de poder e propõe uma visão crítica sobre como, porque e para que usá-las e a quem elas servem, quando estão mediando as práticas docentes e os processos de formação.

A marcha das mudanças sociais têm introduzido nas instituições de ensino superior a necessidade de repensar a formação dos futuros profissionais. Não é mais possível a permanência da tradicional distância entre os saberes acadêmicos e as atividades sociais, ou seja, a existência de um lugar e um tempo específicos para ensinar e aprender, desconectados do campo de atuação para o qual o estudante está sendo formado.

Na execução do trabalho didático, o professor está sempre se deparando com a necessidade de definir as técnicas que irá utilizar para desenvolver os conteúdos de seu programa de ensino. Essa é uma tarefa tão inerente ao trabalho docente que é comum em todos os graus de ensino. (LOPES, 2001).

Transmitir informações e dados – fixos e engessados - parou de fazer sentido. Afinal, o conteúdo se torna obsoleto rapidamente. A IES deve exercitar as competências e habilidades para o século XXI, que permitirão que os alunos analisem, decidam e atuem sob as mais variadas circunstâncias. A educação tem evoluído e se voltado, cada vez mais, para o aprendizado centrado no aluno e a educação baseada em resultados. E o princípio que está por trás de ambos é simples. Sentar-se em uma sala de aula e ouvir uma palestra não é mais uma estratégia de ensino suficiente. Os alunos precisam de uma experiência de aprendizado nova, personalizada e interativa, eliminando a divisão entre os cenários online e offline.

A partir de tal afirmação o curso de Direito oportuniza aos seus estudantes acesso a materiais de aprendizagem, voltados para sua jornada individual. É uma abordagem que utiliza as mais recentes tecnologias digitais, promovendo ambientes de aprendizagem criativos e interativos, que motivam os estudantes mesmo fora da sala de aula.

Foi com este pressuposto em mente que se planejou a oferta de carga horária da semipresencial para o curso Direito, nos termos da Portaria nº 2.117, de dezembro de 2019, respeitando-se o limite de até 40% da carga horária total do curso. A modelagem da oferta prevê disciplinas híbridas que unem momentos de presencialidade (síncronos) e estratégias de aprendizagem com recursos da modalidade a distância (assíncronos) e ainda, disciplinas on-line. No desenvolvimento das atividades para as duas modelagens considerou as seguintes etapas:

- a. Definição do grau de presencialidade, detalhando quais atividades aconteceriam nos momentos presenciais e quais seriam no ambiente virtual de aprendizagem, sejam elas síncronas ou assíncronas.
- b. Definição do papel dos professores e dos tutores virtuais.
- c. Definição sobre produção ou contratação de conteúdo, avaliando qualidade, prazo e investimento.
- d. Definição de indicadores de performance.

e. Formação dos professores em ensino híbrido, inversão de sala de aula e utilização de metodologias ativas e significativas.

f. Acompanhamento da implantação.

Ofertar as disciplinas híbridas no curso Direito a partir desta base conceitual, significa reconhecer que serão integradas práticas das modalidades de educação presencial e a distância que primam pela qualidade da formação profissional e pelo atendimento às necessidades e tendências educacionais.

A adoção de tal modelagem no curso de Direito pressupõe ainda o acesso dos alunos a materiais de aprendizagem interativos, disponíveis no AVA, que é o sistema que promove a oferta e distribuição de matérias diversificadas, fornecendo a professores, tutores e estudantes instrumentos que auxiliam na condução de suas disciplinas online ou híbridas e oportunidades para personalizar o ensino para diferentes necessidades dos alunos.

Nas aulas presenciais, o estudante precisa trabalhar com soluções de problemas reais em sala de aula e as metodologias ativas são essenciais para consolidar o processo de ensino-aprendizagem, de forma a obter-se a participação ativa dos sujeitos envolvidos, centrados na realidade em que estão inseridos. Desta forma, a IES busca promover culturas institucionais que desenvolvam a avaliação crítica dos currículos; a experimentação como método privilegiado para o desenvolvimento permanente de novas ideias, aplicando os saberes e técnicas na solução de problemas do mundo real; a utilização de tecnologias que promovam inovações acadêmicas e a criação de ambientes de aprendizagem flexíveis e inspiradores.

Compreende-se que a educação tem o potencial para melhorar vidas e possibilitar mobilidade econômica. É a maior força de mudança no mundo. Durante períodos de incerteza, deve continuar a oferecer esperança e a oportunidade de reescrever a história, de mudar o futuro, tornando-o mais equitativo e acessível.

5.4 Objetivos do Curso

O curso de Direito estabeleceu seus objetivos, atentando para o desenvolvimento de um egresso cujo perfil profissional esteja alinhado com novas práticas emergentes no campo

do conhecimento relacionado ao curso, alinhando sua estrutura curricular e o contexto educacional, aos avanços tecnológicos sem esquecer as características locais e regionais.

5.4.1 Objetivo Geral

Formar bacharéis em Direito dotados de uma formação geral, jurídica, humanística e axiológica, capaz de analisar e dominar conceitos e terminologias jurídicas com adequada capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, desenvolvendo uma postura reflexiva e de visão crítica que promova as competências e as habilidades necessárias a uma aprendizagem autônoma e dinâmica, imprescindível para o exercício profissional, com vistas à prestação da justiça, da transformação social e do desenvolvimento da cidadania.

5.4.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos do Curso de Direito da Universidade Tiradentes:

- Exercitar uma visão transdisciplinar do Direito, compreendendo-o na sua íntima relação com os problemas humanos, e não apenas como conjunto de normas;
- Incentivar a postura inovadora frente ao Direito, adequando-o à realidade socioeconômica e tecnológica emergente;
- Desenvolver estratégias que permitam ao jurista superar a formação dogmática, pensar os códigos, e não apenas aplicá-los, e, ao mesmo tempo, compreender juridicamente os fatos sociais, base criadora do Direito;
- Adaptar, com sensibilidade, habilidade e competência, o conhecimento jurídico à solução dos problemas humanos, no cotidiano forense e na vida social;
- Repensar as relações entre o Direito, a Democracia, a Política e a Economia como especial forma de resguardar os valores de dignidade e justiça no plano do desenvolvimento, em face, inclusive, do processo de globalização;
- Desenvolver, no futuro bacharel, a consciência de que, além da defesa dos direitos e interesses que lhes são confiados, o compromisso de zelar pelo prestígio de sua categoria

profissional, o aperfeiçoamento das Instituições de Direito e do que interessa, em geral, à busca da justiça social na ordem jurídica estabelecida;

- Contribuir para a construção de decisões judiciais que modifiquem a realidade atual da sociedade brasileira;
- Interagir com a comunidade e ajudá-la na solução de seus problemas, através das atividades do Núcleo de Prática Jurídica e demais atividades práticas disponibilizadas ao longo do curso;
- Desenvolver postura investigativa por meio de atividades de ensino que permitam a construção o conhecimento, bem como através do fomento à pesquisa e produção científica;
- Atuar numa sociedade complexa e em constante transformação, apto a entender o momento histórico e oferecer respostas que atendam às demandas sociais;
- Reconhecer a especificidade do desenvolvimento local e regional e seus problemas peculiares, contribuindo para a redução das desigualdades sociais; e,
- Dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

5.5 Perfil Profissional

O perfil profissional do discente do curso de Direito, delineado está pautado nos estudos realizados pela OAB, e culminaram com a reformulação das Diretrizes Curriculares para o curso de Direito, identificando a necessidade de coexistência da preparação técnico-jurídica e da formação sociopolítico dos estudantes. Desse modo, o Curso de Direito desenvolve um ensino voltado para uma sólida formação geral, de base humanística e axiológica, revelando-se condizente com a realidade brasileira e do Estado e em harmonia com a qualidade que a instituição se propõe a manter o compromisso que tem com a Educação Jurídica Superior. Cabe ressaltar, o fato de que grande número de bacharéis em Direito se direciona para as carreiras da Advocacia, Magistratura, do Ministério Público, da Advocacia Pública, de Delegado de Carreira, Defensorias, Magistério no Ensino Superior e Procuradorias e outras áreas, além dos que seguem como profissionais liberais ou como advogados-empregados.

Assim, pretende-se assegurar ao futuro profissional a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, domínio da terminologia jurídica, interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais. Aliada a isso, o desenvolvimento de uma postura

reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania, nos termos da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, sobre as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito. Considerando que o curso objetiva formar profissionais com as habilidades e competências necessárias para atender as exigências de ingresso ao exercício das muitas profissões jurídicas, convém ressaltar que a formação não se exaure na graduação, sendo necessários estudos constantes de atualização, aperfeiçoamento e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos. Neste sentido, atendendo ao art.43 da LDB (9.394/96), em seu inciso segundo, expressa a necessidade de “formar diplomados nas diferentes áreas [...] e colaborar na sua formação contínua”, o curso, possibilita a continuidade dos estudos oferecendo cursos lato e stricto sensu, que aprofundem seus conhecimentos e ampliem as competências do seu egresso.

Para que o profissional assuma tal perfil, o Curso de Direito desenvolve seu processo formativo, coerente ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, possibilitando o desenvolvimento das seguintes competências:

- Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira é comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- Competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Capacidade para comunicar-se com precisão;
- Dominar os instrumentos da metodologia jurídica, compreendendo e aplicando corretamente conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- Desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Apresentar a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Utilizar - se corretamente da terminologia e das categorias jurídicas;
- Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- Dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- Capacidade para trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
- Acompanhar e incorporar inovações tecnológicas no exercício da profissão.

5.6 Campo de Atuação

O Bacharel em Direito, está apto tanto ao exercício da advocacia privada como ao ingresso nas carreiras jurídicas do serviço público. Contudo, para advogar ou prestar alguns concursos públicos, terá que submeter-se ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil - cuja aprovação é condição *sine qua non*. Entre as diversas áreas de atuação podemos citar as seguintes: Magistério Superior, Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e Militar, Defensoria Pública, Procuradorias Municipais e Estaduais e Advocacia Geral da União. O profissional pode atuar como Advogado, Juiz, Promotor de Justiça, Defensor Público, Delegado de Polícia Civil ou Federal, prestar assessoria, consultoria e gestão jurídica, atuar na pesquisa e na docência do Direito em níveis de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, podendo ainda ser advogado independente. É um campo de atuação bastante amplo e está exigindo um profissional cada vez mais especializado, fato que direciona as ações pedagógicas do curso no sentido de oferecer a melhor formação aos seus discentes.

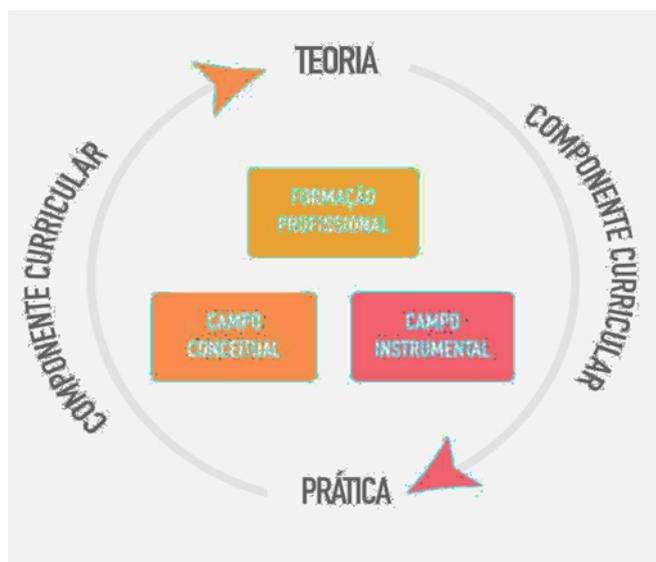
A Universidade Tiradentes possibilita uma sólida formação acadêmica direcionada para o desenvolvimento das competências, aliada ao fomento de uma postura reflexiva e visão crítica e que estimula a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, sempre enfatizando que a atualização e o aperfeiçoamento devem ser constantes.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLÓGICA DO CURSO

Os referenciais didático-pedagógicos do curso de Direito encontram-se pautados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que ressalta a articulação constante das atividades de ensino, pesquisa e extensão e no desenvolvimento de habilidades e competências. Estes, por sua vez, caracterizam-se pelo exercício de ações que possibilitam e estimulam a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos. Estão entre essas habilidades e competências, o enfrentamento e resolução de problemas, construção de argumentações técnicas, trabalho em equipe, tomada de decisão, entre outras.

A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, marco referencial da organização metodológica e curricular, busca estabelecer um diálogo constante das unidades programáticas de um mesmo ou de diferentes campos do saber, cujas práticas possibilitam a diminuição da fragmentação dos conhecimentos e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado.

Como elemento caracterizador da estrutura que fundamenta o currículo inovador deste curso, pode-se identificar a composição do quadro de disciplinas que objetivam alcançar duas realidades na formação profissional universitária, que são justamente a formação conceitual e a instrumental, estas formações efetivam-se por meio das disciplinas componentes do curso e em sua alocação por períodos, de forma que se permita alcançar um alto nível de preparação, no qual o aspecto teórico atua como base e se vincula diretamente às questões práticas, estando estes dois elementos, teoria e prática perpassando o projeto do curso em sua totalidade. Desse modo, o aluno está em toda a sua formação lidando com aspectos e conhecimentos do campo conceitual e instrumental que sustentam e fomentam as ações profissionais para a formação jurídica.



O Currículo do Curso de Direito da Universidade Tiradentes abrange os diversos campos do conhecimento, identificando as disponibilidades e avaliando as relações homem/trabalho/meio-ambiente, despertando nos alunos o espírito crítico e criativo, habilitando-os para a gestão inter e transdisciplinar das atribuições do profissional da área jurídica e desenvolvendo no educando a capacidade de aprender a fazer, fazendo, conforme diretrizes adotadas por seu projeto pedagógico que estão amparados no PPI. Dessa forma, no Curso de Direito há uma busca permanente de aproximação da teoria à prática, à medida que se proporciona ao educando, paulatinamente no transcorrer do curso, oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem que extrapolam as exposições verbais em sala de aula. Fazem parte dos recursos metodológicos utilizados pelo professor: exercícios, análise e resolução de problemas que envolvam situações reais e atividades práticas realizadas nos laboratórios.

A metodologia de ensino prioriza o fortalecimento da autonomia e o compartilhamento de responsabilidade e compromisso com o processo ensino-aprendizagem, valorizando as potencialidades discentes, favorecendo o confronto de ideias e o desenvolvimento de conhecimentos significativos e funcionais. A interdisciplinaridade, marco referencial da organização metodológica e curricular, busca estabelecer um diálogo constante das unidades programáticas de um mesmo ou de diferentes campos do saber, cujas práticas possibilitam a diminuição da fragmentação dos conhecimentos e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado.

6.1 Procedimentos Metodológicos Adotados

Ao se adotar um currículo baseado no desenvolvimento de competências busca-se, aliar a teoria com a prática, valorizando as experiências dos estudantes, a utilização das tecnologias da informação e comunicação, estimulando a autoaprendizagem, as práticas colaborativas, e a articulação dos conhecimentos inerentes do profissional com a sociedade.

A proposta de ensino do curso de Direito prevê a utilização de diversos métodos que possibilitem um aprendizado ativo e participante, articulando a construção de conhecimentos com o desenvolvimento de reflexões, transformações e atuações. Entre os métodos a serem utilizados no curso podemos citar:

- **Sala de aula invertida** - que inverte a lógica de organização da sala de aula com a disponibilização dos conteúdos a serem trabalhados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para acesso em qualquer lugar e horário que o estudante deseje. Essa estrutura possibilita melhor aproveitamento do tempo na interação com o professor e os colegas para realizar atividades e discussões, sanar dúvidas, oportunizando assim a aprendizagem personalizada.

- **Aprendizagem por pesquisa** - Inquiry-based learning, trata-se de uma forma ativa de construção de aprendizagem que pressupõe trabalhos em grupo e atividades individuais com enfoque prático e/ou teórico para indagar, pesquisar e analisar, visando buscar informações importantes para a compreensão e elaboração de conceitos, processos explicativos e princípios de um tema ou objeto;

- **Aprendizagem significativa, interativa e colaborativa** - na qual por meio da interação e colaboração entre os diferentes agentes, os conteúdos são trabalhados de forma integrada e contextualizada, visando promover sentido ao que é discutido a partir do conhecimento prévio do estudante.

- **Inovação** no uso de tecnologias da informação e comunicação, que trata da busca de melhoria contínua das tecnologias aplicadas no processo de ensino e aprendizagem e nos conteúdos disponibilizados para os estudantes. Todos os professores estudam e têm acesso contínuo a novos aplicativos para celular e plataformas que possam apoiar a aprendizagem.

- **Cenários diversificados de aprendizagem** - Destaca-se a preocupação com a acessibilidade metodológica através da utilização de práticas diferenciadas, comunicação

interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados que atendam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. O curso utiliza diferentes cenários de aprendizagem oferecidos por inovações tecnológicas presentes na UNIT, advindas dos Serviços do **Google For Education**. Com estes recursos, o curso passou a ter acesso a versões ilimitadas do pacote educacional do aplicativo, incluindo o Drive, Gmail, Calendário e Docs, entre outros, o que possibilita inovações nas metodologias utilizadas no processo ensino aprendizagem, por meio de softwares colaborativos e da versatilidade proporcionada pelo Chromebooks, notebooks, tablets e smartphones. As atividades e aulas, também podem ser desenvolvidas de forma síncrona e assíncrona com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

- **Bibliotecas Virtuais** – Espaço de consolidação da aprendizagem e ampliação de conhecimentos a exemplo da biblioteca virtual como recurso disponibilizado aos alunos, com acesso na IES e remoto, otimizando, desta forma, atividades extraclasse, consolidando a construção do conhecimento. Tais elementos proporcionam aprendizagens diferenciadas.

A proposta do Curso de Direito na UNIT envolve em sua estrutura curricular, disciplinas que contemplam o espírito de ajuste das comprovadas necessidades atuais do mercado de trabalho, e as inevitáveis transformações que este campo atravessa, a partir de um sólido embasamento teórico, sempre obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos e a legislação vigente.

Os procedimentos metodológicos adotados nos currículos dos distintos cursos são previamente avaliados e analisados no que diz respeito a sua pertinência, alinhados aos preceitos institucionais e o seu alinhamento ao Modelo Educacional Tiradentes, para tal a sua validação se dá a partir da consolidação com o planejamento estratégico. Sendo assim todos esses procedimentos são submetidos a Pró-reitoria de graduação para análise e deferimentos.

6.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

A UNIT utiliza o Brightspace da D2L como seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o qual foi concebido de forma a agregar recursos tecnológicos educacionais que desenvolvam aspectos como colaboração, interação e permita a gestão acadêmica de forma completa. O AVA é um sistema informatizado, utilizado via internet, que possibilita o

gerenciamento, a interação e a mediação do processo de aprendizagem dos estudantes. A possibilidade de produzir conteúdos, a partir de uma tecnologia que agrega diversas possibilidades de mídias e diversos formatos, faz do AVA da D2L um produto que incorpora, facilmente, as práticas pedagógicas da Instituição.

O Brightspace propicia aos alunos do curso, inovações no processo ensino-aprendizagem, por meio de ferramentas tecnológicas facilitadoras da construção do conhecimento, contribuindo, dessa forma, para a autonomia do aluno. O Brightspace foi concebido para ser mais do que um simples espaço de publicação de conteúdos; ele representa um espaço de interação e mediação entre professores, estudantes e a Instituição, traduzindo na prática a metodologia de ensino.



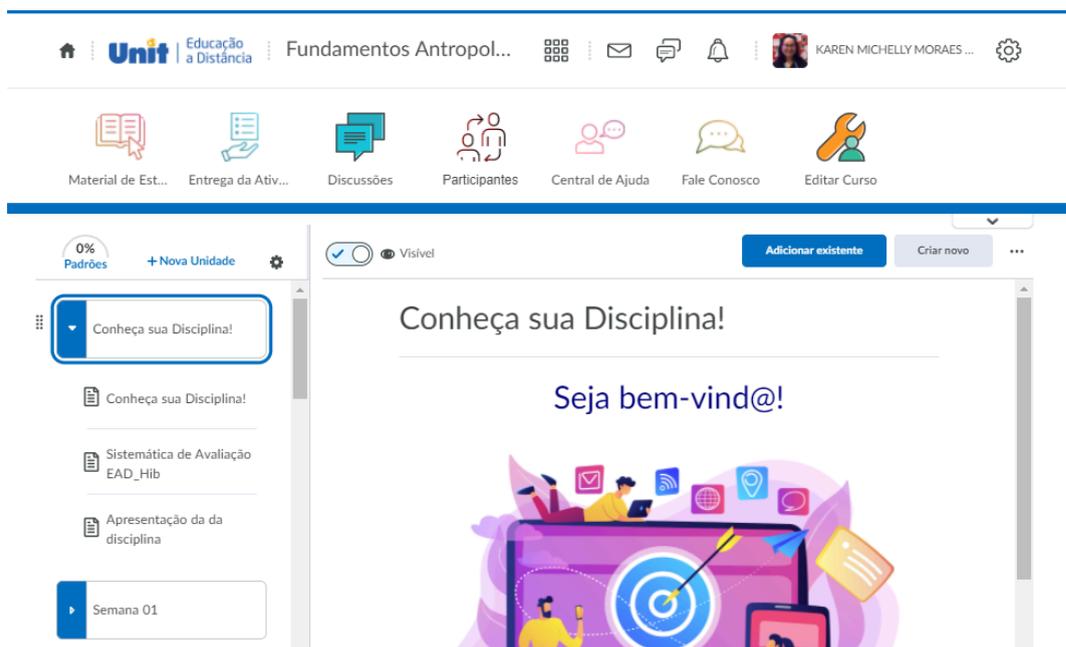


Figura 4 - Tela inicial de uma disciplina no AVA

A seguir apresentam-se os diferentes recursos disponíveis no AVA utilizado pela UNIT:

RECURSO	FERRAMENTAS E FUNCIONALIDADES
<p align="center">GESTÃO E CRIAÇÃO DE CURSOS</p>	<p>Arquivo Lista de Presença Favoritos Checklist Classlist Conteúdo Gerenciamento de conteúdo Copiar componentes do curso Course Builder™ Listagem cruzada Data Purge Auto-registro externo Perguntas frequentes Glossário Help Editor de HTML Representação de usuários Inserir coisas Assistente de Projeto Instrucional™ Agentes inteligentes (suporte para CBE) Repositório de Aprendizado Lições</p>

RECURSO	FERRAMENTAS E FUNCIONALIDADES
	<p>Links Gerenciar usuários Condições de Liberação de conteúdo Chave de funções Mapa de assentos Auto-registro Acesso especial Templates de Cursos</p>
<p>COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO</p>	<p>Feed de Atividades Anúncios / Anúncios Globais Blog Calendário Bate-papo Discussões E-mail Lockers de grupo Mensagens instantâneas Notificação de subscrição Integração social Integração síncrona Notas por vídeo Salas de aula virtuais</p>
<p>AVALIAÇÕES E RELATÓRIOS</p>	<p>Estatísticas avançadas Trabalhos Brightspace Analytics Brightspace Assignment Grader™ Painel de Progresso do Usuário Painel de Progresso da Classe Competências ePortfolio Notas Biblioteca de perguntas Provas Rubricas Autoavaliação Pesquisa Trabalhos por vídeo</p>
<p>REPOSITÓRIO DE APRENDIZAGEM</p>	<p>Acessar meus objetos / Minhas coleções na página inicial Classificação de material com taxonomias poderosas Visualização de resultados da pesquisa em linha Pesquisa pública / repositórios públicos</p>

RECURSO	FERRAMENTAS E FUNCIONALIDADES
	<p>Metadados flexíveis e personalizáveis Indexação de texto completo em documentos Controle de acesso granular Pesquisa integrada: pesquisa de metadados federados e colhidos Integração com livro de notas Gerenciar de diversos repositórios Gerenciamento de permissões e direitos (Creative Commons) Personalização de listas e coleções de leitura Publicação com metadados ricos Conjunto completo de APIs JSON RESTful Suporte para SCORM 1.2 Suporte de pesquisa, navegação e filtro Controle de versão simples Single Sign-on (SSO) Template Metadados Biblioteca de imagens como miniaturas</p>
<p>EPORTFOLIO</p>	<p>Avaliação Conexão à rede social Painel de controle Armazenamento, compartilhamento e associações de arquivos Formulários Aplicativo móvel Notificações Apresentações Ferramentas reflexivas e de autoavaliação Transferibilidade</p>
<p>OUTRAS FERRAMENTAS</p>	<p>Auditor Criação de Curso em Massa Gerenciamento de usuários em massa Copiar cursos em lote Conversor de Pacotes de Cursos IP para soluções de autenticação</p>
<p>APLICATIVOS MÓVEIS</p>	<p>App de correção e atribuição de notas do Brightspace Assignment Grader Brightspace Pulse (visualização Carga de trabalho) ePortfolio Mobile Design responsivo (navegação na web móvel)</p>

RECURSO	FERRAMENTAS E FUNCIONALIDADES
<p>CORE ANALYTICS</p>	<p>Relatórios fáceis de usar, integrados diretamente ao Brightspace Learning Environment Relatórios de progresso da classe e do usuário</p>
<p>ACESSO AOS DADOS</p>	<p>Dados em massa via Data Hub (mais de 50 conjuntos de dados no nível do usuário como arquivos CSV) Dados agregados por meio de APIs de dados (atividade de aprendizado capturada como eventos e agregada) Dados do aplicativo (via APIs do aplicativo) combine facilmente conjuntos de dados e relatórios Gere visualizações de dados e relatórios complexos. Crie agregações e filtros personalizados Use seus dados para pesquisa Alguns conjuntos de dados avançados incluem: Todos os anos, Avaliação dos Resultados de Aprendizagem do Curso, uso do aluno, uso do professor.</p>
<p>ARQUITETURA EM NUVEM</p>	<p>O SLA para nossos clientes do Brightspace Cloud é de 99.9% Monitoramento, backup, atualização e patch. Planejamento de capacidade Manutenção da disponibilidade, segurança e desempenho do seu site Alto nível de escalabilidade por meio de várias abordagens eficazes de implementação Disaster Recovery Todos os componentes da arquitetura do aplicativo Brightspace são redundantes Dependendo do recurso de hospedagem, as certificações SSAE 16, PCI ou ISO estão disponíveis. Certificação ISO 27018 Certificação ISO 27001 anualmente Network Operation Center (NOC) 24x7 para responder a incidentes.</p>
<p>FLEXIBILIDADE</p>	<p>Menu suspenso da ferramenta de administração APIs do Brightspace Widgets personalizados Páginas iniciais Gerenciar idiomas Navbars Hierarquia de várias unidades organizacionais Várias funções e permissões Registro do sistema</p>

RECURSO	FERRAMENTAS E FUNCIONALIDADES
	Preferências de usuário
<p align="center">STANDARDS</p>	<p>SCORM: 1.2 RTE 3, 2004 Certificação com logotipos IMS: IMS-CP, IMS-RDCEO da empresa, IMS-QTI, IMS-CC, LTI do IMS (v1.1.1, mensagem do item de conteúdo v1.0) e outros IEEE: IEEE-LOM, padrões de objetos de aprendizagem para perfis de metadados Metadados: Dublin Core, CanCore, GEM (metadados) OAI-PMH - Protocolo da Iniciativa de Acesso Aberto para coleta de metadados Web: HTML, XML, REST Totalmente compatível com SCORM, suporta o modelo de dados e os padrões da API.</p>
<p align="center">CARACTERÍSTICAS AVANÇADAS</p>	<p>Ensino adaptativo nativo para permitir criar automaticamente caminhos de aprendizado exclusivos em tempo real Análise Preditiva - O Student Success System (S3) fornece aos instrutores painéis analíticos preditivos para que eles possam ver rapidamente os alunos em risco e, com um clique, executar os dados. Advanced Analytics - um poderoso conjunto de relatórios longitudinais de alto desempenho, visualizações de dados sofisticadas e conjuntos de dados exportáveis que permitem às instituições agir. Ele fornece relatórios de dados institucionais sobre Engajamento, Avaliação e Realização de Resultados.</p>

O AVA da D2L encontra-se integrado ao sistema acadêmico da IES. Essa integração permite que o gerenciamento de informações e os ganhos sinérgicos de sua interlocução possam ser melhor aproveitados para o processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, a D2L é a única empresa de grande porte que conta com a certificação ISSO 27001 e 27018, atualizada a cada ano.

No AVA, docentes e discentes dispõem de várias mídias, ferramentas e recursos para ampliação e interação entre os alunos, fazendo com que os mesmos construam conhecimento, desenvolvendo competências necessárias para futura atuação no mercado de trabalho - tendo como base de apoio a metodologia da educação a distância.

O AVA assegura a integração, a cooperação, a interatividade e a construção coletiva do conhecimento, disponibilizando os conteúdos didáticos, os recursos e as tecnologias

apropriadas e necessárias para desenvolver a cooperação entre professores, tutores e alunos, a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, bem como o desenvolvimento de competências e o alcance dos objetivos da aprendizagem.

Os encontros online permitem a comunicação em tempo real entre professores, tutores e alunos, bem como o gerenciamento de informações sobre a jornada de aprendizagem de cada aluno. Outra ferramenta importante é o Fale Conosco, canal de comunicação para dirimir dúvidas de natureza acadêmica, pedagógica e de conteúdos, bem como de natureza técnica. No AVA também estão à disposição dos alunos videoaulas, conteúdos didáticos e biblioteca virtual que auxiliam o desenvolvimento dos estudos, a construção dos conhecimentos e o desenvolvimento da aprendizagem.

A gestão do AVA é realizada pela Gerência de EAD, composta por uma equipe multidisciplinar que acompanha e desenvolve ações no Ambiente Virtual de Aprendizagem assegurando o seu funcionamento e a sua melhoria. O AVA tem seu layout desenhado e é programado por uma equipe tecnológica que a cada semestre letivo procura rever o ambiente e realizar alterações quando necessárias, de sorte a assegurar sua atualização e alinhamento aos objetivos da aprendizagem. O Departamento de Tecnologias da Informação dá o devido suporte técnico e os professores alimentam e retroalimentam o AVA, utilizando-o em todas as suas potencialidades.

Além de ser baseado em competências, o Brightspace disponibiliza uma série de **agentes inteligentes**, automatizados, que notificam os alunos, por email, quanto às atividades, ao acesso, rendimentos atingidos, lembretes e esses recursos do AVA permitem o acompanhamento individualizado do progresso dos alunos. Com o Brightspace da D2L a atividade subjetiva passa a ser corrigida por padrões de correções. O professor utiliza interface rubricas para realizar a correção das atividades.

6.2.1 Acessibilidade do AVA

O AVA da UNIT é desenvolvido com empatia para promover a capacitação e empoderamento de alunos com deficiência. Por isso, a inclusão é parte da cultura da D2L. A acessibilidade é um componente integral do ciclo de desenvolvimento, o que permite um alinhamento aos padrões globais de acessibilidade que garantem a usabilidade por pessoas

com deficiência e sua interoperabilidade com tecnologias assistivas. Nesse sentido, a D2L é continuamente premiada com alta reputação para garantir a acessibilidade de seus usuários.



Figura 5 – Requisitos da premiação sobre Acessibilidade ao AVA da D2L

6.2.2 Conteúdos Didáticos Digitais

Os conteúdos didáticos disponibilizados aos alunos fazem parte de um desenho educacional próprio e são planejados de forma integrada, com foco no desenvolvimento de competências específicas, através da combinação de produção interna de videoaulas e licenciamento de conteúdos de grupo editorial.

As videoaulas são gravadas pelos professores de acordo com o planejamento pedagógico da disciplina, representado pelo Plano de Ensino e Aprendizagem, nos estúdios do Complexo de Comunicação Social. As videoaulas assumem a função de recursos audiovisuais de apoio aos temas já abordados nas Unidades de Aprendizagem e têm a função de exemplificar, ilustrar, contextualizar, problematizar, analisar de forma aprofundada os saberes para que o estudante desenvolva as conexões necessárias à aprendizagem porque são contextualizadas com temas atuais e estudos de caso. Enfim, as videoaulas seguem o rigor acadêmico exigido para a profissão e buscam sempre manter o estudante atualizado.

A Unit possui uma parceria com a Sagah/Grupo A para licenciamento de conteúdos digitais em formato HTML e responsivo. A Sagah possui conteúdos didáticos elaborado com base em metodologias ativas e aprendizagem *just in time*, visando possibilitar a aplicação da Sala de aula invertida e no ensino híbrido.

Os conteúdos didáticos digitais disponibilizados aos nossos alunos são planejados para serem utilizados para estudos independentes, bem como para serem utilizados durante os encontros presenciais como recursos de estratégias metodológicas ativas, porque possuem rigor acadêmico e pautam-se na clareza dos conceitos e informações que veiculam. Para cumprir com eficácia esses propósitos, os conteúdos são selecionados no Catálogo Sagah para que:

- sejam interessantes, criativos, interativos, provocativos, reflexivos, problematizadores e motivadores;
- contextualizem a teoria apresentada, trazendo exemplos práticos aplicados à realidade profissional;
- tenham linguagem simples, clara, objetiva, elucidativa e dialoguem com o estudante;
- contribuam para a construção da autonomia do estudante;
- contemplem diferentes perfis de estudantes, de diferentes realidades sociais e culturais;
- sejam formativos, isto é, levem a reflexões e práticas que culminem na mudança de postura, de atitude e que possam ser utilizados na vida cotidiana do estudante;
- sejam contextualizados e orientados, a fim de garantir ao estudante autonomia no aprendizado;
- equilibrem texto e recursos visuais;
- proponham atividades variadas,
- incentivem a pesquisa em outras fontes.

Todo conteúdo é desenvolvido por uma equipe de professores conteudistas, sendo especializados em suas áreas de formação. Antes de contratar um professor conteudista, a Sagah realiza um rigoroso processo de treinamento com o professor, onde ele produz uma Unidade de Aprendizagem (UA) de teste e apenas mediante a aprovação, é efetivada a contratação. Além disso, cada unidade de aprendizagem produzida pela Sagah passa por um minucioso e rigoroso controle de qualidade.

São características das Unidades de Aprendizagem:

- a. **Linguagem dialógica:** Os textos orientativos, o que incluem os capítulos de livros que apoiam as unidades de aprendizagem, são elaborados em linguagem dialógica visando tornar o conteúdo mais próximo da linguagem do aluno.
- b. **Conteúdo responsivo:** conteúdos que se ajustam ao dispositivo do aluno (computador, notebook, tablet, smartphones) permitindo que tenha uma experiência única de aprendizagem independentemente do tamanho de sua tela.
- c. **Versão para impressão:** desenhada para fornecer o conteúdo na íntegra em PDF respeitando a formatação de impressão, os alunos conseguem acessar o conteúdo offline e/ou ainda imprimi-lo para realizar anotações.
- d. **Acessibilidade:** Existe uma versão adaptada das unidades de aprendizagem para alunos com deficiência visual e auditiva, de forma que deficientes visuais têm acesso uma versão da UA completa em texto limpo; e deficientes auditivos contam com a tradução em libras realizada pela ferramenta Hand Talk.
- e. **Autonomia de edição de UAs:** é possível editar as Unidades de Aprendizagem, possibilitando que os professores adicionem conteúdos como vídeos ou imagens, PDF's, por exemplo.
- f. **Inovação tecnológica:** a Sagah investe em tecnologias inovadoras para proporcionar experiências diferenciadas aos alunos, como, as tecnologias disponíveis: realidade aumentada para aproximar uma experiência realística em 3D, vídeos 360° e realidade virtual para proporcionar experiências imersivas, vídeos gravados com técnicas diferenciadas, como por exemplo, o lightboard.

Uma Unidade de Aprendizagem (UA) é composta por objetos de aprendizagem que permitem ao aluno desempenhar um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Os estudos sobre aprendizagem demonstram que a taxa de aprendizagem cresce com a realização de atividades pelos alunos. Assim, as unidades foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade: textos, vídeos e exercícios de fixação.



Figura 6 – Tela de exemplo da trilha de aprendizagem de uma Unidade de Aprendizagem.

Cada **Unidade de Aprendizagem** possui uma trilha integrada que possui 8 (oito) seções que serão descritas a seguir:

1. **Apresentação:** contém os objetivos de aprendizagem da UA, em termos de conteúdos, habilidades e competências. Esses objetivos de aprendizagem servem como norteadores para a elaboração dos demais itens que compõem a unidade. Os objetivos são precisos, passíveis de observação e mensuração. A elaboração de tais objetivos: a) delimita a tarefa, elimina a ambiguidade e facilita a interpretação; b) assegura a possibilidade de medição, de modo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizado podem ser determinadas; c) permite que o professor e os alunos distingam as diferentes variedades ou classes de comportamentos, possibilitando, então, que eles decidam qual estratégia de aprendizado tem maiores chances de sucesso; e d) fornece um sumário completo e sucinto do curso, que pode servir como estrutura conceitual ou “organizadores avançados” para o aprendizado.

2. **Desafio:** essa seção visa contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando-se significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto, mas sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se, nesta atividade, elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica. Este desafio propõe ao aluno a entrega de algum resultado: um artigo, um projeto, um relatório, etc. Ou seja, o aluno deverá produzir algo que comprove

a realização da atividade e que permita a avaliação do seu progresso. O resultado da atividade pode ser entregue no AVA.

3. **Infográfico:** é uma síntese gráfica, com o objetivo de orientar o aluno sobre os conteúdos disponibilizados no material. São elementos informativos que misturam textos e ilustrações para que possam transmitir visualmente uma informação.

4. **Conteúdo de livro:** representa um trecho ou capítulo do livro selecionado. Esses textos serão produzidos em flipbook e disponibilizados aos alunos por intermédio de um link que o direciona para o material.

5. **Dica do professor:** a dica do professor é um recurso audiovisual de curta duração sobre o tema principal da unidade de aprendizagem. A dica do professor tem por objetivo apresentar o conteúdo em um formato dinâmico, complementando os demais objetos de aprendizagem.

6. **Exercícios de fixação:** são questões de múltipla escolha que abordam os pontos principais do conteúdo. São exercícios que reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São disponibilizadas cinco questões em cada unidade de aprendizagem. Cada exercício é apresentado e, após a resolução pelo aluno, a resposta correta é assinalada. Todas as opções de respostas possuem feedback, inclusive os distratores.

7. **Na Prática:** é a aplicação e contextualização do conteúdo. Um meio de demonstrar a teoria na prática. A aplicabilidade prática de cada conceito desenvolvido na unidade de aprendizagem é exemplificada. Ao contextualizar a teoria, a metodologia favorece o desenvolvimento das competências profissionais pelo conhecimento das situações reais da vida profissional.

8. **Saiba Mais:** permite a leitura complementar e mais profunda dos diversos assuntos abordados na unidade de aprendizagem. São artigos científicos, livros, textos, vídeos e outros materiais que estimulam a continuidade da leitura e o interesse de aprofundamento dos conteúdos.

Enfim, uma UA integra diferentes objetos de aprendizagem e funciona como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. Sua abordagem dialógica, composta por textos e atividades criteriosamente produzidas, viabilizam ao aluno o papel de protagonista no seu processo de construção do conhecimento. A comunicação mediada pelos

conteúdos didáticos, segue o estilo acadêmico e, ao mesmo tempo, busca a simplicidade e a dialogicidade, garantindo os pressupostos teórico-metodológicos necessários à mediação de conteúdo que o curso exige.

6.2.3 Acessibilidade das UAs

Todas as UAs da Sagah possuem recursos e soluções de tecnologia que permitem acessibilidade para pessoas com deficiência. Destacamos as funcionalidades:

- todos recursos audiovisuais “Dica do professor” possuem legendas em português, aumento de velocidade da voz, permitindo o acesso de pessoas surdas ou mesmo alunos que preferem acompanhar os vídeos com legendas.



Figura 7 – Exemplo de UA com legendas da Dica do Professor habilitada

- para alunos com deficiência auditiva, a Sagah disponibiliza um plug-in que traduz o conteúdo da unidade para Libras com suporte do Hand Talk.

Figura 8 – visualização de Talk ativo para em Libras



Exemplo de App Hand interpretação

- para alunos subnormal

com visão habilitamos

o alto contraste e texto com fonte ampliada e espaçada melhorando a experiência de leitura.



Figura 9 – Exemplo de UA com alto contraste preto



Figura 10 – Exemplo da UA com fonte espaçada

- para alunos cegos disponibilizamos texto com versão adaptada para softwares leitores de texto e figuras descritas.

6.3 Outras características da estrutura curricular

6.3.1 Acessibilidade Metodológica

No currículo do curso de Direito a acessibilidade metodológica é entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem. Neste sentido, no curso de Direito as atividades desenvolvidas observam as necessidades individuais e os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes.

A comunidade acadêmica, em especial, os professores, concebem o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional promovendo processos e recursos diversificados a fim de

viabilizar a aprendizagem significativa dos estudantes. Desta forma, concebe-se que a acessibilidade metodológica no curso de Direito deve considerar a heterogeneidade de características dos alunos para que se possa derrubar os obstáculos no processo de ensino aprendizagem promovendo assim a efetiva participação do estudante nas atividades pedagógicas e na apropriação dos conhecimentos e saberes que favoreçam uma formação integral no seu itinerário acadêmico.

Atentos a esses princípios, os conteúdos curriculares a serem abordados no Curso de Direito encontram-se organizados de modo a constituírem-se elementos que possibilitem o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando as características individuais. No que se refere à ampliação no atendimento educacional especializado ligado às questões de acessibilidade, o acadêmico da Universidade Tiradentes conta com as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial – NAPPS que oferece aos estudantes um serviço que objetiva acolhê-lo e auxiliá-lo a resolver, refletir e enfrentar seus conflitos emocionais, bem como suas dificuldades a nível pedagógico.

6.3.2 Flexibilização na Estrutura Curricular

A flexibilização curricular está fundamentada no PDI por mecanismos presentes no currículo do curso que se consolidam por meio de disciplinas optativas, eletivas e atividades complementares à formação acadêmica. Estas objetivam:

- Proporcionar a construção do percurso acadêmico, enriquecendo e ampliando o currículo;
- Oportunizar a vivência teórico-prática de disciplinas específicas em cursos que pertencem à mesma área ou área afim;
- Possibilitar a ampliação de conhecimentos teórico-práticos que aprimorem a qualificação acadêmico-profissional.
- Oportunizar a vivência de situações de aprendizagem que extrapolam as exposições verbais em sala de aula.

Assim posto, tais componentes flexibilizam o currículo, propiciando a organização de trajetórias individuais de formação. Essas atividades promovem para o discente, o contato com conhecimentos que transcendam os programas disciplinares, o que viabiliza vivências

voltadas ao mundo da ciência e do trabalho, tendo em vista a busca da sua autonomia acadêmica, ao efetuar escolhas que permitem a organização de trajetórias individuais no decorrer da formação profissional.

Acompanhando os avanços na profissão, estão inseridas na estrutura curricular disciplinas de formação geral: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia e Cidadania, Metodologia Científica e ainda a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. As disciplinas mencionadas utilizam mecanismos de EAD possibilitando aos estudantes o contato e o uso das TICs, adaptando-se ao espírito do aprendizado aberto e semipresencial, centrados na autoaprendizagem por meio de ferramentas tecnológicas facilitadoras da construção do conhecimento, contribuindo, dessa forma, para a autonomia do aluno.

6.3.3 Interdisciplinaridade na Estrutura Curricular

A interdisciplinaridade é operacionalizada por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitam a diminuição da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social. Busca, desse modo, favorecer uma visão contextualizada e uma percepção sistêmica da realidade, de modo a propiciar uma compreensão mais abrangente.

As disposições das disciplinas na estrutura curricular possibilitam um percurso formativo que contribui com a transversalidade e com a interdisciplinaridade, dessa forma, há uma busca permanente de aproximação da teoria à prática, à medida que se proporcionam paulatinamente no transcorrer do curso, oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem diferenciadas. Dentre as atividades interdisciplinares, podemos mencionar as que são desenvolvidas pelas componentes curriculares de Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos e Experiência Extensionista que são disciplinas cujas unidades curriculares desenvolvem pesquisas de integração entre os conteúdos já estudados e fatos de interesse social, sendo um catalisador da integração dos temas conceituais e instrumentais que antecedem as mesmas. Nas disciplinas, são desenvolvidas pesquisas interdisciplinares que

culminam na elaboração de banners, resumos e artigos acadêmicos, e também ações de extensão na comunidade.

6.3.4 Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em relação ao preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.), o curso trata destas questões:

- No projeto pedagógico e na matriz curricular estão incluídos em conteúdos de disciplinas e atividades curriculares pertinentes;
- Nas Atividades Complementares patrocinadas pelo curso e pela Universidade, como tema de iniciação científica e pesquisa, extensão, entre outros;
- Na disciplina de Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, que trata de questões socioculturais, por meio de desenvolvimento de temas que abordarão as questões socioculturais e História dos Povos Indígenas e Afrodescendentes, dos Movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo, a plurietnia e o multiculturalismo no Brasil, entre outros, de modo a promover a ampliação dos conhecimentos acerca da formação destas sociedades e da sua integração nos processos físico, econômico, social e cultural da Nação Brasileira, além de outros componentes curriculares a exemplo de Direitos Humanos e Fundamentais em que tais questões também são tratadas.

6.3.5 Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795/1999, em seu artigo 1º conceitua Educação Ambiental como

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental especifica que

a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012a).

O Projeto Pedagógico do curso de Direito tem como objetivo, dentre outros, formar profissionais com compromisso ético, capazes de decifrar a realidade e formular respostas profissionais para a sua atuação social. Portanto, a questão ambiental consiste em aspecto relevante da realidade, que contribui na formulação de alternativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, saúde, bem-estar coletivo e desenvolvimento local sustentável. Destarte, a temática Educação Ambiental se apresenta de forma transversal através de conteúdos que contribuem para a atuação do futuro profissional, e desenvolvida de diferentes formas, tais como:

- Transversalmente nos diversos componentes curriculares, como temática a ser desenvolvida nos projetos.
- No componente curricular e em ações desenvolvidas no curso, a exemplo Direito Ambiental e Agrário que aborda as questões relativas ao meio ambiente, economia e relações sociais.

Fica evidente que a Universidade Tiradentes não só atende ao que se estabelece as Políticas de Educação Ambiental, mas também promove, de forma contínua e permanente, ações a curto, médio e longo prazo que promovam uma conscientização de todos os atores que fazem desta instituição um espaço de debates e construção permanente de conhecimento.

6.3.6. Educação em Direitos Humanos

Conforme preconiza o parágrafo 2º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, considera-se Educação em Direitos Humanos

[...] um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. (BRASIL, 2012c)

A Universidade Tiradentes, através do curso de Direito, adota o respeito às diferenças como valor. Assim, pretende uma formação de homens e de mulheres que rejeitem todo tipo de humilhação que possa ferir a dignidade humana e que os futuros profissionais internalizem o princípio de combate a qualquer discriminação de raça, etnia, orientação sexual, gênero, idade, religião, linguagem, pessoas com deficiência, em situações de risco pessoal e social, bem como aquelas com mobilidade reduzida. Nesse sentido, espera-se que os profissionais formados sob estes princípios, reúnam competências técnicas, científicas, éticas e morais voltadas à concretização de uma sociedade mais justa e solidária, com melhor qualidade de vida e dispostos a solidificar um ambiente sustentável e com paz social.

A materialidade desses valores e princípios institucionais ocorre com a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos no curso de Direito das seguintes formas

- Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- De maneira mista nos componentes Direitos Humanos e Fundamentais, Tópicos Avançados do Direito, Experiências Extensionistas e combinando transversalidade e interdisciplinaridade, nos demais componentes curriculares, e também nas atividades complementares, de extensão e de pesquisa, desenvolvidas ao longo do curso;
- Ações institucionais como Seminários e Fóruns de discussão.

Enfim, a UNIT reconhece a equidade entre todas as pessoas e a responsabilidade em promoção do acolhimento independente de sua condição, elaborando mecanismos que lhes proporcionem acessibilidade em diferentes níveis pedagógico, atitudinal, arquitetônica, virtual, digital e de comunicação, eliminando as barreiras que possam obstruir o seu desenvolvimento. Desse modo reconhece a eficiência de todas as pessoas ajustando as interações entre elas e o ambiente físico e digital.

6.4 Estrutura Curricular - Código de Acervo Acadêmico 122.1

O curso é integralizado em 05 anos e a arquitetura de aprendizagem foi definida em função dos objetivos e perfil do egresso. A carga horária total é de 4360 horas, 10% dessas horas de extensão, 240 horas de estágio, Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) com 40 horas e atividades complementares (ATC) com 200 horas, dimensionadas considerando as ementas e carga horária teórica, prática de cada componente, considerando a conversão de horas em 50' e 60' minutos.

A proposta é trazer a prática e o desenvolvimento da identidade profissional para o centro das atividades, preocupando-se com a identificação e adequação de processos que conduzam aos resultados previamente estabelecidos, prevendo a integração e alinhamento de metodologias de ensino-aprendizagem, práticas educacionais, contextos e métodos de avaliação, em uma nova perspectiva de orientação acadêmica e de formação profissional que extrapolem a concepção fechada de currículo e venha atender a acessibilidade metodológica dos diferentes perfis atendidos. A flexibilização está fundamentada por mecanismos presentes no currículo que se consolidam por meio de disciplinas optativas e ATCs à formação acadêmica. Tais componentes além das ATCs objetivam: Proporcionar a construção do percurso acadêmico, enriquecendo e ampliando o currículo; Possibilitar a ampliação de conhecimentos teórico-práticos que aprimorem a qualificação acadêmico-profissional. Oportunizar a vivência de situações de aprendizagem que extrapolam as exposições verbais. Destarte, tais componentes flexibilizam o currículo, propiciando a organização de trajetórias individuais de formação. Tais atividades promovem ao aluno o contato com conhecimentos, que transcendam os programas disciplinares, o que viabiliza vivências voltadas ao mundo da ciência e do trabalho, tendo em vista a busca da sua autonomia acadêmica, ao efetuar escolhas que permitem a organização de trajetórias individuais, no decorrer da formação profissional. Acompanhando os avanços na profissão, estão inseridas na teia curricular disciplinas de formação geral, a exemplo: Libras, Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Metodologia Científica, Filosofia e Cidadania, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos que fornece os instrumentos necessários para ler, interpretar e produzir conhecimentos além de mecanismos de familiarização com a modalidade EAD.

A teia curricular organiza-se de forma a contemplar o eixo de formação previstos nas DCNs e devidamente alinhados ao PPI. Para tal, o PPC enfatiza as diferentes áreas do conhecimento permitindo o desenvolvimento do espírito científico e o aprimoramento das relações homem/natureza. Inspira-se nos pilares da educação contemporânea, formando profissionais capazes de aprender a conhecer, a fazer, a ser e a viver juntos, apostando no efeito multiplicador e transformador de suas práxis. As disposições dos componentes possibilitam um percurso formativo evolutivo que contribui com a transversalidade e com a interdisciplinaridade, dessa forma, há uma busca permanente de aproximação da teoria à prática, ocorrendo a todo momento no curso, desde os primeiros semestres. Há, assim, uma formulação de modelo tal, que permite ao aluno a construção do conhecimento aliando-se a fundamentação teórica à prática no contexto de ensino.

A tabela a seguir apresenta a periodização da estrutura curricular referente ao curso de Direito.

1º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H124327	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL		Normal	04	04	00	80
H128101	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA		Híbrida	04	02	02	80
H128110	LINGUAGEM JURÍDICA E ORATÓRIA		Híbrida	04	02	02	80
H128128	HISTÓRIA FUNDAMENTOS DO DIREITO		Normal	04	04	00	80
H128136	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL		Normal	04	04	00	80
TOTAL				20	16	04	400

2º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H113341	FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS		Híbrida	04	04	00	80
H119072	PSICOLOGIA JURÍDICA		Normal	02	02	00	40

H119510	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		Normal	04	04	00	80
H125994	EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA I		Extensionista	04	00	04	80
H128144	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO		Normal	04	02	02	80
H123495	DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS		Normal	04	04	00	80
TOTAL				22	16	06	440

3º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H118840	METODOLOGIA CIENTÍFICA		Híbrida	04	04	00	80
H124335	FUNDAMENTOS E TEORIA DO CRIME		Normal	04	04	00	80
H126710	TEORIA GERAL DO PROCESSO		Normal	04	04	00	80
H126729	DIREITOS DOS CONTRATOS	H119510	Normal	04	04	00	80
H126958	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E POLÍTICA DO ESTADO		Normal	04	04	00	80
H128152	ECONOMIA E SOCIEDADE		Híbrida	04	02	02	80
TOTAL				24	22	02	480

4º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H118939	DIREITO EMPRESARIAL		Normal	04	04	00	80
H119536	TEORIA DA PENA		Normal	04	04	00	80
H119781	RESPONSABILIDADE E CIVIL		Normal	02	02	00	40
H126028	Experiência Extensionista II	H125994	Extensionista	04	00	04	80
H126974	PROCESSO DE CONHECIMENTO	H126710	Normal	04	04	00	80
H128160	DIREITO DO CONSUMIDOR		Híbrida	04	02	02	80
TOTAL				22	16	06	440

5º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H123550	SISTEMAS TRIBUTÁRIO NACIONAL		Normal	04	04	00	80
H123592	DIREITOS REAIS		Normal	04	04	00	80
H126095	EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA III	H125994	Extensionista	04	00	04	80
H126907	CRIMES EM ESPÉCIE I		Normal	04	04	00	80
H126982	IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	H126974	Normal	04	04	00	80
TOTAL				20	16	04	400

6º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H119897	DIREITO DO TRABALHO I		Normal	04	04	00	80
H123649	PROCESSO PENAL I		Normal	04	04	00	80
H124386	DIREITO DE FAMÍLIA		Normal	04	04	00	80
H126737	EXECUÇÃO E COMPRIMENTO DE SENTENÇA		Normal	04	04	00	80
H127008	CRIMES EM ESPÉCIE II		Normal	04	04	00	80
TOTAL				20	20	00	400

7º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H119374	ÉTICA PROFISSIONAL		Normal	02	02	00	40
H126745	DIREITO ADMINISTRATIVO I		Normal	04	04	00	80
H127016	PROCESSO PENAL II		Normal	04	04	00	80
H127024	DIREITO DO TRABALHO II		Normal	04	04	00	80
H127105	DIREITO SUCESSÓRIO		Normal	02	02	00	40
H127130	PROCESSO CONSTITUCIONAL	H123495	Normal	04	04	00	80
TOTAL				20	20	00	400

8º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H126141	EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA IV	H125994	Extensionista	04	00	04	80
H126761	DIREITO ADMINISTRATIVO II		Normal	04	04	00	80
H126990	PROCESSO DO TRABALHO		Normal	04	04	00	80
H127032	PROCESSO PENAL III		Normal	04	04	00	80
H128179	PRÁTICAS JURÍDICAS I (SIMULAÇÃO CÍVEL)		Normal	04	00	04	80
TOTAL				20	12	08	400

9º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H123797	DIREITO PREVIDENCIÁRIO		Normal	04	04	00	80
H128187	PRÁTICAS JURÍDICAS II (PRÁTICA SIMULADA)		Normal	04	00	04	80
H128195	DIREITO INTERNACIONAL		Normal	02	02	00	40
OPT0001	OPTATIVA 1		Híbrida	04	04	00	80
OPT0002	OPTATIVA 2		Normal	04	04	00	80
OPT0003	OPTATIVA 3		Normal	04	04	00	80
TOTAL				22	18	04	440

10º PERÍODO							
Código	Disciplina	Pré-requisito	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
					Teórica	Prática	
H126516	EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA V	H125994	Extensionista	04	00	04	80
H126800	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		Normal	02	00	02	40
H128209	DIREITO DIGITAL E LGPD		Híbrida	04	02	02	80
H128217	EQUIVALENTES JURISDICIONAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS		Híbrida	04	02	02	80
H128225	PRÁTICAS JURÍDICAS III (PRÁTICA REAL)		Normal	04	00	04	80
TOTAL				18	04	14	360

OPTATIVA I						
Código	Disciplina	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H128233	TÓPICOS AVANÇADOS NO DIREITO I	Híbrida	04	80	00	80
H127571	FILOSOFIA E CIDADANIA	Híbrida	04	80	00	80
H128241	DIREITO FINANCEIRO	Híbrida	04	80	00	80
H128250	LIBRAS	Híbrida	04	80	00	80
H128268	RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS	Híbrida	04	80	00	80
H128276	CRIMINOLOGIA	Híbrida	04	80	00	80
H128284	DIREITO ECONÔMICO	Híbrida	04	80	00	80

OPTATIVA II						
Código	Disciplina	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120330	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Normal	04	80	00	80
H117282	DIREITO ELEITORAL	Normal	04	80	00	80
H123851	TRIBUTOS EM ESPÉCIE	Normal	04	80	00	80
H128292	TÓPICOS AVANÇADOS NO DIREITO II	Normal	04	80	00	80
H126818	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E JUIZADOS	Normal	04	80	00	80
H123886	LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	Normal	04	80	00	80

OPTATIVA III						
Código	Disciplina	Tipo de disciplina	Crédito Total	C. Horária		Carga Horária Total
				Teórica	Prática	
H120348	EXECUÇÃO PENAL	Normal	04	80	00	80
H126826	TUTELA DIFUSA E COLETIVA	Normal	04	80	00	80
H128306	TÓPICOS AVANÇADOS NO DIREITO III	Normal	04	80	00	80
H127164	DIREITO PORTUÁRIO	Normal	04	80	00	80
H126834	PROCESSO TRIBUTÁRIO	Normal	04	80	00	80

H128314	DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO	Normal	04	80	00	80
---------	--------------------------------	--------	----	----	----	----

QUADRO RESUMO

C-H Teórica (50')	C-H Prática (50')						C-H Total (50' e 60')
2760	320						4360
C-H Teórica (60')	C-H Prática (60')	C-H Semipre- sencial (60')	C-H Estágio (60')	C-H TCC (60')	C-H Extensão (60')	C-H ATC's (60')	C-H Total (60')
2300.00	266.67	400	240	40	400	200	3846.67
		10.40%	11.44%		10.40%		

6.5 Eixos Interligados de Formação (DCNs)

DCNs	Componentes curriculares
<p>I - Formação geral - tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;</p>	<p>Psicologia Jurídica Filosofia e Cidadania Ciência Política e Teoria Geral do Estado História e Fundamentos do Direito Linguagem Jurídica e Oratória Fundamentos Antropológicos e Sociológicos Filosofia Geral e Jurídica Ética Profissional Relações Étnico- Raciais Experiência Extensionista Libras Metodologia Científica</p>
<p>II - Formação técnico-jurídica - abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito</p>	<p>Organização Espacial e Política do Estado Direitos Humanos e Fundamentais Teoria Geral do Direito Civil Direito Administrativo I Fundamentos e Teoria do Crime Direito das Obrigações Teoria Geral do Processo Teoria da Pena Direito Administrativo II Processo de Conhecimento Direito dos Contratos Sistema Tributário Nacional Dos Crimes em Espécie I Impugnação das Decisões Judiciais Direitos Reais Responsabilidade Civil Direito do Trabalho I</p>

<p>Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos</p>	<p>Crimes em Espécie II Execução e Cumprimento de Sentença Processo Penal I Direito do Trabalho II Processo Penal II Processo do Trabalho Direito Empresarial Direito Internacional Direito da Criança e do Adolescente Direito Ambiental e Agrário Direito Portuário Processo Penal III Direito Previdenciário Processo Tributário Direito Digital e LGPD Direito Sucessório Direito Financeiro Execução Penal Tutela Difusa e Coletiva Legislação Penal Especial Direito Eleitoral Tributos em Espécie Direito de Família Processo Constitucional Criminologia</p>
<p>III - Formação prático-profissional - objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TCC.</p>	<p>Prática Jurídica I Prática Jurídica II Prática Jurídica III Trabalho de Conclusão de Curso</p>

<p>Atividades Complementares - contribuem para o enriquecimento da formação acadêmica, e intelectual, no sentido de permitir a complementação e atualização em amplas áreas do conhecimento.</p>	<p>200 (duzentas) horas</p>
---	-----------------------------

6.6 Eixos Estruturantes de Ensino (PPI)

No curso de Direito da UNIT, são adotados os princípios da interdisciplinaridade e da flexibilidade na formação profissional por meio de componentes curriculares, cujas unidades programáticas contemplam os eixos estabelecidos pelas DCNs: **I - Formação Geral**, **II - Formação Técnico - Jurídica** e **III - Formação Prática**. Esses, por sua vez, coadunam-se aos Eixos Estruturantes do Projeto Pedagógico Institucional – PPI (**Fenômenos e Processos Básicos, Práticas Investigativas, Formação Específica e Práticas Profissionais**), que objetivam sistematizar a complementaridade dos conteúdos, saberes, ações e competências verticalmente, em grupos de unidades programáticas e/ou disciplinas que guardam certa proximidade quanto às finalidades específicas da formação.

Nessa perspectiva, as competências estabelecidas ao longo de todo o curso, norteiam as disciplinas ou campos do saber, em consonância com a missão da UNIT, o objetivo do curso e o perfil profissional do egresso.

6.7 Eixo de Fenômenos e Processos Básicos (PPI)

O eixo congrega conhecimentos e conteúdos associados à origem do campo de saber no qual está situado o curso, ao mesmo tempo em que fornece os subsídios necessários para a introdução do aluno naquele campo ou área de conhecimento.

Esse eixo contempla a **Formação Geral e Básica**, na medida em que capacita o estudante a entender a sociedade na qual ele está inserido, fornecendo subsídios teóricos acerca de conhecimentos filosóficos, sociológicos e antropológicos, com vistas à formação de um profissional cidadão, crítico e reflexivo.

6.8 Eixo de Formação Específica (PPI)

Neste eixo encontram-se as disciplinas de **Formação Específica** (própria de cada profissão) que permite ao estudante o desenvolvimento do conhecimento teórico e do domínio tecnológico de um determinado campo de atuação profissional, requerendo o conhecimento e o saber fazer de determinada profissão. Contempla a formação específica, na medida em que congrega as unidades de aprendizagem orientadas para o exercício e inserção do estudante em diferentes contextos profissionais, institucionais, sociais e multiprofissionais inerentes à sua área de atuação.

6.9 Eixo de Práticas de Pesquisa e Extensão (PPI)

Congrega unidades de aprendizagens dirigidas para a apreensão de metodologias associadas à investigação do cotidiano, à iniciação científica e atividades de investigação e intervenção no ambiente, presentes nas disciplinas do curso.

6.10 Eixo de Práticas Profissionais (PPI)

Aglutina as unidades programáticas que abordam a aplicação dos conhecimentos, saberes, técnicas e instrumentos próprios da sua área de formação, e está voltado para o exercício e a inserção do estudante em diferentes contextos profissionais, institucionais, sociais e multiprofissionais inerentes a sua área ou campo de atuação, com o intuito de promover a aquisição prática de habilidades e competências específicas do exercício profissional em questão. Fazem parte deste eixo as disciplinas de Prática Profissional e as Práticas Jurídicas realizadas no NPJ ou em órgãos conveniados.

6.11 Eixo de Formação Complementar

É constituído por um conjunto de horas disponíveis para incluir, a qualquer tempo, os avanços conceituais e tecnológicos da área de formação profissional e atenderá a flexibilidade do currículo. Esse processo é desenvolvido por meio de práticas de estudos independentes,

consubstanciado na participação dos estudantes em congressos, seminários, monitoria, iniciação científica, estágios extracurriculares, projetos de pesquisa, dentre outros.

6.12 Temas Transversais

Conforme preconizado no PPI da Universidade Tiradentes, os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se aos novos processos exigidos pelos paradigmas atuais e as novas exigências da sociedade pós-industrial, do conhecimento, dos serviços e da informação, visando promover a formação de cidadãos conscientes do seu papel no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil. Os temas transversais são temas ou assuntos que ultrapassam a abrangência dos conteúdos programáticos formalmente constituídos, abordando questões de ordem ética, política e pedagógica que transpassam as ações universitárias. Assim, visando acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo, tornou-se necessário o desenvolvimento de temáticas de interesse da coletividade, extrapolando, a abrangência dos conteúdos programáticos das disciplinas.

Desse modo, por meio da transversalidade são abordadas questões de interesse comum da coletividade como: meio ambiente, desenvolvimento sustentável, preservação cultural e diversidade, desigualdade e inclusão social, metas individuais versus metas coletivas, competitividade versus solidariedade, empreendedorismo, ética corporativista versus ética centrada na pessoa, dignidade da pessoa humana, cidadania, pluralidade cultural, justiça restaurativa, liberdade, democracia, desenvolvimento, solução pacífica dos conflitos e o combate à violência, questões de gênero e etnia, miséria e fome, buscando uma formação humanista e cidadã dos discentes, voltada para a missão institucional que visualiza a educação como um todo.

Os temas transversais para o curso de Direito consideram os seguintes aspectos:

- Propositura a partir de discussões fundamentadas no corpo docente envolvido em cada ação;
- Clara associação com demandas sociais e institucionais nos âmbitos nacional, regional e local;
- Identificação de temas atuais e complementares às políticas públicas de relevância social (inclusão, ampliação da cidadania, políticas afirmativas, formação ética, ecologia, direitos humanos e desenvolvimento, dentre outros).

Além dessas questões, em conformidade com as legislações vigentes, o curso de Direito fundamenta-se na premissa de que o discente deve estar consciente do seu papel profissional e de sua responsabilidade social, assim, encontram-se incluídas nos conteúdos das diversas disciplinas do currículo do curso, temáticas que envolvem competências, atitudes e valores, atividades e ações voltadas para questões relativas às relações étnico-raciais com vistas ao respeito à diversidade cultural. O curso propicia aos alunos através das disciplinas, Relações étnico-raciais e Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, a análise e reflexão acerca de questões que envolvem a formação histórica e cultural do povo brasileiro e a diversidade étnica, oportunizando aos discentes a participação em debates e seminários que apresentam a temática sobre a diversidade do nosso povo e também através de ações desenvolvidas pela Instituição, como a “**Semana da Consciência Negra**”, da qual participam os alunos da UNIT, contemplando palestras, campanhas e atividades de extensão.

Também são integrados de modo transversal, conteúdos que envolvem questões, referentes às Políticas de Educação Ambiental, Ética, Direitos Humanos, questões de Gênero e Etnia, Literatura e Linguagem e outras que desenvolvem com os discentes, Projetos e ações visando o aprofundamento dos conhecimentos, o debate e a conscientização de alunos e sociedade sobre os temas. A UNIT por sua vez, visando incorporar a dimensão socioambiental nas ações da instituição e orientar a conduta de alunos e funcionários, em prol do desenvolvimento sustentável, mantém o Programa Conduta Consciente, que é permanente e envolve a temática Ambiental.

Nesse contexto, conforme preconizado no Projeto Pedagógico Institucional - PPI, no curso de Direito os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se aos novos processos exigidos pelos paradigmas atuais, às exigências da sociedade pós-industrial, do conhecimento, dos serviços e da informação, visando promover a educação de cidadãos conscientes do seu papel no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil.

Diante do exposto, há no curso uma preocupação com a formação de ordem ética, política e pedagógica que transcende as ações de sala de aula.

6.13 Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, possibilitam a articulação entre a teoria, a prática e a pesquisa, favorecendo ainda a flexibilização e formação complementar do aluno.

Tais características propiciam a atualização constante do aluno, a criação do espírito crítico que o conduz a uma maior busca pelo saber na graduação, ampliando suas práticas profissionais possibilitando a articulação ensino/pesquisa/extensão. Deste modo a Universidade Tiradentes entende que as atividades complementares fortalecem a formação do profissional em Direito, permitindo aos alunos trocas importantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no aspecto profissional.

Os discentes do curso serão constantemente estimulados a participar das atividades e sua efetivação ocorrerá através de participação em eventos; monitoria; atividades acadêmicas a distância; iniciação a pesquisa, vivência profissional complementar; workshops, congressos, seminários, mesas redondas, trabalhos orientados de campo; desenvolvimento de artigos científicos; dentre outras. Além das atividades a serem propiciadas pela coordenação do curso e pela Instituição, os alunos serão também incentivados a participarem de atividades fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos, atividades independentes e transversais de interesse da formação do profissional.

As Atividades Complementares possuem a característica de serem atemporais, respeitando o tempo de cada aluno, mantendo coerência com a proposta curricular institucional. Então, podem ser desenvolvidas ao longo dos semestres, devendo estar contempladas até o final do curso de graduação, sendo suas normas determinadas pela Instituição.

Ciente de que o conhecimento é construído em diferentes e variados cenários, e conforme Art. 4º do Regulamento das Atividades Complementares da Universidade Tiradentes, serão consideradas Atividades Complementares as atividades, descritas abaixo:

- I. Monitorias (voluntária ou remunerada);
- II. Disciplinas cursadas fora do âmbito da estrutura curricular do curso;
- III. Estágios Extracurriculares;
- IV. Iniciação Científica;

- V.Participação em congressos, seminários, simpósios, jornadas, cursos, minicursos, feiras científicas, etc.;
- VI.Publicação de trabalho científico em eventos de âmbito nacional, regional ou internacional;
- VII.Elaboração de trabalho científico (autoria ou coautoria) apresentado em eventos de âmbito regional, nacional ou internacional;
- VIII.Publicação de artigo científico completo (artigo publicado ou aceite final da publicação) em periódico especializado;
- IX.Visitas técnicas fora do âmbito curricular;
- X.Artigo em periódico.
- XI.Autoria ou coautoria de livro ou de capítulo de livro;
- XII.Participação na organização de eventos científicos;
- XIII.Participação em programas de extensão promovidos ou não pela UNIT;
- XIV.Participação em cursos de extensão e similares patrocinados ou não pela UNIT;
- XV.Participação em jogos esportivos de representação estudantil;
- XVI.Prestação de serviços e atividades comunitárias, através de entidade beneficente ou organização não governamental, legalmente instituída, com a anuência da Coordenação do Curso e devidamente comprovada, exceto o serviço e atividades obrigatórias do Tribunal do Júri, na condição de Jurado, que serão pontuadas na forma da Tabela Anexa;
- XVII.Participação em palestra ou debate de mesas redondas e similares;
- XVIII.Participação em Fóruns de Desenvolvimento Regionais promovidos ou não pela UNIT;
- XIX.Participação em Grupos de estudos e pesquisa da Universidade, vinculados à graduação e pós-graduação.

Para reconhecimento e validação das atividades, o aluno deverá comprovar por meio de certificados de valor reconhecido, a sua atividade complementar junto ao grupo de responsabilidade técnica e coordenação do curso, conforme quadro apresentado em regulamento específico.

A carga horária das Atividades Complementares para o curso de Direito será de 200 (duzentas) horas, obedecendo aos critérios estabelecidos no Regulamento de Atividades Complementares e o seu cumprimento é obrigatório para a integralização do currículo.

6.14 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão/Núcleo de Pesquisa e Geradores de Extensão

Os Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão são apresentados institucionalmente e convergem para a consecução da missão da Universidade e de seus princípios, gerando os respectivos produtos de interação de ensino – uma vez que são desenvolvidos no âmbito das disciplinas de forma complementar; de pesquisa – na medida em que promove a aquisição de competências inerentes ao ato investigativo no processo de ensino, identificando a necessidade de geração de novos conhecimentos; e de extensão – que possibilita a associação direta dos conteúdos e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social.

Na Universidade Tiradentes a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional. O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos necessários à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura.

Nessa direção, incentiva o corpo docente a desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares e extraclases, que não se restrinjam ao âmbito da sala de aula e a exposições teóricas. Além disso, a integração dos princípios articuladores das funções universitárias têm como referência a pesquisa como ação educativa, consubstanciada na prática pedagógica por meio da metodologia de ensino pautada na concepção de “aprender a aprender” para aprender, objetivando assegurar a autonomia intelectual do aluno.

A indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão pressupõe a articulação das três grandes áreas do conhecimento (ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas), nas atividades docentes e discentes previstas nas disciplinas integrantes no currículo do curso, produzindo conhecimentos e participando do desenvolvimento sócio regional.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a pesquisa deve acontecer no cotidiano, considerando o conjunto de atividades acadêmicas orientadas para a ampliação e manutenção do espírito de pesquisa, cuja articulação com o ensino e extensão ocorre a partir de núcleos de pesquisa, que são similares aos núcleos geradores de extensão. Constituem Núcleos de Pesquisa:

- **Desenvolvimento Tecnológico Regional**
 - Uso e transformação de Recursos Minerais e Agrícolas;
 - Otimização de Processos e Produtos;
 - Tecnologias Promotoras de Desenvolvimento;
- **Saúde e Ambiente**
 - Educação e Promoção de Saúde;
 - Enfermidades e Agravos de Impacto Regional;
 - Desenvolvimento e Otimização de Processos/Produtos e Sistemas em Saúde;
- **Desenvolvimento Socioeconômico, Gestão e Cidadania**
 - Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas;
 - Políticas de Gestão/Finanças e Tecnologias Empresariais;
 - Direito e Responsabilidade Social;
- **Educação, Comunicação e Cultura**
 - Educação e Comunicação;
 - Sociedade e Cidadania;
 - Linguagens/Comunicação e Cultura.

Ressalta-se que os núcleos acima convergem para a consecução da missão institucional e para a articulação do ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos cursos e programas da IES, não restringindo, todavia, outras iniciativas de incremento das ações de ensino, pesquisa e de extensão possíveis por meio de outros mecanismos (projetos de ensino continuado, extensão e pesquisa fomentadas por políticas específicas propostas pelos órgãos da Instituição – Fóruns de Desenvolvimento Regional, Programas de Iniciação Científica, constituição de grupos de pesquisa etc.), sendo, porém, preservados os núcleos de interesse institucional citados. Assim, as iniciativas de extensão e de pesquisa (também de iniciação científica e/ou de práticas investigativas) devem estar associadas, declaradamente, a um dos Núcleos Geradores.

As práticas de pesquisa permeiam os conteúdos que compõem a matriz curricular do curso de Direito. Aliadas ao desenvolvimento de habilidades e competências, estas práticas têm promovido no curso uma interação entre o mundo do saber e o mundo do fazer. Consideram-se como práticas de pesquisa, as atividades realizadas em campo e as desenvolvidas nas salas de aula, nos laboratórios do curso e na biblioteca.

Nestas práticas, os alunos conhecem métodos usados na pesquisa, rigor científico, ética na experimentação, realizam levantamento de dados, analisam e processam os resultados obtidos e discutem os mesmos. A interação entre ensino e pesquisa é de suma importância para o desenvolvimento do futuro profissional, sendo a iniciação científica o primeiro passo para a concretização deste ideal.

Além das ações de pesquisa e extensão, a UNIT instituiu os Fóruns de Desenvolvimento Regional com a finalidade de estimular intervenções de integração, envolvendo o corpo docente, discente e a população de cidades do interior do estado e da capital. Os fóruns realizam atividades que permitem aos alunos aplicarem na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula de forma interdisciplinar.

Os Fóruns de Desenvolvimento Regional visam a melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes e para isso têm realizado ações sequenciais que atendem principalmente a essas comunidades.

A UNIT oferece regularmente bolsas de monitoria e de iniciação científica, como parte do processo participativo do aluno nas atividades regulares de ensino e pesquisa. Neste pensamento foi implantado o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Tiradentes - PROBIC-UNIT, do qual participam professores e estudantes da UNIT.

As bolsas de iniciação científica foram implementadas, inicialmente através de um programa mantido com recursos próprios e organizado através de critérios e normas regulamentadas e amplamente divulgados através de Editais da instituição.

A Universidade Tiradentes incentiva por meio destas bolsas, a participação dos discentes em projetos de pesquisa, visando o desenvolvimento e a transformação regional. Além disso, a UNIT está investindo na formação de Grupos de Pesquisa, baseados na interdisciplinaridade de suas áreas de atuação.

Além dessas ações, nos demais períodos, são eleitas as disciplinas que trabalharão as práticas de pesquisa e extensão (incluindo sua vertente cultural) e os estudantes são acompanhados em tais atividades no transcorrer do semestre.

O curso de Direito, possui diversos grupos de pesquisa, articulados com os Programas de pós-graduação, tanto *lato* quanto *stricto sensu*. Criado em 2009, o NPGD conta com professores pesquisadores voltados ao desenvolvimento de um programa de mestrado, tendo entre suas ações, o fomento à pesquisa e à iniciação científica. Além dos docentes que

integram o programa e que congregam boa parte dos alunos de iniciação científica no curso, sejam bolsistas ou voluntários, há também grupos de pesquisa e estudos, vinculados a outros docentes, a exemplo do Grupo de Pesquisa de Execução Penal e Gênero, Família e Violência ao qual se somam professores de áreas interdisciplinares, como da área penal, de gênero e família que desenvolvem pesquisa em torno da temática.

No tocante à extensão, a atuação do curso também está pautada por diretrizes de incentivo e promoção de atividades que envolvam a comunidade, tendo no Projeto Reformatório e no Congresso Nacional de Direito – CONADI, Congresso Estanciano do Direito e na Manhã Cidadã, exemplos da força das atividades de extensão desenvolvidas pelo Curso. Além destas atividades, que são permanentes, os docentes do curso desenvolvem diversos projetos de extensão, havendo uma oferta regular destes, tanto no decorrer do semestre quanto em períodos de recesso.

Entre os eventos e projetos promovidos pelo Curso de Direito para fomentar as ações de Pesquisa e Extensão destacamos:

PROJETO REFORMATÓRIO

O Projeto Reformatório, implantado pelo curso de Direito em abril de 1995, passou por algumas reformulações antes de chegar aos moldes em que está funcionando atualmente e direciona-se para a avaliação de processos internos dos estabelecimentos penais no Estado de Sergipe. Este Projeto é fruto do estudo sobre a estatística da criminalidade desse Estado e da superpopulação nas penitenciárias, que originam o conceito de que o cárcere é hoje a forma mais comprovada de aperfeiçoar o crime.

O Projeto Reformatório, denominado Avaliação de Processos dos Internos de Estabelecimentos Penais do Estado de Sergipe, visa despertar no acadêmico de Direito a consciência quanto às distorções que formam o Sistema Penitenciário de Sergipe, ampliando a ação e compromisso da Instituição com as questões sociais, O desenvolvimento do projeto ocorre através de análise de processos, elaboração, análise e revisão de peças processuais, atendimento aos familiares dos internos (Fórum) atendimento individualizado dos internos em unidade prisional e atuação no núcleo de execuções penais da Defensoria Pública do Estado, entre outros.

Em vista da carência e deficiência do sistema prisional, fez-se necessário desenvolver ações no campo jurídico, que provoquem um levantamento do estado e da vida carcerária de cada um dos detentos, para que os estudantes de Direito ao mesmo tempo em que auxiliam na obtenção de soluções jurídicas para os casos, também acionem a ação pedagógica da UNIT identificando cada uma das condições que caracterizam a vida carcerária.

O encurtamento do tempo de prisão, através dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal, tais como Livramento Condicional, Progressão de Regime, Soma e Unificação de Penas, Saída Temporária, Remição, Indulto e Comutação, são formas de atuação a que o Projeto Reformatório com fundamentos no PPI e no PPC se propõe.

O Projeto proporciona ao aluno, melhor conhecimento do sistema prisional brasileiro, em particular da realidade sergipana, viabilizando uma prática de participação crítica e atendimento à função social do direito, ao sensibilizá-lo para as questões sociais, políticas, econômicas e criminológicas do sistema penal.

Em sua nova formatação, o Projeto amplia a participação dos acadêmicos, realizando processo seletivo para a participação dos discentes, a partir do segundo período do curso.

As atividades são desenvolvidas através de visitas periódicas aos diversos Presídios do Estado e requerimento de benefícios, juntamente a Defensoria Pública do Estado, faz-se a inserção da atividade acadêmica e científica na resolução dos problemas das comunidades menos privilegiadas, consistindo em meio de transformação da sociedade.

Com a deficiência do Estado na resolução destes problemas sociais, a Universidade Tiradentes, cumprindo a missão declarada no PPI – Projeto Pedagógico Institucional e do PPC – Projeto Pedagógico do Curso, atua através do Projeto Reformatório, procurando atender parte desta demanda, na busca de uma sociedade mais igualitária, voltada sempre para o respeito à dignidade humana.

CONADI – CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO

O Congresso Nacional de Direito da UNIT, inicialmente denominado de Semana Jurídica Nacional da UNIT, tem como objetivo geral promover a discussão acadêmica sobre temas de relevância na atualidade jurídica, com o fito de intensificar o intercâmbio cultural com estudiosos da Ciência Jurídica e incentivar, estimular e divulgar a produção científica,

tornando o Curso de Direito da UNIT um veículo propulsor de investigação e divulgação do fenômeno científico-jurídico em suas diversas áreas.

Entre os objetivos específicos do evento, pode-se destacar:

- I - congregar alunos e professores do Curso de Direito da UNIT e de outras Instituições;
- II - ensinar a atualização jurídica dos diversos profissionais do Direito;
- III - possibilitar a oportunidade de realização de atividades complementares, por parte dos discentes;
- IV - agregar, dentro do possível, a comunidade de egressos do Curso de Direito da UNIT;
- V - estimular a produção científica de alunos e profissionais do Direito.

O CONADI vem se consolidando como o maior evento jurídico realizado em Sergipe, desenvolvendo temas atuais e de interesse da comunidade jurídica. Este evento conta com a realização de palestras, debates, lançamento de livros e atividades diversificadas com temas da área jurídica. Também são apresentados os GTs - Grupos de Trabalho, proporcionando aos discentes o debate e a discussão de temas pertinentes ao evento, ministrados pelos docentes integrantes da graduação e do mestrado da UNIT.

O evento conta sempre com a presença de profissionais do Direito do próprio Estado e de nomes expressivos do Brasil, propiciando o intercâmbio de experiências vivenciadas com vistas ao enriquecimento cultural de todos, já que a experiência jurídica é dinâmica e modifica-se, tanto em conteúdo quanto em abordagem, a partir de estudos levados a efeito nos mais diversos espaços geográficos.

Desta forma, o Congresso Nacional de Direito, desenvolvido pelo curso, proporciona à comunidade a participação nas relevantes discussões ensejadas pelas Palestras, Fóruns, mesas de debates e demais atividades do evento ao mesmo tempo em que assegura extensivamente a formação de discentes mais reflexivos, críticos e criativos com condições de atuar positivamente na transformação da sociedade utilizando-se de todos os conhecimentos científicos e técnicos adquiridos, fomentando o desenvolvimento regional.

CONGRESSO ESTANCIANO DE DIREITO

O Congresso Estanciano de Direito é um evento acadêmico consolidado, realizado no âmbito da Universidade Tiradentes (Unit), no campus de Estância. Com periodicidade anual regular, o congresso tem se destacado como um espaço qualificado de debate e reflexão sobre

temas jurídicos contemporâneos, reunindo acadêmicos, professores, pesquisadores e profissionais da área do Direito.

O evento é marcado pelo significativo engajamento dos estudantes do curso de Direito, que participam ativamente da organização, produção científica e atividades desenvolvidas ao longo da programação. Desde suas primeiras edições, o Congresso Estanciano de Direito tem promovido discussões relevantes sobre pilares fundamentais da sociedade brasileira, como a democracia, a justiça social, os direitos humanos e o papel do Direito na transformação social.

Além de fortalecer a formação acadêmica e cidadã dos discentes, o congresso contribui para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como uma iniciativa essencial no calendário acadêmico da instituição e reafirmando o compromisso da Universidade Tiradentes com a educação jurídica de qualidade e com os valores democráticos.

MANHÃ CIDADÃ

No campus de Estância, a Manhã Cidadã é um evento de tradição na região, oferecendo serviços gratuitos em áreas essenciais como saúde, direito e cidadania. O principal objetivo da iniciativa é fortalecer os laços com a comunidade, proporcionando atendimentos que vão desde consultas médicas e doação de sangue até ações de regularização de documentos e orientação jurídica.

O evento é parte de um projeto social institucional que existe há mais de 10 anos e reflete o compromisso da universidade com a responsabilidade social contando com a participação ativa de alunos, professores e coordenadores

6.15 Programas/Projetos/Atividades da Iniciação Científica

A Iniciação Científica é um instrumento que possibilita levar os estudantes, desde cedo, ao contato direto com a atividade científica e engajá-los na pesquisa. Nessa perspectiva propicia apoio teórico e metodológico para realização de projeto de pesquisa e um canal adequado para a formação de uma nova mentalidade de ensino aprendizagem.

Com a finalidade de incentivar a pesquisa, a instituição oferece regularmente bolsas de iniciação científica, como parte do processo participativo do aluno nas atividades regulares de ensino e pesquisa. Nessa perspectiva, foi implantado o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Tiradentes - PROBIC-UNIT, do qual participam professores e estudantes da instituição.

As bolsas de iniciação científica foram implantadas inicialmente através de um programa mantido com recursos próprios e organizado através de critérios e normas que se pautaram pela transparência e acuidade, através de Editais amplamente divulgados na Instituição. A Universidade Tiradentes conta ainda com bolsas do Programa de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC e Programa de Bolsa de Iniciação Científica Júnior – PIBICJ, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq.

O Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP) oferece oportunidade ao aluno de ingressar na pesquisa se engajando em projetos de pesquisas dos professores e pesquisadores do ITP como estagiários ou bolsistas, remunerados ou não. Criado em resposta às demandas por estrutura apropriada ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia em Sergipe e na Região Nordeste, o Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP) surgiu como fruto do processo de amadurecimento regional face à formação e chegada de pesquisadores altamente produtivos atraídos, em especial, pela consolidação local do Grupo Tiradentes. Ao longo de dezenove anos de existência o ITP tem aprimorado a atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O ITP é coordenado por um CEO e três gestores executivos, todos com ampla experiência nas áreas de gestão, ciência e tecnologia. Durante este tempo, o Instituto conta com inúmeros projetos aprovados por diferentes instituições conceituadas de fomento à pesquisa e à inovação no País, com muitos recursos angariados. Tais verbas são investidas na aquisição de equipamentos e insumos para o desenvolvimento das pesquisas, e também na formação de recursos humanos através de suporte às atividades de Iniciação Científica e Pós-Graduação das instituições de ensino locais, oferecendo acesso aos estudantes.

Composto por laboratórios de pesquisa e de prestação de serviços, o ITP possui pesquisadores – alguns deles com bolsistas do CNPq - e caminha cada vez mais rumo à internacionalização das atividades desenvolvidas, crescimento reconhecido pelo número de parcerias feitas com instituições de pesquisa fora do Brasil.

Além desses programas, financiados por agências externas de fomento à pesquisa e/ou projetos contratados diretamente por empresas, a instituição disponibiliza o PROVIC - Programa Voluntário de Iniciação Científica da UNIT, quando o mérito científico já foi avaliado pelos respectivos comitês “*ad hoc*” e não há concessão de bolsa ao aluno vinculado ao projeto.

Os alunos do curso de Direito são estimulados a produzir trabalhos acadêmicos e científicos, cuja divulgação pode ocorrer através dos seguintes meios:

- **SEMPESQ (Semana de Pesquisa da UNIT):** realizada anualmente, tem como objetivo divulgar os trabalhos acadêmicos, promovendo assim o incentivo à pesquisa;
- **Prêmio Universitário de Monografia da UNIT:** é um projeto criado pela Pró – Reitoria de Pós – Graduação, Pesquisa e Extensão e destina-se a todos os alunos regularmente matriculados sobre a orientação de um professor da instituição;
- **Revista Interfaces:** tem como finalidade à divulgação dos trabalhos científicos provenientes de todos os cursos da Universidade Tiradentes e de outras instituições;
- **Biblioteca Sede:** os trabalhos desenvolvidos (monografias, relatórios técnicos científicos, entre outros) são catalogados, selecionados e incluídos no acervo da Biblioteca Sede para consulta pela comunidade acadêmica;
- **Portal da Universidade:** a produção acadêmica do corpo docente e discente pode ser divulgada nas páginas dos respectivos Cursos;
- **Cadernos de Graduação:** são publicados os artigos desenvolvidos pelos alunos.

O Programa de Iniciação Científica é administrado pela Pró – Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, na figura do Coordenador de Pesquisa e Iniciação Científica. Encarando a Universidade como uma agência produtora de conhecimento e responsável por torná-lo acessível, a UNIT tem de um lado incentivado a publicação pelos professores e pesquisadores dos trabalhos por eles realizados e de outro, apoiado a participação dos docentes em eventos científicos através do seu Programa de Capacitação e Qualificação Docente, bem como a realização de diferentes eventos.

O curso de Direito vem sendo direcionado para cumprir sua missão dentro do campo da pesquisa, permitindo aos alunos o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Os professores integrantes do Núcleo (NPGD) e da Graduação, orientam os alunos no desenvolvimento dos seus Projetos de Pesquisa.

6.16 Interação Teoria e Prática Princípios e Orientações das Práticas Pedagógicas

As ações de ensino em diversas modalidades e níveis, de pesquisa em suas diversas instâncias institucionais e de extensão, estão direcionadas ao atendimento de concepções definidas na missão institucional e princípios gerais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e contribuem para a operacionalização de tais elementos, constituindo referencial didático-pedagógico para o curso.

As práticas didáticas privilegiam o aprimoramento e aplicação de habilidades e competências claramente identificadas, caracterizadas pelo exercício de ações que possibilitam e estimulam a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos, tais como:

- Tomada de decisão;
- Enfrentamento e resolução de problemas;
- Pensamento crítico e criativo;
- Domínio de linguagem;
- Construção de argumentações técnicas;
- Autonomia nas ações e intervenções;
- Trabalho em equipe;
- Contextualização de entendimentos e encaminhamentos e
- Relação Competências/Conteúdos.

Conforme preconizado no PPI/UNIT, a aquisição de habilidades e competências são fundamentadas em conteúdos consagrados e essenciais para o entendimento conceitual da área de conhecimento ou atuação, e efetiva-se por meio de:

• **Interdisciplinaridade** – operacionalizada por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitem a diminuição da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social.

- **Transversalidade** – temas de interesse comum da coletividade, comprometidos com a missão institucional, com a educação e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), operacionalizado nas diversas disciplinas que compõem o curso.

- **Abordagem Dialética em Disciplinas e Ações** – integração entre conceitos teórico-metodológicos e práticos, análise reflexiva das contradições eminentes da realidade com incremento de estudos de casos, simulações, debates em sala sobre questões do cotidiano etc.

- **Fomento à Progressiva Autonomia do Aluno** – implantação de práticas didáticas e pedagógicas que promovam a autonomia crescente do aluno no transcorrer de sua formação, por meio de métodos de estudos dirigidos, desenvolvimento de pesquisas, intervenções técnicas com orientação/acompanhamento, etc.

- **Promoção de Eventos** – intensificação de atividades extraclasse no âmbito das disciplinas, das unidades programáticas do curso ou da Instituição no que diz respeito à promoção de eventos científicos e acadêmicos, de extensão e de socialização dos saberes, de sorte a possibilitar a autonomia e diversidade de metodologias educacionais e de informação/análise da realidade profissional.

- **Orientação para a Apreensão de Metodologias** – as ações de aulas e/ou de formação possibilitam aos alunos a aquisição de competências no sentido da utilização de metodologias adequadas para a busca de informações e/ou desenvolvimento de formas de atuação, utilizando-se de métodos consagrados pela ciência, bem como outros disponibilizados pela tecnologia e pelo processo criativo.

- **Utilização de Práticas Ativas/Ênfase na Aprendizagem** – desenvolvimento de atividades em que os alunos participem ativamente de desenvolvimento/construção de projetos, definição de estratégias de intervenções, execução de tarefas supervisionadas, avaliação de procedimentos e resultados e análises de contextos. Ênfase especial é dada ao processo de aprendizagem possibilitado pela participação efetiva do aluno na construção de saberes úteis, evitando-se o simples processo de transmissão de conhecimento emitido por docente.

- **Utilização de Recursos Tecnológicos Atuais** – qualificação dos agentes universitários (docente, discente e pessoal técnico-administrativo) para utilização de recursos tecnológicos disponíveis na área e/ou campo de atuação.

- **Concepção do Erro Como Etapa do Processo** – nas avaliações precedidas, os erros eventualmente verificados são identificados e apontados pelo docente para serem corrigidos pelos discentes, de forma a contribuir com a sua aprendizagem.

- **Respeito às Características Individuais** – insistente orientação no sentido de prevalecer o respeito às diferenças: culturais, afetivas e cognitivas presentes nas relações.

Considerando os preceitos acima definidos, o curso de graduação em Direito, através de seus componentes curriculares e ações acadêmicas, objetiva a formação de um profissional apto a atuar no mundo do trabalho como agente crítico e transformador. Para tanto, os professores são incentivados a desenvolver no discente, espírito crítico em relação aos conhecimentos, para que esses vivenciem a sua aplicabilidade no contexto social em que estão inseridos.

O curso de Direito da UNIT, por meio de princípios e orientações quanto às práticas pedagógicas, prioriza a relação teórico-prática, contribuindo de forma substancial para a formação de profissionais capazes de atender o mercado de trabalho com bases sólidas e de acordo com as legislações vigentes no país em consonância com as Diretrizes Curriculares, garantindo o ensino com conteúdo essenciais relacionados ao processo de formação do indivíduo, família e comunidade.

6.17 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado, faz parte do eixo articulador entre teoria e prática e como tal é desenvolvido atendendo a diferentes etapas. Nesse momento de sua formação, o estudante dará continuidade aos contatos com a realidade profissional atuando não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências específicas da formação profissional.

As atividades estão ligadas ao Eixo Estruturante de Formação Prática que compreende as unidades orientadas para o exercício e inserção dos estudantes em atividades inerentes à sua profissão, bem como promover a interação multiprofissional, culminando na apreensão de competências do seu campo de atuação. Seguindo o que recomendam as DCN, os estágios são desenvolvidos sob supervisão docente de forma articulada ao longo do processo de formação. Este deverá ser desenvolvido sempre através de convênios previamente

estabelecidos e em ambientes que permitam o desenvolvimento de práticas relacionadas ao exercício do Direito.

As disciplinas de Estágio contemplam um total de 240 (duzentas e quarenta) horas de práticas e são desenvolvidas nos 8º, 9º e 10º períodos, através das Práticas Jurídicas I, II e III.

- **Prática Jurídica I (Simulação Cível)** - Simulação de audiências cíveis. Relatórios de consultas a processos. Preparação de Peças Processuais. Sustentação Oral das Razões. Análise de Casos Reais. Ritos Processuais. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para a questão ética, política e pedagógica.

- **Prática Jurídica II (Prática Simulada)** - Prática de Processo Constitucional. Prática das Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado. Prática das Garantias Constitucionais Fundamentais. Pesquisa de Jurisprudência. Redação de Peças Processuais. Orientação Prática e continuada, preparando-o para o enfrentamento da complexidade dos conflitos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica indispensável ao exercício da Ciência do Direito, à prestação da justiça e desenvolvimento da cidadania.

- **Prática Jurídica III (Prática Real)** - Simulação de peças práticas na área criminal, desde a fase de Inquérito Policial até a fase de execução da pena. As atividades visam o desenvolvimento do raciocínio jurídico do aluno com foco no dia a dia da advocacia criminal. Temas Transversais contemplando assuntos atuais de interesse da coletividade e que ultrapassam os conteúdos programáticos pré-estabelecidos como questões de ordem ética, política e pedagógica.

As atividades ocorrem de forma presencial e contam com o apoio de instrumentos virtuais e acesso à Internet, possibilitando o acompanhamento dos processos do judiciário, conforme consta em regulamento próprio. O Estágio de Prática Jurídica desenvolvido no NPJ ou em órgãos conveniados, oportuniza ao discente, o contato com o público através da prestação de assistência judiciária gratuita à comunidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente na área cível, bem como, vivência junto a servidores públicos com fim de aproximar o discente da experiência das carreiras jurídicas, nos órgãos conveniados para estágio curricular.

O curso conta com excelentes instalações para a simulação de Júri e Audiência, em local acessível à comunidade. Além das práticas orientadas, também são realizadas visitas e comparecimentos às secretarias e cartórios, às sessões dos Tribunais, ao Ministério Público, à OAB, às Procuradorias, à Defensoria, e às Delegacias. Por meio do NPJ, os alunos realizam as atividades de prática jurídica real atuando, sob a supervisão de professor, em processos decorrente do convênio de cooperação técnica firmado com a Defensoria Pública do Estado de Sergipe, no projeto *Reconstruindo a Liberdade – Sergipe*, o qual consiste na potencialização da assistência jurídica e acesso à justiça dos seres humanos vulneráveis que estão cumprindo pena privativa de liberdade no sistema penitenciário do Estado de Sergipe, decorrente de sentença. Entre as práticas reais inserem-se também, a atuação dos alunos e advogados do NPJ na prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas hipossuficientes e domiciliadas em municípios abrangidos pelas Subseções Judiciárias do interior do Estado (Itabaiana, Propriá e Estância), quando da celebração de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e Acordos de Não Persecução Civil (ANPC) pelo Ministério Público Federal, onde a Defensoria Pública da União não atua, decorrente de convênio de cooperação técnica firmada entre a UNIT e o Ministério Público Federal em Sergipe.

A relação aluno/professor, na orientação de prática jurídica é realizada em sala de aula, onde os discentes aprendem a elaboração de textos, peças prático-profissionais, propositura da ação e confecção da petição inicial. Na Prática Real além do acompanhamento virtual dos processos há distribuição de tarefas, supervisão daquelas já desenvolvidas e reforço com elaboração de peças. Estas atividades são orientadas e acompanhadas pela Coordenação do NPJ e o professor/orientador, cuja metodologia utilizada constitui-se de aulas práticas (elaboração de textos, peças prático-profissionais e assistência presencial aos processos - que inclui a identificação da natureza da ação, solicitação dos documentos indispensáveis para a propositura da ação, confecção da petição inicial e protocolo eletrônica desta no portal dos advogados.).

No Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), o aluno além de prestar atendimento à população ajuíza ações e acompanha o desenrolar de todo o processo, tem como um dos seus principais objetivos, salvaguardar ou restabelecer os direitos ameaçados ou violados daqueles, cuja situação econômica não lhes permite pagar as custas processuais e os honorários

advocáticos; inicialmente e preferencialmente através da prática de negociação, conciliação e mediação e, subsidiariamente, com a judicialização do caso concreto.

6.18 Núcleo de Práticas Jurídicas

O Núcleo de Práticas Jurídica do curso de Direito Universidade Tiradentes atua junto às comunidades carentes, prestando Assistência Judiciária gratuita, garantindo a atuação social junto à comunidade. O trabalho é desenvolvido pelos estagiários dos quatro últimos períodos do curso de Direito com acompanhamento docente e corpo técnico administrativo permanente, contando com o apoio do curso de Assistência Social e com o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Diariamente são realizadas análises dos casos e elaboração de peças processuais após os atendimentos efetivados.

A assistência prestada consiste no atendimento preliminar para análise social e econômica, realizado por estudantes do Curso de Serviço Social, supervisionados por uma profissional da área; seguido de atendimento pelos acadêmicos do curso de Direito, supervisionados por professores-advogados, culminando com pareceres orais, propositura de ações e/ou defesas judiciais, propiciando acompanhamento até o trânsito em julgado das decisões judiciais pertinentes.

O NPJ desempenha um papel fundamental na formação dos nossos futuros profissionais do Direito, atuando como uma ponte entre a teoria e a prática profissional. Complementam o aprendizado teórico, oferecendo aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos através dos casos reais, permitindo que coloquem em prática os conceitos jurídicos aprendidos em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de análise e resolução de problemas, elaboração de petições, a participação em audiências via parceria com o Cejusc, atendimento a clientes proporcionando habilidades essenciais da prática jurídica como a comunicação eficaz, a negociação e a argumentação, o contato com profissionais do Direito.

Atualmente o NPJ mantém parcerias com diversos órgãos a partir de Convênios de Cooperação técnica e de estágios a exemplo da Advocacia Geral da União por meio das Procuradorias Federal e da União, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), Defensoria Pública do Estado de Sergipe,

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe através dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) instalados em cada NPJ da Instituição.

O Núcleo de Práticas Jurídicas presta hoje, os seguintes serviços à comunidade:

- Atendimento direto à comunidade carente na forma da Lei 1060/50, com a participação dos acadêmicos do Curso de Direito, devidamente acompanhados de professor-orientador;
- Orientação jurídica a todos que procuram os serviços do NPJ;
- Ajuizamento de peças processuais, elaboradas pelos acadêmicos do curso de Direito, devidamente supervisionadas pelo professor - orientador.

Assim, observamos que o Curso de Direito da Universidade Tiradentes - UNIT disponibiliza importantes serviços em busca de atender a comunidade local, propiciando ao nosso aluno prática real das atividades desenvolvidas, visto que o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica oportuniza um excelente campo de prática para o discente (desenvolvendo-se nos aspectos jurídicos e sociais, pois propicia o contato com pessoas físicas, jurídicas, associações, movimentos sociais, dentre outros espaços assemelhados) e um importante instrumento de concretização do acesso à justiça para as camadas mais desfavorecidas da sociedade sergipana e para soluções de conflitos como um todo.

6.19 Estágio Supervisionado Extracurricular

O Estágio Supervisionado Extracurricular é não obrigatório, destinado a alunos regularmente matriculados no Curso de Direito da UNIT, tem sua base legal na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, § 2º do Art. 2º, que define estágio não obrigatório como “aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

A caracterização e a definição do estágio em tela requerem obrigatoriamente a existência de um contrato entre a UNIT e pessoas jurídicas de direito público ou privado, coparticipantes do Estágio Supervisionado não obrigatório, em que devem estar acordadas todas as condições, dentre as quais: matrícula, frequência regular do educando, compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso e acompanhamento da instituição e da parte concedente.

A validação desse respectivo estágio como atividade complementar será norteada pelos procedimentos e normas previstas na Portaria Institucional que estabelece as diretrizes acerca das Atividades Complementares.

Para facilitar não só o estágio, mas também a inserção no mercado de trabalho, a Instituição mantém de forma gratuita, um serviço destinado aos alunos e egressos da UNIT, que buscam colocação ou recolocação no mercado de trabalho e também às empresas parceiras que buscam profissionais para seus quadros.

O UNIT Carreiras é um espaço voltado para os alunos da graduação, pós-graduação e egressos da UNIT com foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, na orientação individual ao plano de carreira e na interação social por meio das redes sociais. Sempre atuando de forma estratégica, o UNIT Carreiras disponibiliza vagas de empregos e estágios, por meio de parcerias com renomadas empresas de dentro e fora do Estado, além de oferecer diversos serviços visando a capacitação profissional.

6.20 Das Práticas de Extensão

O artigo 207 da Constituição Federal (CF)/1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96); a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE)/2014-2024, Lei 13.005/2014; a Resolução nº 07 de 2018 e a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) Nº 10.861 de 14 de abril de 2004 evidenciam a necessidade de articulação e diálogo entre o conhecimento produzido sistematicamente na universidade e os diversos saberes disponíveis na sociedade, por meio da Extensão Universitária, constituindo-se em uma etapa importante para a formação do futuro profissional e como um espaço pedagógico de articulação da teoria e prática.

Em vista disso foram criados componentes curriculares de Extensão, de caráter obrigatório constituindo-se como fator preponderante para a formação profissional, desempenhadas pelo aluno e correlacionadas a sua formação acadêmica. A Extensão integra a estrutura curricular dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância, com carga horária específica, obedecendo a legislação que estabelece 10% da carga horária total do

curso, a fim de promover a integração entre Instituição de Ensino Superior (IES), discentes e sociedade.

A extensão universitária promove a articulação do Processo Pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, promovendo indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

São consideradas atividades de Extensão: Programas; Projetos; Cursos e Oficinas; Eventos e Prestação de Serviços.

I. **Programas** - Ações de caráter institucional contínuo e permanente, educativo, artísticos, cultural e científico, que visa articular os processos formativos e de produção de conhecimento que possibilitem ações interativas entre a universidade e a sociedade, com prazos e metas previamente estabelecidos e proposto institucionalmente.

II. **Projetos** - Conjunto de ações extensionistas processuais com objetivos específicos e prazos definidos, que resultem em um produto, serviço ou processo para atender a uma comunidade, desenvolvidos por alunos, professores e corpo técnico-administrativos de um determinado curso e/ou área de conhecimento.

III. **Cursos e Oficinas** - Conjunto articulado de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial, semipresencial ou a distância, planejada e organizada de maneira sistemática.

IV. **Eventos** - Ações que implicam na apresentação pública e livre, ou também com público específico, do conhecimento, por meio de produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Instituição.

V. **Prestação de Serviços** - Atividades de transferência à comunidade, do conhecimento gerado na Instituição, por meio de contratos e convênios com parceiros públicos ou privados. A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem.

A Extensão será realizada presencialmente nas comunidades a partir do diálogo entre os agentes internos da IES e os externos, com o objetivo de promover, por meio das atividades extensionistas, modificações significativas na realidade a qual se destina. Em Direito há o NPJ (Núcleo de Práticas Jurídicas) que atua diretamente a práticas de atividades em extensão.

6.21 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório e necessário para a integralização curricular. Configura-se como um momento de reflexão, crítica e aprofundamento da pesquisa e de novos saberes na área de interesse do estudante, contemplando uma diversidade de aspectos fundamentais para a formação acadêmica e profissional.

Desenvolvido mediante orientação de um professor que compõe o quadro docente do curso, o TCC possibilita a aplicação dos conceitos e teorias adquiridas ao longo do curso por meio da elaboração e execução do projeto de pesquisa, no qual o estudante tem a possibilidade de vivenciar com autonomia, o aprofundamento de um tema específico, além de estimular o espírito crítico e reflexivo. O objetivo desse momento é sintetizar e articular os diversos sentidos de aprendizagem vivenciados no período, numa elaboração própria centrada nos estudantes, sob orientação dos professores e pautado no método científico. O grau de aprofundamento e de utilização da pesquisa como forma de questionar/refletir sobre a realidade é priorizada, bem como o estímulo à autonomia do saber pensar e intervir com voz própria, na capacidade de elaboração de propostas, projetos e reflexões sobre a área de jurídica, seguindo a proposição de se investir na pesquisa como eixo do processo de aprendizagem de educandos e educadores.

As normas que regem o TCC de Direito encontram-se devidamente regulamentadas tendo como objetivo inteirar alunos e professores orientadores sobre as suas disposições, normas de funcionamento, horários, orientações quanto à apresentação dos trabalhos, avaliação, entre outros itens, a fim de terem um melhor aproveitamento dessa experiência. Destaca-se que estes trabalhos ficam disponíveis no repositório institucional com acesso livre, publicados nos cadernos de graduação da universidade e disponíveis de forma gratuita pela internet.

No curso de Direito pode ser desenvolvido a partir do 10º período, através da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, a pesquisa deve versar em qualquer área do Direito, construída individualmente pelo estudante com orientação de um professor do

curso, denominado professor-orientador, designado pela Coordenação de TCC sendo finalizada em forma de artigo científico.

A pesquisa constitui-se em estratégia curricular de grande importância, pois permite o aprofundamento do conhecimento e a produção de novas formas de conceber o Direito e de compreender o fenômeno jurídico, através de ações integradoras das experiências vivenciadas pelos acadêmicos, exortando a sua capacidade investigativa. O TCC possibilita aos estudantes a ampliação de seus conhecimentos a partir da prática de pesquisa dos fenômenos sociais e jurídicos, integralizando conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvendo a capacidade de análise e crítica dos fenômenos sociais e jurídicos, valorizando a competência investigativa e estimulando a autonomia do aluno para atuar na sua área.

As normas que orientam o desenvolvimento do Artigo foram elaboradas obedecendo a mais atual bibliografia de Metodologia Científica e as normas da ABNT, considerando um enorme acervo de experiências, informações, normas e pesquisas, ordenadamente disposto. O acompanhamento é feito através do preenchimento do diário, cujo cumprimento da carga horária é obrigatório, sob a supervisão geral do Coordenador de TCC, responsável por estabelecer os prazos e cumprimento dos procedimentos estabelecidos em regulamentação específica do curso. No geral, o TCC se desenvolve em três etapas, a saber:

- I. A primeira etapa consiste em matrícula na turma do professor-orientador escolhido, via Sistema Magister;
- II. A segunda etapa versa sobre a escrita do trabalho e culmina no depósito oficial, virtual, via Google for Education e autorização digitalizada do professor orientador, para depósito;
- III. Na terceira etapa ocorrem as defesas orais em bancas, dos artigos depositados.

A banca será composta por três professores da casa, sendo um deles o orientador, que irá presidir os trabalhos. Após a explanação, o estudante será submetido aos questionamentos e às correções, caso seja necessário. Ao final, a banca lançará a nota do aluno, que para a sua aprovação terá que atingir a média mínima de 6,0 (seis). Os trabalhos ficam disponíveis para consulta em repositório institucional.

6.22.1 Procedimentos e acompanhamento dos processos de avaliação de ensino e aprendizagem

6.22.2 Avaliação do processo ensino/aprendizagem

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, ao que se refere a avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Tiradentes, resguarda a contextualização da avaliação para estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, através de técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

A avaliação não é utilizada para punir ou premiar o aluno, ela é um instrumento que verifica a intensidade ou nível de aprendizagem, permitindo ao docente planejar intervenções pedagógicas que possibilitem a superação de dificuldades e os desvios observados. Neste processo, valoriza-se a autonomia, a participação e o desenvolvimento de competências focadas no aprendizado previstos no planejamento das disciplinas.

Avaliar, neste Projeto Pedagógico do Curso, não significa verificar a classificação dos estudantes e sim verificar a produção de conhecimentos, a redefinição pessoal, o posicionamento e a postura do educando frente às relações entre conhecimento existente nesta determinada área de estudo e a realidade sócio educacional em desenvolvimento.

O sistema de avaliação adotado pelo curso de Direito obedece aos princípios norteadores do PPI, tais como: a quantidade de avaliações, suas modalidades, média para aprovação, número de provas, entre outros. Nessa direção, são adotados os procedimentos que objetivam verificar a aprendizagem através de instrumentos que estejam em sintonia com técnicas e metodologias de intervenção profissional, além de buscar mecanismos de superação de desvios, explicitadas as premissas iniciais sobre a avaliação do processo ensino/aprendizagem. Entre os diferentes meios de avaliação que poderão ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem podemos citar:

Prova Contextualizada (PC) - que aborda os conteúdos ministrados e as habilidades e competências adquiridas, verificados por meio de exame aplicado;

Medida de Eficiência (ME) - obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades (individual ou em grupo) de investigação (pesquisa, iniciação científica), de extensão, trabalhos de campo, seminários, resenhas, fichamentos, entre outros. A aferição da Medida de Eficiência tem como princípio o acompanhamento do aluno em pelo menos duas atividades, previstas no plano de curso de cada unidade de aprendizagem (disciplina).

6.22.3 Sistema de Avaliação

A apuração das notas nas unidades programáticas (UP1 e UP2) é expressa em índices que variam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos considerando-se:

- PC equivalente a 8,0 (oito) pontos e a ME a 2,0 (dois) pontos.
- A nota de cada UP será obtida pela soma das notas aferidas na PC e na ME.
- A média para aprovação em cada disciplina será de no mínimo 6,0 (seis) pontos, calculada pela média aritmética de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Média de Aprovação} = \frac{[(1^{\text{a}} \text{ nota}) + (2^{\text{a}} \text{ nota})]}{2}$$

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das unidades, além de no mínimo, 75% de frequência. Para os estágios curriculares e para os cursos que tenham Trabalho de Conclusão de Curso – TCC os critérios para aprovação estão descritos nos respectivos regulamentos.

No primeiro semestre de 2014, foi adotado pela Universidade Tiradentes a prova final no processo de avaliação, que tem por objetivo, permitir que os estudantes quando necessário, se debruçam ainda mais sobre o conteúdo do semestre e aprendam o suficiente para a construção da sua carreira profissional.

O benefício da prova final é concedido somente aos estudantes que cumprirem a frequência mínima exigida de 75% e obtiverem média entre 4,0 (quatro pontos) e 5,9 (cinco pontos e nove décimos).

- A Prova Final valerá de 0,00 (zero) a 10,0 (dez) pontos.
- A Prova Final abrangerá todo o conteúdo da disciplina abordado no semestre letivo.
- A média para aprovação na Prova Final será de no mínimo 6,0 (seis) pontos, calculada de acordo com a média aritmética, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\text{Média} + \text{Nota na Prova Final}}{2}$$

Desse modo, o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem busca conciliar a concepção de formação, cujo caráter processual e contínuo, busca contemplar,

dentre outras habilidades, a participação, a produção individual e coletiva, a associação prática/teoria, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o PPI e as Normas Acadêmicas Institucionais.

Acredita-se que as metodologias e os instrumentos de avaliação discente devem levar o professor a refletir sobre sua prática docente, possibilitando a aprendizagem esperada. Devem ainda permitir ao discente o reconhecimento do seu amadurecimento e a percepção da aquisição de novas habilidades e competências. Quanto à Universidade a avaliação torna-se imprescindível para que se perceba os aspectos das ações educacionais que merecem maior apoio.

Encara-se a avaliação como uma referência à análise dos propósitos a que se determinam, capaz de permitir aos alunos a busca de alternativas para o sucesso na aprendizagem. O sistema de avaliação adotado pelo curso obedece às Diretrizes estabelecidas no Ato Normativo do Conselho Superior da Universidade e aos princípios norteadores do Projeto Pedagógico Institucional, tais como: a quantidade de avaliações, suas modalidades, média geral para aprovação, número de provas e outros aspectos relevantes. Nessa direção, são adotados os procedimentos de avaliação que objetivam:

- a) verificar a aprendizagem do aluno através de instrumentos que estejam em sintonia com técnicas e metodologias de intervenção profissional e social, estimulando-o a apresentar e desenvolver suas habilidades e competências;
- b) observar e buscar mecanismos de superação de desvios observados procurando atingir a obtenção de técnicas e saberes necessários para a qualificação profissional;
- c) ser um processo contínuo e formativo, não punitivo possibilitando a superação de erros observados.

Explicitadas as premissas iniciais sobre a avaliação do processo ensino/aprendizagem, são expressos, na sequência, os itens que consolidam a avaliação e a representação de seus índices representativos (notas e médias).

6.22.4 Articulação da Auto Avaliação do curso com a Auto Avaliação Institucional

Com o objetivo de instaurar um processo sistemático e contínuo de autoconhecimento e melhoria do seu desempenho acadêmico, a Universidade Tiradentes

iniciou em 1998 o Programa de Avaliação Institucional, envolvendo toda a comunidade universitária, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

O processo de autoavaliação implementado reflete adequadamente o compromisso da Unit e do curso de Direito com a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica, bem como com a formação profissional.

Nesse sentido, o curso de Direito realizará periodicamente ações que decorrem dos processos de avaliação dirigidas pela CPA (autoavaliação e avaliação nominal docente), mas também fundamentará suas ações a partir dos resultados e relatórios de avaliação interna simulados.

A Avaliação Interna do Curso de Bacharelado em Direito será realizada pela Coordenação do curso por meio de reuniões sistemáticas com o NDE e Colegiado através da análise da avaliação interna e externas (ENADE e outros) e do PPC, identificando os pontos de fragilidade e propondo alternativas para sua superação; gerando ações de compatibilização dos objetivos e princípios preconizados no PPC com o PPI, Diretrizes Curriculares Nacionais, e a proposta de formação de profissionais.

Assim, podemos afirmar que estarão previstas e implementadas as ações decorrentes dos processos de avaliação do curso conforme descrição:

1. Ações voltadas à política de monitoria;
2. Participação dos alunos no Programa de Nivelamento e Formação Complementar;
3. Divulgação do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico NAPPS, para alunos e docentes;
4. Formação continuada de professores do curso no Programa de Capacitação Docente;
5. Participação de professores e alunos no processo de avaliação interna;
6. Atualização e ampliação do acervo bibliográfico do curso e intensificação de sua utilização;
7. Ampliação do acervo do laboratório e ações efetivas de utilização e acompanhamento.

Destaca-se que a CPA disponibilizará a gestão do curso relatório dos resultados dos processos internos e que estes servem de instrumento norteador de ações futuras desenvolvidas pelo curso buscando o acompanhamento contínuo e a excelência nos serviços prestados à comunidade acadêmica.

Mediando os resultados dos processos de avaliação interna e externa os cursos contam com a Gerência de Avaliação e Acreditação responsável por gerir as atividades vinculadas aos atos regulatórios para atendimento aos padrões de qualidade acompanhando e operacionalizando os processos avaliativos internos e externos e seus desdobramentos junto a coordenação e NDE do curso de Direito.

6.22.5 ENADE

A Instituição utiliza os resultados da autoavaliação e da avaliação externa para aprimorar a qualidade dos cursos, refletindo no desempenho dos estudantes e dos docentes. Nessa perspectiva, a Unit implementou o Projeto ENADE, com atividades de orientação e apoio pedagógico, buscando fomentar ações que conduzem os sujeitos da comunidade acadêmica para práticas assertivas. São elas (ações):

- instrumentalizar a gestão para a análise de dados preditivos que apontam fragilidades e potencialidades;
- engajar o estudante como sujeito ativo e ciente da sua corresponsabilidade no processo de aprendizagem;
- fomentar uma coordenação ativa no processo de gestão e tomada de decisão;
- fomentar uma prática docente atenta e ativa ao progresso acadêmico dos estudantes;
- e entregar um perfil de egresso de acordo com a proposta institucional (PPC), amparada em diretrizes curriculares contemporâneas ao momento presente.

Os resultados do Enade, disponíveis em relatórios, microdados etc, são analisados pela Pró-reitoria de Graduação, Diretoria Acadêmica e Coordenações, a fim de implementar ações e soluções que promovam a excelência dos serviços ofertados, principalmente nos espaços de aprendizagem, conforme os itens supracitados no parágrafo anterior.

Entende-se que o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade) não é um evento anual, mas sim um processo contínuo e permanente. Em consonância com a análise dos dados fornecidos pelo INEP, através dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, a Pró-Reitoria de Graduação também analisa e implementa modelos acadêmicos, desenvolve capacitações, implementam tecnologias educacionais, organiza eventos pedagógicos e acompanha a atualização dos documentos dos cursos e normativos institucionais, garantindo

qualidade e adequação às diretrizes e normas pré-estabelecidas pelo Estado e Conselhos institucionais.

6.23 Participação do corpo docente e discente no processo pedagógico

A participação do corpo docente e discente é obtida pela reflexão das ações com vistas a uma conduta pedagógica e acadêmica que possibilite a consecução dos objetivos nele contidos, bem como da divulgação do PPI, ressaltando a importância dos documentos como agentes norteadores das ações da instituição, dos cursos e das atividades acadêmicas.

O envolvimento de todos (docentes e discentes) no processo de construção, execução e aprimoramento do PPC vem imbuída da concepção de que o conhecimento possibilita aperfeiçoamento, divulgação, socialização e transparência, de modo a contribuir para criação de consciência e ética profissional, com vistas à compreensão e desenvolvimento de ações coadunadas ao que preconiza o referido documento.

Nessa direção, as instâncias consultivas e deliberativas como o Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE e o Conselho Superior de Administração – CONSAD, possuem representantes dos diversos segmentos da instituição e a alternância dos mesmos anualmente, vislumbra a participação representativa dos diversos atores. Nessas instâncias, participam a Pró – Reitoria de Graduação - PROGRAD, Pró - Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, além da Diretoria Acadêmica, Pró – Reitoria Administrativo - Financeiro, e demais representantes de órgãos que se relacionam direta e indiretamente com as atividades acadêmicas, com o objetivo de desenvolver integralmente as funções universitárias de ensino/pesquisa/extensão.

No âmbito do curso, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado, por meio de seus representantes do Corpo Docente e discente estão constantemente envolvidos nas decisões acadêmicas, onde são discutidas e deliberadas questões peculiares à vida universitária, objetivando o aprimoramento das atividades.

A articulação do ensino, pesquisa e extensão é determinante para a formação do profissional reflexivo, comprometido com a transformação social e o desenvolvimento regional. Nessa direção, o corpo docente do Curso de Direito, liderado pelo seu Coordenador procura estimular a participação dos discentes nas diferentes atividades da vida acadêmica,

como Iniciação Científica, participação em projetos de pesquisa institucionalizados ou não, monitorias remuneradas ou voluntárias, projetos de extensão, eventos e estágios extracurriculares.

A participação dos professores e alunos no Colegiado do Curso se dá a partir das representantes titulares e suplentes, os quais possuem mandatos e atribuições regulamentadas pelo Regimento Interno da Universidade.

Os professores do curso participam sistematicamente de reuniões acadêmicas e administrativas, nas quais são discutidas e deliberadas questões peculiares à vida universitária, objetivando o aprimoramento das atividades. Desses fóruns participam também as pró-reitorias e demais representantes de órgãos que se relacionam direta e indiretamente com as atividades acadêmicas, com o objetivo de desenvolver integradamente as funções universitárias de ensino – pesquisa – extensão.

Os professores e os alunos são ainda representados, mediante processo eleitoral, no Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE e no Conselho Superior de Administração – CONSAD, com a alternância de representantes anualmente.

No processo de construção do Projeto Pedagógico do curso de Direito valorizou-se a participação dos corpos docentes e discentes, seja através de reuniões periódicas do Colegiado e dos representantes de sala, seja ainda através de cursos de capacitação promovidos pela Universidade através das Pró Reitorias, na perspectiva de envolvimento e comprometimento dos que fazem o Curso.

A participação e o acompanhamento na execução do Projeto Pedagógico do Curso têm se efetivado, por meio de palestras, seminários, reuniões entre outros, com o corpo docente e discente para que a prática de ensino em cada disciplina atenda e esteja articulada com a concepção, os objetivos e o perfil profissional do Projeto Pedagógico.

6.24 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em conformidade com as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em sua Resolução nº 1 de 17/06/2010, o Curso de Direito da UNIT conta com Núcleo Docente Estruturante – NDE que é um órgão consultivo da coordenação do curso, responsável pelo processo de concepção, implementação, consolidação

e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 05 (cinco) docentes do curso, dos quais 100% possuem titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e 100% possui tempo integral e ou parcial na IES. A nomeação é efetuada pela Reitoria para executar suas atribuições e atender a seus fins, tendo o coordenador do curso como presidente. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante NDE:

I. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;

II. Participar da revisão e atualização periódica do projeto pedagógico do curso, submetendo-o à análise e aprovação do Colegiado de Curso;

III. Propor permanente revisão ao que se refere a concepção do curso, definição de objetivos e perfil de egressos, metodologia, componentes curriculares e formas de avaliação em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;

IV. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

V. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino constantes no currículo;

VI. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as Diretrizes Curriculares;

VII. Analisar os planos de ensino dos componentes curriculares dos cursos, sugerindo melhorias e atualização;

VIII. Propor alternativas de melhoria a partir dos resultados das avaliações internas e externas dos cursos em consonância com o Colegiado;

IX. Assessorar a coordenação do curso na condução dos trabalhos de alteração e reestruturação curricular, submetendo a aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;

X. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.

XI. Acompanhar as atividades do corpo docente no que se refere às Práticas de Pesquisa e Práticas de Extensão;

XII. Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo corpo docente, sobretudo no que diz respeito à integralização dos Planos de Ensino e Aprendizagem e Plano Integrado de Trabalho;

XIII. Elaborar semestralmente cronograma de reuniões;

XIV. Encaminhar relatórios semestrais à coordenação do curso, sobre suas atividades, recomendações e contribuições.

XV. Propor alternativas de integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos nos respectivos projetos pedagógicos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais;

Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e para o curso de Direito da UNIT são compostos de:

DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Kátia Cristina Barreto Ferreira	Mestre	Integral
Mario Jorge Tenorio Fortes Junior	Doutor	Integral
Luis Felipe de Jesus Barreto Araujo	Mestre	Integral
Raimundo Giovanni Franca Matos	Doutor	Parcial
Jeffson Menezes de Sousa	Mestre	Integral

Quadro 4 - Composição do NDE do curso de Direito Estância

6.25 Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso constitui-se instância de caráter consultivo e deliberativo, cuja participação dos professores e estudantes ocorre a partir dos representantes titulares e suplentes, os quais possuem mandatos e atribuições regulamentados pelo Regimento Interno da Universidade Tiradentes.

Composto pelo Coordenador do Curso, que o presidirá, e por representantes docentes, que desempenham atividades no curso, indicados pelo coordenador e referendados pela Reitoria, conta ainda com representantes do corpo discente, regularmente matriculados no Curso e indicados pelo Corpo Docente. Todos os membros do Colegiado possuem mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, à exceção do seu presidente, o

Coordenador do Curso, membro nato.

Nessa direção, o comprometimento do corpo docente e discente ocorre através da participação dos professores e alunos no que se refere principalmente à determinação da conduta pedagógica e acadêmica mais adequada para alcançar os objetivos acadêmicos.

São atribuições do Colegiado do Curso de Direito:

- I. Assessorar a coordenação e supervisão do funcionamento do curso;
- II. Avaliar e aprovar as proposições de atualização do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, encaminhadas pelo NDE;
- III. Appreciar e deliberar sobre as sugestões apresentadas pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, pelos demais docentes e discentes quanto aos assuntos de interesse do Curso;
- IV. Propor e validar alterações na estrutura curricular do curso observando os indicadores de qualidade determinados pelo MEC e pela instituição, quando for o caso;
- V. Analisar e aprovar os Planos de Ensino e Aprendizagem encaminhadas pelo NDE, propondo alterações, quando necessário;
- VI. Analisar e aprovar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias para o ensino das disciplinas do curso;
- VII. Garantir que sejam estabelecidas e mantidas as relações didático-pedagógicas das disciplinas do curso, respeitando os objetivos e o perfil do profissional, definido no projeto pedagógico do curso;
- VIII. Definir e propor as estratégias e ações necessárias e/ou indispensáveis para a melhoria de qualidade da pesquisa, da extensão e do ensino ministrado no curso, a serem encaminhadas à Pró – Reitoria de Graduação - PRG;
- IX. Examinar e responder, quando possível, as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar ao setor competente, cuja solução transcenda as suas atribuições.
- X. Apresentar a coordenação propostas de atividades extracurriculares necessárias para o bom funcionamento do curso;
- XI. Avaliar e emitir parecer sobre o Plano Individual de Trabalho - PIT, quando solicitado;
- XII. Aprovar os projetos de pesquisa, de pós-graduação e de extensão relacionados ao Curso, submetendo-os à apreciação e deliberação;
- XIII. Colaborar com os diversos órgãos acadêmicos nos assuntos de interesse do Curso;

- XIV. Analisar e decidir os pleitos quebra de pré-requisitos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados;
- XV. Deliberar sobre aproveitamento de estudos quando solicitado pelos alunos;
- XVI. Manter registrado todas as reuniões e deliberações, através de atas que devem ser devidamente arquivadas.

O corpo docente e discente do curso será representado no Colegiado, pelos seguintes membros.

REPRESENTANTES DOCENTES	
Titulares	Prof. ^a Katia Cristina Barreto Ferreira - Presidente
	Prof. ^o Jeffson Menezes de Sousa
	Prof. ^o Luis Felipe de Jesus Barreto Araújo
	Prof. ^a Raissa Nacer Oliveira de Andrade
Suplentes	Prof. ^o Marlton Fontes Mota
	Prof. ^o Renato Carlos Cruz Menezes
REPRESENTANTES DISCENTES	
Titular	Raquel Almeida Brito – 1121109800
Suplente	Sofia Libório do Nascimento - 1221146766

Quadro 5 - Composição do Colegiado do curso de Direito Estância

7. CORPO SOCIAL (CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO)

7.1 Corpo Docente

A educação requer, dos profissionais envolvidos, a compreensão de ensino e aprendizagem por uma ótica não restritiva, que não a encare como mera adaptação do ensino presencial, ou um tipo de metodologia de ensino, mas como um paradigma que conceba a formação como uma experiência de aprendizagem, cujos saberes são instrumentos para o

desenvolvimento de habilidades e o ensino é complementar ao exercício constante da autonomia intelectual do estudante.

Nesse sentido, a docência deve pautar-se na dimensão de construção de saberes com autonomia e no fomento à pesquisa e interação entre os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: professores regentes, professores tutores (presenciais e virtuais) e coordenação de área, operacionais e pedagógicos. Dessa forma, considera-se a existência de múltiplas formas de arquitetura do conhecimento e possibilidades de aprendizagem.

É imprescindível que se tenha clareza para atuação docente, sobretudo as que nos faz entender:

- o docente é um mediador, orientador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem cabendo-lhe contribuir para a superação das dificuldades do estudante, atuando no âmbito afetivo e na formação de conceitos, valores e atitudes. Portanto, o adequado planejamento é essencial para o sucesso da aprendizagem;
- o estudante é sujeito de sua aprendizagem, porquanto é facultada a liberdade para escolher os momentos mais convenientes para estudos (síncronos ou assíncronos, presenciais ou a distância), privilegiando-se da sua autonomia intelectual;
- a sala de aula ultrapassa as barreiras convencionais e vai além, dentro de ambientes virtuais de aprendizagem, com a utilização de ferramentas de interação colaborativa;
- a tecnologia passa a fazer parte da rotina e contexto educacional dos estudantes e está a serviço da aprendizagem;
- os conteúdos curriculares são flexíveis, dinâmicos e coadunam-se com tendências do mundo do trabalho e do relacionamento interpessoal;
- os estudantes assumem o desafio de estudar por motivação e a instituição de integrar ações educativas que promovam a motivação;
- a instituição deixa de ser um espaço burocrático para transformar-se em um espaço de construção colaborativa;

O corpo docente do Curso de Direito é constituído por profissionais dotados de experiência e conhecimento na área que lecionam e a sua seleção levou em consideração a formação acadêmica e a titulação, bem como o aproveitamento das experiências profissionais no exercício de cargos ou funções relativas ao universo do campo de trabalho no qual o curso

está inserido, valorizando o saber prático, teórico e especializado que contribui de forma significativa para a formação do perfil desejado do egresso do curso.

A UNIT dispõe de um Plano de Carreira do Magistério Superior, cujo objetivo é estimular o alcance das metas e missão de cada curso, bem como de programa de qualificação docente, motivando-os para o exercício do magistério superior, aperfeiçoando o exercício profissional.

O Plano de Carreira da Instituição contempla ascensão profissional horizontal (promoção sem mudar de função, entretanto com aumento nos rendimentos) e vertical (crescimento profissional em cargo e rendimento), bem como motivar o corpo docente e ser justo com os profissionais nos aspectos de qualificação profissional e dedicação à instituição – tempo de atividade como professor universitário na IES.

No sentido de motivar o professor à formação exigida para o exercício da docência, os dirigentes da Universidade Tiradentes, tem se concentrado em aprofundar o conhecimento, seja ele prático (decorrente do exercício profissional) ou teórico/epistemológico (decorrente do exercício acadêmico), através de Programas de Formação docente por meio de jornadas pedagógicas, oficinas e minicursos desenvolvidos ao longo dos períodos, que contribuem na formação exigida para a docência no ensino superior.

Estes programas voltados à formação pedagógica do professor universitário despertam naqueles que o realizam, o comprometimento com as questões educacionais, não se limitando aos aspectos práticos (didáticos ou metodológicos) do fazer docente, mas englobando dimensões relativas às questões éticas, afetivas e político-sociais envolvidas na docência, fundamentando-se numa concepção de práxis educativa e do ensino como uma atividade complexa, que demanda dos professores uma formação que supere o mero desenvolvimento de habilidades técnicas ou, simplesmente, conhecimento aprofundado de um conteúdo específico de uma área do saber.

O corpo docente do curso de Direito é composto por professores, em sua maioria com formação *stricto sensu* e ampla experiência no magistério superior. Dentre outras atividades, serão os responsáveis por desenvolver, analisar e atualizar os conteúdos dos componentes curriculares, além da bibliografia proposta para os respectivos planos de ensino, relacionando-os a conteúdos de pesquisa de ponta, visando atingir aos objetivos das disciplinas e ao perfil proposto de formação do egresso.

Quadro 6 - Corpo Docente do curso de Direito

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Acácia Gardênia Santos Lelis	Doutor	Horista
Adriana Maria Andrade	Mestre	Horista
Alvaci Freitas Resende	Doutor	Horista
Álvaro César Pereira de Souza	Doutor	Horista
Amanda Greff Escobar Charlot	Mestre	Horista
Claudia Lais Costa da Silva Campos	Mestre	Horista
Dimas Pereira Duarte Junior	Doutor	Integral
Diogo de Calasans Melo Andrade	Doutor	Integral
Eduardo Santiago Pereira	Doutor	Parcial
Eduardo Torres Roberti	Mestre	Parcial
Ermelino Costa Cerqueira	Mestre	Horista
Fernanda Oliveira Santos	Mestre	Parcial
Gabriela de Menezes Santos	Mestre	Horista
Jeffson Menezes de Sousa	Doutor	Integral

João Pedro Leite Barros	Doutor	Horista
Kellen Josephine Muniz de Lima	Mestre	Horista
Lucas Monteiro Alves de Oliveira	Mestre	Horista
Luis Felipe de Jesus Barreto Araújo	Doutor	Integral
Marcelo de Macedo Schimmelpfeng	Mestre	Horista
Marília Mendonça Morais Sant Anna	Doutor	Horista
Mario Jorge Tenório Fortes Junior	Doutor	Integral
Marlton Fontes Mota	Doutor	Horista
Nivaldo Souza Moscoso	Mestre	Parcial
Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	Doutor	Integral
Raimundo Giovanni França Matos	Doutor	Parcial
Raissa Nacer Oliveira de Andrade	Mestre	Horista
Renato Carlos Cruz Meneses	Mestre	Parcial
Rita de Cássia Barros de Menezes	Doutor	Parcial
Robson Roberto Souto Santos	Mestre	Horista
Stephanny Resende de Melo	Mestre	Horista

Vitoria Viana da Silva	Mestre	Horista
Katia Cristina Barreto Ferreira	Mestre	Integral

Quadro 7 - Titulação do Corpo Docente do curso de Direito

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Mestre + Doutores	32	100%
Doutores	15	46,88 %
Total de Docentes	32	

Quadro 8 - Regime de trabalho do Corpo Docente do curso de Direito

REGIME DE TRABALHO	QUANTITATIVO	%
Horista	18	56,25%
Parcial	7	21,87%
Integral	7	21,87%
TOTAL	32	100%

7.2 Atividades de tutoria

As atividades de tutoria do curso de Direito Campus Estância são desenvolvidas pela equipe Docente, através dos professores tutores, sob a supervisão da Coordenação de Curso e apoio da Supervisão de Tutoria. Como parte integrante da concepção metodológica para o curso de Direito, a política institucional pressupõe um sistema de acompanhamento

pedagógico, por compreender que o acompanhamento da aprendizagem discente necessita de uma sólida equipe docente comprometida com as dimensões pedagógica, tecnológica, interpessoal e gerencial no desenvolvimento de sua prática profissional.

Assim, os tutores presenciais e virtuais têm como objetivo facilitar e guiar o aluno para uma experiência de aprendizagem que o permita finalizar com êxito a graduação e adquirir as competências e habilidades para o mercado de trabalho. O Professor Tutor possui atribuições relacionadas a mediação, facilitação e avaliação de atividades pedagógicas presenciais (Professor Tutor Presencial) e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Professor Tutor Virtual).

Desse modo, o professor assume a postura de orientação do estudante, para o desenvolvimento de sua potencialidade intelectual e construção do seu próprio conjunto de conhecimentos, sobre os conteúdos apresentados durante o curso. É do professor o papel de personificação do vínculo tangível entre as mídias educacionais interativas, as ferramentas de colaboração digitais e o estudante, de forma que as atividades do processo educacional estejam mediadas no sentido de retroalimentar a sua aprendizagem. Sendo assim, compreende-se que a abordagem dos conteúdos curriculares deve ser orientada à condução do estudante para a reflexão crítica, bem como a aplicação do conhecimento na sua prática pessoal, profissional e acadêmica (MACHADO E MACHADO, 2004^[1]).

Para o desenvolvimento desse princípio é necessário um profissional de educação que contemple as seguintes competências técnicas: domínio competente e crítico das informações e conteúdos pertinentes à sua área de atuação; conhecimento da rotina de trabalho; domínio competente dos meios de comunicação a serem utilizados para a mediação eficaz entre o estudante e os conteúdos do ensino; visão articulada do funcionamento da IES como um todo; percepção nítida e crítica das complexas relações entre educação e sociedade.

As atividades de tutoria previstas a serem implantadas no curso de Direito, atendem de maneira excelente as demandas didático-pedagógicas previstas no percurso formativo do estudante e que estão previamente desenhadas na matriz curricular do curso. Essas atividades serão conduzidas por professores que desempenham o papel de tutor, sendo os responsáveis por dar suporte aos discentes no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades acadêmicas no curso de graduação.

O professor tutor terá como atribuições de grande relevância, nos momentos presenciais e on-line:

- **Encontro de Abertura do Semestre** ocorre no início de cada semestre letivo e destina-se à apresentação da equipe e da metodologia. Neste momento o tutor também se apresenta à turma e explica sua função;
- **Tutoria de Acolhimento:** a tutoria de acolhimento ocorre no início de cada semestre letivo para garantir o primeiro acesso dos alunos ao Magister, ao AVA e ao E-mail institucional. Além disso, apresenta e orienta o aluno sobre as etapas da sua jornada pedagógica no curso.
- **Plantões de Tutoria Presencial:** Estes momentos serão direcionados aos alunos para que procurem o Tutor Presencial a fim de dirimir dúvidas, ampliar a discussão dos conteúdos das disciplinas e possibilitar mais uma oportunidade de interação com ele. Para tanto, serão comunicados no polo os dias e horários em que o Tutor Presencial estará de plantão para cada turma;
 - O professor tutor virtual terá como atribuições de grande relevância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem:
- **Interação no Fórum:** o tutor virtual motiva, engaja e media debates e discussões no fórum, o qual é um espaço de reflexão e construção de conhecimento em comunidade;
- **Interação nos Canais de Comunicação do AVA:** o Tutor Virtual está à disposição para responder dúvidas e orientar os alunos no Fale com Professor, o qual funciona como uma ferramenta de envio de mensagens (pergunta e resposta). Além disso, o Tutor Virtual noticia todas as atividades e eventos do curso e da disciplina no Mural da Disciplina;

7.3 Ações pedagógicas do corpo de tutores em educação a distância

Os professores tutores, são vinculados de acordo com o seu perfil acadêmico às disciplinas do curso, desenvolvendo um trabalho articulado com linguagem dialógica ao perfil de alunos. A experiência na educação a distância soma-se à experiência profissional que agrega a práxis e as necessidades de contextualização, além do planejamento de atividades utilizando-se de diferentes recursos tecnológicos e metodológicos para atender aos diferentes

perfis. Para isso, se utilizam de diferentes ferramentas metodológicas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, apropriando-se os resultados do processo avaliativo para replanejar sua prática e assim fomentar o processo formativo.

Os professores tutores vinculados ao curso de Direito serão os responsáveis por conduzir fazer a mediação pedagógica junto aos discentes demonstrando qualidade no bom relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem e orientando os estudantes quando necessário, a ingressarem em atividades e leituras complementares que auxiliem sua formação.

O papel do tutor é assegurar a participação e engajamento do aluno no processo-ensino-aprendizagem; assim como mediar as interações, orientar os estudantes quanto aos conteúdos e atividades da disciplina, acompanhando seu desempenho e corrigindo atividades e avaliações. O trabalho de interação e acompanhamento dos estudantes é realizado virtualmente, através do AVA. Além desses momentos atuarão também na mediação de fóruns de discussão estabelecendo vínculo permanente com os alunos atendidos dando suporte às atividades dos docentes e a mediação pedagógica junto aos discentes.

7.4 Interação entre tutores (presenciais e a distância), docentes e coordenação de curso

A interação contínua e eficaz da equipe docente é fundamental para o sucesso do aluno no processo-ensino-aprendizagem. Essa comunicação interna ocorre em diferentes momentos do período letivo de maneira espontânea e planejada. As ações agendadas serão a conexão docente, as reuniões de alinhamento e o planejamento pedagógico que ocorre no início dos semestres com o foco de avaliar o semestre anterior e definir as estratégias para o próximo período letivo. As reuniões de alinhamento ocorrem no mínimo duas vezes por semestre para orientar e dirimir as dúvidas dos docentes sobre a execução do planejamento.

A interação espontânea que deverá ocorrer ao longo do semestre entre os docentes está pautada no fluxo de comunicação claro e acessível entre coordenador de curso, professores e professores tutores (presenciais e virtuais). Assim, a nossa equipe docente tem acesso aos contatos de e-mail de todos os colegas para interagirem sobre as disciplinas e o curso. Além disso, os docentes têm uma linha aberta de comunicação com a coordenação do curso e a gerência acadêmica.

O acesso do tutor às atividades acadêmicas planejadas para o semestre é realizado através da pasta do tutor no AVA. Nessa pasta, o tutor acessa as informações técnicas e metodológicas para cada aula através de textos e vídeos gravados pelos professores regentes.

A Coordenação do Curso avalia o desempenho da equipe de tutores através do monitoramento de indicadores qualitativos e quantitativos relativos à execução das suas atribuições. A avaliação qualitativa ocorrerá periodicamente sendo realizada tanto por todos que interagem com o Tutor ao longo das disciplinas (aluno, docentes, coordenação e equipe de suporte acadêmico). A avaliação quantitativa acompanha o cumprimento das atribuições como prazos de correção, registro de frequência e tempo-resposta nos canais de comunicação. Essa avaliação busca subsidiar ações de feedback corretivos e preventivas.

7.5 Titulação e formação do corpo de tutores do curso

O corpo de professores tutores que atuarão na graduação em Direito, tem graduação na área da disciplina, que irá assumir a docência, e no mínimo pós-graduação *lato sensu* na área da disciplina ou em áreas afins. Além disso, os professores tutores dos nossos cursos à distância têm expressiva experiência acadêmica e profissional na área. Outros aspectos relevantes para fazer parte da equipe de tutores são as competências comportamentais como empatia, comprometimento, criatividade, equilíbrio emocional, flexibilidade e trabalho em equipe (MATTAR et. al., 2020²).

Esses aspectos conectados com a metodologia de trabalho utilizada nas disciplinas permitirá um acompanhamento e uma mediação do processo de ensino-aprendizagem capaz de identificar as necessidades e as fragilidades, que os discentes apresentam em termos de aprendizagem, disponibilizando aos mesmos o apoio e a orientação necessários ao seu desenvolvimento.

A eficiência e a eficácia do trabalho proposto acima dependem de uma formação contínua da equipe de tutores. Isto ocorre através de uma **trilha de aprendizagem** desenhada para cada semestre. A equipe pedagógica inicia com um evento no início do semestre para avaliar o anterior e fornecer o feedback individual e coletivo. Juntamente com a equipe de

² MATTAR, JOÃO et al. Competências e funções dos tutores online em educação a distância. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wDMtcL9SsDw5ZMFLfxr98Cw/?lang=pt#>. Acesso em 02 ago. 2021.

tutores, são debatidos os temas e definidas melhorias. Depois dessa etapa, realizamos oficinas de formação para aprimoramento das habilidades técnicas e socioemocionais. Os eventos de conexão docente, o monitoramento e feedback do rendimento, e as reuniões de alinhamento dão continuidade à jornada de aprendizagem. Esse ciclo continua no semestre seguinte, sempre buscando o aprimoramento do ambiente de trabalho, da execução das estratégias e melhorar a experiência do aluno.

Quadro 9 - Corpo de Tutores do curso de Direito Estância

Nome	Titulação	Regime de trabalho	Formação
Joelma dos Santos Lima	Mestre	Horista	Possui Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2016. Especialização em Gestão das Organizações Públicas pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2012. Graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 1991.
Mirilene Rodrigues da Silva	Especialista	Horista	Possui Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Artes pela FAVENI-Faculdade Venda Nova do Imigrante, IESX_PPROV, 2022. Especialização em Gestão de Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2013. Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2018. Graduação em Serviço Social pela Universidade Tiradentes/UNIT, 2007.
Polyana Lacerda Santos	Mestre	Horista	Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2019. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe/ UFS, 2015.

7.6 Equipe Multidisciplinar

A Universidade Tiradentes mantém equipe multidisciplinar responsável por atender e disseminar as necessidades oriundas do uso de tecnologias para os componentes e atividades de ensino. Essa equipe conta com colaboradores de distintas áreas do conhecimento destinados ao acompanhamento e disseminação das ferramentas de tecnologia que estão diretamente envolvidas na oferta das disciplinas. Com aparato tecnológico moderno, a equipe multidisciplinar trabalha com a finalidade de garantir a qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a criação, produção, publicação de conteúdos no AVA, monitoramento de indicadores, até a avaliação da disciplina, promovendo a autoaprendizagem, a aprendizagem significativa, ativa e colaborativa, suportadas pelo uso sistemático das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

Dentre as diferentes áreas existem profissionais de: comunicação social, produção audiovisual, design gráfico, planejamento pedagógico, tecnologia da informação na área de sistemas e banco de dados e equipe de gestão descentralizada na sede e polos. Estes profissionais são capacitados continuamente para desenvolver e acompanhar estratégias de ensino focadas no processo de aprendizagem significativa do aluno, sintonizado com o mundo do trabalho e com as requisições profissionais.

A equipe envolve-se no desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos a distância, sendo responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias e metodologias inovadoras, recursos educacionais, elaboração e acompanhamento do plano de ação, do fluxo processual e dos trabalhos realizados para a oferta dos cursos.

7.7 Administração Acadêmica do Curso

7.7.1 Corpo Técnico - Administrativo e Pedagógico

Selecionado a partir de critérios coerentes com as atividades profissionais que irão desempenhar, os integrantes do corpo administrativo e pedagógico do curso são selecionados, considerando os conhecimentos específicos e necessários à atuação, com vistas ao bom andamento dos trabalhos acadêmicos. Desse modo, vislumbra-se nesses profissionais a formação, experiência e atuação compatível com a função.

O quadro funcional que dará assistência às atividades administrativas do curso é composto por diferentes funções discriminadas a seguir.

Gestão Administrativa de curso

A Universidade Tiradentes em sua estrutura acadêmica instituiu uma organização administrativa que busca atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão planejadas nos respectivos projetos pedagógicos e previstas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Desta forma os cursos contam em sua organização interna:

1. Coordenador de Área

Gestor responsável por coordenar um grupo de cursos e seus coordenadores operacionais e pedagógicos. Sua gestão deve ter como foco aspectos qualitativos e quantitativos que favoreçam o alcance das metas institucionais. Atuará na execução, acompanhamento e nos desdobramentos que envolvam ações a serem realizadas pelas coordenações operacionais e pedagógicas.

2. Coordenador Operacional

Gestor de curso responsável por coordenar estudantes e professores. Sua gestão deve focar qualitativamente no que se refere ao cumprimento do Projeto Pedagógico dos Cursos objetivando a execução adequada dos programas e atividades nele previstas.

3. Coordenador Pedagógico

Profissional de suporte ao coordenador de área e coordenador operacional. Responsável por propor intervenções pedagógicas que favoreçam as práticas acadêmicas alinhadas ao perfil do curso.

Esse grupo de profissionais atende à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar (quando

for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado e dispõe de indicadores de desempenho.

No curso de Direito a gestão acadêmica está assim organizada:

Nome	Função	Titulação	Regime de Trabalho
Mário Jorge Tenório Fortes Júnior	Coordenador de Área	Doutor	Integral
Kátia Cristina Barreto Ferreira	Coordenador Operacional	Mestre	Integral
Luis Felipe de Jesus Barreto Araújo	Coordenador Pedagógico	Doutor	Integral

Quadro 10 - Composição da Gestão Acadêmica do curso de Direito Estância

8. FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E REFLEXÃO

A Universidade Tiradentes, através da Pró-Reitoria de Graduação, desenvolve programas de apoio didático-pedagógico aos docentes através de capacitações constantes com membros das comunidades externa e interna.

O Programa de Capacitação e Qualificação Docente implantado na Instituição desenvolve suas ações objetivando qualificar e capacitar os docentes em três modalidades: Capacitação Interna; Capacitação Externa e Estudos de Pós-Graduação.

Na UNIT, a formação continuada dos docentes constitui-se em um processo de atualização dos conhecimentos e saberes relevantes para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino, caracteriza-se como uma exigência não apenas da instituição como também da sociedade contemporânea com vistas ao desenvolvimento de competências, habilidades e valores necessários à prática.

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Graduação, priorizando o processo pedagógico como forma de garantir a qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, desenvolve o Programa de Formação Docente para o Ensino Superior, com o objetivo promover ações pedagógicas que possibilitem aos docentes da uma formação permanente, como meio de reflexão do trabalho teórico-metodológico e aprimoramento das práxis, através de discussão e troca de experiências.

Devidamente articulado com programas de auxílio financeiro, busca estimular e aperfeiçoar o seu quadro docente possibilitando o acesso a informações, métodos, tecnologias educacionais/pedagógicas modernas.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela UNIT obedecem a uma política educacional centrada na visão global do conhecimento humano, realizada através do exercício da interdisciplinaridade e indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessa direção, esse documento é constantemente acompanhado e atualizado por todos seus atores nas diversas instâncias de representações.

A Pró-Reitoria de Graduação tem como finalidade acompanhar sistemática e qualitativamente as atividades do ensino de graduação, assessorando o NDE na elaboração/execução/avaliação dos respectivos projetos pedagógicos; prestar apoio pedagógico aos docentes e coordenadores de cursos, desenvolver programas de educação continuada do corpo docente e desenvolvimento das competências deles demandadas pela sociedade contemporânea, dentre outros.

A coordenação e os docentes do curso de Direito estimulam a participação dos discentes nas diferentes atividades que dizem respeito à vida acadêmica, e o envolvimento dos alunos nas atividades promovidas pela coordenação do curso com, por exemplo, os projetos de extensão.

A participação política dos discentes na instância do Curso de Direito também será valorizada e se dará de forma efetiva nas atividades acadêmicas realizadas. Os discentes serão incentivados a participar de forma democrática e ativa na construção do Curso, seja pela participação dos representantes discentes nas reuniões pedagógicas, seja informalmente, através de críticas e sugestões diretamente manifestadas à coordenação do curso.

Serão promovidos encontros, seminários, entre outros com a participação de multiprofissionais no sentido de discutir temas relevantes no que diz respeito à educação, saúde, ética, cidadania e política, entre outros.

Nas reuniões que acontecerão no final e início de cada semestre letivo, serão discutidos, entre outros pontos, a atuação dos docentes em sala de aula; avaliações realizadas via Internet pelos alunos; mecanismos de aperfeiçoamento metodológico (planejamento da prática ensino-aprendizagem); atualização dos conteúdos programáticos; elaboração de plano

de ação para o curso; avaliação do mercado profissional; além de avaliar o Projeto Pedagógico do Curso.

A Coordenação do Curso de Direito irá adotar elementos e procedimentos que aproximem educadores e educandos de diferentes realidades territoriais posicionando-se como instrumento de integração.

7.1 Modos de integração entre a Graduação e a Pós-Graduação

Os Cursos de Pós-Graduação, em nível de especialização, vinculados às áreas de conhecimento relacionadas aos Cursos de Graduação, objetivam a continuidade do processo de formação, oportunizando o aprofundamento do conhecimento teórico e instrumental prático, relacionados aos diversos aspectos que envolvem os conhecimentos da área.

Institucionalmente, os cursos de especialização *lato sensu* estão vinculados a Pró – Reitoria de Pós – Graduação, Pesquisa e Extensão, porém, mantêm vínculos com os cursos de graduação, embora em níveis e de formas diferenciadas. Os cursos *lato sensu* têm as suas formas de proposição de acordo com as diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área de graduação, de acordo com as demandas profissionais.

A Coordenação e NDE, a partir das características do processo formativo do curso de Direito, propõem cursos de especialização *lato sensu* aos seus egressos, objetivando o aprofundamento em campos de atuação no qual se situa o curso, os quais são ofertados pela Instituição oportunizando a continuidade da sua formação.

Os discentes do curso de Direito da Universidade Tiradentes tem a possibilidade ainda de ingressarem nos programas *stricto sensu*, a exemplo do Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos, que tem como objetivo central desenvolver pesquisas e estudos avançados na área do Direito, com concentração em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva crítica, não eurocentrista, que contemple as experiências latino-americanas e as especificidades e potencialidades dos saberes locais, da cultura brasileira e das narrativas históricas que constituem a nossa tradição, para o enfrentamento de dimensões que atualmente geram importantes desafios ao universo jurídico: as complexidades sociais, as novas tecnologias e o ambiente natural.

8.1 APOIO AO DISCENTE

A UNIT empreende uma excepcional Política de apoio, orientação e acompanhamento ao discente, oferecendo condições extremamente favoráveis à continuidade dos seus estudos, independentemente de sua condição física ou socioeconômica. A partir das diretrizes do seu PDI, e por estar ciente da importância da formação de cidadãos éticos e profissionais competentes para o contexto regional, a Unit prioriza um conjunto de atividades e mecanismos aos seus estudantes que compõem um amplo Programa de Atendimento ao Discente.

Dentre os diferentes Programas de Apoio ao Discente destacamos: Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial – NAPPS, Programa de Apoio Pedagógico e Integração de Calouros, Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente, Unit Carreiras, Programa de Bolsas, Monitoria, Intercâmbios, Programa de Acolhimento do Aluno entre outros. Tais mecanismos serão realizados em formato presencial e online, e norteiam o compromisso social desta IES, que ciente do seu papel, busca viabilizar o binômio acesso/permanência daqueles que a escolhem como instituição formadora.

O atendimento e relacionamento com os alunos, ocorre por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária e acessibilidade metodológica ou ainda, através de mecanismos de recepção e acompanhamento dos discentes ao longo da sua formação, criando condições para o acesso e permanência no ensino superior.

Há uma preocupação constante com a sua permanência durante o processo de formação, o que implica a superação dos obstáculos. Para tal destaca-se a atuação do UNIT Carreiras, espaço dedicado aos alunos da graduação, pós-graduação e egressos com foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, na orientação individual ao plano de carreira. Congregando as ações, o NAPPS oferece aos estudantes um serviço que objetiva acolhê-lo e auxiliá-lo a resolver, refletir e enfrentar seus conflitos emocionais, bem como suas dificuldades a nível pedagógico.

8.2 Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS

O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS tem como finalidade atender ao corpo discente, integrando-os à vida acadêmica, a Unit oferece um importante serviço que objetiva acolhê-lo e auxiliá-lo a resolver, refletir e enfrentar seus conflitos emocionais, bem como suas dificuldades a nível pedagógico. O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial - NAPPS é constituído por uma equipe excelentemente preparada e multidisciplinar que busca contribuir para o desenvolvimento e adaptação do aluno à vida acadêmica, a partir de uma visão integradora dos aspectos emocionais e pedagógicos.

Nessa perspectiva, são desenvolvidas diversas ações, entre as quais:

- **atendimento individualizado** - destinado a estudantes com dificuldade de relacionamento interpessoal e de aprendizagem, visando a identificação da área problemática: profissional, pedagógica, afetivo-emocional e/ou social, envolvendo a escuta do docente quanto à situação;
- **acompanhamento extraclasse** - para estudantes que apresentam dificuldades em algum componente curricular, mediante reforço personalizado desenvolvido por professores das diferentes áreas;
- **encaminhamento para profissionais e serviços especializados** - caso seja necessário, a exemplo da Clínica de Psicologia, vinculada ao curso de Formação de Psicólogo da Instituição, onde os discentes podem receber atendimento especializado gratuito. Vale salientar que tal iniciativa inscreve-se nos debates da Unit sobre o direito de todos à educação e a igualdade de oportunidades de acesso e permanência nessa modalidade de ensino.

Vale salientar que tal iniciativa se inscreve nos debates da UNIT sobre o direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades de acesso e permanência nessa modalidade de ensino. Outro aspecto que merece destaque é que a Universidade Tiradentes estruturou todos os seus campi no que se refere à mobilidade dos seus discentes disponibilizando rampas de acesso, elevadores, piso tátil, banheiros adaptados, vagas específicas de estacionamento, entre outros o que demonstra o olhar atento da UNIT as questões de igualdade de oportunidades de acesso e permanência na Educação Superior bem como contempla a Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo, a IES adota como referência a Norma Técnica 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em relação aos alunos com deficiência visual, a IES está comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar sala de apoio contendo: máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada a computador, sistema de síntese de

voz; gravador e fotocopadora que amplie textos; acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a um computador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em *braille*. Quanto aos alunos com deficiência auditiva, a IES está igualmente comprometida desde o acesso até a conclusão do curso, e disponibiliza intérpretes de língua brasileira de sinais. Cumpre salientar que todo conteúdo digital disponibilizado ao aluno possui acessibilidade com formato que atende a todos os tipos de deficiência: desde textos adaptados à ferramentas de libras digital como Hand Talk.

Ressalta-se ainda que o NAPPS é o setor responsável por acompanhar e atender ao que estabelece a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista fazendo o acompanhamento especializado dos estudantes com tais necessidades.

8.3 Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente

A Universidade Tiradentes desenvolve mecanismos de nivelamentos e formação continuada com vistas a favorecer o desempenho de forma integral e contínua dos acadêmicos. Esse mecanismo é compreendido pelos seguintes serviços:

- Oferta de cursos em Ambiente Virtual de Aprendizagem, para ambientação ao universo online em consonância com as demandas de nivelamento de estudos;
- Oferta de cursos de extensão voltados à preparação para inserção no mercado de trabalho;
- Programa de Gestão da Aprendizagem, voltado para a formação complementar que busca auxiliar os alunos a alcançar seus objetivos de vida e carreira acadêmica, identificando potencialidades e dificuldades desde o início da jornada no Ensino Superior.
- A oferta de disciplinas de formação complementar, nivelamento discente, bem como da oferta de monitoria, é formalizada a partir das demandas específicas de cada curso de graduação da Universidade Tiradentes.

8.4 Monitoria

A política de Monitoria da UNIT tem como objetivo, oportunizar aos discentes o desenvolvimento de atividades e experiências acadêmicas, visando aprimorar e ampliar conhecimentos, fundamentais para a formação profissional; aperfeiçoar e complementar, as atividades ligadas ao processo de ensino, pesquisa e extensão e estimular a vocação didático-pedagógica e científica inerente à atuação dos discentes.

O Curso de Direito desenvolve semestralmente a política de Monitoria, possibilitando aos alunos do curso obter um aprimoramento dos conhecimentos adquiridos, além de vivenciar com os professores orientadores as atividades desenvolvidas em salas de aulas, através do atendimento aos alunos solucionando dúvidas referentes às disciplinas e trabalhos de pesquisa, entre outras atividades pertinentes ao programa de monitoria.

O processo seletivo dá-se após a divulgação do Edital, expedido pela Pró – Reitoria de Graduação Presencial, onde os alunos submetem-se a provas escritas das disciplinas que foram divulgadas e entrevistas, para terem a oportunidade de se tornarem monitores. A monitoria pode ser remunerada ou voluntária, na qual fica estabelecida uma carga horária semanal a ser cumprida pelo discente (monitor). Os professores orientadores, juntamente com a Coordenação elaboram todo o processo seletivo, composto de prova, títulos e entrevista, e são aprovados os alunos que obtiverem melhor classificação.

8.5 Mentoria

O Projeto Mentoria, busca fortalecer a relação aluno – IES no primeiro ano acadêmico, a partir do relacionamento entre pares, estudantes, com foco na maior identificação e integração com a comunidade e vida universitária. Entre suas principais ações, temos:

- Acompanhar os primeiros passos dos alunos;
- Estimular a formação de grupos;
- Instigar a busca por melhor aproveitamento acadêmico;
- Orientar sobre funcionamento da Instituição;
- Diminuir o anonimato acadêmico.

O Projeto Mentoria tem o objetivo de desenvolver o relacionamento entre acadêmicos e a universidade estimulando o desenvolvimento de atividades universitárias,

esportivas, culturais, científicas entre várias outras. Tudo isso para agregar e integrar os alunos entre si conectando ainda mais a instituição à sua vida universitária.

Para promover um apoio efetivo aos calouros, a Instituição elege a cada ano entre os docentes dos cursos um grupo de Tutores, sendo que cada Professor Tutor fica responsável por um grupo de Mentores, e cada Mentor acompanha um grupo de Calouros.

Semestralmente é aberto um Edital para que os alunos se inscrevam para a seleção de Mentores e participem do Projeto, os alunos aprovados recebem uma bolsa mensal.

8.6 Internacionalização

O departamento de Internacionalização está vinculado à Reitoria da Universidade Tiradentes e ao Grupo Tiradentes, e tem por missão ampliar as possibilidades de alunos, professores e corpo administrativo se mobilizarem internacionalmente, através da realização de intercâmbios acadêmicos e científicos, proporcionando informação e oportunidades internacionais de estudo.

A UNIT tem parceria com instituições de ensino de 17 países como Canadá, Portugal, Espanha, Coréia e Estados Unidos. Por meio delas, os estudantes podem participar de programas de intercâmbio, os quais são uma ótima oportunidade para adquirir conhecimento global, seja de novas culturas ou de técnicas profissionais. O setor de Internacionalização da UNIT oportuniza aos discentes, através de diversos convênios e programas, como o Programa de Intercâmbio Fellow Mundus, o Programa de Bolsas Ibero-americanas para Estudantes de Graduação – Santander Universidades, e outras iniciativas, o ingresso em instituições do exterior, ampliando assim o seu desenvolvimento internacional e sua percepção sobre os diferentes matizes que compõem o mundo globalizado.

Vale salientar que a Universidade Tiradentes, no ano de 2017, tornou-se a primeira instituição a atuar fora do Brasil com um centro de Educação Superior, o Tiradentes Institute, no campus da Universidade de Massachusetts – UMass Boston, que tem a missão de compartilhar conhecimento, inovação, ideias, cultura e línguas que ambas as instituições possuem. Vale salientar que a UMass Boston é referência em pesquisa e inovação no mundo.

8.7 Unit Carreiras

O Unit Carreiras é um espaço estratégico dedicado a promover a empregabilidade dos alunos e egressos da Universidade Tiradentes, oferecendo orientações que visam preparar os estudantes e egressos para ingressarem e se destacarem no mercado de trabalho.

Por meio de parcerias com empresas locais e nacionais, o Unit Carreiras oferece diversas oportunidades de estágio e emprego por meio do Portal Tiradentes Carreiras. Esse sistema é operado pela Symplicity, uma empresa de destaque no mercado tecnológico voltada para o apoio à empregabilidade.

O Portal Tiradentes Carreiras é intuitivo e fácil de usar. Alunos e egressos podem fazer o upload de seus currículos, que são avaliados por um especialista de Carreiras. Após a avaliação, o currículo pode ser aprovado ou o aluno é convidado a realizar melhorias, garantindo que esteja alinhado às exigências do mercado.

Além de captar oportunidades, recebemos vagas triadas de todo o Brasil, que são validadas por nossa equipe antes de serem divulgadas. Devido ao reconhecimento da Universidade Tiradentes pela excelência na formação, muitas empresas buscam nossos talentos com o Unit Carreiras ou podem cadastrar as vagas diretamente no sistema. O Portal Tiradentes Carreiras faz a ponte entre o mercado e nossos talentos de forma ágil e eficiente, facilitando o processo de conexão entre as demandas das empresas e a qualificação de nossos estudantes e egressos.

Entre as iniciativas promovidas pelo Unit Carreiras, destacam-se oficinas e atividades que visam o desenvolvimento de competências essenciais para a empregabilidade e o crescimento profissional. As principais capacitações incluem:

- **Elaboração de Currículo e LinkedIn:** Orientação prática para a criação de currículos atrativos e otimização de perfis no LinkedIn, alinhados às exigências do mercado.
- **Planejamento de Carreira:** Apoio na definição de metas profissionais, com foco em estratégias de curto, médio e longo prazo, auxiliando nas tomadas de decisão para o desenvolvimento de uma carreira de sucesso.
- **Recrutamento e Seleção:** Preparação para processos seletivos, oferecendo dicas sobre comportamento, postura e habilidades essenciais para entrevistas e dinâmicas de grupo.

- **Análise Comportamental:** Avaliação das competências socioemocionais, com foco no desenvolvimento de habilidades como trabalho em equipe, liderança e comunicação, essenciais para o sucesso no ambiente corporativo.

O Unit Carreiras promove eventos estratégicos para fortalecer o relacionamento com o mercado de trabalho, criando oportunidades para compreender as necessidades das empresas locais e repassá-las à academia. Esse processo de retroalimentação permite que a Universidade Tiradentes ajuste suas práticas e formações de acordo com as demandas do mercado, garantindo maior alinhamento entre a qualificação dos alunos e as expectativas das empresas.

Além disso, o Unit Carreiras organiza eventos voltados para os alunos, trazendo profissionais de destaque para compartilhar suas trajetórias e experiências de sucesso. Também realiza ações especiais, como a comemoração do Dia do Estagiário, incentivando o desenvolvimento profissional e a valorização dos estudantes em fase de estágio.

Com essas iniciativas, a Universidade Tiradentes reafirma seu compromisso com a promoção da empregabilidade e o desenvolvimento profissional de sua comunidade acadêmica, facilitando o acesso a oportunidades e preparando os estudantes para os desafios do mercado de trabalho.

8.8 Programa de Bolsas

A Unit possui programas de apoio aos seus discentes, nas diversas modalidades de ensino. Dentre as possibilidades, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, do Governo Federal, além de outros de natureza própria, tais como bolsas de extensão para participação em atividades, como, por exemplo, o Projeto Mentoria.

Também, destacam-se:

- Programa de Bolsa de Iniciação Científica, permite introduzir os estudantes de graduação com vocação no âmbito da pesquisa científica;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Extensão, que visa iniciar o estudante em atividades de iniciação científica e extensão desenvolvida pela IES;
- Programa de Apoio a Eventos e Capacitação, que subsidia a participação de discentes e docentes em atividades de aperfeiçoamento contínuo;

- Programa de Apoio Institucional à Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que concede bolsas a discentes de mestrado e doutorado, contribuindo para a manutenção de padrões de excelência e eficiência dos Programas de Pós-graduação;

Todos os programas e ações implementadas na instituição podem receber recursos oriundos da Unit e/ou de agências de fomento e/ou parceiros institucionais.

8.9 Ouvidoria

A Ouvidoria da Universidade Tiradentes, que se encontra implantada desde 2010, é órgão independente e tem a responsabilidade de tratar as manifestações dos cidadãos sejam eles alunos, fornecedores, colaboradores e sociedade em geral, registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões e/ou elogios. Trata-se de um canal de comunicação interna e externa.

Tem como objetivo oferecer ao cidadão a possibilidade irrestrita da interatividade, de forma rápida e eficiente. É uma atividade institucional de representação autônoma, imparcial e independente, de caráter mediador, pedagógico e estratégico, que permite identificar tendências para orientação e recomendação preventiva ou reativa, fomentando assim a promoção da melhoria contínua dos processos Institucionais.

Os atendimentos efetuam-se presencialmente, ou via telefone e site. A Ouvidoria traduz, por meio da estratificação dos dados registrados, as principais manifestações e demandas em relatórios demonstrados às Instâncias competentes, o que propicia análise e considerações para as providências necessárias, para a melhoria contínua das ações institucionais.

8.10 Acompanhamento dos Egressos

A Universidade Tiradentes instituiu como política o Programa de Acompanhamento do Egresso com a finalidade de acompanhar os egressos e estabelecer um canal de comunicação permanente com os alunos que concluíram sua graduação na Instituição, mantendo-os informados acerca dos cursos de pós-graduação e extensão, valorizando a integração com a vida acadêmica, científica, política e cultural da IES.

O programa também visa orientar, informar e atualizar os egressos sobre as novas tendências do mercado de trabalho, promover atividades e cursos de extensão, identificar situações relevantes dos egressos para o fortalecimento da imagem institucional e valorização da comunidade acadêmica.

O UNIT Carreiras, espaço dedicado aos alunos da graduação, pós-graduação e egressos tem foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, dando orientação individual ao plano de carreira. Foca também na interação social por meio das redes sociais. O serviço oferecido pelo UNIT Carreiras é destinado aos alunos de forma gratuita, que desejam colocação ou recolocação no mercado de trabalho, bem como empresas parceiras que buscam profissionais para seus quadros.

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

As tecnologias da informação e comunicação podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum e a sua utilização na educação presencial vem potencializando os processos de ensino – aprendizagem, além de possibilitar o maior desenvolvimento – aprendizagem – comunicação entre os envolvidos no processo.

Nessa direção, os alunos do curso de Direito da Universidade Tiradentes terão a oportunidade, desde o primeiro período, de vivenciarem a utilização de ferramentas tecnológicas de Informação e Comunicação, no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo de modo interativo sua autonomia nos estudos acadêmicos. As soluções tecnológicas disponíveis reafirmam sua postura inovadora e motivadora para adoção de alternativas didático-pedagógicas, tais como utilização de recursos audiovisuais e de multimídia em sala de aula, utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet de alta velocidade, simulações por meio de softwares específicos às áreas de formação.

9.1 Sistema Magister

Será disponibilizado para os professores e estudantes o Sistema MAGISTER, sistema acadêmico desenvolvido pela Unit e que oferece ferramentas aos docentes e discentes tais como postagem de avisos e gerenciamento da vida acadêmica do aluno: acesso a notas, matriz curricular, histórico escolar, comunicados da coordenação, acompanhamento de faltas. Possui versão web e aplicativo para celular.

9.2 Sistema Protocolo

Através do Sistema de Protocolo o estudante tem acesso ao conjunto de serviços para inserção de processos de petições de documentos, solicitação de revisão de notas, justificativas de faltas entre outros serviços, com acompanhamento on-line de todos os pareceres. Desse modo, as várias formas de atualização do conhecimento são oportunizadas aos alunos do curso por meio da tecnologia da informação e comunicação, oportunizando a atualização e a atuação no mercado de trabalho.

9.3 Google for Education

A UNIT é reconhecida mundialmente pelo programa Universidade de Referência – Google for Education, iniciativa da Google em prol da transformação cultural na educação superior do mundo. As soluções google permite estimular e integrar os mecanismos adotados em sala de aula com a disponibilidade de todas as soluções Google para a educação. Cada aluno e cada professor, ao se matricular, ganha uma conta de email Google (@sounit) com acesso ilimitado ao Google Drive, conseguem realizar videochamadas no Google Meet com tempo ilimitados, além de todas as suas soluções tecnológicas em nuvem, o que possibilita implantar soluções inovadoras em sala de aula com uso de metodologias ativas aprimorando o processo de ensino-aprendizagem. Além das soluções digitais do Google a Unit possui um parque tecnológico de chromebooks garantindo a portabilidade e versatilidade de dispositivos móveis.

9.4 Brightspace da D2L – AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem implantado na Unit é o Brightspace, da empresa canadense D2L. É uma plataforma estável, segura, totalmente em nuvem e com uma arquitetura de software moderna, oferecendo um sistema rápido, flexível e escalável com certificações internacionais ISO 27001 e ISO 27018. Possui diversas ferramentas de comunicação, interação, liberação de conteúdo e gerenciamento completo de aprendizagem através de sua analítica de dados. A solução de analytics permite que professores tenham acesso a uma análise preditiva para alunos que demandam atenção e ofereçam ajuda de forma proativa, antes que seja necessária uma intervenção formal.

9.5 Fale Conosco no AVA

O Fale Conosco é uma ferramenta de comunicação direta entre alunos, professores e coordenações para esclarecimento das dúvidas pedagógicas. Além dos sujeitos principais do processo pedagógico, ressalta-se que existe uma equipe de suporte ao aluno para atendimento ao Fale Conosco: Suporte Técnico, Carreiras, Suporte às Avaliações Presenciais e Experiências Extensionistas. As equipes de apoio que respondem diretamente aos alunos com tempo de resposta de até 48h, com auditoria diária e painel de acompanhamento e gestão de mensagens respondidas (dentro e fora do prazo) e a avaliação da resposta que foi concedida ao autor.

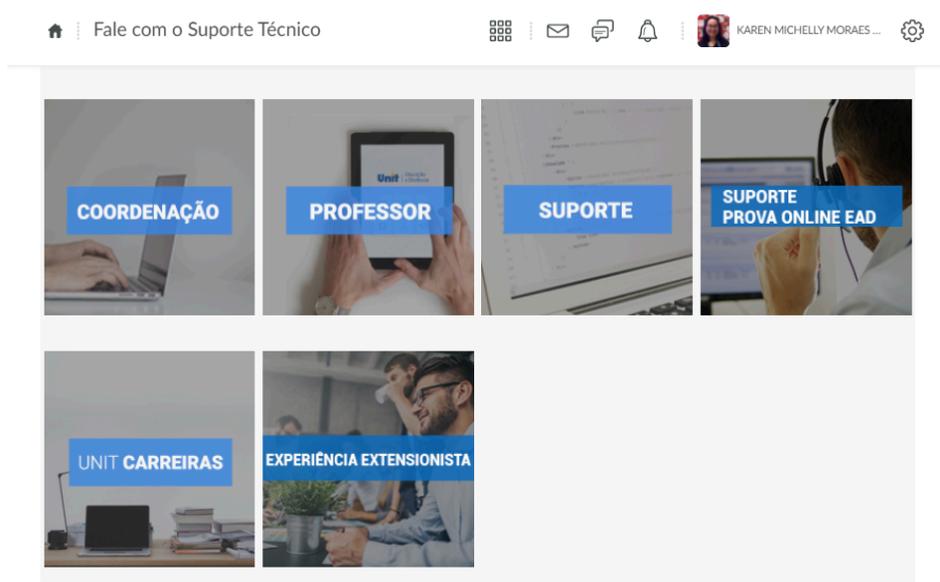


Figura 11 – Imagem de acesso às categorias de interação no Fale Conosco

9.6 Central de Ajuda no AVA

A Central de Ajuda é um portal de conteúdos no qual o aluno tem acesso a diferentes tutoriais para download. Os tutoriais são disponibilizados, através do acesso ao AVA, e organizados por categorias mais frequentes: 1) como estudar na UNIT EAD, 2) conheça os espaços da Unit EAD, 3) Informações acadêmicas e serviços, 4) Dúvidas frequentes.

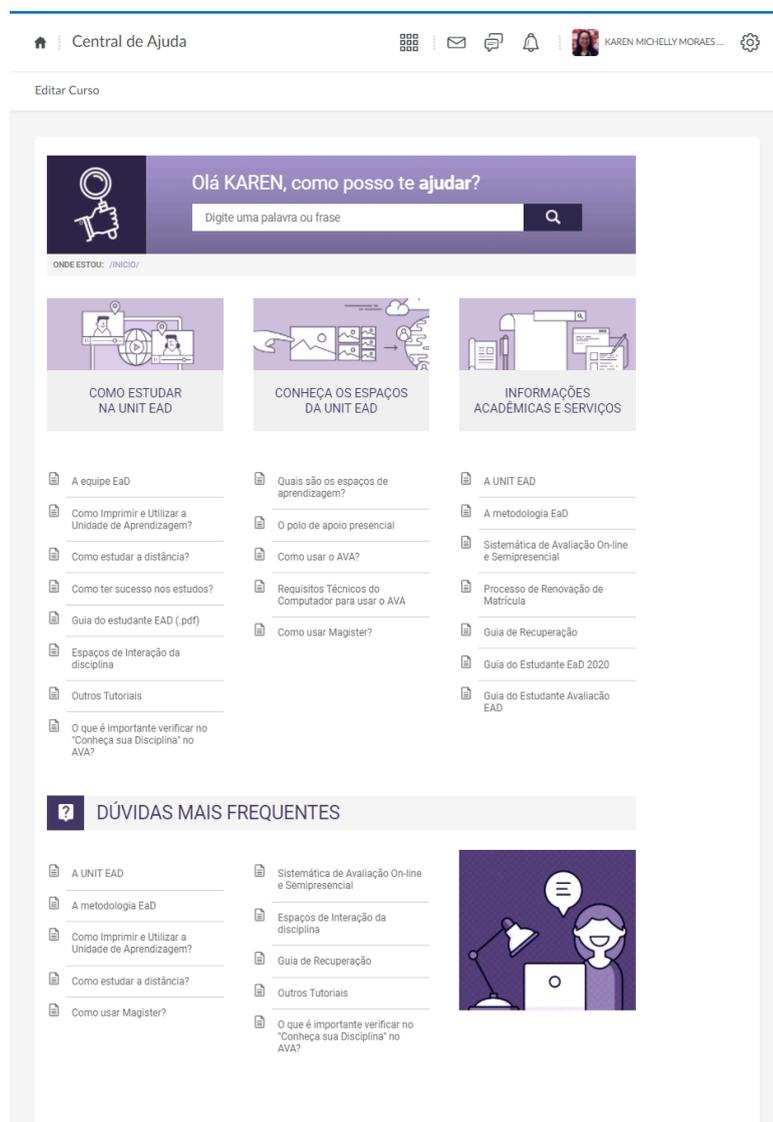


Figura 12 – Categorias disponíveis de tutorias na central de ajuda.

9.7 Sambatech

A Sambatech é uma solução tecnológica que garante infraestrutura de qualidade para distribuição, gerenciamento e armazenamento de vídeos para entregar aos alunos videoaulas de acordo com sua capacidade de acesso à internet. Todas as videoaulas são publicadas na Sambatech e o link do vídeo postado na disciplina do AVA. A utilização da Sambatech permite, além da garantia de disponibilidade tecnológica, a legendagem automática (texto de legendas em sincronia entre áudio e vídeo) de forma confiável e segura de todas as videoaulas, aumentando a acessibilidade pedagógica do conteúdo digital. Além de garantir acessibilidade, o uso de legendas facilita o aprendizado e a compreensão de conteúdos educacionais.

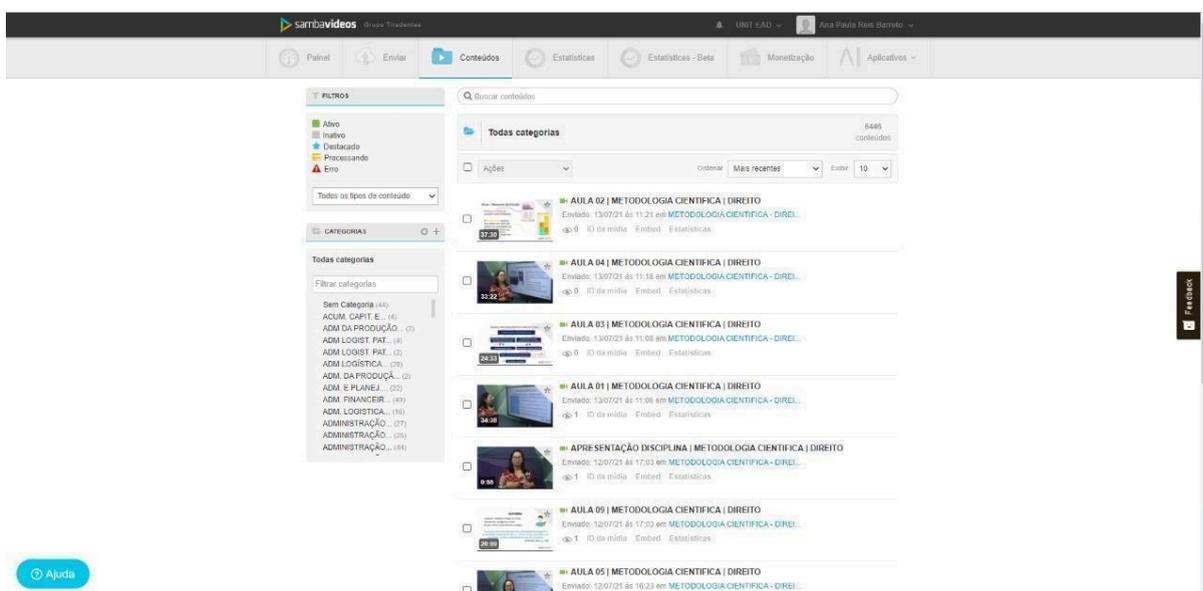


Figura 13 - Painel de Upload de vídeos no Sambatech

9.8 Sistema de Gestão de Provas

O Sistema de Gestão de Provas da UNIT tem a Starline Tecnologia como uma de suas parceiras. Esse sistema permite aplicação de provas presenciais no formato impresso e online. Abrange a gestão dos processos inerentes a banco de questão, agendamentos de provas, geração de provas, monitoramento de provas online com funcionalidades de proctoring (reconhecimento facial), correção automática de provas em papel (questões de

múltipla escolha), através de leitura óptica, bem como correção automática de provas online (questões de múltipla escolha), geração de resultados e relatórios.

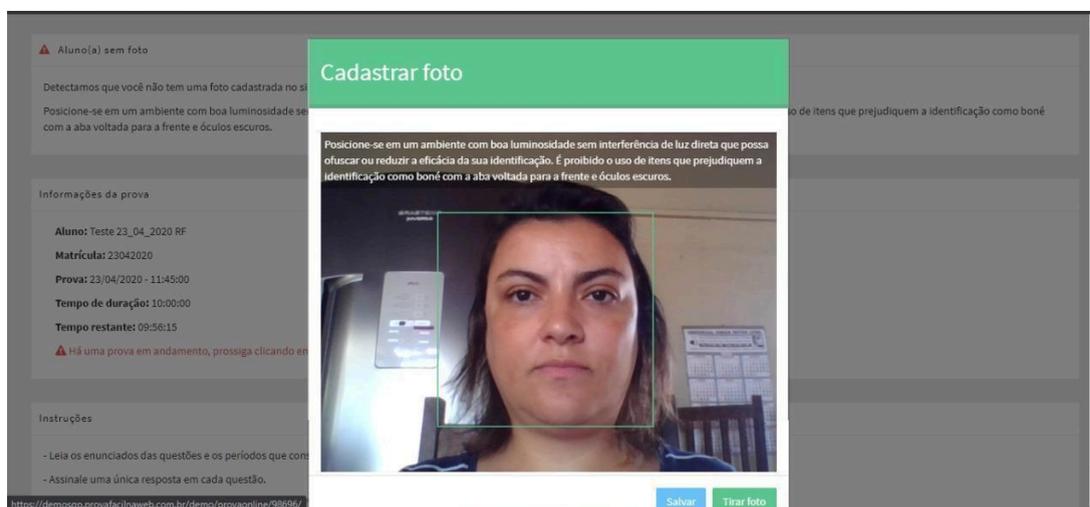


Figura 14 – Imagem com a ferramenta de reconhecimento facial habilitada (visão do aluno)

O SGP disponibiliza um dashboard completo que permite informações precisas sobre o processo avaliativo com informações que são utilizadas como etapa do processo de reflexão da aprendizagem dos alunos. Desde 2015 a Unit já gerou e aplicou mais de 6 milhões de provas para os alunos dos cursos de graduação seguindo rigoroso processo e garantindo segurança ao processo avaliativo.



Figura 15 – Dashboard da Starline sobre os resultados da Avaliação Prsencial

9.9 Dreamshaper

A UNIT estabeleceu parceria com a Dreamshaper para disponibilizar aos seus alunos trilhas de projeto com desafios, atividades e conteúdos didáticos que ajudam a garantir que o aluno consiga avançar autonomamente em atividades pautadas em Aprendizagem Baseada em projetos, muito utilizada nas ações das experiências extensionistas. A DreamShaper é uma ferramenta online, acessada através do AVA da D2L, que permite aos alunos a construção de projetos com todo o suporte e orientação dos seus professores. As trilhas de aprendizagem existentes podem ser ajustadas de acordo com as necessidades dos professores e também é possível a criação de novas trilhas de aprendizagem, sempre seguindo um modelo inovador. Cada trilha de aprendizagem da Dreamshaper organiza um passo a passo com conteúdos didáticos que podem tornar as trilhas únicas e exclusivas.



Figura 16 – Modelo da trilha de aprendizagem da Dreamshaper

9.10 Catálogo Sagah

O Catálogo Sagah é o portal de conteúdos digitais, organizados em Unidades de Aprendizagem (UAs), que os professores acessam para curadoria de conteúdos e organização das disciplinas no AVA. Atualmente, possui mais de 19 mil Unidades de Aprendizagem distribuídas em diferentes áreas do conhecimento e atualizado diariamente. As UAs da Sagah foram desenvolvidas baseadas na metodologia de aprendizagem ativa com conteúdos que inserem o aluno em situações do seu cotidiano como profissional.

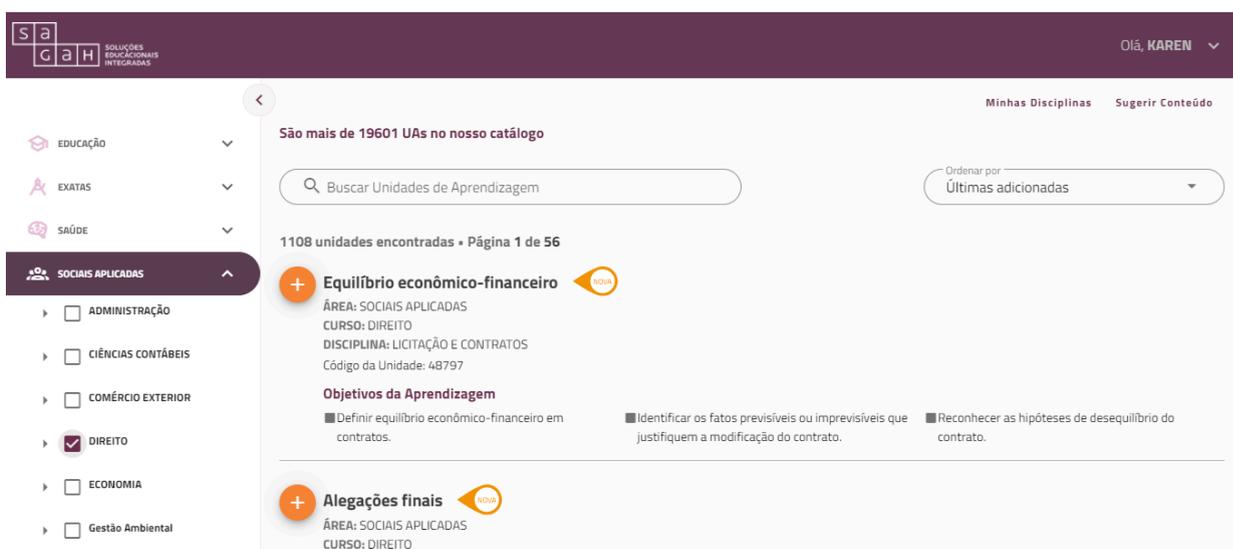


Figura 17 – Página inicial do Catálogo Sagah

9.11 Biblioteca Virtual

Outra ferramenta que os alunos e professores possuirão é o acesso à biblioteca online, podendo realizar pesquisa em livros ou periódicos acerca de assuntos sobre sua área de formação e/ou de interesse diversos. Com relação às bases de dados voltadas para as áreas Multidisciplinares e do curso de Administração estão disponíveis para uso: Academic Search Premier (EBSCO); Minha Biblioteca – Livros eletrônicos de diversas áreas do conhecimento; ABNT – Normas; Periódicos CAPES; Bentley.

9.12 Bonsae

O BONSAE é o sistema eletrônico utilizado pelo NPJ para gestão de processos, gestão acadêmica e agendamento inteligente com relatórios sistematizados. O BONSAE pode ser acessado pela web e por dispositivos móveis, com foco no apoio de todas as etapas de gerenciamento de clientes/assistidos, processos judiciais e práticas acadêmicas utilizadas pelos colaboradores, professores e alunos do NPJ.

Através do BONSAE é possível organizar: cadastro de clientes, criação de prática acadêmica com a possibilidade de pré-configuração de correção com informações no padrão do portal do advogado do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pasta virtual individualizada de cada assistido com a possibilidade de inserir documentos, relatar atendimentos, encaminhar atos processuais a serem realizados, com controle de movimentações do escritório (NPJ) e movimentação judicial, onde o software importa diretamente do processo judicial eletrônico cadastrado todas movimentações processuais, incluindo despachos e decisões judiciais, facilitando o acesso e análise do discente do processo judicial sem necessitar ingressar no portal do advogado, agenda de compromissos para controle de prazos, cadastro, correção e pontuação das práticas acadêmicas criadas pelos professores com espaço para feedback da correção.

Além dessas funcionalidades, o BONSAE também possibilita, entre outras, a geração automática de procuração, declaração de gratuidade da justiça e termo de responsabilidade preenchidos automaticamente pelo sistema para assinatura do assistido, além da possibilidade de gerar relatórios de diagnósticos referente a todos os atos praticados no sistema, clientes, processos e procedimentos, médias de notas.

10. CONTEÚDOS CURRICULARES

10.1 Adequação e Atualização

Para estabelecer a perfeita sintonia do curso de Direito, é realizada semestralmente a atualização do Projeto Pedagógico do Curso, pela Coordenação, NDE, Colegiado e Corpo Docente, realizando-se a análise dos conteúdos programáticos quanto às ementas, objetivos, metodologias e bibliografias, ajustando-as se necessário, passando estas adaptações inclusive pela criação de novas disciplinas ou modificação das já existentes, demonstrando assim a preocupação com a qualidade do curso e o acompanhamento da evolução e necessidades do

campo de trabalho e perfil do egresso, bem como as mudanças ocorridas no âmbito da Legislação. Todas as adequações são realizadas com acompanhamento da Pedagoga do curso e da Pedagoga da Pró – Reitoria de Graduação Presencial.

10.2 Dimensionamento da carga horária das disciplinas

A carga horária das disciplinas está dimensionada com base nos objetivos gerais e específicos do curso e o perfil profissional do egresso, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as necessidades do contexto nacional, regional e local.

10.3 Adequação e atualização das ementas e planos de ensino

A elaboração, adequação e atualização das ementas das disciplinas e os respectivos planos de ensino do curso de Direito oferecido pela UNIT é resultado do esforço coletivo do Corpo Docente e Núcleo Docente Estruturante, sob a supervisão do Colegiado e Coordenação do Curso, tendo em vista a integração horizontal e vertical do currículo, no âmbito de cada período e entre os mesmos, considerando a multi e transdisciplinaridade como paradigmas que melhor contemplam o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico.

Definidas as competências e habilidades a serem desenvolvidas; os conteúdos foram identificados e sistematizados na forma de ementas das disciplinas curriculares, considerando a produção recente na área. Vale ressaltar que as atualizações e adequações são construídas a partir do perfil desejado do profissional, em face das novas demandas sociais do século XXI, das constantes mudanças na produção do conhecimento, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PDI, do PPI e das características sociais e culturais da região.

Os planos de ensino das disciplinas são detalhados no Plano Integrado de Trabalho - PIT do professor, analisados pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e Coordenação do curso, sendo posteriormente encaminhados à Pró – Reitoria de Graduação - PROGRAD que emite parecer pedagógico. Após esse processo, são amplamente divulgados no Portal Magister e pelos docentes nas suas respectivas disciplinas, bem encaminhados à Gestão de Conteúdo e Planejamento Pedagógico/EAD que emite parecer pedagógico. Após esse processo, são divulgados no AVA.

10.4 Adequação, atualização e relevância da bibliografia

A bibliografia dos planos de ensino e aprendizagem é fruto do empenho coletivo do corpo docente que seleciona semestralmente dentre a literatura, aquela que atende com excelência as necessidades do curso. Os livros e periódicos recomendados, tanto em termos de uma bibliografia básica quanto da complementar, são definidas buscando-se a adequação ao perfil do profissional em formação, a partir da abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos imprescindíveis ao desenvolvimento das suas competências e habilidades gerais e específicas, considerando os diferentes contextos.

10.5 Bibliografia Básica

A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso.

A IES se encontra em plena execução dessa política, não apenas para atender às demandas do MEC, mas prioritariamente às necessidades e solicitações do corpo docente e discente. Através da Campanha de Atualização do Acervo, semestralmente as bibliografias dos cursos de graduação são avaliadas quantitativa e qualitativamente, para contemplação das atualizações e ampliação do acervo. A quantidade de exemplares adquirida para cada curso é definida com base no número de estudantes e norteada pelas recomendações dos indicadores de padrões de qualidade definidos pelo MEC.

Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema online de sugestão de compra e acompanhamento do pedido disponível no sistema *Pergamum*. É importante ressaltar que as referências bibliográficas básicas dos conteúdos programáticos de todos os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas do curso se encontram adequadas no que refere à quantidade (três referências) ao conteúdo das disciplinas e atualidade considerando os últimos cinco anos, sem desconsiderar as referências clássicas.

Todos os exemplares são tombados junto ao patrimônio da IES. A Universidade Tiradentes disponibiliza de Biblioteca On-line, com consulta ao acervo virtualmente através de plataformas On-Line, pelo site www.unit.br link Biblioteca, o usuário pode acessar os serviços on-line de consulta, renovação e reserva das bibliotecas, gerenciadas pelo *Pergamum*.

O acervo virtual também possui exemplares físicos à disposição para consulta. Através dos serviços de pesquisa em bases de dados acadêmicas/científicas, os estudantes podem acessar mais de quatro mil títulos em texto completo, de artigos publicados em periódicos de maior relevância dos centros de pesquisa do mundo.

Na Base de Dados por Assinatura – A Biblioteca assina e disponibiliza bases de dados nas diversas áreas de conhecimento. Como forma de apoio aos estudantes, a Biblioteca disponibiliza espaço para apoio e estudos individuais e em grupo, além de laboratório de informática para pesquisas e Chromebooks que ficam disponíveis aos estudantes.

10.6 Bibliografia Complementar

O acervo da bibliografia complementar do curso de Direito está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES e atende de forma excelente o mínimo de cinco títulos por unidade curricular. A bibliografia complementar atende adequadamente aos programas das disciplinas e as suas unidades programáticas.

O curso conta ainda com a Biblioteca Virtual Universitária, com livros eletrônicos de várias editoras e em diversas áreas do conhecimento. A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso.

10.7 Periódicos especializados

As assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada; bases de dados específicas (revistas e acervo em multimídia) atendem adequadamente aos programas de todos os componentes curriculares e à demanda do conjunto dos alunos matriculados no curso de Direito da UNIT. O curso conta periódicos de maneira a ilustrar as principais áreas temáticas do curso. Um acervo de significativas publicações periódicas na área de Direito, de distribuição mensal ou semanal, é atualizado em relação aos últimos três anos.

Os usuários têm acesso livre a periódicos eletrônicos Nacionais e Internacionais, através do convênio firmado com a Capes, de acesso gratuito. São disponibilizadas aos docentes e discentes as bases de dados providas pela empresa EBSCO – Information Services, com o objetivo de auxiliar nas pesquisas bibliográficas dos trabalhos realizados por professores e alunos da Instituição. Este banco de dados é atualizado diariamente por servidor EBSCO, que por sua vez, gerencia bases de dados e engloba conteúdos em todas as áreas do conhecimento. São disponibilizados também, através de assinatura junto à Coordenação do Portal de Periódicos da CAPES, o acesso à base de dados da American Chemical Society – ACS contendo a coleção atualizada e retrospectiva de títulos de publicações científicas editadas pela renomada instituição.

11. INSTALAÇÕES DO CURSO

11.1 Instalações Gerais

A Universidade Tiradentes situa-se em cinco campi assim localizados: 02 em Aracaju (Centro e Farolândia), 01 em Estância, 01 em Itabaiana e 01 em Propriá. O quadro a seguir demonstra a distribuição das áreas dos campi.

Campus	Área Construída (m²)
Unit Centro Aracaju (EAD/NPJ)	1.135,48
Unit Farolândia Aracaju (Sede)	81.789,80
Unit Estância	12.387,74
Unit Itabaiana	4.378,37
Unit Propriá	3.774,10
Total	99.567,88

Quadro 11 – Distribuição das áreas dos Campi

Fonte: DIM, 2024.

A infraestrutura física abriga as instalações administrativas e acadêmicas dos campi da Unit, a exemplo de salas de aula, biblioteca, laboratórios de ensino e pesquisa, clínicas, gabinetes de trabalho, NPJ, instalações esportivas, áreas de serviços, áreas de alimentação e lazer, gráfica, estúdios de televisão, núcleos de comunicação, oficinas de manutenção, entre outras.

11.2 Instalações Administrativas

As instalações administrativas estão bem estruturadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, climatização, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício das atividades planejadas. As edificações da Universidade Tiradentes oferecem instalações compatíveis com a sua estrutura organizacional e com as condições necessárias ao desenvolvimento das funções administrativas dos seus diversos cursos, considerando atendimento necessário a toda comunidade acadêmica das suas Unidades, conforme demonstrado no quadro abaixo. Para o campus Estância temos a seguinte estrutura:

Quadro 12 - Instalações Administrativas – Campus Estância

Campus Unit Estância	
Bloco A	
Administrativo	Área (m²)
Sala de coordenação do Direito	63,00
Recepção/EAD/CPA	41,65
DIREÇÃO	21,00
Recepção	31,59
Bloco B	
Administrativo	Área (m²)
Sala 05 – NPJ	63,00
Sala 06 – NPJ	30,97
Bloco C	
Administrativo	Área (m²)
Depósito	3,24
Setor de segurança	3,24
Bloco E	
Administrativo	Área (m²)
Coordenação	39,44
Coordenação de curso	18,48
Apoio pedagógico	24,88
Atendimento	18,27
Núcleo de acessibilidade	18,27
NAPPS	18,48
Sala de reunião	18,27

Bloco E	
Administrativo	Área (m²)
CEUA	18,48
CEP	18,27
COPEX	18,48
Almoxarifado	6,81
CPD	6,81
Área de serviço	29,28
Sala de reunião	16,49
Mini shopping	
Administrativo	Área (m²)
DAAF/Tesouraria	36,85
Copa	4,09
Depósito	1,54

Fonte: DIM, 2024.

11.2.1 Auditórios

Na Universidade Tiradentes existem 09 auditórios e 02 mini auditórios espalhados em suas Unidades Acadêmicas. Esses ambientes apresentam excelentes condições de iluminação natural e artificial, climatizados, com recursos audiovisuais adequados para as atividades desenvolvidas nas unidades. A manutenção dos ambientes é feita de forma sistemática, proporcionando aos seus usuários conforto e bem-estar.

Quadro 13 - Instalações Administrativas – Campus Farolândia

Campus Unit Farolândia	Área (m²)
Anfiteatro – Bloco F	84,91
Auditório 01 – Bloco C	128,58
Auditório Padre Melo – Bloco D	271,16
Auditório Padre Arnóbio – Bloco D	251,63
Auditório A – Bloco G	284,36
Auditório B – Bloco G	284,36
Auditório – Reitoria	159,95
Campus Unit Itabaiana	Área (m²)

Mini Auditório – Bloco B	121,10
Campus Unit Estância	Área (m²)
Mini Auditório	164,60
Campus Unit Propriá	Área (m²)
Auditório – Bloco F	233,05

Fonte: DIM, 2024.

11.2.2 Instalações para Docentes

As instalações disponibilizam as condições necessárias ao desenvolvimento das funções administrativas do Curso bem como ao atendimento aos alunos e professores. As dependências são arejadas e apresentam ótima iluminação natural e artificial com excelente sistema de ar refrigerado.

11.2.3 Espaços de convivências, lazer e alimentação

Um espaço de convivência tem várias finalidades. Uma delas é unir pessoas, visto que se torna um lugar agradável no qual as pessoas se encontram para estudar, ler, comer, conversar e descansar. A concepção da área de convivência para a Universidade Tiradentes surgiu de forma planejada para ser um espaço transdisciplinar, podendo ser usado para várias atividades, transmitindo para a comunidade acadêmica o despertar pelo conhecimento, dando novas possibilidades de realizar suas atividades.

Em Estância os alunos disponibilizam ampla área de convivência com minishopping, lanchonetes e restaurantes. No campus é possível ainda utilizar sala de decompressão com espaço de descanso e relaxamento.

11.2.4 Salas de Aulas, Laboratórios e Espaços de Aprendizagem

O curso de Direito do campus Estância conta com salas de aula e laboratórios excelentemente estruturadas. Os Laboratórios são dotados de modernos recursos audiovisuais

e informatizados.com todos os equipamentos necessários para as práticas de simulação jurídica e audiências, previstas nas disciplinas do curso.

Todos esses espaços possuem recursos audiovisuais e de multimídia, possibilitam a utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet de alta velocidade. Também é relevante as possibilidades oferecidas em tais espaços por inovações tecnológicas, advindas dos Serviços do Google Apps for Education. Com estes recursos, os professores podem propor aos estudantes uso de metodologias ativas utilizadas no processo ensino aprendizagem, por meio de softwares colaborativos e da versatilidade proporcionada pelo CHROMEBOOKS o que torna as práticas mais significativas uma vez que os estudantes passam a ser desafiados a resolverem situações problemas oriundas da sua prática profissional. A cada semestre é avaliado pela coordenação que faz a gestão as necessidades de implementação no que se refere a aquisição de insumos e ao incremento para atendimento do plano de atividades do curso e das suas respectivas disciplinas. Esses espaços possuem normas de funcionamento e utilização estabelecidas para que os quesitos de segurança sejam atendidos, além desses aspectos possuem técnicos que são os responsáveis pela organização dos espaços e suporte ao desenvolvimento de atividades.

Quadro 14 - Quadro Geral de Salas de Aula e Espaços Didáticos-pedagógicos

Campus Unit Estância	
Bloco B	Área (m²)
Sala 07 – Sala de audiência	63,00
Bloco C	Área (m²)
Sala 01 - Tutoria	31,50
Sala 01 - Tutoria	36,70
Sala 02 - Tutoria	29,40
Sala 02 - Tutoria	32,76
Sala 03 - Tutoria	28,70
Sala 05 - Sala do google	63,00
Sala 11 – Laboratório de informática	63,00
Bloco D	Área (m²)
Sala 10 – Laboratório multidisciplinar	63,00
Sala 11 – Laboratório microbiologia	63,00
Sala 01b/02– Descompressão	416,33

Além das salas de aulas tradicionais, outros espaços são estruturados para os nossos discentes. São eles:

Campus Unit Estância	
Bloco E	Área (m ²)
Sala de audiência	63,00
Sala de estudo individual	89,59
Biblioteca	528,15
Descompressão	416,33
Área de estudos	65,70

Fonte: DIM, 2024.

11.2.6 Laboratórios de Informática

Para atender a demanda dos cursos que utilizam recursos computacionais, os laboratórios de informática possuem uma estrutura padrão completa para atender as demandas de cada curso e estão preparados com softwares básicos e específicos com acesso a internet para auxiliar os professores e alunos em suas aulas e pesquisas acadêmicas.

Entende-se por Laboratório de Informática toda e qualquer sala equipada com microcomputadores, fixos ou móveis, com fins exclusivamente acadêmicos e que estejam, formalmente, sob a responsabilidade da Coordenação dos Laboratórios de Informática.

Entende-se por Usuário dos Laboratórios de Informática, professores, funcionários e alunos de graduação, pós-graduação e extensão da Universidade Tiradentes.

Para ter acesso aos microcomputadores dos Laboratórios, o usuário aluno precisará de uma conta de acesso individual que deve ser ativada através do acesso ao Sistema Magister, clicando no botão “Ative aqui o acesso a rede Wireless e aos laboratórios de informática.”, localizado na página inicial do referido sistema, e utilizando como login na máquina a sua matrícula e senha a mesma utilizada no Sistema Magister.

Para os usuários Professor e/ou Funcionário esta ativação deve ser feita através da página de Intranet da instituição e deve-se criar uma senha através do botão “Ativação de Rede sem Fio” onde será direcionado para uma página para criação de uma senha com no mínimo 8 dígitos. Para acesso nas máquinas os usuários Professor e/ou Funcionário irão

utilizar como login na máquina a sua matrícula institucional e senha, a mesma criada na página Intranet.

O horário de funcionamento dos Laboratórios de Informática é de Segunda-feira a Sexta-feira das 7:00 às 22:15 h e Sábados das 7:00 às 17:00 h. Os Usuários podem ter livre acesso aos Laboratórios de Informática nos horários em que estes estiverem como: "Aberto para Estudo", vide Quadro de Reserva dos Laboratórios divulgado pela Coordenação dos Laboratórios de Informática. Em nenhuma hipótese serão abertos Laboratórios para Estudo sem a presença de um Estagiário da Coordenação dos Laboratórios de Informática.

Nos horários em que os Laboratórios estiverem alocados para aulas só podem estar presentes o professor e alunos matriculados nas disciplinas em curso, devendo qualquer outro usuário verificar a disponibilidade dos laboratórios antes de acessar o recinto

11.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

A UNIT atende integralmente todos os requisitos do Decreto 5.296/2004 através da viabilização das condições de acesso a todos os usuários das instalações gerais da Universidade, inclusive, aos portadores de necessidades especiais. São disponibilizados elevadores, rampas de acesso, banheiros com barras de fixação, possibilitando o deslocamento dos que possuem dificuldade motora ou visual.

Investindo na inclusão e na garantia do acesso real às atividades acadêmicas, a UNIT adquiriu em 2007, o Jaws – software sintetizador de voz para atender aos alunos deficientes visuais. O Jaws permite que as informações exibidas no monitor sejam repassadas ao deficiente visual através da placa e caixas de som do computador, enviadas para as linhas Braille, o que facilita o processo de inclusão e interação no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

É relevante destacar que a UNIT investiu na adequação de todos os prédios (banheiros, rampas, elevadores, vagas de estacionamento etc.). Essas ações denotam o compromisso da Instituição para garantir o acesso e a permanência do portador de necessidades especiais, seja aluno ou colaborador, no sentido de promover a inclusão de forma qualitativa que a inserção pode possibilitar aos portadores de necessidades especiais, no tempo em que estiver na universidade.

11.5 Núcleo de Práticas Jurídicas

Existe no Curso de Direito o Núcleo de Prática Jurídica, que tem como objetivo atuar nas comunidades carentes prestando Assistência Judiciária gratuita. O trabalho é desenvolvido por uma equipe de profissionais e estagiários dos cursos de Direito, corpo técnico operacional permanente e acadêmicos do Curso de Direito.

O trabalho consiste no atendimento preliminar para análise social e econômica, seguido por atendimento pelos acadêmicos da área jurídica, supervisionado por uma equipe de advogados funcionários da instituição, culminando com pareceres orais, propositura de ações e/ou defesas judiciais, propiciando acompanhamento até o trânsito em julgado das decisões judiciais pertinentes.

11.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços

Dentro de uma perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar, em conformidade com o PPI e com as DCNs os laboratórios didáticos especializados do curso de Direito da Unit são ferramentas viabilizadoras da vivência profissional desenvolvendo a relação teoria/prática e o pensamento crítico/reflexivo vivenciado através das relações interpessoais, profissionais, acadêmicas e sociais das ações realizadas, capacitando assim os alunos a atuarem de maneira plena nas atividades acadêmicas, de extensão e habilidades profissionais. Nesse contexto diversas disciplinas desde o início do curso utilizam tais estruturas para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos e prestação de serviços a exemplo

11.7 Condições de conservação das instalações

A conservação, limpeza, reparo e segurança de todas as instalações físicas da Universidade Tiradentes é realizada pelo Departamento de Infraestrutura e Manutenção (DIM), em consonância com outros departamentos e setores tecnológicos da UNIT. No entanto, considerando a demanda de serviços a IES contratou empresa especializada para manter a qualidade nos serviços oferecidos.

11.8 Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A Política de Expansão da Universidade rege compra de equipamentos. Os novos laboratórios são implementados de acordo com a demanda dos diferentes cursos e a manutenção dos equipamentos se realiza por meio de licitação de preços dos serviços.

12. BIBLIOTECA

12.1 Instalações da Biblioteca

As Bibliotecas da Universidade Tiradentes, vinculadas ao Sistema Integrado de Bibliotecas, através da sua Mantenedora Sociedade Educacional Tiradentes, tem por objetivo a prestação de serviços e produtos de informação voltados ao universo acadêmico.

Em todas as Bibliotecas, o acervo encontra-se organizado em estantes próprias, instalado em local com iluminação natural e artificial adequadas, acessibilidade e as condições para armazenagem, preservação e disponibilização atendem aos padrões exigidos. Situada no Campus Aracaju Farolândia, conta com uma área de 7.391,00 m², em três pavimentos, com ambientes de estudo em grupo, estudo individual, 2 auditórios, pinacoteca, sala de Multimeios, Setor de periódicos, biblioteca inclusiva equipada com equipamentos para ampliação de textos, software de leitura do texto e livros sonoros. A Biblioteca oferece aos professores espaço com recursos de filmes, TV e últimos lançamentos dos livros. Abaixo seguem imagens que podem ilustrar a infraestrutura disponibilizada aos estudantes e docentes, além da comunidade externa.

A distribuição da área física construída da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais I, III, IV e V estão descritos nos quadros a seguir:

Quadro 15 - Distribuição da área física construída da Biblioteca Central

Especificação	Área (m²)
Jornais	80,00
Referência	129,51
Monografias	140,30

Especificação	Área (m²)
Reprografia	12,00
Sala de Aula (Sala 01)	78,46
Sala de Aula (Sala 02)	82,22
Mini - auditório (Sala 03)	95,48
Sala de jogos	68,75
Área de Acervo	1.179,00
Gerência administrativa	40,50
Área de Processamento Técnico	75,00
Pesquisa Internet	156,01
Área para periódicos	298,80
Recepção	83,11
Galeria de Arte	104,80
Área de Leitura	2.761,37
Circulação	1.130,38
Restauração	53,35
Aquisição	49,00
Empréstimo de CD-Rom	25,46
Foyer	233,21
Área de banheiros	162,03
Lanchonetes	146,01
Cabines Individuais de Leitura	31,22
Cabines de Vídeo em Grupo	52,41
Cabines Individuais de Vídeo	15,61
Sala de Pesquisa dos Professores	107,01

Especificação	Área (m²)
Total	7.391,00

Fonte: Unit/DIM

Quadro 16 - Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial I

Especificação	Área (m²)
Recepção	19,07
Referência	32,62
Acervo	219,92
Área de Leitura	75,84
Periódicos	25,50
Reprografia	12,65
Monografias	16,85

Fonte: Unit/DIM

Quadro 17 - Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial II

Especificação	Área (m²)
Recepção	46,35
Acervo	218,15
Área de Leitura	125,50
Periódicos	23,75
Monografias	14,40
Setor de Informática/Vídeos	64,25
Depósito	2,00
Sala de Leitura	53,00
Sanitários	31,00
Total	578,4

Fonte: Unit/DIM

Quadro 18 - Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial III

Especificação	Área (m²)
Acervo	39,19
Coletivo	43,31
Individual	22,00
Total	104,50

Fonte: Unit/DIM

Quadro 19 - Distribuição da área física construída da Biblioteca Setorial IV

Especificação	Área (m²)
Acervo	66,06
Coletivo	-----
Individual	23,45
Total	89,51

Fonte: Unit/DIM

12.2 Instalações e mobílias para estudos individuais e/ou grupos

A Universidade Tiradentes disponibiliza nas bibliotecas de seus campi espaços com mobiliários e equipamentos adequados aos estudos individuais e em grupo. O quadro abaixo informa o tipo e quantidade.

Quadro 20 - Distribuição das instalações e mobílias para estudos

Cabines e Mobílias	Biblioteca					
	Central	Centro	Estância	Itabaiana	Propriá	TOTAL
Mesas	92	38	15	08	02	155
Cadeiras	426	200	92	42	8	768
Cabines individuais para Estudo	36	23	06	04	---	69

Cabines individuais para TV – Vídeo	12	01	05	04	04	26
Cabines em grupo	04	02	02	--	--	08

Fonte: Unit/Biblioteca

12.3 Acessibilidade Informacional – Biblioteca Inclusiva

O programa de inclusão e acessibilidade tem como missão garantir, de modo sistêmico, a inclusão informacional de toda a comunidade e promover o acesso aberto e fácil às bibliotecas físicas e digitais do SIB, a partir do atendimento qualificado e oferta de serviços, equipamentos e softwares adequados às pessoas com deficiência.

A acessibilidade informacional se dá através dos recursos que a Biblioteca Inclusiva disponibiliza: espaço, software, equipamentos e acervo para deficientes visuais, e em parceria com o Núcleo de Apoio Psicossocial, presta os seguintes serviços:

- Orientação aos usuários no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos;
- Acervo Braille, digital acessível e falado;
- Disponibiliza computadores, com softwares específicos para os usuários;
- Espaços de estudo;
- Impressão (texto em fonte maior para baixa visão, etc.) e cópias ampliadas.
- Bases de livros digitais com ferramenta que permite a reprodução em áudio dos textos;
- Para acesso a estes serviços foram instalados, os seguintes softwares e equipamentos:
 - o Lupa; Jaws (sintetizador de voz);
 - o Open Book (converte materiais impressos em imagens digitais cujo conteúdo textual é reconhecido e convertido em texto para ser falado por um sintetizador de voz.);
 - o Ampliador de tela ZoomText;
 - o Sintetizador de voz para o leitor de tela NVDA;
- Impressora Braille Columbia
- Máquina de escrever Braille Standard Perkins
- Scanner com voz-Alladin Voice 3.1

- Teclado Ampliado
- Teclado Linha Braille Edge 40
- Lupa Candy 5 HD II;

Conta com o acervo da biblioteca virtual Dorinateca, que disponibiliza livros para download nos formatos Braille, Falado e Digital Acessível DAISY para as pessoas com deficiência visual. É possível ter o livro acessível onde estiver, e usufruir deste benefício tecnológico que permite o acesso ao mundo da informação, cultura e educação com muito mais facilidade. www.dorinateca.org.br.

12.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo

A Direção do Sistema Integrado de Bibliotecas da Sociedade Educacional Tiradentes - SIB é responsável pela manutenção, atualização do acervo e controle do Orçamento, seleção das bases de dados e suporte nos serviços e produtos para as Bibliotecas do Grupo. O trabalho desenvolvido pelas bibliotecas está intimamente ligado às áreas acadêmicas, uma vez que acervos e serviços prestados são dirigidos essencialmente a essa comunidade.

Na indicação de títulos para compor o acervo dos cursos ressalta-se a atuação do Núcleo Docente Estruturante de cada curso que semestralmente através da Campanha para Atualização do Acervo, juntamente com os professores específicos das disciplinas, indicam novas aquisições e após análise do coordenador e seus órgãos colegiados, a indicação para aquisição é encaminhada através do Pergamum, ferramenta na qual a coordenação pode acompanhar o status da solicitação. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema on-line de sugestões de compra, que é avaliado pela Direção do SIB e adquirido quando autorizado pelos órgãos competentes.

As bibliotecas do SIB estão subordinadas à Direção da Unidade em que estão instaladas e à Direção do SIB. Dessa forma, as bibliotecas interagem com sua comunidade no que se refere à identificação de necessidades de uso e à produção da informação especializada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, em todas as suas vertentes.

12.5 A Expansão e Consulta ao Acervo

O acervo é distribuído entre as bibliotecas da IES: Bibliotecas Universidade Tiradentes – UNIT (Biblioteca Central da Universidade Tiradentes – Campus Farolândia, Biblioteca Centro – Campus Centro Aracaju, Biblioteca Estância, Biblioteca Itabaiana, Biblioteca Propriá, Bibliotecas Setoriais e Bibliotecas dos Polos de Ensino a Distância);

Essas unidades colocam à disposição dos usuários um acervo de cerca de mais 581.243 mil itens, compreendendo livros, obras de referência, periódicos, monografias, mapas, filmes, documentários e outros materiais. Todas as bibliotecas estão informatizadas, permitindo consultas nos terminais de computadores da Biblioteca e acesso através do portal da Instituição de Ensino. Também oferta serviços, tais como a renovação de empréstimos, a alteração da senha e sugestão de material para aquisição. Através da Biblioteca Virtual acessam as bases assinadas de periódicos, livros, normas e produção acadêmica em formato eletrônico.

12.6 Política de Atualização e Desenvolvimento de Acervo

A política de expansão e atualização do acervo das bibliotecas do SIB, está alicerçada na verificação semestral da bibliografia constante dos planos de ensino e na avaliação da demanda de estudantes pelo Sistema de Integrado de Biblioteca, docentes, coordenadores de cursos e seus órgãos colegiados, principalmente o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Objetiva-se atender satisfatoriamente a proposta pedagógica prevista nos projetos pedagógicos de cada curso bem como da instituição, em relação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Em sua política de expansão do acervo, a Unit trabalha com a filosofia do orçamento participativo, alocando antecipadamente recursos para investimentos na ampliação e atualização do acervo, em consonância com a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa, projetos de extensão, bem como demais atividades desenvolvidas na área acadêmica.

Os principais objetivos da Política das bibliotecas do SIB são: delinear e implementar critérios para aquisição, expansão e atualização do acervo como suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão; estabelecer critérios da infraestrutura física das

bibliotecas em todos os seus aspectos, como ampliação, novos espaços, o estado ideal de conservação do espaço físico, qualidade do ambiente interno, recursos e equipamentos e organização e disponibilidade do espaço e acessibilidade com rampas de acesso, mapa tátil, prateleiras adequadas, sinalização que atendam a toda comunidade interna e externa; prever e Incorporar novas tecnologias para a implantação ou reestruturação dos serviços de informação.

Semestralmente através da Campanha para Atualização do Acervo os professores indicam novas aquisições e após análise do coordenador de cursos e seus órgãos colegiados, a indicação para aquisição é encaminhada através do Pergamum, ferramenta na qual a coordenação pode acompanhar o status da solicitação. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema on-line de sugestões de compra, que é avaliado pela Direção do SIB e adquirido quando autorizado pelos órgãos competentes.

12.7 Programa de Atendimento ao Usuário - Serviços

Tem como objetivo criar mecanismos de atendimento ao usuário através da consolidação de Serviço de Referência descentralizado, cobrindo áreas diversas do conhecimento; estimular o uso de recursos informacionais existentes no âmbito da instituição, facilitando o acesso dos usuários aos novos meios de comunicação em redes locais e remotas.

12.8 Horário de funcionamento das Bibliotecas

O horário de funcionamento das Bibliotecas Central e Setoriais está discriminado na tabela abaixo.

Quadro 21 - Horário de funcionamento das bibliotecas

Campi	Biblioteca	Horário de funcionamento
Aracaju – Farolândia	Biblioteca Central	De 2ª a 6ª das 07 às 21h; aos sábados, das 07 às 13h.
Estância	Biblioteca de Estância	De 2ª a 6ª das 09 às 22h; aos sábados das 09 às 13h.

Itabaiana	Biblioteca de Itabaiana	De 2ª a 6ª das 13 às 22h; aos sábados das 09 às 13h.
Propriá	Biblioteca de Propriá	De 2ª a 6ª das 13 às 22h; aos sábados das 09 às 13h.

Fonte: SIB – Sistema de Biblioteca, 2019.

12.9 Pessoal técnico e administrativo

As bibliotecas dispõem de uma equipe capacitada para desenvolver as atividades de suporte a apoio à comunidade acadêmica auxiliando nos serviços de pesquisa, organização, conservação e guarda de livros, revistas e jornais na biblioteca. A equipe conta com 24 colaboradores, sendo 2 bibliotecários, 2 Assistentes de Bibliotecas e 17 auxiliares e 3 menores aprendizes, distribuídos nas Bibliotecas da UNIT-SE.

BIBLIOTECA SEDE-SISTEMA INTEGRADA DE BIBLIOTECA/SIB	
Identificação	Qualificação Acadêmica
Direção do Sistema de Bibliotecas Marcos Wandir Nery Lobão	Doutorado em Engenharia Industrial – UFBA (2012)
Bibliotecária do SIB Delvania Rodrigues dos Santos Macedo	Graduação em Biblioteconomia - CRB/51425
Bibliotecário do SIB Francisco Santana Neto	Graduação em Biblioteconomia - CRB:1780/5

BIBLIOTECA	Qualificação Acadêmica
Gislene Maria da Silva Dias	Graduado em Biblioteconomia-CRB/51410

Fonte: UNIT/Biblioteca

12.10 Outros Serviços da Biblioteca

Todas as bibliotecas da rede também prestam os seguintes serviços:

- **Apoio em trabalhos acadêmicos** - padronização e normalização, segundo as normas da ABNT, dos trabalhos científicos realizados pelos alunos da Universidade. Os alunos de EAD devem solicitar aos Bibliotecários responsáveis pelas Bibliotecas dos Pólos, de acordo com a Normativa SIB 01.
- **Base de dados por assinatura** - a Biblioteca assina e disponibiliza bases de dados nas diversas áreas do conhecimento.
- **Bibliotecas digitais** - o Sistema Integrado de Bibliotecas disponibiliza aos usuários através do site de pesquisa acervos digitais.
- **Consulta ao catálogo on-line** - o acervo da Biblioteca pode ser consultado através do site: <https://portal.unit.br/biblioteca/>
- **Consulta local aberta à comunidade em geral** - as Bibliotecas disponibilizam seus acervos para consulta local à comunidade em geral.
- **Empréstimo domiciliar** - empréstimo domiciliar restrito aos alunos, professores, funcionários, de todos os itens do acervo, segundo políticas estabelecidas pela Biblioteca Central, relativas a cada tipo de usuário. Não há distinção entre alunos da graduação presencial ou EAD.
- **Recepção aos calouros** - no início letivo, as bibliotecas recebem os alunos calouros, promovendo a integração, apresentando seus serviços e normas através do vídeo institucional; visita monitorada e treinamentos específicos.
- **Renovação e reserva on-line** - os usuários do Sistema de Bibliotecas contam com a facilidade da renovação on-line.
- **Serviço de informação e documentação** - proporciona aos usuários a extensão do nosso acervo através de intercâmbios mantidos com outras instituições:
- **Empréstimos entre bibliotecas** - O EEB (Empréstimo Entre Bibliotecas) entre o Sistema de Bibliotecas tem a finalidade facilitar e estimular a pesquisa do usuário, que pode consultar materiais disponíveis nos outros campi.

12.11 Indexação

O Sistema Integrado de Bibliotecas através da catalogação que consiste em registrar um conjunto de informações sobre determinados documentos, objetivando a padronização de

normas para a descrição do material bibliográfico e não bibliográfico a ser incluído no acervo. A catalogação aplica-se a todo e qualquer suporte existentes como acervos digitais, livros, monografias, cd-rom e etc. é utilizado o AACR2 – Código de Catalogação Anglo-Americano, o qual fixa normas para descrição de todos os elementos que identificam uma obra, visando sua posterior recuperação. O principal procedimento da catalogação consiste na análise da fonte principal de informação dos materiais para identificação de todos os elementos essenciais da obra. É importante ressaltar que é através da catalogação que se determinam as entradas, tais como: autor, título e assunto, além de outros dados descritivos da obra. Quanto à classificação do acervo, é utilizada a tabela CDU – Classificação Decimal Universal, a qual consiste numa tabela hierárquica para determinação dos conteúdos dos documentos e a tabela CUTTER para designação de autoria. A CDU objetiva representar através de um sistema de classificação alfanumérico (números, palavras e sinais) os conteúdos dos documentos que compõem o acervo; essa por sua vez é aplicada a todo material bibliográfico e não bibliográfico a ser classificado. A classificação visa a determinação dos assuntos de que trata o documento através dos números autorizados pela CDU e o principal procedimento consiste em fazer uma leitura técnica do material a ser classificado, para determinação do assunto principal.

O MARC – Registro de Catalogação Legível por Máquina – objetiva servir de formato padrão para intercâmbio de registros bibliográficos e catalográficos, possibilitando agilização dos processos técnicos, melhoria no atendimento ao usuário, recuperação da informação através de qualquer dado identificável do registro, entre outros.

13. PLANOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os planos de ensino e aprendizagem estabelecem o direcionamento pedagógico para o trabalho docente, elencando os conteúdos e estratégias a serem trabalhados com os discentes, no empenho em oferecer as mais variadas formas de desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação sólida e humanista do futuro profissional de Administração, prevista no perfil profissional do egresso deste curso.

A análise, revisão e atualização dos planos será constante, a fim de acompanharem as mudanças do mercado de trabalho, de legislação e as inovações pedagógicas, tão necessárias

para o excelente desenvolvimento educacional dos discentes, mantendo-se o mesmo cuidado para com a bibliografia, cuja atualização será realizada periodicamente, mantendo o compromisso da Instituição e do curso, de oferecer aos seus alunos um conhecimento atual, efetivo e primoroso, contando para isso, com a contribuição e participação efetiva dos seus docentes e coordenação.

Os planos de ensino do Curso de Direito, possuem estreita relação com o Projeto Pedagógico, garantindo assim a coerência e integração de ações. Eles são construídos com base no perfil profissional e as competências propostas para o mesmo; busca-se a oferta dos conhecimentos necessários para uma atuação profissional efetiva, levadas em consideração as necessidades e possibilidades dos alunos, são flexíveis e abertos, permitindo os ajustes sempre que necessário, mantendo visibilidade para o processo e acompanhando o cronograma estabelecido para cada disciplina.

O modelo de Currículo por Competências tem como premissa, que o processo de formação profissional ocorra de maneira interdisciplinar e gradativa. Os resultados a serem obtidos norteiam o processo educacional. As ações didático-pedagógicas irão privilegiar o desenvolvimento e o aprimoramento de competências essenciais ao exercício profissional.

Visando preparar a transição, com sucesso, para o mundo do trabalho, considerando os diferentes graus de maturidade do aluno em sua trajetória acadêmica, são designadas competências a serem desenvolvidas pelos alunos em cada período, numa perspectiva interdisciplinar.

A metodologia de ensino será desenvolvida através de atividades síncronas e assíncronas com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

13.1 1º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Filosofia Geral e Jurídica			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128101	1º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

EMENTA

Filosofia Geral: Evolução, História, Pensadores. Problemas Filosóficos: Conhecimento, Moral, Ética, Liberdade. Introdução à filosofia jurídica. Delimitação e tarefas da filosofia do direito. Desenvolvimento histórico da filosofia do direito. Panorama cultural da filosofia do direito no Brasil e no mundo. Questões contemporâneas da filosofia do direito.

Conceitos chave: A Filosofia e sua Evolução. Trajetória histórica do Direito na filosofia. Linhas do pensamento jurídico. Reflexões jurídico-filosóficas atuais.

OBJETIVO

Capacitar o estudante de Ciências Jurídicas e Sociais do instrumental filosófico básico para a compreensão de uma Filosofia do Direito. A Filosofia do Direito como compreensão coerente da natureza do direito.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreender que o direito se apoia na filosofia para a sua legitimação e desenvolvimento.

Diferenciar a filosofia jurídica de outros campos de saber

Identificar as questões jurídicas atuais tematizadas pela filosofia jurídica e suas implicações na realização do direito.

Reconhecer as principais teorias e filósofos do campo jurídico.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

Conceito-Chave 1: A Filosofia e sua Evolução

Origem e nascimento da Filosofia

Filosofia, ciência e epistemologia

A Filosofia na História

Problemas Filosóficos

Conceito-Chave 2: Trajetória histórica do Direito na filosofia

Filosofia e Direito na Idade Antiga

Filosofia e Direito na Idade Medieval

Filosofia e Direito na Idade Moderna

Filosofia e Direito na Idade Contemporânea

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Linhas do pensamento jurídico

Jusnaturalismos

Positivismo

Teoria da Argumentação jurídica

Dogmática Jurídica

Conceito-Chave 4: Reflexões jurídico-filosóficas atuais

Direito e Racionalidade

Direito e Democracia.

Direito, Desigualdades e Justiça

Direito, Liberdade e Ética.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos visam desenvolver nos alunos as competências definidas no componente curricular, considerando o(s) objetivo(s) de formação e os conceitos-chave especificados. A metodologia adotada para o componente é semipresencial e está pautada nos princípios de flexibilidade, interação, autonomia e cooperação, apoiada na utilização de

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que serve de importante recurso tecnológico para mediação e interação entre os diversos atores do processo de ensino-aprendizagem (professor regente, professor tutor virtual, alunos e técnicos de suporte), por meio de ferramentas de comunicação, a exemplo dos fóruns e do Fale Conosco.

Serão adotadas metodologias com foco na aprendizagem e participação ativa dos estudantes, pautadas nos princípios de sala de aula invertida, que possibilitam a promoção da autonomia, capacidade crítico-reflexiva dos estudantes e o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e práticos, favorecendo o domínio teórico, a aplicação e problematização do conhecimento.

No AVA, estão disponíveis material de estudo, desafios, infográficos, conteúdos de livros, vídeos com dicas do professor, exercícios e cenários com aplicabilidade da prática profissional e, além disso, o discente pode consultar as sugestões de conteúdos complementares, visando o domínio teórico do conhecimento fomentado por meio da interação com os distintos objetos de aprendizagem disponibilizados e da mediação destes objetos pelo professor nos momentos presenciais.

Para aplicação dos conhecimentos, os alunos serão estimulados a realizar atividades, nos momentos presenciais, que promovam a relação teórico-prática dos saberes assimilados, por meio de estudos de casos reais ou simulados, produção de recursos materiais e audiovisuais, atividades práticas, entre outras, realizadas em sala de aula, sala interativa, laboratórios de práticas ou em ambientes específicos organizados pelo professor.

Por fim, para promover a problematização dos conhecimentos, os estudantes realizarão atividades de estudos, pesquisas e/ou projetos baseados em diferentes contextos e cenários práticos relativos à futura profissão e ao mundo do trabalho, com ênfase na análise de problemas, tomada de decisão e no desenvolvimento de aspectos atitudinais.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação da aprendizagem adotados possuem função formativa e somativa, a serem realizados por meio das atividades avaliativas teóricas e/ou práticas, em cada Unidade Programática (UP1 e UP2), de forma presencial, mediadas pelo professor e não presencial, via AVA. O processo de avaliação visa promover, consolidar e aferir as aprendizagens no decorrer do componente curricular, possibilitando a produção de múltiplas associações do estudante no seu processo de construção dos saberes, das habilidades e

atitudes, necessários à sua formação acadêmica e profissional pretendida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 16. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2022.

CHAUÍ, Marilena de Souza; GUIZZO, João; MINEY, José Roberto. **Convite à filosofia**. 14. ed., 10. impr. São Paulo, SP: Ática, 2019. 520 p.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, a sociologia jurídica**. 28. ed., 4. tiragem. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. 615 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Inês Lacerda. **15 filósofos: vida e obra**. Barueri [SP]: Minha Editora, 2020.

DIONIZIO, Mayara [et al.] **Filosofia contemporânea**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2023.

DIONIZIO, Mayara [et al.] **Filosofia contemporânea**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de Filosofia do Direito - o direito como prática** - São Paulo: Atlas, 2021.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica - 15ª Edição 2025** . 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Linguagem Jurídica e Oratória			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128110	1º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P2** - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- **C8** Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- **C11** Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- **C12** Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

O processo de comunicação. Linguagem: diferentes modalidades; linguagem verbal. Texto, discurso e produção de sentidos. Leitura e interpretação de textos; Variação linguística. Características de discursos. Fundamentos da Oratória Contemporânea. A importância da Argumentação na oralidade e nas Práticas textuais jurídicas. As Especificidades da Linguagem e da Comunicação no Âmbito Jurídico; Estruturação dos Textos e dos Discursos Jurídicos; Vocabulário Jurídico; Tipologias Textuais Jurídicas; Retórica e argumentação. Técnicas para apresentar-se em público.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): A estrutura frásica na linguagem; Aspectos e especificidades da linguagem no âmbito jurídico; Oratória e comunicação; Retórica e Argumentação: Aplicabilidade da linguagem jurídica

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver nos alunos competências de interpretação de textos na área específica do Direito, preparando o futuro profissional a expressar-se com clareza, correção e coerência tanto na linguagem oral como na escrita, tendo na eloquência forense habilidades da aplicabilidade das normas.

COMPETÊNCIAS

- Dominar os princípios da linguagem no âmbito jurídico destacando fundamentos e estruturas do processo interpretativo.
- Descrever a importância da textualidade no texto jurídico e sua eficácia no convencimento do interlocutor
- Analisar a decisão jurídica a partir da retórica e da argumentação com logicidade e eficácia usando a linguagem jurídica adequada aos tempos atuais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito – chave 1: A estrutura frásica na linguagem

1. Análise da Língua e do Discurso com base na Produção Textual;
2. O sentido da palavra: denotação e conotação
3. O vocábulo e seu emprego no sintagma;
4. Critérios de textualização: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade.

Conceito-Chave 2: Aspectos e especificidades da linguagem no âmbito jurídico

5. Conceitos básicos de linguística e comunicação jurídica

6. Especificidades, Características, Similitudes e Semântica do Vocabulário Jurídico (Juridiquês, latinismos e norma culta);
7. Campos semânticos da linguagem jurídica: unívocos, equívocos e análogos.
8. Particularidades da linguagem e da Comunicação em peças jurídicas;

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Oratória e Comunicação

9. A comunicação e a persuasão na era tecnológica.
10. Técnicas de Oratória Forense. (Comunicação verbal e não-verbal);
11. Encadeamento lógico de ideias: Organização, objetividade, clareza, exatidão
12. Argumentação na oralidade e nas Práticas textuais jurídicas

Conceito-Chave 4: Retórica e Argumentação: Aplicabilidade da linguagem jurídica

13. Tipologias textuais jurídicas: narrativa jurídica, descrição, dissertação e argumentação jurídica.
14. Narrativa jurídica: Simples e Valorada
15. Particularidades linguísticas das Peças jurídicas (Petição Inicial, Procuração, Requerimento, Sentença...)
16. A Concepção linguística da Argumentação nas peças Jurídicas Características da boa linguagem jurídica: Clareza, Concisão, Precisão, Impessoalidade)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos visam desenvolver nos alunos as competências definidas no componente curricular, considerando o(s) objetivo(s) de formação e os conceitos-chave especificados. A metodologia adotada para o componente é semipresencial e está pautada nos princípios de flexibilidade, interação, autonomia e cooperação, apoiada na utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que serve de importante recurso tecnológico para mediação e interação entre os diversos atores do processo de ensino-aprendizagem (professor regente, professor tutor virtual, alunos e técnicos de suporte), por meio de ferramentas de comunicação, a exemplo dos fóruns e do Fale Conosco. Serão adotadas metodologias com foco na aprendizagem e participação ativa dos estudantes, pautadas nos princípios de sala de

aula invertida, que possibilitam a promoção da autonomia, capacidade crítico-reflexiva dos estudantes e o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e práticos, favorecendo o domínio teórico, a aplicação e problematização do conhecimento.

No AVA, estão disponíveis material de estudo, desafios, infográficos, conteúdos de livros, vídeos com dicas do professor, exercícios e cenários com aplicabilidade da prática profissional e, além disso, o discente pode consultar as sugestões de conteúdos complementares, visando o domínio teórico do conhecimento fomentado por meio da interação com os distintos objetos de aprendizagem disponibilizados e da mediação destes objetos pelo professor nos momentos presenciais. Para aplicação dos conhecimentos, os alunos serão estimulados a realizar atividades, nos momentos presenciais, que promovam a relação teórico-prática dos saberes assimilados, por meio de estudos de casos reais ou simulados, produção de recursos materiais e audiovisuais, atividades práticas, entre outras, realizadas em sala de aula, sala interativa, laboratórios de práticas ou em ambientes específicos organizados pelo professor. Por fim, para promover a problematização dos conhecimentos, os estudantes realizarão atividades de estudos, pesquisas e/ou projetos baseados em diferentes contextos e cenários práticos relativos à futura profissão e ao mundo do trabalho, com ênfase na análise de problemas, tomada de decisão e no desenvolvimento de aspectos atitudinais.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação da aprendizagem adotados possuem função formativa e somativa, a serem realizados por meio das atividades avaliativas teóricas e/ou práticas, em cada Unidade Programática (UP1 e UP2), de forma presencial, mediadas pelo professor e não presencial, via AVA. O processo de avaliação visa promover, consolidar e aferir as aprendizagens no decorrer do componente curricular, possibilitando a produção de múltiplas associações do estudante no seu processo de construção dos saberes, das habilidades e atitudes, necessários à sua formação acadêmica e profissional pretendida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BITTAR, Eduardo CB. **Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito**, 8ª edição. São Paulo, SP: Saraiva, 2022. Ebook MB.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. **Curso de português jurídico**. 16. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2023. Ebook MB.

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e Argumentação Jurídica**. 6 ed. Rio de Janeiro Forense 2020. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

BARBEIRO, Heródoto. **Falar para liderar: ninguém chega lá sem falar com eficiência**. 7. Ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. Ebook MB.

BARROSO, Darlan; BOLOGNESI, João; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. **Manual de redação jurídica e língua portuguesa para a OAB**. 4. Ed., rev. e atual. São Paulo, SP: RT, 2015. 136p. (Coleção Prática Forense n.8)

MEDEIROS, João Bosco; Tomasi, Carolina. **Português forense: língua portuguesa para curso de direito**. 9. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. Ebook MB.

POLITO, Reinaldo; POLITO, Rachel. **Comunicação à distância – como se comunicar em tempos de relações remotas**. São Paulo, SP: Saraiva 2021. Ebook MB.

TRUBILHÃO, Fábio. **Linguagem Jurídica e Argumentação – Teoria e Prática**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2021. Ebook MB.

 <p>PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO</p>	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: História e Fundamentos do Direito			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128128	1º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil do Egresso que a disciplina contribui para formar.

P1 - Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1: Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos Políticos, Sociais, Econômicos, Históricos, Filosóficos e Psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;

EMENTA

Formação Histórica do Direito no Brasil. Direito na Antiguidade. Direito e Idade Média. A Era Moderna do Direito. Direito Contemporâneo. Common Law e Civil Law. Sociedade e Direito. Natureza e Cultura. Instrumentos de Controle Social. Direito Natural. Direito Positivo. Fontes do Direito. Sanção e Coação. Sistema Jurídico. Norma Jurídica. Estrutura Tridimensional do Direito. Direito Objetivo. Direito Subjetivo.

Unidades de Ensino: Conceitos-chave: História do Direito. Sociedade e Direito; Sistema Jurídico; Direito Objetivo e Subjetivo.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

- Propiciar ao estudante a compreensão dos instrumentos e institutos jurídicos basilares, propiciando-lhe uma visão geral do Direito e áreas de atuação, de modo a habilitá-lo para transitar pelos diversos ramos do direito.

COMPETÊNCIAS

- . Compreender o Direito, a partir dos seus elementos básicos, como um instrumento de controle e de pacificação social.
- . Correlacionar os aspectos teóricos trabalhados na disciplina com e a realidade social, promovendo a leitura do mundo a partir da compreensão histórica dos seus institutos.
- . Problematizar a ciência do direito com a finalidade de provocar a reflexão crítica sobre o papel do Direito nas relações sociais e seus conflitos.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

Conceito – chave 1: História do Direito

- 1 Direito na Antiguidade e na Idade Média
- 2 O Direito Moderno e Contemporâneo
- 3 História do Direito no Brasil
- 4 Sistemas Common Law e Civil Law

Conceito – chave 2: Sociedade e Direito.

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 2 Instrumentos de controle social
- 3 Escola do Direito Natural
- 4 Escola do Direito Positivo

Conceito- chave: 3 Sistema jurídico

- 1 Norma Jurídica
- 2 Teoria Tridimensional do Direito
- 3 Fontes do Direito
- 4 Ordenamento Jurídico

Conceito-chave: 4 Direito Objetivo e Subjetivo

- 1 Direito Público e Direito Privado
- 2 Direito Interno e Direito Externo
- 3 Sanção, Coerção, Coação

4 Teoria da Ciência do Direito

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no **Memorial de Avaliação**, corresponde a **20%** da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

MACIEL, José Fábio Rodrigues. **Manual de História do Direito**, 10 ed. Saraiva, 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito**. 9 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2024.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 46 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024.

COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. **História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2017.

BETIOLE, Antonio Bento. **Introdução ao estudo do direito**. 16 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023.

CICCO, Claudio de. **História do Direito e do pensamento Jurídico** 9 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação** - 12ª Edição 2023. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 49 ed. Rio de Janeiro Forense 2018.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do direito**. 9 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2022.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito - Tradição no Ocidente e no Brasil**. 11 ed. Forense, 2019.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Civil			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H124327	1º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil do egresso que a disciplina contribui para formar

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar

- C6 Identificação do fenômeno jurídico e seus efeitos a partir de suas teorias basilares.

EMENTA

Sedimentação dos conceitos gerais do Direito Civil. Princípios Gerais do Direito. O Código Civil Brasileiro. Conceito de Pessoa. Capacidade. Extinção da Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Capacidade da Pessoa Jurídica. Fim da Pessoa Jurídica. Bens: conceito, caracteres, classificação. Fatos e atos jurídicos. Elementos acidentais dos atos jurídicos. Das nulidades dos atos jurídicos. Dos atos ilícitos. Prescrição. Decadência.

Unidades de Ensino(Conceitos-Chave): Código Civil. Das Pessoas. Das Classes de Bens. Dos Fatos e Negócios jurídicos. Das Nulidades.

OBJETIVO

- Analisar as técnicas e princípios que regem a Teoria Geral do Direito Civil, relacionando-o com o momento jurídico-político contemporâneo.

COMPETÊNCIAS

- Domínio da base necessária ao aprofundamento da Parte Especial do Direito Civil;
- Identificar e saber aplicar os conhecimentos sobre personalidade e capacidade civil, bens jurídicos e negócios jurídicos, em situações práticas.

- Estabelecer a ligação existente entre os sujeitos de direito (as pessoas naturais e jurídicas), a ligação destes com o objeto do direito (bens), com o escopo de aplicar nos negócios jurídicos.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

Conceito-chave 1: Fundamentos gerais do Código Civil

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
- 2 Princípios gerais do Direito Civil
- 3 Personalidade. Autonomia da Vontade. Autonomia Privada
- 4 Paralelo do Código Civil de 1916 e Código Civil de 2002

Conceito- chave 2: Das Pessoas

5. Pessoa Natural, os sujeitos da relação jurídica, capacidade e incapacidade.
6. Individualização da pessoa natural; nome, estado, domicílio
7. Dos Direitos da Personalidade.
8. Pessoa Jurídica: Classificação da pessoa jurídica, desconsideração, domicílio e extinção.

UNIDADE II:

Conceito- chave 3: Das Classes dos Bens.

9. Conceito, caracteres, classificação.
10. Bens reciprocamente considerados.
11. Bens considerados em relação ao titular do domínio.
12. Bens fora do comércio.

Conceito- chave 4 Dos Fatos e Negócios Jurídicos.

13. Classificação dos fatos jurídicos e negócio jurídico
14. Planos do negócio jurídico: Existência, validade e eficácia e elementos
15. Defeitos dos Negócios Jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude contra credores.
16. Prescrição e Decadência

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina serão desenvolvidos encontros por meio de aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade dos conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão realizadas através da interação de atividades presenciais objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordem as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será contínuo e efetivado através de Avaliações Integradas e Medida de Eficiência (ME) por meio de trabalhos em grupo e individuais com efetiva participação do aluno nas atividades propostas, culminando em uma nota única. Excepcionalmente, poderão ser adotadas estratégias virtuais de avaliação, desde que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, v. 1: parte geral**. 27. ed. São Paulo Saraiva Jur 2025.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 1: parte geral**. 23 ed. São Paulo Saraiva 2025.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, v. 1 : parte geral**. 24 ed. São Paulo Atlas 2025.

COMPLEMENTAR

LOBO, Paulo. **Direito civil: parte geral. v.1**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito civil**. 11 ed. São Paulo Atlas 2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. 41 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. v. 1.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil: Parte Geral**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 1: lei de introdução e parte geral**. 18 ed. Rio de Janeiro Forense 2022. **Ebook MB**.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. **Fundamentos do direito civil: teoria geral do direito civil**. 5. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil - Vol. 1 - Parte Geral**, 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
H128136	1º	04	80	
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil do Egresso que a disciplina contribui para formar.

P1 - Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1: Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos Políticos, Sociais, Econômicos, Históricos, Filosóficos e Psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;

EMENTA

Conceito e princípios do Direito Constitucional. Constitucionalismo. Constituição. Normas constitucionais. Interpretação constitucional. Formação Constitucional do Brasil. Constituinte e Constituição de 1988. Formação Constitucional do Brasil: A construção constitucional da defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos.

UNIDADES DE ENSINO (conceitos-chave): Evolução do constitucionalismo; Classificações, estrutura e sentidos de Constituições; Poder Constituinte. Hermenêutica Constitucional.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

- Possibilitar ao estudante a compreensão e utilização adequada da Teoria e Hermenêutica Constitucional, para sua aplicabilidade na vida profissional.

COMPETÊNCIAS

- Dominar dos principais institutos jurídicos,
- Aplicar os conhecimentos e os conceitos da teoria constitucional na análise da realidade brasileira e em situações práticas.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

Conceito-chave 1: Evolução do constitucionalismo

- 1.1 A formação do pensamento jurídico moderno
- 1.2 Evolução do Constitucionalismo Antigo, Moderno e Contemporâneo
- 1.3 O Humanismo e a Escola do Jusnaturalismo racionalista e o movimento codificador: o Code Civil e o B.G.B.
- 1.4 Neoconstitucionalismo marco histórico, marco filosófico, marco teórico

Conceito-chave 2: Classificações, estrutura e sentidos de Constituições

- 2.1 Análise das Constituições – Tipologia e Classificações constitucionais
- 2.2 Sentidos de Constituição: Sociológico, Político e Jurídico
- 2.3 Eficácia e Aplicabilidade das normas constitucionais
- 2.4 Preâmbulo, Texto Permanente e ADCT

UNIDADE II

Conceito-chave 3: Poder Constituinte

- 3.1 Poder Constituinte: Teoria, legitimidade, conceitos políticos e jurídicos.
- 3.2 Poder Constituinte Originário: Características e Poder Constituído/ derivado.
 - 3.2.1 Espécies: Reformador, Decorrente e Revisor.
- 3.3 Limitações formais, materiais e circunstanciais.
- 3.4 Modernas concepções:
 - 3.4.1 Poder Constituinte Supranacional
 - 3.4.2 Poder Constituinte Difuso.

Conceito-chave 4: Hermenêutica Constitucional

4.1 Interpretação constitucional e sua especificidade.

4.1.1 Sujeitos da interpretação constitucional.

4.2 A distinção entre “regras” e “princípios” e sua relevância para a interpretação constitucional.

4.3 Princípios da interpretação constitucional

4.4 Métodos de interpretação constitucional

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina serão desenvolvidos encontros com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamentos e reflexões através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no **Memorial de Avaliação**, corresponde a **20%** da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11 ed. 2023.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 23 ed. Rio de Janeiro Forense 2021. **Ebook MB**.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025

COMPLEMENTAR

ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre SAGAH 2018. **Ebook MB**.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 26. ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025. 1541 p. (Coleção esquematizado).

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo Saraiva 2025. Ebook MB.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 20 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 5. São Paulo Saraiva 2023 Ebook MB.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2017. 936 p.

13.2 2º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Ciência Política e Teoria Geral do Estado			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128144	2º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P1: Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

P2: Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1: Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos Políticos, Sociais, Econômicos, Históricos, Filosóficos e Psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito

C: Capacidade de aprender com os outros; compreender e respeitar as necessidades, as perspectivas e as ações de outras pessoas; entender, relacionar e ser sensível aos outros; lidar com conflitos em um grupo; e facilitar a colaboração e a participação na resolução de problemas que envolvam a sociedade.

EMENTA

Ciência Política e Teoria Geral do Estado: Fundamentação Teórica. Conceito, objeto e métodos da Ciência Política e da Teoria Geral do Estado. Relação do Direito com a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado. Concepção de poder, estado e sociedade. Dominação e legitimação do poder político. A sociedade e o Estado. Formação histórica da sociedade e do

Estado. Soberania: Território, nação, povo, população. Mecanismos de controle social. Estado, Direito e Política: personalidade jurídica do Estado. Estado, governo e representação política. Funções e finalidades do Estado. Formas de Estado: Unitário e Federativo. Formas, sistemas e regime de governo: Monarquia e República; Presidencialismo e Parlamentarismo; Democracia, Ditadura e Autoritarismo. Estado democrático de Direito e representação política. Estado, instituições políticas e políticas públicas. Sistemas eleitorais e partidários. Estado e burocracia. Políticas públicas: conceitos e definições. Análise de políticas públicas. Ciclo de políticas públicas.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Ciência Política e Teoria Geral do Estado: Fundamentação Teórica. A sociedade e o Estado. Estado, governo e representação política. Estado, instituições políticas e políticas públicas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar as principais correntes e conceitos da Ciência Política, da teoria geral do Estado contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de análise, da postura crítica, reflexiva e ética, o conhecimento de conceitos relacionados ao processo de construção das instituições políticas, e a adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

COMPETÊNCIAS

Promover a capacidade de argumentação, analisando e interpretando a realidade política em que está inserido;

Competência crítica para analisar os padrões éticos e práticas vigentes no cenário político;

Atualizar-se nas discussões básicas sobre conjuntura política e treinamento conceitual pertinente em relação à política e o Estado;

Interpretar as categorias da ciência política e do Estado, compreendendo sua importância e os métodos da ciência política;

Utilizar reflexivamente as categorias da ciência políticas e do Estado, relacionando os conceitos políticos com as situações práticas.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

Unidade 1

Conceito-Chave 1: Ciência Política e Teoria Geral do Estado: Fundamentação Teórica

Conceito, objeto e métodos da Ciência Política e da Teoria Geral do Estado.

Relação do Direito com a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado.

Concepção de poder, estado e sociedade.

Dominação e legitimação do poder político.

Conceito-Chave 2: A sociedade e o Estado

Formação histórica da sociedade e do Estado.

Soberania: nação, povo, poder.

Mecanismos de controle social.

Estado, Direito e Política: personalidade jurídica do Estado.

Unidade 2

Conceito-Chave 3: Estado, governo e representação política

Formas de Estado: Unitário ou Federativo

Funções e finalidades do Estado.

Formas, sistemas e regime de governo: Monarquia e República; Presidencialismo e Parlamentarismo; Democracia, Ditadura e Autoritarismo.

Estado democrático de Direito e representação política.

Conceito-Chave 4: Estado, instituições políticas e políticas públicas

Sistemas eleitorais e partidários.

Estado e burocracia.

Políticas públicas: conceitos e definições. Análise de políticas públicas.

Ciclo de políticas públicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, por meio da plataforma educacional especializada, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, adequadas à educação a distância, que permitem a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas.

A aprendizagem será orientada para se processar por autoinstrução, através da metodologia de aula invertida, maximizando a autonomia do estudante. O estudante será ativo diante do computador e interativo no contato com os professores/tutores e colegas, interagindo em fóruns de discussão e chat, também serão disponibilizadas videoaulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas.

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos serão realizadas atividades online e presenciais com o apoio do tutor, em grupo e/ou individuais, que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos.

Para a aplicabilidade dos conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão desenvolvidas atividades práticas e/ou colaborativas e/ou pesquisas, ou outras atividades pedagógicas orientadas pelo professor-tutor.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

A partir do AVA, o estudante também irá participar da comunidade de aprendizagem, com o uso de conteúdos didáticos que têm como pressuposto didático- pedagógico a apresentação e a recuperação dos conteúdos de forma multissensorial, intuitiva, integrada e interativa.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o discente poderá seguir o seu ritmo individual, com aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

As atividades didático/pedagógicas serão realizadas através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir das atividades teóricas e práticas nos encontros presenciais, bem como no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ao longo do processo. Utilizar-se-á também de aplicação de prova presencial, contendo questões contextualizadas (objetivas e subjetivas), com vistas a consolidar a aprendizagem interativa e colaborativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Atualizador Prof. Miguel Alfredo Malufe Neto. 36. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

RANIERI, Nina. **Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito**. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2023.

COMPLEMENTAR

BUCCI, Maria Paula Dallari. GASPARDO, Murilo (Org.). **Teoria do Estado: sentidos contemporâneos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

COELHO, Fernando de Souza. SECCHI, Leonardo. PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2024

FERRARI, Sônia Campaner Miguel (org.). **Filosofia política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do Estado e Ciência Política**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2023. **Ebook MB**.

RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúion; FRATESCHI, Yara. **Manual de Filosofia Política: para os cursos de teoria do Estado, Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais**. São Paulo: Saraiva, 2018.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H113341	2º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P1** - Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- **C1** - Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos Políticos, Sociais, Econômicos, Históricos, Filosóficos e Psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito.

EMENTA

A Antropologia e o estudo da cultura. Conceitos de etnocentrismo e Relativismo cultural. A etnografia como recurso metodológico. Interpretações da cultura brasileira. Multiculturalismo, diversidade de gênero, religião e família. Consumo e meio ambiente. O surgimento da Sociologia e os teóricos clássicos. Indivíduo, classe, desigualdade social e globalização. Estado, relações de poder e participação política. Movimentos sociais na construção da cidadania.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Antropologia e cultura. Estudos culturais. Pensamento sociológico. Debate social.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Demonstrar a relação entre cultura e sociedade à luz com do pensamento socioantropológico evidenciando sua atuação sobre a prática social.

COMPETÊNCIAS

- Compreender a Antropologia enquanto ciência a partir dos seus aspectos teórico-metodológicos, apropriando-se do conceito de cultura como referência para analisar e interpretar diferentes manifestações culturais na sociedade.
- Promover a reflexão crítica sobre a contribuição da Antropologia para leitura de diferentes expressões culturais na sociedade contemporânea, o que implica em manifestações de discriminação, preconceito e racismo, com vistas a criar estratégias de tolerância e respeito às diferenças.
- Contextualizar a contribuição das teorias da Sociologia Clássica para uma atuação mais crítica e consciente do cidadão.
- Identificar as relações de poder entre os sujeitos sociais e o Estado por meio da compreensão crítica de aspectos do cotidiano, visando à participação política na perspectiva do exercício da cidadania.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: ANTROPOLOGIA E CULTURA

1. O que é antropologia, ramificações e atribuições
2. O homem como objeto do estudo da antropologia
3. Cultura
4. Etnografia

Conceito-Chave 2: ESTUDOS SOCIOCULTURAIS

5. O relativismo cultural
6. Desigualdades étnico-raciais
7. Perspectiva sociológica
8. Contexto sócio-histórico de constituição do conhecimento sociológico

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

9. Auguste Comte e o positivismo
10. Émile Durkheim e a sociologia como ciência autônoma
11. Karl Marx e as contradições da formação social capitalista
12. Cidadania e desigualdade social

Conceito-Chave 4: DEBATE SOCIAL

13. Max Weber e os efeitos da racionalização sobre as ordens social, econômica e política
14. Constituição no sentido sociológico
15. A eficácia das normas jurídicas e os efeitos sociais
16. O homem e a sociedade das massas

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, por meio da plataforma educacional especializada, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, adequadas à educação a distância, que permitem a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas.

A aprendizagem será orientada para se processar por autoinstrução, através da metodologia de aula invertida, maximizando a autonomia do estudante. O estudante será ativo diante do computador e interativo no contato com os professores/tutores e colegas, interagindo em fóruns de discussão e chat, também serão disponibilizadas videoaulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas.

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos serão realizadas atividades online e presenciais com o apoio do tutor, em grupo e/ou individuais, que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos. Para a aplicabilidade dos conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão desenvolvidas atividades práticas e/ou colaborativas e/ou pesquisas, ou outras atividades pedagógicas orientadas pelo professor-tutor.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

A partir do AVA, o estudante também irá participar da comunidade de aprendizagem, com o uso de conteúdos didáticos que têm como pressuposto didático- pedagógico a apresentação e a recuperação dos conteúdos de forma multissensorial, intuitiva, integrada e interativa.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o discente poderá seguir o seu ritmo individual, com aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

As atividades didático/pedagógicas serão realizadas através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA..

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir das atividades teóricas e práticas nos encontros presenciais, bem como no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ao longo do processo. Utilizar-se-á também de aplicação de prova presencial, contendo questões contextualizadas (objetivas e subjetivas), visando consolidar a aprendizagem interativa e colaborativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

BARROSO, Priscila Farfan et. al. **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira. **Fundamentos de sociologia e antropologia**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

LARAIA, Roque B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

BES, Pablo. **Sociedade, cultura e cidadania**. Porto Alegre: Sagah, 2020

COMPLEMENTAR

ARON, Raymond. **Etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARROSO, Priscila Farfan. **Estudos Culturais e antropológicos**. Porto Alegre: Sagah, 2018. Ebook MB.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica**. 8 Ed. Saraiva, 2019.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

TOURAINÉ, Alan. **Poderemos Viver Juntos - Iguais e diferentes**. Petrópolis, R.J: Vozes, 1997.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Psicologia Jurídica			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H119072	2º	2	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P1** - Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos psicológicos, considerando-os na interpretação e aplicação do Direito.

EMENTA

Psicologia como ciência e profissão: origem, desenvolvimento e campos de atuação. Psicologia Jurídica: evolução histórica, função e área de intervenção. Processos Psicológicos Básicos: sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, emoções e motivação. Saúde Mental: Desenvolvimento da Personalidade, e Transtornos Psicológicos no campo jurídico. Comportamento Humano no âmbito jurídico: agressão, preconceito, discriminação, estereótipos, atitudes, crenças. Perfil do profissional do operador de Direito: Habilidades pessoais e interpessoais, Liderança, Trabalho em equipe, Estresse.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Psicologia como ciência. Personalidade Humana. Psicologia Jurídica. O perfil do profissional do Direito na Contemporaneidade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os fenômenos psicológicos e sua aplicação prática no Direito.

COMPETÊNCIAS

- Ter uma visão científica e geral da Psicologia, bem como de sua aplicabilidade na área jurídica;
- Conhecer a função e as áreas de intervenção do Psicólogo Jurídico numa perspectiva evolutiva interdisciplinar;
- Analisar os processos psicológicos básicos, diferenciando-os, bem como detectar seu papel no ajustamento saudável do indivíduo e também os fatores que neste interferem;
- Identificar e compreender problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diversos contextos: individual, grupal, social e institucional;
- Entender a subjetividade humana, bem como os fatores que interferem na normalidade e no psicopatológico;
 - Conhecer a origem e desenvolvimento da personalidade humana.
 - Verificar os fatores determinantes do comportamento humano.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Psicologia como ciência e Personalidade Humana

1. Origem e evolução histórica da Psicologia
2. Noções Básicas da Psicologia
3. Personalidade Humana: Origem e desenvolvimento
4. Teorias da Personalidade

Conceito-Chave 2: Transtornos Psicológicos

1. Transtornos de personalidade, transtorno de conduta, transtornos ansiosos,
2. Esquizofrenia, bipolaridade
3. As funções mentais superiores para o profissional de direito: sensação, percepção, atenção,
4. As funções mentais superiores para o profissional de direito: memória, pensamento, linguagem, emoções e motivação.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Psicologia Jurídica

1. Histórico da Psicologia Jurídica
2. Evolução da Psicologia Jurídica
3. Funções da Psicologia Jurídica
4. Áreas de intervenção do Psicólogo Jurídico

Conceito-Chave 4: Comportamento humano no âmbito jurídico e o perfil do profissional do Direito na Contemporaneidade

1. Comportamento antissocial: a agressão
2. Preconceito, discriminação e estereótipos sociais
3. Liderança. Comunicação. Trabalho em equipe
4. Bem-estar, qualidade de vida e estresse no operador de Direito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas tanto por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização, como através da interação de atividades síncronas e assíncronas com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência, levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15. São Paulo Saraiva 2023.

FIGLIOLI, José Osir. **Psicologia jurídica**. 11. São Paulo Atlas 2024

SERAFIM, A. de P.; SAFFI, F. **Psicologia e práticas forenses**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2019.

COMPLEMENTAR

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de (Organizadora). **Psicologia jurídica: temas de aplicação**. 6. reimp. Curitiba, PR: Juruá, 2018.

COLETTA, E. D. et al. **Psicologia e criminologia**. Porto Alegre SAGAH 2018.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.) **Psicologia jurídica no Brasil**. 3. Ed. 3. reimp. Rio de Janeiro, RJ: NAU, 2015.

HUTZ, Claudio Simon, et al. **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre ArtMed 2019.

MYERS, David G.; DEWALL, C. Nathan. **Psicologia**. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023.

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica**. 7. ed. São Paulo Saraiva 2024.

PUTHIN, S. R. et al. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito das Obrigações			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H119510	2º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C7 - Compreensão das relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando os fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12 - Pesquisar e utilizar a legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Teoria Geral das Obrigações: conceito, fontes, importância. Classificação das obrigações. Transmissão das Obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Do Adimplemento das Obrigações e Extinção das Obrigações. Do enriquecimento sem causa. Estrutura da Obrigação. Lugar e Tempo do Pagamento.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Teoria Geral das Obrigações. Classificação das obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Inadimplemento e suas consequências.

OBJETIVOS

- Dominar o Direito das Obrigações, a reconhecendo em suas diversas modalidades e consequências jurídicas.

COMPETÊNCIAS

- Compreender o Direito das Obrigações, identificando suas espécies, natureza e efeitos jurídicos
- Demonstrar os efeitos materiais e processuais da inexecução das Obrigações
- Aplicar os conhecimentos de forma reflexiva e crítica, em situações práticas.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Teoria Geral das Obrigações

1. Estrutura da obrigação: Conceito. Direitos de crédito
2. Âmbito e importância do direito das obrigações
3. Distinção entre relações jurídicas de direitos reais e de direitos pessoais
4. Estrutura da obrigação: características e elementos

Conceito-Chave 2: Classificação das obrigações

5. Obrigação de dar, fazer e não- fazer
6. Obrigação divisível e obrigação indivisível
7. Obrigação divisível e obrigação indivisível
8. Obrigação solidária

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Adimplemento e inadimplemento das obrigações

9. Adimplemento direto e indireto
10. Pagamento: noção de pagamento.
11. Quem deve pagar. A quem se deve pagar (credor putativo)
12. Formas de pagamento indireto: consignação em pagamento, sub-rogação, imputação, novação, compensação, dação, confusão e remissão.

Conceito-Chave 4: Inadimplemento e suas consequências

13. Mora e inadimplemento

14. Juros legais e constitucionais
15. Perdas e danos, danos emergentes e lucros cessantes
16. Cláusula Penal

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no **Memorial de Avaliação**, corresponde a **20%** da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 39 ed. São Paulo : SaraivaJur, 2024. v. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. v. 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil**. 25. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2025. v.2.

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: obrigações**. 25 ed. rev. atual. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2025. v. 2.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: obrigações**. 12 ed. v. 2 São Paulo Saraiva 2024.

MIRAGEM, Bruno. **Direito civil: direito das obrigações**. 3 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2021.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, v.2: obrigações**. 9. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2019.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. **Fundamentos do Direito Civil: Obrigações**.6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 20 Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 2

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Curso: Direito			
	DISCIPLINA: Direitos Humanos e Fundamentais			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123495	2º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil do egresso que a disciplina contribui para formar:

P1: Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

P2: Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1: Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos, filosóficos, psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;

C3: Compreender os preceitos éticos nas relações interpessoais, sociais e profissionais;

C11: Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12: Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina, outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Análise do regime jurídico dos direitos; liberdades e garantias fundamentais; colisão e concorrência de direitos fundamentais; limites e restrições; construção histórica dos direitos fundamentais e dos direitos humanos; limites imanentes; eficácia e efetividade dos direitos humanos e dos direitos fundamentais; eficácia horizontal; regime jurídico dos direitos sociais; novas abordagens do regime jurídico dos direitos fundamentais. Sistema Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.

Unidades de Ensino: Conceitos-chave: Teoria geral dos direitos humanos; Direitos fundamentais e a Constituição Federal; Direitos de primeira e segunda dimensão; Direitos sociais, nacionalidade e de participação política.

OBJETIVO

Possibilitar ao estudante a compreensão dos direitos fundamentais e humanos a partir de uma perspectiva jurídico-positiva, que parte da perspectiva da Constituição como sistema aberto de princípios e regras, sempre buscando o diálogo do Direito Constitucional Positivo Brasileiro com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

COMPETÊNCIAS

- Dominar as noções básicas sobre a teoria geral dos direitos fundamentais.
- Expor, debater e criticar os direitos fundamentais em espécie.
- Compreender o processo de internacionalização e justiciabilidade dos direitos humanos
- Refletir sobre a concepção contemporânea e a proteção internacional dos direitos humanos.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

I UNIDADE

Conceito-Chave 1: Teoria geral dos direitos humanos

A evolução histórica dos Direitos Humanos;
Declaração Universal dos Direitos Humanos;
O sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos;
O sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.

Conceito-Chave 2: Direitos fundamentais e a Constituição Federal.

A positivação dos Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988;
A Constituição Federal e os Direitos Humanos;
Dignidade da pessoa humana;
A Dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial

II UNIDADE

Conceito-chave 3: Direitos de primeira e segunda dimensão.

Teoria dos Direitos Fundamentais I;

Teoria dos Direitos Fundamentais II;

A Revolução Francesa de 1789 e os direitos de primeira dimensão;

As Constituições Mexicana de 1917 e de Weimar de 1919 e os direitos de segunda dimensão.

Conceito-chave 4: Direitos individuais, sociais, nacionalidade e de participação política.

Dos direitos individuais.

Dos direitos sociais;

Dos direitos da nacionalidade;

Dos direitos políticos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no **Memorial de Avaliação**, corresponde a **20%** da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 13. São Paulo Saraiva 2025.

PIOVESAN, Flávia Cristina. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 12. São Paulo: Saraiva, 2023.

COMPLEMENTAR

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 12. São Paulo, SP: Saraiva, 2025.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 23.ed. São Paulo Saraiva, 2025.

MAZUOLLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**, 10. ed. São Paulo. Método, 2024.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 19 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**, 12 ed. São Paulo. Atlas, 2021.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41 ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2017.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Experiência Extensionista I			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H125994	2º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

1. EMENTA

Conceitos preliminares sobre a extensão e suas atividades: Definições legais e institucional; Regulamento da extensão da IES; Questões éticas, troca de experiências e saberes com a sociedade. ODS, Problemas Reais e Metodologia de Projetos: Articulação e aplicação do conhecimento teórico e prático com os ODS e os problemas reais; Metodologia de Projetos, apresentação do projeto e resumo do problema de partida; Utilização da ferramenta de gestão de projetos. Projeto: Apresentação do projeto; Visita ao campo de extensão; Intervenção junto à comunidade. Registro da Atividade de Extensão: Análise dos Resultados do Projeto; Elaboração do Relatório; Registro dos Resultados.

Unidades de Ensino: Conceitos preliminares sobre a extensão e suas atividades. ODS, Problemas Reais e Metodologia de Projetos. Projeto. Registro da Atividade de Extensão

2. OBJETIVO DO COMPONENTE CURRICULAR

Preparar o aluno para identificar as necessidades emergentes da comunidade, atuando de forma colaborativa e empática, para a resolução dos problemas, por meio das atividades extensionistas, a partir do diálogo com os agentes internos da IES e os externos.

3. COMPETÊNCIAS

Conhecer as definições legais e institucionais da Curricularização da Extensão.

Reconhecer as necessidades do outro com base nos problemas reais.

Dialogar com a IES e a comunidade para mobilização, registro e realização das atividades de extensão.

Atuar de forma ética, seguindo as boas práticas com empatia e respeito ao outro, a diversidade, a cultura, os valores e a religião.

Desenvolver a atividade extensionista de forma colaborativa dentro dos propósitos da extensão universitária promovendo modificações sociais.

4. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-chave 1 - Conceitos preliminares sobre a extensão e suas atividades.

Subsaberes:

1. Definições legais e institucional
2. Regulamento da extensão da IES
3. Questões éticas, troca de experiências e saberes com a sociedade.

Conceito-chave 2 – ODS, Problemas Reais e Metodologia de Projetos

Subsaberes:

1. Articulação e aplicação do conhecimento teórico e prático com os ODS e os problemas reais.
2. Metodologia de Projetos, apresentação do projeto e resumo do problema de partida.
3. Utilização da ferramenta de gestão de projetos

UNIDADE II

Conceito-chave 3 - Projeto

Subsaberes:

1. Elaboração das etapas do projeto
2. Visita ao campo de extensão
3. Intervenção junto à comunidade

Conceito-chave 4 - Registro da Atividade de Extensão

Subsaberes:

1. Análise dos resultados do projeto
2. Elaboração do Relatório
3. Apresentação dos resultados

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante o acolhimento, para identificar o conhecimento prévio do aluno, serão utilizadas rodas de discussão, sobre questões éticas, aprendizado baseado em projetos e problemas sociais.

Para o domínio teórico, serão realizados encontros para atividades didático/pedagógicas, desenvolvidas nos espaços destinados exclusivamente à integração, planejamento, orientação, articulação e aplicação do conhecimento teórico e prático com os ODS e os problemas reais. As definições legais e institucionais serão apresentadas para os alunos. Para a utilização da ferramenta de gestão de projetos serão promovidas capacitações.

Para aplicabilidade dos conhecimentos, o aluno em contato com o campo da extensão, em conjunto com o professor preceptor, irá elaborar o projeto, a partir das necessidades emergentes do público-alvo. O aluno a partir do diálogo com a comunidade apresentará o projeto.

Por fim, a materialização dos saberes se dará a partir da execução do projeto pelo aluno no campo da extensão, registrando as etapas da execução e apresentação do projeto.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular Experiência Extensionista I acontecerá de forma processual e contínua: por rubrica, por pares e uma autoavaliação ao longo das Unidades de Ensino.

Na unidade I - Para avaliação da unidade I, o aluno irá realizar uma pesquisa das necessidades da comunidade, identificando um problema de partida articulado com os ODS, seguindo as etapas para o registro do projeto. Durante toda esta etapa o preceptor dará feedback contínuo, aferindo notas de 0 a 10 de acordo com os critérios e os níveis da unidade.

Na unidade II - As etapas do processo avaliativo na unidade II consistirão no desenvolvimento das etapas de execução e apresentação do projeto. O preceptor dará feedback contínuo, aferindo notas de 0 a 10 de acordo com os critérios e os níveis da unidade.

A composição da nota final do componente curricular será correspondente à média das unidades. Média final para aprovação 6.

Os alunos farão uma avaliação por pares para verificar o nível de engajamento e comprometimento dos membros da equipe e uma autoavaliação pela qual serão identificadas as competências trabalhadas na Experiência Extensionista I.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BÁSICA

BACICH, Lilian; MORAN José. Org. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Penso, 2018.

DEBALD, Blasius. (Org.). **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Penso, 2020.

SOARES, Cristine. **Metodologias ativas: uma nova experiência de aprendizagem**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

5.2 COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018.

FILATRO, Andrea C.; CAVALCANTI, Carolina C. **Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018.

Nações Unidas Brasil. Agenda 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso a 30 de janeiro de 2020.

NOGUEIRA, Daniel R. **Revolucionando a Sala de Aula 2 - Novas Metodologias Ainda Mais Ativas**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

SILVA, Luciane Duarte (Organizadora). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2014.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas, SP: Alínea, [2010]. 138 p.

SOUZA, Márcio V.; KAMIL, Giglio. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária**. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

PRADO, F. L.D. **Metodologia de projetos**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012.

13.3 3º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Fundamentos e Teoria do Crime			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H124335	3º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil do egresso que a disciplina contribui para formar

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar

- C6 Identificação do fenômeno jurídico e seus efeitos a partir de suas teorias basilares.
- C8 Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Teoria Geral do Direito Penal: conceito, fontes, princípios. Teoria Geral do Crime: teorias existentes, elementos e excludentes. Concurso de Pessoas: conceito e reflexos sobre a tipicidade.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Teoria Geral do Direito Penal (parte I e II), Teoria Geral do Crime (parte I e II), Concurso de Pessoas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Capacitar o aluno para identificar a ocorrência da infração penal a partir das garantias constitucionais e da estrutura legal e teórica possibilitando a compreensão do crime em seus aspectos dogmáticos e a formação de um pensamento crítico.

COMPETÊNCIAS

- Compreender a teoria geral do direito penal e a teoria do crime.
- Identificar o fenômeno criminal a partir das teorias basilares.
- Aplicar os conhecimentos teóricos na análise de casos concretos, compreendendo seus reflexos e condicionantes no âmbito social e profissional.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Teoria Geral do Direito Penal: parte I

- 1.O conceito, classificação e as características da norma penal brasileira
- 2.Direito Penal, Política Criminal e Criminologia
- 3.Das fontes, da interpretação e dos princípios de legalidade e anterioridade da lei penal.
- 4.Os princípios constitucionais do direito penal e interpretação e integração da lei penal

Conceito-Chave 2: Teoria Geral do Direito Penal: parte II e Teoria Geral do Crime: parte I

- 5.Leis penais no tempo e no espaço
- 6.Teoria do crime, teoria do delito: conceitos
- 7.Classificação dos crimes
- 8.A Tipicidade, a Culpabilidade e a Ilícitude

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Teoria Geral do Crime: parte II

9. Relação de causalidade
- 10.Dolo, culpa e preterdolo
- 11.Crime doloso, crime culposo, crime preterintencional e crime impossível
- 12.Crime tentado e crime consumado

Conceito-Chave 4: Teoria Geral do Crime: parte III e Concurso de Pessoas

- 13.Da exclusão da antijuridicidade
- 14.Excesso punível, excludente de culpabilidade
- 15.Coação irresistível e estrita obediência hierárquica.
- 16.Concurso de pessoas

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no **Memorial de Avaliação**, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências

previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 28. ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. v. 1.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal: volume único**. 20. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2025

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do código penal)**. 26. ed. – [2. Reimp.] – Barueri [SP]: Atlas, 2025. v. 1.

COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 14. São Paulo Saraiva 2024

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**, v. 1: parte geral, arts. 1º ao 120. 29. São Paulo Saraiva 2025.

ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral**. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal, v. 1: parte geral (arts. 1º a 120)**. 8. São Paulo Saraiva 2024.

MASSON, Cleber. **Direito Penal – Parte Geral (Arts. 1º ao 120)**. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal, v. 1: parte geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal**. 8. Rio de Janeiro Forense 2024.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126710	3º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil do Egresso que a disciplina contribui para formar.

- Profissional com capacidade de compreender, analisar e dominar as formas de solução de conflitos, bem como de compreender os conceitos e terminologias jurídicas do processo e sua aplicação diante das questões jurídicas e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar.

- Compreender as normas processuais e dominar a sua aplicação a partir das formas de solução de conflitos.

EMENTA

Noções introdutórias e principiológicas de direito processual. Evolução do processo no Direito Brasileiro. Constituição e Processo. Noções básicas de direito processual Norma processual. Jurisdição e Competência. Jurisdição. Tutela jurisdicional. Métodos autocompositivos e heterocompositivos de tratamento de conflitos. Competência: critérios determinativos e modificações. Ação e Processo. Os elementos, as condições e as classificações das ações. Norma processual. Pressupostos processuais. Comunicação dos atos processuais. Das demais formas de comunicação dos atos processuais. Partes processuais. Estrutura e organização do poder judiciário. Sujeitos do processo: partes e procuradores. Conceitos e fundamentos dos sujeitos do processo: litisconsórcio e regime de tratamento dos litisconsortes. Intervenção de terceiros.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Noções introdutórias e principiológicas de direito processual. Jurisdição e Competência. Ação e Processo. Partes processuais.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Possibilitar ao estudante a compreensão das noções iniciais do Direito Processual, sua trilogia estrutural, princípios, e sua importância para a efetivação de direitos, desenvolvendo a capacidade de adequar situações fáticas às normas legais e práticas, com ênfase às formas judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos.

COMPETÊNCIAS

- Compreender e dominar a aplicação das normas processuais civis fundamentais;
- Compreender os institutos basilares do processo;
- Compreender a organização do Poder Judiciário Brasileiro;
- Conhecer os principais atores do processo, sua atuação e importância;
- Diferenciar as formas de solução de conflitos e saber aplicá-las;
- Compreender a dinâmica da prática de atos processuais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Noções introdutórias e principiológicas de direito processual

1. Evolução do processo no Direito Brasileiro
2. Constituição e Processo.
3. Noções básicas de direito processual
4. Norma processual.

Conceito-Chave 2: Jurisdição e Competência

1. Jurisdição
2. Tutela jurisdicional.
3. Métodos autocompositivos e heterocompositivos de tratamento de conflitos.
4. Competência: critérios determinativos e modificações.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Ação e Processo

1. Os elementos, as condições e as classificações das ações.
2. Pressupostos processuais.

3. Comunicação dos atos processuais.
4. Das demais formas de comunicação dos atos processuais.

Conceito-Chave 4: Partes processuais.

1. Estrutura e organização do poder judiciário.
2. Sujeitos do processo: partes e procuradores.
3. Conceitos e fundamentos dos sujeitos do processo: litisconsórcio e regime de tratamento dos litisconsortes.
4. Intervenção de terceiros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz

de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando-se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 1 - Teoria geral do Direito Processual Civil**. 15. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2025.
- DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 26 ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Teoria geral do processo**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2023.

COMPLEMENTAR

- ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. 25. Rio de Janeiro Forense 2024.
- BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 19. São Paulo Saraiva 2024.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Teoria Geral do Processo**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.
- SOUZA, André Pagani de [et al.}. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, v. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. 66. Rio de Janeiro Forense 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Organização Espacial e Política do Estado.			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126958	3º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA

Perfil do egresso que a disciplina contribui para formar:

P1-Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1 Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos, filosóficos, psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;

C7 Compreensão das relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito, inter-relacionando.

EMENTA

Organização do Estado. Organização dos Poderes. Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública. Disposições Constitucionais Gerais. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Unidades de Ensino (conceitos-chave): Organização do Estado. Organização dos Poderes. Estrutura dos Poderes - Poder Legislativo. Estrutura dos Poderes - Poder Executivo, Estrutura dos Poderes - Poder Judiciário. Funções Essenciais Justiça. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Viabilizar o adequado estudo, compreensão e aplicação contextualizada do conjunto normativo constitucional que trata da estrutura política do Estado Brasileiro bem como da dinâmica da organização e atuação dos Poderes da República.

COMPETÊNCIAS

- Dominar a tripartição de poderes e a razão de sua existência
- Entender os ritos do processo legislativo.
- Aplicar os conhecimentos apreendidos em relação às políticas de ação.
- Utilizar os mecanismos constitucionais em prol da sociedade.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

Conceito-chave 1: Organização do Estado

- 1.1 Formas de Estado
- 1.2 Federação e Confederação
- 1.3 Princípio Federativo
- 1.4 Federação brasileira
- 1.5 Entes federativos. União, Territórios, Regiões. Estados-membros, regiões metropolitanas. Municípios. Distrito Federal
- 1.6 Repartição de competências
- 1.7 Intervenção federal e intervenção estadual

Conceito-chave 2: Organização dos Poderes

- 2.1 Considerações teóricas: Aristóteles, Locke, Montesquieu
- 2.2 Separação de Poderes e Tripartição das Funções Estatais
- 2.3 Separação de Poderes no constitucionalismo brasileiro
- 2.4 As funções estatais. Funções típicas e atípicas. Independência e harmonia entre os poderes.

Conceito-chave 3: Estrutura dos Poderes - Poder Legislativo

- 3.1 Estrutura do Poder Legislativo
- 3.2 Funções do Poder Legislativo

UNIDADE II:

Conceito-chave 3: Estrutura dos Poderes - Poder Legislativo

3.3 Atribuições do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal)

3.4 Estatuto dos Congressistas: prerrogativas e impedimentos

3.5 Espécies Normativas: Emendas à Constituição, Leis Complementares, Lei Ordinária, Medidas Provisórias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos, Resoluções

3.6 Processo legislativo: discussão e votação - sanção e veto - promulgação - publicação.

- Poder Executivo

3.7 Estrutura do Poder Executivo:

3.8 Funções do Poder Executivo

3.9 Presidencialismo brasileiro

3.10 Responsabilização do Presidente da República: crimes comuns e crimes de responsabilidade. Hipóteses de perda do cargo.

- Poder Judiciário

3.11 Estrutura do Poder Judiciário

3.12 Funções do Poder Judiciário

3.13 Garantias constitucionais da magistratura

3.14 Vedações aos magistrados

3.15 Garantias do Poder Judiciário

3.16 Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Conselho Nacional de Justiça.

3.17 Princípios da Magistratura.

Conceito-chave 4: Funções Essenciais Justiça

4.1 Do Ministério Público.

4.2 Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Pública.

Conceito-chave 5: Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

5.1 Do Estado de defesa.

5.2 Do Estado de Sítio.

5.3 Das Forças Armadas.

5.4 Da Segurança Pública.

5.5 Das Disposições Constitucionais Gerais.

5.6 Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 13. São Paulo Saraiva 2025.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 29.ed. São Paulo Saraiva Jur 2025.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 23. São Paulo Saraiva 2025.

COMPLEMENTAR

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 15.ed. São Paulo Saraiva 2020.

MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. 9. São Paulo Saraiva Jur 2025.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. Rio de Janeiro Atlas 2024.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 41. ed. ed. São Paulo Atlas 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang;[et al]. **Curso de direito constitucional**. 9. São Paulo Saraiva 2025.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**.23. São Paulo Saraiva 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Curso: Direito			
	DISCIPLINA: Economia e Sociedade			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128152	3º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P1** - Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- **C1** - Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos, filosóficos, psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito

EMENTA

Economia: fundamentação teórica, objeto e método. História do pensamento econômico. Relação entre Direito e Economia. Noções de microeconomia e de macroeconomia. A função do Direito no desenvolvimento socioeconômico. O Estado contemporâneo e a economia nacional. Economia global, sociedade, direito e governos. Globalização e os novos mecanismos tecnológicos, reflexos da quarta revolução industrial na economia, no direito e na sociedade. Novos perfis profissionais incorporados pelo mercado.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Economia: fundamentação teórica, objeto e método. Relação entre a economia e o direito. Economia, direito, ética e sociedade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender o contexto de formação e desenvolvimento da economia estabelecendo relação entre o Direito, a sociedade e a política, a fim de refletir e agir sobre o contexto econômico contemporâneo que exige um novo perfil de atuação do profissional do direito.

COMPETÊNCIAS

- Reflexão sobre a Economia, sendo capaz de comparar com realidade social e intervir de forma eficaz.
- Entendimento dos conceitos básicos da microeconomia e da macroeconomia.
- Capacidade de adaptar-se às demandas advindas da quarta revolução industrial.
- Agir de forma ética seguindo os padrões do cenário econômico vigente.
- Utilização dos conhecimentos adquiridos na disciplina para propor soluções em interação com a sociedade, economia e o direito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Economia: fundamentação teórica, objeto e método. Relação entre a economia e o direito.

1. História do pensamento econômico.
2. Relação entre Direito e Economia.
3. Noções de microeconomia e de macroeconomia.
4. A função do Direito no desenvolvimento socioeconômico.

UNIDADE II

Conceito-Chave 2: Economia, direito, ética e sociedade.

1. Economia global, sociedade, direito e governos.
2. Globalização e os novos mecanismos tecnológicos, reflexos da quarta revolução industrial na Economia, no direito e na sociedade.
3. Novos perfis profissionais incorporados pelo mercado.
4. O Estado contemporâneo e a economia nacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência, levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

GARCIA, Manuel Enriquez. VASCONCELLOS, **Marco Antônio Sandoval de. Fundamentos de economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2016. 295 p.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de economia**. 7. ed. 4. tirag. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. (Acesso Virtual).

COMPLEMENTAR

ALBERGONI, Leide. **Introdução à Economia. Aplicações no Cotidiano**. São Paulo: Atlas, 2015. (Acesso Virtual).

BRAGA, Marcio Bobik. **Princípios de economia: abordagem didática e multidisciplinar**. Rio de Janeiro Atlas 2019.

PASSOS, Carlos Roberto M.; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 7. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 664 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2016. (Acesso Virtual).

TIMM, Luciano Benetti. **Org. Direito e Economia no Brasil**. 2a Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2014.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito dos Contratos			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126729	3º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P2** - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- **C8** Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- **C11** Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- **C12** Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Relações contratuais. Fontes. Evolução histórica. Função social do contrato. Condições de validade dos contratos. Formação dos contratos. Princípios gerais do direito contratual. Interpretação dos contratos. Revisão Contratual. Do Pacto Sucessório. Da estipulação em favor de terceiros. Da promessa de fato de terceiro. Contrato para a pessoa a declarar. Dos vícios redibitórios. Da Evicção. Da Extinção dos contratos. Dos contratos em espécie.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Noções de direito contratual. Extinção e vícios contratuais. Contratos em espécie (parte I e II)

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Dominar o direito das obrigações, a reconhecendo em suas diversas modalidades e consequências jurídicas.

COMPETÊNCIAS

- - Refletir sobre conhecimento científico do Direito Contratual
- - Caracterizar os contratos
- - Conhecer a Natureza Jurídica dos contratos.
- - Identificar as diversas espécies dos contratos e seus efeitos jurídicos.
- - Demonstrar os efeitos materiais e processuais da inexecução dos contratos
- - Aplicar conhecimentos em situações práticas.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Noções de direito contratual

1 – Universo das Relações Contratuais: Teoria. Fontes. Historicidade do conceito de Contrato. Elementos do contrato. Princípios Gerais do Direito Contratual. Revisão contratual.

2. Da Classificação dos Contratos.

3. Da Formação e Conclusão dos Contratos.

4. Interpretação dos Contratos.

Conceito-Chave 2: Extinção e vícios contratuais.

5 – Relatividade dos Contratos, Efeitos com Relação a Terceiros

6 – Da Extinção do Contrato

7 – Dos Vícios Redibitórios

8 – Da Evicção

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Dos Contratos em Espécie (Parte I)

1 – Compra e Venda

2 – Doação

3 – Comodato

4 – Mútuo

Conceito-Chave 4: Dos Contratos em Espécie (Parte II)

5 – Depósito

6 – Mandato

7 – Fiança

8 – Da Transação

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência, levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o

uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, v. 3: contratos e atos unilaterais. 17. São Paulo Saraiva 2019.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**, v. 4: contratos. 8. São Paulo Saraiva 2025.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**, v. 3: contratos. 25. São Paulo Atlas 2025.

COMPLEMENTAR

- LÔBO, Paulo. **Direito civil, v. 3: contratos**. 11. ed. São Paulo Saraiva 2025.
- GARCIA, Maria Olinda. **Casos práticos: contratos civis: casos práticos resolvidos**. 3. São Paulo Grupo Almedina 2020.
- GOMES, Orlando. **Contratos**. 28 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022.
- JR., Vanderlei G. **Manual prático de contratos: teoria geral e aplicação prática - direito cível e societário**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 21. ed. Rio de Janeiro Forense 2023.
- TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 20. Rio de Janeiro Forense 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Metodologia Científica			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H118840	3º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P2** - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- **C8** Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- **C11** Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- **C12** Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Conhecimento, ciência e método científico. Inovações tecnológicas e técnicas de estudo. Trabalhos acadêmicos e científicos e normas. Elaboração de projeto de pesquisa.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Inovações tecnológicas e técnicas de estudo; Trabalhos acadêmicos e científicos; Conhecimento, Ciência e Método científico; Projeto de pesquisa.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Contribuir para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos com rigor técnico, metodológico e normativo; norteado pelo raciocínio crítico, reflexivo, analítico e sistemático

COMPETÊNCIAS

Dominar conhecimentos, métodos, técnicas e normas de produção acadêmica, norteado pelo raciocínio analítico, sistemático, crítico e reflexivo. Aplicar métodos, técnicas e normas na elaboração de trabalhos acadêmicos e no desenvolvimento da pesquisa científica. Problematizar fenômenos naturais ou sociais, de acordo com a área de conhecimento, objetivando soluções para o desenvolvimento social e científico. Elaborar e apresentar trabalhos acadêmicos e científicos, de forma individual e/ou em grupo, de acordo com procedimentos metodológicos e Normas Técnicas.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Inovações tecnológicas e técnicas de estudo

- 1.1 Tecnologia na sala de aula
- 1.2 Leitura, interpretação e análise de textos científicos
- 1.3 Técnica de organização dos dados: fichamentos, resumos e resenhas
- 1.4 Referências gráficas e textuais

Conceito-Chave 2: Trabalhos acadêmicos e científicos

- 2.1 Tipos de pesquisa
- 2.2 Métodos de levantamentos e de estudos
- 2.3 Elaboração e apresentação
- 2.4 Ética na pesquisa

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Conhecimento, Ciência e Método científico

- 3.1 Processo técnico-científico
- 3.2 Técnica, tecnologia e Ciência
- 3.3 Introdução ao método de pesquisa
- 3.4 Métodos: quantitativos, qualitativos e mistos

Conceito-Chave 4: Projetos de pesquisa

- 4.1 Instrumentos de pesquisa
- 4.2 Análise de dados
- 4.3 Hipótese de pesquisa
- 4.4 Planejamento, pesquisa e projeto de pesquisa

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a disciplina é semipresencial, pautada nos princípios de flexibilidade, interação, autonomia e cooperação. Está apoiada na utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que serve de importante mediação tecnológica para os diversos atores do processo ensino-aprendizagem (professor regente, professor tutor virtual, alunos e técnicos de suporte), ao facilitar suas interações, por meio de ferramentas de comunicação (ex: fóruns, videoconferências e mensagens instantâneas) e ao disponibilizar recursos didáticos, tais como documentos institucionais (ex: plano de ensino), conteúdos pedagógicos em diferentes formatos (desafio, infográfico, conteúdo do livro, dica do professor - videoaula, exercícios, na prática, saiba +, vídeos de orientações), atividades avaliativas (ex: avaliação online, medida de eficiência), informações (ex: dados dos professores, tutores e estudantes, bibliografias etc.), instruções (ex: roteiro de estudo), todos elaborados com foco nas necessidades dos estudantes, oportunizando-lhes autonomia, dialogicidade e interatividade, bem como acesso às diversas linguagens, como a textual, visual, hipertextual, audiovisual, iconográfica etc. Para integralizar a carga horária total da disciplina e garantir o desenvolvimento dos saberes necessários, em atendimento aos objetivos de aprendizagem estabelecidos, o estudante, além de realizar, semanalmente, os estudos e atividades previstos no AVA, planejados e organizados visando o cumprimento de 72 (setenta e duas) horas de trabalho acadêmico, também deverá participar dos encontros presenciais, planejados e organizados ao longo do semestre letivo, visando o cumprimento de 8 (oito) horas da disciplina, destinadas aos esclarecimentos de dúvidas e à realização da avaliação presencial. Na metodologia adotada, o estudante terá o suporte pedagógico de tutores presenciais e professores, que irão auxiliá-lo durante o desenvolvimento da disciplina, não somente em encontros presenciais, mas, principalmente, através de fórum de discussões, videoconferências, entre outros recursos de interação disponíveis no AVA. Vale ressaltar que a metodologia adotada utiliza-se de uma estratégia didática, que serve

dinamizar e avaliar a aprendizagem dos estudantes, apresentada na forma de atividade obrigatória, de natureza aplicada, por relacionar os conteúdos da disciplina com situações da vida e/ou profissional, favorecendo a troca de saberes entre os envolvidos e à consolidação dos objetivos de aprendizagem. Todas as atividades desenvolvidas no AVA, encontros presenciais, bem como a avaliação online e a presencial são concebidas e delineadas à luz dos objetivos de aprendizagem definidos no Plano de Ensino e Aprendizagem da disciplina.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ocorrerá de forma não presencial, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, a partir das Medidas de Eficiências, ao longo do processo avaliativo das Unidades de estudo, e a Avaliação Online. Também, presencial, prova escrita, contendo questões contextualizadas (objetivas e discursivas), com vistas a consolidar a aprendizagem significativa e interativa. A avaliação da aprendizagem será composta de 2 formas: Unidade I: Medida de eficiência - 2,0 (pontos) + Avaliação Online - 8,0 (pontos); Unidade II: Medida de Eficiência - 2,0 (pontos) e Prova Presencial - 8,0 (pontos). As avaliações estarão delineadas pelas competências e habilidades da disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

COMPLEMENTAR

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Manole, 2018.

FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação de Artigos Científicos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

13.4 4º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Experiência Extensionista II			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126028	4º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

1. EMENTA

Premissas para o plano de trabalho: Uso da ferramenta de gestão de projetos; Conhecendo a comunidade; Atividades de extensão: interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Articulação do conhecimento teórico e prático com os ODS; Principais desafios para criar um plano de trabalho. Elaboração do Plano de Trabalho: Problemas reais, desafios da comunidade potencialidades e fragilidades; Planejamento das Etapas do Plano de Trabalho; Elaboração do plano de trabalho; Execução do plano de trabalho: Apresentação do plano de trabalho para a comunidade; Execução do plano de trabalho; registro das atividades. Relação entre os saberes acadêmicos e a realidade: Análise dos resultados alcançados Elaboração dos resultados: solução, execução e conclusão; Apresentação dos Resultados.

Unidades de Ensino: Premissas para o plano de trabalho. Elaboração do Plano de Trabalho. Execução do plano de trabalho. Relação entre os saberes acadêmicos e a realidade.

2. OBJETIVO DO COMPONENTE CURRICULAR

Estimular o aluno a expressar-se, partilhar informações, ideias e experiências, a fim de exercer o protagonismo de autoria, aprimorando a gestão do tempo e organização das demandas emergentes da comunidade, atuando de forma eficiente e responsável, com foco na resolução de problemas reais.

3. COMPETÊNCIAS

- Relacionar os conhecimentos adquiridos nos diversos componentes curriculares do curso com as atividades de extensão.

- Identificar as demandas advindas da comunidade.
- Definir as metas e objetivos para o planejamento das ações de intervenção.
- Avaliar as ações, os riscos e alterações durante a atividade de extensão.
- Gerenciar os compromissos e tarefas propostas junto à comunidade.
- Intervir de forma responsável, por meio das atividades de extensão, aspectos social político, cultural, científico e tecnológico.

4. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

4.1 UNIDADE DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-chave 1 – Premissas para o plano de trabalho Subsaberes:

1. Uso da ferramenta de gestão de projetos
2. Atividades de extensão: interdisciplinaridade e interprofissionalidade
3. Articulação do conhecimento teórico e prático com os ODS
4. Principais desafios para criar um plano de trabalho Conhecendo a comunidade

Conceito-chave 2 – Elaboração do Plano de Trabalho Subsaberes:

1. Conhecendo a comunidade: Problemas reais, desafios, potencialidades e fragilidades
2. Planejamento das etapas do plano de trabalho
3. Elaboração do plano de trabalho

UNIDADE II

Conceito-chave 3 - Execução do plano de trabalho

Subsaberes

1. Apresentação do plano de trabalho para comunidade
2. Execução do plano de trabalho
3. Registro das atividades

Conceito-chave 4 - Registro da Atividade de Extensão

Subsaberes

1. Análise dos resultados alcançados
2. Elaboração dos resultados: solução, execução e conclusão
3. Apresentação dos resultados

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de alunos que cursaram a Experiência Extensionista I, será realizada uma revisão dos conhecimentos prévios necessários para o uso da ferramenta de gestão de projetos e apresentação das diretrizes para realização das etapas da Experiência Extensionista II. O domínio teórico dos encontros será pautado nas atividades didático/pedagógicas, desenvolvidas nos espaços destinados exclusivamente à integração e planejamento das atividades. Como ponto de partida, o aluno articulará o conhecimento teórico e prático com os ODS e os principais desafios para criar um plano de trabalho. Ademais, atuará na definição do problema que deseja trabalhar no campo de extensão, bem como descrever as características da comunidade, tais como: hábitos, interesses e valores, utilizando a ferramenta de gestão de projetos. A aplicabilidade do conhecimento será desenvolvida pelo aluno em contato com o campo da extensão, a partir da apresentação do plano de trabalho para a comunidade, discussão dos principais desafios, apontamento das possíveis soluções, organização com a comunidade e a execução do plano de trabalho. A materialização dos saberes se dará através da observação e registro dos resultados e análise de todo o plano de trabalho. A elaboração do plano será resultante da solução, execução e conclusão das atividades. Como devolutiva para a comunidade, será realizada uma apresentação dos resultados no campo de extensão.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto de extensão acontecerá de forma processual e contínua ao longo das Unidades de Ensino. Na unidade I, o aluno será avaliado pelos resultados das etapas de desenvolvimento do plano de trabalho na ferramenta de gestão na qual o preceptor dará o feedback contínuo aferindo notas de 0 a 10. Na unidade II, as etapas do processo avaliativo consistirão no desenvolvimento do processo de intervenção na comunidade aferindo notas de 0 a 10. A nota final das unidades é a média de todas as notas das etapas. A composição da nota final do componente curricular será correspondente à média das unidades. Média mínima para aprovação 6. Na Autoavaliação, os alunos responderão um questionário das

competências trabalhadas na Experiência Extensionista II – Autogestão, Argumentação, Cultura Digital, Pensamento Científico, Crítico e Criativo). A avaliação por pares ocorrerá ao final de cada unidade programática a fim de promover a autonomia e a autogestão dos estudantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BÁSICA

PRADO, F. L.D. **Metodologia de Projetos**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2011.

9788502133297.Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/>. Acesso em: 20 Jan 2021

DEBALD, Blasius. (Org.). **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Penso, 2020.

BACICH, Lilian; MORAN José. Org. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BENDER, N Willian. **Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

5.2 COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 2018. Disponível em

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

Nações Unidas Brasil. Agenda 2030. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso a 30 de janeiro de 2020.

DAROS, Thuinie; FAUSTO, Camargo. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FILATRO, Andrea C.; CAVALCANTI, Carolina C. **Metodologias Inovativas na educação presencial, a distância e corporativa**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018.

SILVA, Luciane Duarte (Organizadora). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2014.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas, SP: Alínea, [2010]. 138 p.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Empresarial			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H118939	4º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C6. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

O Código Civil, Lei 10.406/2002, Direito de Empresa. Empresário; Sociedades; Nome Empresarial; Estabelecimento Empresarial; Direito de Propriedade Industrial; Contratos Empresariais; Títulos de Crédito.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Parte Geral do Direito Empresarial. Empresa e Propriedade Industrial. Sociedades Empresárias. Títulos de Crédito.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Capacitar o discente diante das transformações globais sobre a interferência do Direito na atividade empresarial.

COMPETÊNCIAS

- Conhecer, compreender e aplicar as normas e princípios fundamentais relativos ao Direito Empresarial

- Relacionar a empresa sob o prisma jurídico, nas suas mais diversas manifestações de uma forma essencial e prática.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Parte Geral do Direito Empresarial.

1. Breve histórico do Direito Empresarial
2. Fontes do Direito Empresarial
3. Autonomia do Direito Empresarial
4. A Empresa. O Empresário Individual. Nome Empresarial.

Conceito-Chave 2: Empresa e Propriedade Industrial

5. Micro e Pequenas Empresas – Critérios de classificação
6. Estabelecimento Empresarial. Ponto Empresarial
7. Direitos de Propriedade Industrial. Patentes
8. Desenho Industrial. Marca.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Sociedades Empresárias.

9. Sociedade em Comum. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Limitada (características). Sociedade Anônima (características);
10. Dissolução e Liquidação de Sociedades. Administração
11. Órgãos Societários
12. Desconsideração de Personalidade Jurídica.

Conceito-Chave 4: Títulos de Crédito.

13. Títulos de Crédito.
14. Letra de câmbio
15. Nota Promissória
16. Cheque. Duplicata

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências

previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 21 ed. Rio de Janeiro Atlas 2020. **Ebook MB.**

MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro)**. 14 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2022. **Ebook MB.**

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial: teoria geral e direito societário**. vol. 1, 16 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025.

COMPLEMENTAR

CAMPINHO, Sergio. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2025. **Ebook MB.**

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial**. 12.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025. **Ebook MB.**

GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Empresarial**. 9 ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. **Ebook MB.**

MAMEDE, Gladston. **Teoria Geral da Empresa e Títulos de Crédito (Direito Empresarial Brasileiro)**. 14 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2022.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa**, v. 1: teoria geral da empresa e direito societário. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

SACRAMONE, Marcelo. **Manual de Direito Empresarial**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2025. **Ebook MB.**

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Teoria da Pena			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H119536	4º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- **P2** - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- **C8** Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- **C11** Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- **C12** Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Teoria da Pena. Fundamentos e Finalidades da Pena. Evolução. Espécies. Comunicação. Aplicação. Suspensão e Livramento Condicional. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade: perdão judicial, prescrição, decadência e preempção.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Teoria da pena, Espécies de pena. Fundamentos e desdobramentos da aplicação e do cumprimento da pena. Extinção de punibilidade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Capacitar o aluno para identificar as respostas estatais – punições aplicáveis, ou caminhos possíveis, a partir das garantias constitucionais e da estrutura legal e teórica, possibilitando a compreensão da aplicação da pena em seus aspectos dogmáticos e a formação de um pensamento crítico.

COMPETÊNCIAS

- Compreender a teoria da pena e seus desdobramentos;
- Identificar os caminhos possíveis de resposta estatal (punições ou não), a partir da análise do fenômeno criminal, e na perspectiva das teorias basilares;
- Aplicar os conhecimentos teóricos na análise de casos concretos, compreendendo seus reflexos e condicionantes no âmbito jurídico e social.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Teoria da pena

1. Fundamentos das penas
2. Finalidades das penas
3. Evolução das penas
4. Princípios constitucionais penais norteadores.

Conceito-Chave 2: Espécies de penas

1. Prisão, Restritivas de Direitos e Multa
2. Regimes de cumprimento
3. Direitos dos/as apenados/as
4. Aplicação da pena - dosimetria

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Fundamentos e desdobramentos da aplicação e do cumprimento da pena

1. Concurso de Crimes, erro na execução.
2. Suspensão condicional da pena

3. Livramento condicional
4. Medida de Segurança

Conceito-Chave 4: Extinção de Punibilidade

1. Punibilidade: conceito e condições objetivas
2. Escusas absolutórias
3. Imunidade.
4. Perdão judicial, prescrição, decadência e preempção.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de

referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 28 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. v. 1.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, v. 1 : parte geral, arts. 1º ao 120**. 28 ed. São Paulo Saraiva 2024.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 121 Rio de Janeiro Forense 2025.

COMPLEMENTAR

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 16 ed. São Paulo Saraiva 2024.
- ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral**. 28ed. São Paulo Saraiva Jur 2025.
- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal, v. 1 : parte geral (arts. 1º a 120)**. 9.ed. São Paulo Saraiva 2025.
- GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do código penal)**. 27. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2025. v. 1
- MASSON, Cleber. **Direito Penal – Parte Geral (Arts. 1º ao 120)**. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- RAIZMAN, Daniel. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo Saraiva 2019.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Responsabilidade Civil			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H119781	4º	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar

C7 Compreensão das relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito, interrelacionando-as.

C11 Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, interrelacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12 Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Noções sobre Responsabilidade Civil; Elementos da Responsabilidade Civil: conduta, dano e nexos de causalidade; Noção de Culpa e atividade de Risco; Causas Excludentes de Responsabilidade Civil; Responsabilidade Civil por ato de terceiro e pelo fato da coisa e do animal; Reparação: métodos para fixação da indenização; Responsabilidade Civil: abordagem temática do cotidiano brasileiro.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Elementos da responsabilidade civil. Causas excludentes de responsabilidade. Estabelecimento e sujeitos da responsabilidade civil. Responsabilidade civil e suas práticas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver o conhecimento e a análise crítica sobre o cenário da responsabilidade civil e a aplicação de seus conceitos em situações práticas.

COMPETÊNCIAS

- Compreender a estrutura e as funções da responsabilidade civil;
- Compreender os principais aspectos da responsabilidade civil por ato de terceiro,
- Identificar os diferentes danos e a quem cabe a responsabilidade pelos mesmos
- Distinguir entre dano e nexos de causalidade;
- Discorrer adequadamente sobre a noção de culpa;
- Evidenciar os principais aspectos da responsabilidade civil por ato de terceiro, principalmente a responsabilidade por fato de outrem, a responsabilidade pelo fato da coisa e a responsabilidade por fato de animais;
- Apontar as excludentes da responsabilidade civil, consistentes na culpa exclusiva da vítima e culpa concorrente, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito e força maior e cláusula de não indenizar, sobretudo a partir da análise de julgados que versem sobre a matéria.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Elementos da responsabilidade civil

1. Conduta, dano, e nexos de causalidade
2. Dano material: danos patrimoniais, perda da chance;
3. Dano moral: conceito, natureza da indenização por dano moral, prova e arbitramento do dano moral;
4. Dano moral e pessoa jurídica;

Conceito-Chave 2: Causas excludentes de responsabilidade

5. Causas excludentes de responsabilidade – tipos de causas
6. Risco e responsabilidade objetiva e subjetiva
7. Excludentes da responsabilidade civil: culpa exclusiva da vítima e culpa concorrente, fato exclusivo de terceiro;
8. Reparação: métodos para fixação da indenização

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Estabelecimento e sujeitos da responsabilidade civil.

9. Responsabilidade Civil: abordagem temática do cotidiano brasileiro
10. Responsabilidade Civil por ato de terceiro e pelo fato da coisa e do animal;
11. Responsabilidade contratual: distinção entre a responsabilidade contratual e a extracontratual, pressupostos da responsabilidade contratual;
12. Responsabilidade contratual: inadimplemento, mora, cláusula penal.

Conceito-Chave 4: Responsabilidade civil e suas práticas.

13. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço. A responsabilidade do fabricante e do comerciante.
14. A responsabilidade dos profissionais liberais. Serviços Públicos e Direito do Consumidor.
15. Decadência e Prescrição no CDC.
16. Práticas comerciais: A oferta. Publicidade abusiva e enganosa. Contrapropaganda. Cobrança de dívidas. Práticas abusivas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Novo tratado de responsabilidade civil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. **Ebook MB**.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 20. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. v.4.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil**. 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

_____. **Manual de direito do consumidor, vol. único**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2025.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

COMPLEMENTAR

BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor esquematizado**, 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direitos do consumidor**. 15. ed. rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. 23. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. v. 3.

LOPEZ, Teresa Ancona. **O Dano Estético: responsabilidade civil**. 4. Ed. Grupo Almedina (Portugal), 2021.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Processo de Conhecimento			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126974	4º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de Egresso que a disciplina contribui para formar:

Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

Identificação do fenômeno jurídico e seus efeitos a partir de suas teorias basilares. Compreensão das relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito, inter-relacionando. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de Conhecimento. Procedimento Comum. Petição Inicial. Tutelas Provisórias. Audiência de Conciliação ou Mediação. Resposta do Réu. Saneamento e Organização do Processo. Provas. Audiência de Instrução e Julgamento. Sentença. Coisa Julgada.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Processo: formação, suspensão e extinção. Fases dos Procedimentos Comum. Coisa Julgada. Tutelas Provisórias.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar ao aluno o desenvolvimento do processo, sua importância para a efetivação de direitos e desenvolver a capacidade de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS

Compreender a necessidade de provocação da atividade jurisdicional para a formação do processo e reconhecer como participar das diversas etapas do procedimento comum por meio dos instrumentos processuais adequados;

Desenvolver a capacidade para pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito, integrando o conteúdo teórico com a prática processual desejável a um operador do direito, demonstrando raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Processo

1. Formação
2. Suspensão
3. Extinção.
4. Procedimento

Conceito-Chave 2: Fases Procedimentais

5. Fase Postulatória
6. Fase Saneadora
7. Fase Instrutória
8. Fase Decisória

UNIDADE I

Conceito-Chave 3: Coisa Julgada

9. Conceito.
10. Incidente de Assunção de Competência
11. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
12. Ação Rescisória

Conceito-Chave 4: Tutelas Provisórias

13. Disposições Gerais e comuns
14. Tutelas de Urgência
15. Procedimento das Tutelas Antecedentes de Urgência
16. Tutela de Evidência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de

problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 28. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2025.
- THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 1. 66. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2025.
- SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo, Saraiva, 2025.

COMPLEMENTAR

- BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, v. 1**. 15 ed. São Paulo, Saraiva, 2025.
- CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil - 3ª Edição** 2024.
- GONÇALVES, Carlos R. **Curso de Direito Processual Civil - Teoria Geral - Vol.1 - 22ª Edição** 2025.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil - Coleção Esquematizado - 16ª Edição** 2025.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único**. 15 ed. rev. atual. São Paulo, SP: JusPODIVM, 2018.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo, Saraiva. 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito do Consumidor			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128160	4º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C7 - Compreensão das relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito, inter-relacionando-as.

EMENTA

Formação e Sujeitos da Relação de Consumo. Responsabilidade dos fornecedores de produtos e serviços. Violações contratuais e extracontratuais das normas de consumo. Ações individuais e coletivas para defesa do consumidor em juízo

Unidades de Saber - Conceitos chave: Estabelecimento e sujeitos da relação de consumo. Responsabilidade civil e suas práticas perante o consumidor. A proteção do consumidor em juízo. Ações coletivas em defesa do consumidor.

OBJETIVO

Conhecer o como o por quais motivos surgiu o Código de Defesa do Consumidor e de que forma a referida legislação é capaz de proteger amplamente as relações de consumo estabelecidas entre pessoas físicas ou jurídicas consumidoras e os fornecedores;

COMPETÊNCIAS

- Compreender a legislação pertinente à defesa do consumidor e saber aplicá-la às situações de violações que sejam apresentadas cotidianamente.
- Demonstrar raciocínio jurídico quanto à resolução de casos práticos voltados às relações de consumo.
- Analisar a legislação consumerista e aplicá-la a casos práticos.
- Diferenciar as entidades públicas e privadas que atuam na defesa do consumidor.
- Pesquisar e utilizar a legislação, jurisprudência e doutrina para atuar em situações envolvendo relações de consumo

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Estabelecimento e sujeitos da relação de consumo.

1. Evolução histórica e Fundamentos Constitucionais aplicados ao Código de Defesa do Consumidor.
2. Diálogo das Fontes.
3. Princípios que regem o Código de Defesa do Consumidor.
4. Elementos subjetivos da relação de Consumo: Consumidor e Fornecedor. Elementos Objetivos da relação de consumo: Produto e Serviço.

Conceito-Chave 2: Responsabilidade civil e suas práticas perante o consumidor.

5. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço. A responsabilidade do fabricante e do comerciante.
6. A responsabilidade dos profissionais liberais. Serviços Públicos e Direito do Consumidor.
7. Decadência e Prescrição no CDC.
8. Desconsideração da personalidade jurídica.
9. Práticas comerciais: A oferta. Publicidade abusiva e enganosa. Contrapropaganda. Cobrança de dívidas. Práticas abusivas.

UNIDADE II:

Conceito-chave 3: A proteção do consumidor em juízo.

10. Da proteção contratual do consumidor e Judicial do consumidor.
11. Das Cláusulas Abusivas. Contratos de adesão.

12. Das sanções administrativas e penais.
13. Comércio Eletrônico e superendividamento.

Conceito-Chave 4: Ações coletivas em defesa do consumidor.

14. A defesa do consumidor em juízo. Das Ações Coletivas: Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimidade para agir. As associações civis. A Lei nº 7.347/85.
15. Inquérito Civil público.
16. Competência para as ações coletivas. Intervenção de terceiros. Liquidação do dano. Execução individual e coletiva. Fundo de direitos difusos. A coisa julgada nas ações coletivas.
17. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
18. Convenção coletiva de consumo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2022. **Ebook MB**.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021. **Ebook MB**.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor - 9ª Edição**, 2024. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

COMPLEMENTAR

BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor - esquematizado**, 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

PERES FILHO, José Augusto. **Direito do consumidor**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2022. **Ebook MB**.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

GIANCOLI, Brunno. **Curso de Direito do Consumidor** - 6ª Edição 2024.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito do consumidor**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2025. **Ebook MB**.

13.5 5º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Experiência Extensionista III			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126095	5º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

EMENTA

Premissas da Experiência Extensionista III: Apresentação do Componente Curricular: Práticas da Experiência Extensionista III; Oficina: Revisão dos projetos desenvolvidos nas Experiências Extensionistas I e II voltados para os tipos de atividades; Projeto por área de conhecimento. Visita a comunidade para realizar um diagnóstico adequado a sua realidade. Diagnóstico e Solução por área de Conhecimento: Conceito e habilidades para trabalhar em equipe; Conceito de Planejamento; Elaboração do cronograma. Solução: novas soluções para a intervenção; Mostra dos Resultados. Planejamento da Intervenção: Elaboração do Plano de Trabalho; Apresentação da proposta para comunidade; Execução do plano de trabalho (Intervenção).

Resultados da intervenção: Análise dos resultados; Mostra dos resultados; Elaboração do Relatório.

Unidades de Ensino: Premissas da Experiência Extensionista III. Diagnóstico e Solução por área de

Conhecimento. Planejamento da Intervenção. Resultados da intervenção

OBJETIVO DO COMPONENTE CURRICULAR

Promover ações articuladas a partir de vivências e a aplicação dos saberes, relacionada as áreas do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, para a resolução dos problemas

reais, visando o desenvolvimento da Autonomia e Liderança intelectual e acadêmica do discente.

COMPETÊNCIAS

Relacionar os saberes adquiridos nas áreas de conhecimento.

Identificar as demandas advindas dos projetos e da comunidade

Avaliar as ações, os riscos e alterações durante a atividade de extensão.

Liderar os compromissos e tarefas propostas junto à comunidade

Intervir de forma responsável, por meio das atividades de extensão, aspecto social político, cultural, científico e tecnológico.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

4.1 UNIDADE DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-chave 1 – Premissas da Experiência Extensionista III

Subsaberes:

Apresentação do Componente Curricular: Práticas da Experiência Extensionista III (Apresentação do PEA Trilha de Aprendizagem).

Oficina: Revisão dos projetos desenvolvidos nas Experiências Extensionistas I e II voltados para os tipos de atividades.

Projeto por área de conhecimento: problema, causas e potencialidades.

Primeiro Diagnóstico: Visita a comunidade para realizar um diagnóstico adequado a sua realidade

Conceito-chave 2 – Diagnóstico e Solução por área de Conhecimento Subsaberes:

Conceito e habilidades para trabalhar em equipe; Conceito de Planejamento; Elaboração do cronograma Solução: Novas soluções para a intervenção.

Mostra dos Resultados: apresentação dos diagnósticos e propostas de solução dos problemas reais.

UNIDADE II

Conceito-chave 1 – Planejamento da Intervenção

Subsaberes

Elaboração do Plano de Trabalho: metas que se pretende alcançar

Apresentação da proposta para a comunidade

Execução do plano de trabalho. (Intervenção)

Conceito-chave 2 - Resultados da intervenção

Subsaberes

Análise dos resultados: Interpretar os resultados alcançados

Mostra dos resultados: Apresentação dos resultados para a comunidade interna e externa.

Elaboração do Relatório

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para promover o conhecimento prévio do aluno será realizada a revisão dos projetos desenvolvidos nas experiências extensionistas I e/ou II, baseada na sistematização do diagnóstico e análise dos dados.

O domínio teórico será pautado nas atividades didático/pedagógicas, desenvolvidas nos espaços destinados exclusivamente à integração e planejamento das atividades. Como ponto de partida, o aluno articulará o conhecimento teórico e prático na área de conhecimento e os principais desafios para criar um plano de trabalho com base problema, causas e potencialidades identificados.

A aplicabilidade do conhecimento será desenvolvida pelo aluno em contato com o campo da extensão, a partir da apresentação do plano de trabalho para a comunidade, discussão dos principais desafios, apontamento das possíveis soluções, organização com a comunidade e a execução do plano de trabalho.

A materialização dos saberes se dará através da observação e registro dos resultados e análise de todo o plano de trabalho. A elaboração do plano será resultante da solução, execução e conclusão das atividades. Como devolutiva, será realizada uma apresentação dos resultados para a comunidade interna e externa.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto de extensão acontecerá de forma processual e contínua ao longo das Unidades de Ensino.

Na unidade I, o aluno será avaliado pelos resultados das etapas de desenvolvimento do plano de trabalho na ferramenta de gestão na qual o preceptor dará o feedback contínuo aferindo notas de 0 a 10 através dos critérios da avaliação.

Na unidade II, as etapas do processo avaliativo consistirão no desenvolvimento do processo de intervenção na comunidade aferindo notas de 0 a 10 através dos critérios da avaliação.

A nota final das unidades é a média de toda as notas das etapas. A composição da nota final do componente curricular será correspondente a média das unidades. Média mínima para aprovação 6.

Na Autoavaliação, os alunos responderão um questionário das competências trabalhadas na Experiência Extensionista III – Autonomia e Liderança

Avaliação por pares ocorrerá ao final de cada unidade programática a fim de promover a autonomia e a liderança dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

PRADO, F. L.D. **Metodologia de Projetos**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2011. 9788502133297. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/>. Acesso em: 20 Jan 2021.

DEBALD, Blasius. (Org.). **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2020.

BACICH, Lilian; MORAN José. **Org. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

5.2. COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

Nações Unidas Brasil. **Agenda 2030**. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso a 30 de janeiro de 2020.

BENDER, N Willian. **Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAROS, Thuinie; FAUSTO, Camargo. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FILATRO, Andrea C.; CAVALCANTI, Carolina C. **Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018.

SILVA, Luciane Duarte (Organizadora). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2014.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas, SP: Alínea, [2010]. 138 p.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Sistema Tributário Nacional			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123550	5º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C9 - Compreensão das relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

C11- Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12 - Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

C20 - Aplicar os preceitos éticos nas relações profissionais.

EMENTA

Estado e Tributação. Evolução histórica dos Tributos. Espécies Tributárias: classificação tradicional, constitucional e jurisprudencial. Competência Tributária: conceito, características e diferença para capacidade tributária ativa. Limitações ao poder de Tributar: Incompetência, princípios tributários e imunidades. Diferenças entre Incidência, não incidência, Imunidade e isenção. Obrigação tributária. Fato gerador. Sujeição Ativa e Passiva: domicílio tributário, contribuinte, solidariedade e responsabilidade tributária. Lançamento Tributário: modalidades, arbitramento, repercussão econômica do tributo (contribuinte de fato e de direito) e repetição de indébito. Crédito Tributário. Fenômenos do Crédito. Garantias e privilégios.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tributação e competência estatal. Limitações ao poder de Tributar. Obrigação tributária. Crédito tributário.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Possibilitar ao discente a compreensão do Sistema Tributário Nacional a partir de seus fundamentos constitucionais e dos institutos basilares, valendo-se da análise doutrinária, legal e jurisprudencial referente ao tema abordado em sala de aula virtual, sempre buscando o diálogo entre a teoria e a prática, ante a análise de casos concretos dentro da interdisciplinaridade.

COMPETÊNCIAS

- Desenvolver habilidades para uma atuação jurídica concreta, pautada em preceitos doutrinários, legais e jurisprudenciais.
- Dominar os conceitos e os principais institutos do Direito Tributário.
- Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos principiológicos e legais frente a realidade prática.
- Conhecer os institutos fundamentais do Direito Tributário, em especial aqueles relativos à dogmática constitucional e de estruturação da área.
- Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre o Direito Tributário
- Compreender a gênese da tributação, seus elementos limitadores, bem como o alcance dos elementos obrigacionais e dos fenômenos do crédito tributário.
- Desenvolver uma visão crítica do Direito Tributário na análise e no enfrentamento de situações concretas do instrumentador do Direito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Tributação e competência estatal.

1. Atividade Tributária do Estado
2. Tributo e suas espécies
3. Legislação tributária
4. Competência tributária

Conceito-Chave 2: Limitações ao poder de Tributar.

5. Incompetência
6. Princípios Tributários
7. Imunidades Tributárias
8. Diferenças: Incidência, não incidência, Imunidade e isenção.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Obrigação tributária.

9. Espécies de obrigações
10. Fato Gerador
11. Sujeição Ativa e Passiva
12. Responsabilidade Tributária

Conceito-Chave 4: Crédito tributário.

13. Lançamento Tributário
14. Crédito Tributário
15. Fenômenos do Crédito
16. Garantias e privilégios

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 26 ed. São Paulo, SP: Livraria Saraiva, 2025.

Ebook MB.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito M. **Manual de Direito Tributário - 15ª Edição 2025.** 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.

COMPLEMENTAR

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro.** 18 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2022. **Ebook MB.**

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito tributário.** 19. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2019. Acesso virtual.

LONGO, Rene. **Direito tributário: teoria e prática: 2ª fase do exame da ordem.** São Paulo, SP: Saraiva, 2016. Acesso virtual.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário.** 11 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco. **Manual de Direito Tributário.** Rio de Janeiro: Forense, 2024.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de direito tributário.** 17 ed. Rio de Janeiro, Método, 2025. **Ebook MB.**

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direitos Reais			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123592	5º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar.

- C7 Compreensão das relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito, interrelacionando-as.
- C11 Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, interrelacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12 Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos. (Nova DCN, Portaria do Enade 443/2018).

EMENTA

Direitos Reais: conceito, natureza, evolução, distinções, características, classificação, constituição. Posse: teorias, aquisição e efeitos. Propriedade: conceito, modos de aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Condomínio geral e especial. Direitos Reais sobre Coisas Alheias.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direitos Reais e Posse. Propriedade e Direitos de vizinhança, Condomínio geral e especial. Direitos reais sobre coisas alheias.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Dominar o conhecimento sobre direito reais, reconhecendo-o em suas diversas modalidades e consequências jurídicas e entendendo sua aplicação em situações práticas.

COMPETÊNCIAS

- Refletir sobre conhecimento científico dos Direitos Reais.
- Caracterizar o direito das coisas.
- Conhecer a Natureza Jurídica das coisas.
- Identificar as diversas espécies do direito das coisas e seus efeitos jurídicos.
- Demonstrar os efeitos materiais e processuais da inexecução da propriedade
- Aplicar conhecimentos em situações práticas.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Direito Reais e Posse

1. Noções Gerais: Conceito. Natureza. Características dos Direitos Reais. Classificação dos Direitos Reais. Domínio e Importância do Direito das Coisas. Constituição dos Direitos Reais.
2. Posse: Conceito. Natureza Jurídica. Distinção entre domínio e propriedade. Teorias sobre posse: Subjetiva de Savigny. Objetiva de Jhering. Posse dos Direitos Pessoais. Composse. Transmissão da posse. Continuidade da posse. Composse.
3. Espécies e qualificações da posse: servidores da posse e detenção. Posse direta e indireta. Posse justa e injusta. Posse de boa e de má fé. Convalidação dos vícios da posse. Posse ad interdicta. Posse ad usucapione. Posse Iuspossidendi e IusPossessionis.
4. Aquisição da Posse: Modos de Constituição: originária e derivada. Quem pode adquirir a posse. Modos de perda da posse. Efeitos da posse: interditos possessórios: turbação, esbulho, interdito proibitório. Espécies de frutos. Benfeitorias. Acessões. Distinções entre ambas. Principais efeitos da posse: indenizações, retenção, percepção dos frutos, usucapião.

Conceito chave 2: Propriedade e Direitos de vizinhança

5. Propriedade: Filosofia da propriedade e sua função social. Modos de aquisição: conceito. Tradição. Transcrição. Critérios: originária, derivada, sucessão singular, sucessão universal. Sujeito. Objeto. Modalidades: Perpétua. Resolúvel. Fiduciária. Plena. Restrita. Urbana. Rural.
6. Aquisição da propriedade imóvel: transcrição. Acesso. Usucapião. Das construções e plantações. Do usucapião: especial, ordinário, extraordinário e novas modalidades. Teoria do uso normal da coisa. Uso nocivo da propriedade: conceito. Consequências.
7. Das árvores limítrofes. Da passagem forçada. Dos limites entre prédios. Do direito de construir. Do direito de tapagem. Da perda e da aquisição da propriedade imóvel: modos de perda da propriedade imóvel.
8. Da aquisição da propriedade móvel: ocupação, caça, pesca, invenção, tesouro. Da especificação, confusão, comistão e adjunção. Do usucapião de bens móveis. Da tradição.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Condomínio geral e especial

9. Do Condomínio: conceito. Natureza jurídica. Indivisão. Espécies de indivisão.
10. Direitos e deveres dos condôminos. Administração do condomínio. Extinção do condomínio. Condomínio forçado.
11. Do condomínio em edifícios: teoria da unidade autônoma. Natureza jurídica. Constituição.
12. Direitos e deveres dos condôminos. Administração. Assembléia Geral. Extinção.

Conceito chave 4: Direito reais sobre coisas alheias.

13. Direitos Reais sobre coisas alheias. Superfície: Conceito. Sujeitos. Denominações. Modo de constituição. Onerosidade ou gratuidade. Alienação onerosa ou gratuita. Resgate. Terrenos da Marinha. Legislação pertinente. Servidões prediais. Conceito. Fundamento. Sujeitos. Princípio. Constituição. Classificação. Modo de exercício. Extinção. Usufruto: Conceito. Características. Objeto. Modos de Constituição. Espécies. Classificação. Direitos e deveres. Extinção.
14. Uso e Habitação: Conceito. Características. Distinção entre Uso e Usufruto. Compromisso de Compra e Venda: Conceito. Natureza. Características. Legislação. Comparação com CDC. Súmulas. Alienação Fiduciária em Garantia: Conceito. Partes. Propriedade Fiduciária. Posse Direta e Indireta. Busca e Apreensão. Purgação da Mora. Legislação: Lei 4.728/65, Lei 9.514/97 e Código Civil.

15. Direitos Reais em Garantia: Noções Gerais. Penhor: Conceito: Objeto. Características. Constituição. Requisitos. Registro. Sujeitos. Direitos e deveres. Penhor Legal: Conceito. Constituição. Requisitos. Beneficiários. Penhor Rural: Noções Gerais. Legislação.

16. Hipoteca: Conceito. Sujeitos. Objeto. Princípios. Forma. Tipo. Grau. Prenotação e Prioridade de inscrição. Hipoteca Legal: Conceito. Beneficiários. Modos de Constituição. Extinção da Hipoteca.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de

problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Curso de direito civil: direitos reais** – vol. 5, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 5: direito das coisas**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, v. 4: direitos reais**. 25 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das coisas**. Vol. 4, 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

LÔBO, Paulo. **Direito civil, v. 4: coisas**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil, v. 4: direitos reais: posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição**. 29 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das coisas - vol. 4**, 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. **Ebook MB**.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil: direito das coisas**. 21. São Paulo Saraiva 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Crimes em Espécie I			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126907	5º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar.

- C8. Compreender as relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Tipificação dos crimes contra a vida. Das lesões corporais, periclitacão da vida e da saúde, da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade. Dos crimes contra o patrimônio.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tipificação dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Da Periclitacão da vida, da saúde, da rixa. Tipificação dos crimes contra a honra, contra a liberdade e contra o patrimônio.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Reconhecer e compreender a relevância da subsunção das normas penais aos preceitos constitucionais e o fundamento e finalidade da aplicação da sanção penal como forma de controle social.

COMPETÊNCIAS

- Analisar e interpretar criticamente os diferentes tipos de crimes;
- Compreender a importância da leitura e interpretação do C.P para a correta aplicabilidade da lei.
 - Identificar, a incidência de causas de aumento, diminuição e qualificadoras, para fins de individualização das penas.
 - Aplicar os institutos previstos na parte geral do Código Penal aos crimes em espécie.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-chave 1: Tipificação dos crimes contra a vida.

1. Homicídio: Homicídio simples; qualificado; culposos;
2. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio;
3. Infanticídio;
4. Aborto.

Conceito-Chave 2: Das lesões corporais

5. Lesões corporais de natureza leve, grave, gravíssima;
6. Lesão corporal seguida de morte;
7. Lesão corporal praticada no contexto da violência doméstica;
8. Lesão corporal culposa.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Da Periclitção da vida e da saúde, da rixa.

9. Da periclitção da vida e da saúde: Perigo abstrato e perigo concreto; Perigo de contágio venéreo e de moléstia grave; Perigo para a vida ou a saúde de outrem;
10. Abandono de incapaz e Exposição ou abandono de recém-nascido;
11. Omissão de socorro e Maus-tratos;

12. Da rixa: rixa simples e rixa qualificada.

Conceito-Chave 4: Tipificação dos crimes contra a honra, a liberdade e o patrimônio.

13. Dos crimes contra a honra: Elementos característicos e Tipificação: Calúnia, Difamação, injúria;

14. Dos crimes contra a liberdade pessoal

15. Crime contra a inviolabilidade de domicílio

16. Tipificação dos crimes contra o patrimônio: Furto; Roubo; Extorsão; Extorsão mediante sequestro; Da usurpação e do dano; Apropriação indébita; Estelionato; Receptação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de

referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 3 - parte especial**. v 3. 20 ed. São Paulo Saraiva 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte especial**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

JESUS, Damásio de. **Direito penal 2 : parte especial: crimes contra a pessoa à crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183)**. 36. São Paulo Saraiva 2020.

COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 3 - parte especial**. v 2. 20 ed. São Paulo Saraiva 2025.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal-parte Especial: Arts. 121 a 212-vol 2 - 25ª Edição 2025.

ESTEFAM, André. Direito Penal - Parte Especial - Arts.121 a 234-C - Vol.2. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial (arts.155 a 249 do CP). 22. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2025. v. 3.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: parte especial: arts. 121 a 212 do código penal. 9. Rio de Janeiro Método 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Impugnação das Decisões Judiciais			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126982	5º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- Profissional com capacidade de compreender, analisar e dominar formas de impugnação das decisões judiciais, bem como compreender normas processuais norteadoras dos precedentes judiciais para o alcance de uma prestação jurisdicional isonômica e baseada na segurança jurídica.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C6. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;
- C8. Compreender as relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Estudo dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Ordem dos processos nos Tribunais. Uniformização da jurisprudência. Precedente Judicial. Processos e incidentes de competência originária dos Tribunais. Meios autônomos de impugnação de decisões. Recursos: teoria geral e recursos em espécie.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Ordem dos Processos nos Tribunais. Precedentes Judiciais. Processos e Incidentes Processuais. Recursos.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender as especificidades do processo no seu desenvolvimento no âmbito dos tribunais, através do estudo da competência originária e recursal das cortes brasileiras e do sistema de

precedentes, numa reflexão quanto à relação teoria/prática, visando à formação de profissionais críticos.

COMPETÊNCIAS

- Compreender as normas procedimentais dos recursos e dominar a sua aplicabilidade para a vida prática profissional.
- Conhecer a ordem de processamento das causas cíveis perante os tribunais e a importância dos precedentes;
- Adequar situações fáticas às normas legais, bem como o trâmite dos processos em matéria cível até o nível dos últimos recursos cabíveis e as funções dos tribunais, em seus aspectos jurídico e político;
- Manusear corretamente o instrumento processual adequado para cada caso concreto, relacionando assim a teoria e a prática na área cível.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Ordem dos Processos nos Tribunais

1. Estrutura do Poder Judiciário e a Ordem dos Processos nos Tribunais
2. Procedimento dos Processos nos Tribunais
3. Poderes do Relator
4. Julgamento dos processos nos Tribunais

Conceito-Chave 2: Precedentes Judiciais

5. Uniformização da Jurisprudência
6. Formação de Precedentes Judiciais
7. Aplicação de Precedentes Judiciais
8. Superação de Precedentes Judiciais

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Incidentes e Processos nos Tribunais

9. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade
10. Incidente de Assunção de Competência

11. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

12. Ação Rescisória

Conceito-Chave 4: Recursos

13. Conceito de recursos e Princípios Recursais

14. Pressupostos Recursais

15. Efeitos dos Recursos

16. Recursos em espécie

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de

problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de Direito Processual Civil**. 3. ed., rev. e atual. - Barueri [SP] : Atlas, 2024.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**. 10.ed. São Paulo, Saraiva, 2025.

THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 3. 58 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2025.

COMPLEMENTAR

ALVIM, Eduardo A.; GRANADO, Daniel W.; FERREIRA, Eduardo A. **Direito processual civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**, v. 2. 14. ed. São Paulo, Saraiva, 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 28. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2025.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Esquematizado - Direito processual civil**. Coord. Pedro Lenza. 16 ed. São Paulo : SaraivaJur, 2025.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo, Saraiva. 2025.

13.6 6º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito do Trabalho I			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H119897	6º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar.

- C6. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;
- C7. Compreender as relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito.
- C14. Realizar atividades de pesquisa e extensão jurídica, com aplicação de fundamentos, métodos e técnicas científicas.

EMENTA

Evolução do Direito do Trabalho. Evolução do Direito do Trabalho no Brasil. Estrutura do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Interpretação e atuação do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho. O empregado. O empregador. Identificação profissional. Contrato individual de emprego e contratos afins. Elementos do contrato individual de emprego. Espécies do contrato individual de emprego. Efeitos do contrato individual de emprego. Salário. Proteção e isonomia do salário. Remuneração. Duração do trabalho. Prorrogação e compensação de jornada. Banco de horas.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Evolução histórica do Direito do Trabalho no Mundo e no Brasil. Estrutura do Direito do Trabalho. Relações Trabalhistas. Contratos, salário e jornada de trabalho.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Conhecer, compreender e saber aplicar o Direito do Trabalho em conexão com a realidade social, a partir dos preceitos constitucionais.

COMPETÊNCIAS

- Conhecer o campo teórico e prático do Direito do Trabalho e sua aplicabilidade;
- Desenvolver critérios para o exercício do Direito do Trabalho.
- Compreender a importância dos princípios constitucionais e demais princípios gerais para o Direito do Trabalho.
- Interpretar as normas jurídicas em conformidade com o Direito do Trabalho

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1: Evolução histórica do Direito do Trabalho no Mundo e no Brasil.

1. Relações de trabalho pré-industriais, corporações de ofício,
2. Revolução industrial e suas consequências, surgimento e função da OIT, modelos diferentes na história recente e atual.
3. Período do império, República (C. Civil), a política trabalhista oficial a partir de 1930,
4. Surgimento da CLT, normas posteriores, garantias inseridas na Constituição Federal de 1988; situação atual e perspectivas.

Conceito chave 2: Estrutura do Direito do Trabalho.

5. Direito do Trabalho: Conceito. Denominação. Divisão interna. Autonomia. Relações com outros ramos do Direito.
6. Fontes do Direito do Trabalho. Conceito de fontes. Hierarquia das fontes. Conflitos e suas soluções.

7. Princípios do Direito do Trabalho. Conceito e importância dos princípios do Direito. Princípios peculiares do Direito do Trabalho. Princípios gerais aplicáveis ao Direito do Trabalho.

8. Interpretação e Atuação do Direito do Trabalho. Conceito e Métodos de interpretação. Interligação dos métodos interpretativos. Integração das normas do Direito do Trabalho. Campo de atuação do Direito do Trabalho.

UNIDADE II

Conceito chave 3: Relações Trabalhistas

9. Relações de Trabalho: Natureza jurídica. Teorias. Relação de trabalho e relação de emprego. Caracterização da relação de emprego. Critérios para a caracterização. Sujeitos da relação de emprego. O Empregado. Definição. O Empregador. Conceito e classificação,

10. Empresa e estabelecimento, grupo econômico, consórcio de empregadores, solidariedade, situações de responsabilidade empresarial, sucessões de empregadores.

11. Relações Especiais de trabalho: Trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais, temporários, estagiários, trabalhadores cooperativados (cooperativas de trabalho e os novos direitos), trabalho voluntário.

12. Empregados domésticos. Trabalhador rural e suas peculiaridades. Terceirização.

Conceito chave 4: Contratos, salário e jornada de trabalho

13. Contrato individual de emprego: Conceito. Denominação. Classificação. Requisitos de validade do contrato. Conteúdo. Forma. Prova do contrato e efeitos do contrato. Duração dos contratos. Tipos de contrato determinado.

14. Diferenças entre contrato de emprego e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Espécies de contrato individual de emprego. Efeitos do contrato individual de emprego.

15. Salário/Remuneração: Conceitos e diferenças. Salário Mínimo. Piso salarial. Tipos de salário (formas de ajuste). Horas extras (cálculo); outros adicionais e complementos salariais. Meios de pagamento do salário. Participação nos lucros. Proteção do salário. Descontos permitidos no salário.

16. Duração do trabalho: jornada diária, duração semanal e mensal. Importância e finalidade da limitação. Alteração de jornada; trabalho noturno. Prorrogação de jornada. Compensação de jornada (Banco de Horas). Empregados sem controle e sem limite de jornada. Duração do trabalho rural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

-**Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

MARTINS, Sergio P. **Manual de Direito do Trabalho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. Ebook MB.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. **CLT- Comentários À Consolidação das Leis Trabalhistas**. 49. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.

GARCIA, Gustavo Fillipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 20 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025. Ebook MB.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 39 ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. Ebook MB.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 29 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. Ebook MB.

RENZETTI, Rogério. **Manual de direito do trabalho**. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2021. Ebook MB.

ROMAR, Carla Teresa Martins; LENZA, Pedro. **Direito do trabalho**. 5 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025(Coleção Esquematizado). Ebook MB.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Processo Penal I			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123649	6º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que contribui para formar: P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que contribui para formar:

C10 Compreensão das relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

C11 Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12 Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos. (Nova DCN, Portaria do ENADE 443/2018)

EMENTA

Teoria geral do processo penal. Princípios do processo penal. Fontes, interpretação e sistemas processuais penais. Lei processual penal no tempo e no espaço. Inquérito Policial. Ação penal. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais, exceções, medidas assecuratórias e processos incidentes.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Teoria Geral do Direito Processual Penal. Inquérito Policial e Ação Penal. Jurisdição e competência. Das Questões e Processos Incidentes.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à disciplina, as técnicas do ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social, e saber aplicá-las em situações reais

COMPETÊNCIAS

Compreensão dos principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à disciplina.

Ter conhecimento das principais teorias sociais relacionadas ao Direito.

Aptidão para o desenvolvimento crítico, analítico, criativo dentro da logicidade do Direito Processual Penal.

Aplicação da Legislação em vigor a casos práticos e nos casos hipotéticos.

Acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.

Ter capacidade para relacionar o Direito Constitucional e o Direito Processual Penal no que tange aos remédios e os princípios constitucionais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito -Chave 1: Teoria Geral do Direito Processual Penal

1. Princípios do processo penal.
- 2 Fontes e Interpretação
3. Sistemas processuais penais.
4. Lei processual penal no tempo e no espaço.

Conceito -Chave 2 - Inquérito Policial e Ação Penal

5. Do Inquérito
6. Da Ação Penal
7. Da ação civil *ex delicto*.
8. Sujeitos e partes no processo penal.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Jurisdição e competência

9. Jurisdição Penal: Discussões sobre o conceito. Princípios relativos à jurisdição
10. Competência: Conceito. Critérios de divisão da competência: material, territorial e funcional.
11. Causas de modificação da competência: conexão e continência. O problema da delegação e do desaforamento.
12. Discussões sobre a fixação da competência nos casos concretos.

Conceito chave 4: Das Questões e Processos Incidentes.

13. Das questões Prejudiciais.
14. Dos processos incidentes.
15. Das exceções processuais.
16. Conflito de jurisdição e de competência

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de processo penal**. 23 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. **Ebook MB.**

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 21 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. **Ebook MB.**

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2023. **Ebook MB.**

COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. **Ebook MB.**

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB.**

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal: parte geral**. 12 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. **Ebook MB.**

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 19 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Brasília: Procuradoria-Geral do Trabalho, 2024. Disponível em: <https://anpt.org.br/publicacoes/revista-do-mpt>

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito de Família			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H124386	6º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C7. Compreender as relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito.
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos. (Nova DCN, Portaria do ENADE 443/2018)

EMENTA

Direito de Família Contemporâneo. Dos Princípios. Das Entidades Familiares. Das relações de parentesco. Da Filiação. Do Direito de Família Assistencial. Do direito de Família patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direito de Família Contemporâneo. Das Entidades Familiares. Relações de parentalidade. Do Poder familiar e do Direito Patrimonial de Família.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver o conhecimento e a compreensão sobre os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais do Direito de Família e sua aplicabilidade em situações práticas.

COMPETÊNCIAS

Apreender os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais, para posteriormente aplicá-los na lide cotidiana do direito de família

Conhecer os institutos que integram o Direito de Família na relação patrimonial.

Compreender os interesses familiares dentro da perspectiva legal, doutrinária e jurisprudencial.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Direito de Família Contemporâneo.

1. Direito das Famílias. Generalidades. Aspectos históricos e evolução.
2. Constitucionalização do Direito de Família: Constituição Federal de 1988, nova tábua axiológica do Direito de Família.
3. Princípios gerais e específicos do Direito de Família.
4. Formas de entidades e familiares.

Conceito chave 2: Das entidades familiares.

5. Casamentos: Disposições gerais. Processo de Habilitação. Capacidade. Impedimentos e causas suspensivas. Espécies. Celebração. Registro. Inexistência e invalidade do casamento: Causas de nulidade e anulabilidade. Direitos e Deveres. Responsabilidade civil entre os cônjuges.
6. Da União Estável. Uniões paralelas. Uniões poliafetivas.
7. Divórcio Judicial: consensual e litigioso. Divorcio administrativo.
8. Da Proteção da pessoa dos filhos. Guarda Exclusiva e compartilhada. Da alienação parental.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Relações de parentalidade.

9. Direito de Filiação: igualdade entre filhos. Presunções de filiação.

10. Reconhecimento de filhos: voluntário e forçado (da investigação de paternidade).
11. Dúvidas e impugnações à filiação: negatória de paternidade e anulatória de registro
12. Paternidade socioafetiva. Posse do estado de filho. Adoção.

Conceito-Chave 4: Do Poder familiar e Do Direito Patrimonial de Família

13. Poder Familiar.
14. Responsabilidade civil por abandono afetivo
15. Direito Assistencial: Tutela e Curatela.
16. Direito Patrimonial de Família: Alimentos. Regime de bens. Bem de Família. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: Família**. Vol. 6, 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina B. **Fundamentos do Direito Civil Direito de Família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família e sucessões**. vol. 5, 25 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2025. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. vol 5, 42 ed. São Paulo, SP: Saraiva JUR, 2025. **Ebook MB**.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: direito de família**. vol. 6, 14 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. Ebook MB.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil vol. 5 - Famílias**. 15 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 14 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. **Ebook MB**.

LEAL, Adisson; CORREIA, Atalá; FILHO, Venceslau Tavares C. **Direito de Família: problemas e perspectivas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Execução e Cumprimento de Sentença			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126737	6º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar.

- C10 - Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito;
- C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito;
- C12 - Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos (Nova DCN, Portaria do ENADE 443/2018).

EMENTA

Tutela Executiva. Cumprimento de sentença. Liquidação de sentença. Processo de execução: execução em geral; espécies de execução; embargos à execução; suspensão e extinção do processo de execução. Tutela executiva nos Juizados Especiais Cíveis.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tutela Executiva. Processo de execução. Cumprimento de sentença. Tutela executiva nos Juizados Especiais Cíveis.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Levar o aluno a conhecer, compreender e saber aplicar os diversos tipos de procedimentos executórios, promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas processuais.

COMPETÊNCIAS

- Compreensão das relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito;
- Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito;
- Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

Conceito Chave 1 – Tutela Executiva

1. Tutela cognitiva x tutela executiva;
2. Formas executivas;
3. Princípios da execução e Disposições gerais sobre o processo de execução: legitimidade, competência, pressupostos processuais (gerais e específicos);
4. Responsabilidade patrimonial e Fraude à execução;

Conceito Chave 2 – Processo Autônomo De Execução (Execução De Título Extrajudicial)

5. Espécies de execução: execução para entrega de coisa (certa ou incerta); execução das obrigações de fazer ou de não fazer; execução por quantia certa; execução de obrigação de prestar alimentos; execução contra a Fazenda Pública;
6. Embargos à execução;
7. Penhora e Expropriação patrimonial;
8. Suspensão e extinção do processo de execução.

UNIDADE II

Conceito Chave 3 – Cumprimento De Sentença (Execução De Título Judicial)

9. Cumprimento de sentença: disposições gerais; Liquidação de sentença;
10. Cumprimento de sentenças: que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa e que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos;
11. Cumprimentos provisório e definitivo, de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa;
12. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública;

Conceito Chave 4 – Tutela Executiva Nos Juizados Especiais Cíveis

13. Peculiaridades da Execução nos Juizados Especiais Cíveis;
14. Peculiaridades da Execução nos Juizados Estaduais;
15. Peculiaridades da Execução nos Juizados Federais;
16. Peculiaridades da Execução nos Juizados da Fazenda Pública.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente

para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil, volume único**. 10 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2024. **Ebook MB**.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 28 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2025. **Ebook MB**.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito processual civil: esquematizado**. 16 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 7. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2025. Ebook MB.

RIBEIRO, Marcelo. **Processo Civil**. 4 ed. São Paulo, SP: Método, 2024. **Ebook MB**.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**

CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. v. 3. 58 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2025. **Ebook MB**.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Dos Crimes em Espécie II			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127008	6º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C8. Compreender as relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a paz pública. Crimes de falsidade em geral. Dos crimes contra a administração pública. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para as questões éticas, políticas e pedagógicas.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Crimes Contra a Dignidade Sexual (parte I e II). Crimes de Falsidade em Geral. Crimes Contra a Administração Pública.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver um estudo sistematizado dos crimes em espécie e análise detalhada de cada um dos tipos legais de crimes, capacitando o aluno a lidar com a doutrina e com a jurisprudência em Direito Penal em situações profissionais.

COMPETÊNCIAS

- Compreender e aplicar a norma penal fundamentadamente a casos concretos;
- Solucionar de forma técnico-jurídica os problemas empíricos atinentes à disciplina;

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Crimes Contra a Dignidade Sexual (parte I)

1. Lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual
2. Estupro; violação sexual mediante fraude; assédio sexual;
3. Estupro de vulneráveis; corrupção de menores; satisfação lascívia mediante presença de criança ou adolescente;
4. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de vulneráveis;

Conceito-Chave 2: Crimes Contra a Dignidade Sexual (parte II)

5. Ultraje público ao pudor; Ato obsceno – escrito ou objeto obsceno.
6. Crimes Contra a Paz Pública
7. Objeto da tutela penal: incitação ao crime e apologia de crime ou criminoso;
8. Associação criminosa

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Crimes de Falsidade em Geral

9. Moeda falsa;
10. Falsidade de documento público; Falsidade de documento particular;
11. Falsidade ideológica;
12. Uso de documento falso.

Conceito-Chave 4: Crimes Contra a Administração Pública

13. Crimes praticados por funcionários públicos e crimes praticados por particulares contra a administração geral;
14. Crime praticado por particulares contra administração pública estrangeira
15. Crimes contra administração da justiça;

16. Dos crimes contra as finanças públicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 18 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024 . v. 4. Ebook MB.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos** (Arts. 312 a 359-H e Lei n. 10.028/2000). 18 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024 . v. 5. Ebook MB.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, v. 2: parte especial:(arts. 121 a 212)**. 24 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB.**

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal, v. 2: parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal**. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense 2024. **Ebook MB.**

COMPLEMENTAR

ESTEFAM, André. **Direito penal: parte especial: esquematizado**. 13 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB.**

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte especial: esquematizado**. 14 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. **Ebook MB.**

SOUZA, Renee do Ó.; PIPINO, Luiz Fernando R.; CARNEIRO, Andréa Walmsley S. **Direito Penal - Parte Especial**. 2023. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book.

MASSON, Cleber. **Direito Penal - Parte Especial - (Arts. 213 a 359-T)**. Vol. 3. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. Ebook MB.

REIS, Anna C G.; ELTZ, Magnum K F. **Direito Penal IV**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. Ebook MB.

11.7 7º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Ética Profissional			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H119374	7º	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar.

- C9. Compreensão das relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos. (Nova DCN, Portaria do ENADE 443/2018)
- C20. Aplicar os preceitos éticos nas relações profissionais.

EMENTA

O direito e a ética: a deontologia jurídica. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Estatuto da Advocacia e da OAB. Novo Código de Ética e Disciplina da OAB. Legislação Complementar. Dispositivos Constitucionais. Regulamento Geral. Tendências Contemporâneas em Ética.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): O direito e a ética: a deontologia jurídica. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Regras deontológicas fundamentais. Tendências Contemporâneas em Ética.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

- Compreender a importância da ética e utilizá-la nas relações profissionais e pessoais.

COMPETÊNCIAS

- Desenvolver uma visão científica da ética geral e profissional.
- Compreender os princípios que regem a carreira jurídica.
- Estabelecer relações entre ética e moral.
- Distinguir as normas éticas das normas técnicas.
- Aplicar as teorias estudadas, nas relações interpessoais e profissionais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: O direito e a ética: a deontologia jurídica.

1. Definições sobre Ética, Moral, Direito e Justiça.
2. A ética na advocacia e a legislação da Ordem dos Advogados do Brasil.
3. Da Atividade Privativa da advocacia e suas prerrogativas e direitos.
4. Exercício e atividade da advocacia: licença, cancelamento, incompatibilidade e impedimento.

Conceito-Chave 2: Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

5. Da sociedade de advogados e do advogado empregado.
6. Dos honorários advocatícios. Modalidades e formas de execução. Atividades práticas.
7. Infrações e sanções disciplinares.
8. Código de ética e disciplina da OAB.

UNIDADE II

Conceito chave 3: Regras deontológicas fundamentais.

9. Relações com o cliente. Sigilo profissional.

10. Da Publicidade: meios de comunicação. Publicidade: Advogados na mídia.

11. Do processo disciplinar. Processo e procedimento.

12. Organização da OAB. Finalidade. Eleições. Mandato.

Conceito chave 4: Tendências Contemporâneas em Ética.

13. Ética, violência e direitos humanos;

14. A ética dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana;

15. Bioética e Direito;

16. Ética e Constituição.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de

referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

-**Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 16 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. **Ebook MB**.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da OAB**. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. **Ebook MB**.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. 17 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Isabella. **Ética para OAB**. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. **Ebook MB**.

ARAÚJO JUNIOR, Marco Antônio. **Gabaritando Ética na OAB**. 4 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

JUNIOR, Marco Antonio Araujo. **Gabaritando Ética**. 5 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2022. **Ebook MB**.

SANTOS, Ana P M.; DIONIZIO, Mayara; LOZADA, Cristiano R.; et al. **Legislação e ética profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book.

RACHID, Alysson. **Dominando Ética**. 7 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Administrativo I			
	CÓDIGO	CR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
	H126745	04	7º	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Cód. Acervo Acadêmico – 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que contribui para formar

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que contribui para formar:

- C9 Compreensão das relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- C11 Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12 Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
- C20 Aplicar os preceitos éticos nas relações profissionais.

1. EMENTA

Conceito, relação com os demais ramos do direito, fontes do Direito Administrativo, interpretação de regras do Direito Administrativo e Sistemas Administrativos. Estado, Governo e Administração Pública. Regime Jurídico administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Organização da Administração Pública, organização administrativa, formas de prestação da atividade administrativa: concentração, desconcentração e descentralização. Administração Direta e Administração Indireta. Poderes da Administração Pública: conceito, características, espécies. Atos administrativos: conceito, espécies, elementos, mérito

administrativo, atributos. Classificação, modalidades, formação e efeitos, extinção, coisa julgada administrativa. Controle da Administração Pública.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Poderes Administrativos e Serviços Públicos. Atos administrativos.

2. OBJETIVO DA DISCIPLINA

Possibilitar ao discente a compreensão do Direito Administrativo e da estrutura administrativa do Estado a partir da análise doutrinária, legal e jurisprudencial referente ao tema abordado em sala de aula virtual, sempre buscando o diálogo entre a teoria e a prática, ante a análise de casos concretos dentro da interdisciplinaridade.

3. COMPETÊNCIAS

- Desenvolver habilidades para uma atuação jurídica concreta, pautada em preceitos doutrinários, legais e jurisprudenciais.
- Dominar os conceitos e os princípios do Direito Administrativo.
- Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos principiológicos e legais frente a realidade prática.
- Conhecer a organização administrativa brasileira e compreender o Regime jurídico.
- Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre o Direito Administrativo
- Compreender os poderes administrativos e a sua materialização através dos atos administrativos, bem como, o processo administrativo.
- Desenvolver uma visão crítica do Direito Administrativo na análise e no enfrentamento de situações concretas do instrumentador do Direito.

4. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

4.1 SABERES POR UNIDADE DE ENSINO

Conceito-Chave 1: Direito Administrativo.

1.1. Ramos do Direito

1.2. Direito Administrativo: Aspectos Gerais.

1.3. Fontes de Direito.

1.4. Do Direito Público.

Conceito-Chave 2: Regime Jurídico.

2.1. Princípios do Direito Administrativo: Legalidade, Supremacia Do Interesse Público E Publicidade.

2.2. Princípios Do Direito Administrativo: Continuidade Do Serviço Público, Moralidade Administrativa, Eficiência e Segurança Jurídica

2.3. Administração Público Indireta

2.4. Organização Administrativa

Conceito-Chave 3: Serviços Públicos e Poderes Administrativos

3.1. Conceito e Elementos do Serviço Público

3.2. Classificação e Formas de Gestão do Serviço Público

3.3. Poderes da Administração Pública: Conceituar os poderes da Administração Pública

3.4. Polícia Judiciária

Conceito-Chave 4: Atos Administrativos.

4.1. Norma e Fato Jurídico

4.2. Conceito e Classificação dos Atos Administrativos

4.3. Atributos dos Atos Administrativos

4.4. Extinção dos Atos Administrativos

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão realizadas através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 37. Rio de Janeiro Forense 2024. **Ebook MB**

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 13 ed. São Paulo. Saraiva, 2023.

NOHARA, Irene Patrícia. Direito administrativo. 14. Rio de Janeiro Atlas 2025. Ebook MB.

5.2 COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**, 5 ed. São Paulo. Saraiva, 2022. **Ebook MB**.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 38. Rio de Janeiro Atlas 2024. **Ebook MB**.

COUTO, Reinaldo. Curso de Direito administrativo. 5 ed. São Paulo. Saraiva, 2022. Ebook MB.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo, 11 ed. São Paulo. Método, 2023. Ebook MB.

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de. Direito Administrativo. São Paulo. Método, 2021.

 <p>PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO</p>	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Processo Penal II			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127016	7º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C10. Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Da Prova: teoria geral da prova e provas em espécie. Sujeitos processuais. Da prisão: teoria geral da prisão provisória e prisões provisórias em espécie. Da liberdade provisória. Do processo comum: ordinário e sumário. Do processo e julgamento dos crimes da competência do Tribunal do Júri.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Da Prova. Da prisão. Da liberdade. Das Decisões Jurisdicionais Penais.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Conhecer e compreender todos os temas propostos na ementa, correlacionando-os e contextualizando-os sob os pontos de vista doutrinário, legal e jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS

- Ter compreensão dos principais aspectos legais, da Prova.
- Desenvolvimento do pensamento crítico, analítico sobre os temas propostos na disciplina.
- Capacidade para aplicar o aprendizado na resolução de casos práticos.
- Ter habilidade para acompanhar a evolução doutrinária, legal e jurisprudencial do Direito Processual Penal.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Da Prova

1. Prova: conceito
2. Teoria geral da prova
3. Provas em espécie.
4. Sujeitos processuais.

Conceito chave 2: Da prisão provisória

5. Prisão: conceito
6. Teoria geral das medidas cautelares pessoais
7. Prisões cautelares em espécie
8. Medidas cautelares diversas da prisão.

UNIDADE II

Conceito chave 3: Da liberdade provisória

9. Da liberdade provisória: conceito
10. Liberdade Provisória sem fiança
11. Liberdade Provisória com fiança
12. Fiança

Conceito-Chave 4: Dos Procedimentos Penais

13. Procedimentos penais
14. Procedimento Ordinário
15. Procedimento Sumário
16. Procedimento do Tribunal do Júri

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2025.

BONFIM, Edilson M. Curso de Processo Penal 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2023. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo penal**. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. **Ebook MB**.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal**. 12 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023(Coleção Esquematizado). **Ebook MB**.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal**. 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 19 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito do Trabalho II			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127024	7º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C6. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Duração do trabalho. Repousos. Férias anuais remuneradas. Alteração do contrato individual de emprego. Suspensão e interrupção do contrato individual de emprego. Extinção do contrato individual de emprego. Aviso prévio. Garantia de emprego. Garantia do tempo de serviço. Fundo de garantia do tempo de serviço. Direito Coletivo do Trabalho. Liberdade sindical. Sindicalismo no Brasil. Administração e poderes do sindicato. Prerrogativas das entidades sindicais. Garantias dos dirigentes sindicais. Negociação coletiva: Acordo Coletivo de Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho. Dissídio Coletivo. Greve.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Sistema de repousos. Modificações e término do contrato de trabalho. Sindicato e negociação coletiva. Métodos de solução de conflitos coletivos. Autocomposição, autodefesa e heterocomposição.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver a compreensão sobre os fundamentos jurídicos e práticos do Direito do Trabalho e suas relações com a atividade empresarial e a sociedade.

COMPETÊNCIAS

- Estabelecer critérios para o exercício do Direito do Trabalho.
- Avaliar as influências do contexto social no Direito do Trabalho.
- Compreender a importância dos princípios constitucionais e demais princípios gerais para o Direito do Trabalho.
- Desenvolver o senso crítico sobre a dogmática jurídica.
- Valorar os fatos sociais observados pelo sistema jurídico.
- Interpretar as normas jurídicas em conformidade com o Direito do Trabalho.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Sistema de repousos

1. Repouso intrajornada e interjornada.
2. Repouso semanal remunerado e em dias feriados.
3. Finalidade e natureza jurídica.
4. Férias anuais remuneradas.

Conceito-Chave 2: Modificações e término do contrato de trabalho

5. Alteração do contrato individual de emprego. Jus Variandi e Jus Resistentiae.
6. Suspensão, Interrupção e Extinção do Contrato Individual de Emprego.
7. Modos, causas e efeitos da extinção do contrato de emprego. Efeitos da extinção do contrato por prazo determinado e por prazo indeterminado.
8. Justas causas resiliatórias do empregado. Homologação dos pedidos de demissão e dos recibos de quitação. Aviso Prévio. Aviso prévio e prescrição.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Sindicato e negociação coletiva

9. Organização sindical. Conceitos e natureza jurídica;
10. Administração dos sindicatos, Atribuições e prerrogativas das entidades sindicais; Garantias dos dirigentes sindicais;
11. Sistemas sindicais. Organização sindical brasileira. Categoria profissional diferenciada; Organizações sindicais de nível superior;
12. Liberdade sindical. Atividades sindicais. Liberdade de filiação. Condutas antissindicais.

Conceito-Chave 4: Métodos de solução de conflitos coletivos. Autocomposição, autodefesa e heterocomposição

13. Direito Coletivo do Trabalho: Definição, conteúdo e função; A Constituição Federal Brasileira e o direito coletivo do trabalho.
14. Negociação coletiva do trabalho; Definição e função da negociação coletiva de trabalho; Instrumentos de negociação: Acordo Coletivo de Trabalho. Convenção Coletiva de Trabalho; Natureza jurídica dos instrumentos de negociação. Conteúdo e efeitos. Extensão e hierarquia;
15. Descumprimento de instrumento negocial. Ação de cumprimento. Mediação e arbitragem no direito do trabalho. Poder normativo da Justiça do Trabalho.
16. Conflitos coletivos de trabalho e formas de solução; Dissídio coletivo. Sentença normativa. A greve no direito brasileiro. Conceito; natureza jurídica. Procedimentos. Garantias dos grevistas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

MARTINS, Sergio P. Manual de Direito do Trabalho. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 16 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. **CLT-Comentários À Consolidação das Leis Trabalhistas**. 49. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.

GARCIA, Gustavo Fillipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 20 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025. **Ebook MB**.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 39 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2023. **Ebook MB**.

RENZETTI, Rogério. **Manual de direito do trabalho**. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2021. **Ebook MB**.

ROMAR, Carla Teresa Martins; LENZA, Pedro. **Direito do trabalho**. 5 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025(Coleção Esquematizado). **Ebook MB**.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	DISCIPLINA: Direito Sucessório			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127105	7º	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C7. Compreender as relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito.
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Direito das Sucessões: da sucessão em geral: Espécies de Sucessões e Sucessores. Abertura da sucessão, aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Os que não podem suceder. Direito de representação. Sucessão legítima e testamentária.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direito das Sucessões. Da Herança Jacente. Sucessão Testamentária (parte I e II).

OBJETIVO

Entender e ser capaz de aplicar os conceitos e teorias apreendidas no estudo do direito das sucessões, à prática profissional.

COMPETÊNCIAS

- Conhecer o Direito das Sucessões.
- Conhecer as espécies de sucessões e sucessores
- Identificar os institutos que o integram.
- Apreender dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais.
- Identificar os sucessores legítimos e necessários e a forma como herdam
- Identificar as concorrências sucessórias e suas hipóteses de incidência
- Aplicar as teorias em situações hipotéticas e reais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Da Sucessão em geral

1. Da sucessão em geral: Da herança e sua administração. Do princípio da saisine.
2. Da aceitação e renúncia da herança.
3. Da cessão de direitos.
4. Da capacidade para suceder. Dos excluídos da sucessão.

Conceito-Chave 2: Da Herança Jacente.

5. Da herança Jacente e Vacante.
6. Dos herdeiros necessários. Do direito de representação
7. Da sucessão legítima: Da sucessão dos descendentes. Da sucessão dos ascendentes. Da sucessão dos colaterais.
8. Da sucessão legítima: sucessão dos cônjuges. Concorrência do cônjuge com descendentes e ascendentes. Da sucessão dos companheiros.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Sucessão Testamentária (parte I)

9. Da Sucessão Testamentária: Do testamento em geral. Da capacidade para testar.
10. Das formas ordinárias do testamento: público, cerrado, particular.
11. Dos codicilos. Dos testamentos especiais.
12. Das disposições testamentárias.

Conceito-Chave 4: Sucessão Testamentária (parte II)

13. Dos legados.

14. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.
15. Da redução das disposições testamentárias.
16. Das substituições. Da deserdação. Do rompimento do testamento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. 38 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. v. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das sucessões**. 19 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. v.7. **Ebook MB**.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família e sucessões**. 25 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2025. v. 6 (Coleção Direito Civil). **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Direito das sucessões**. vol. 7. 12 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

LÔBO, Paulo. **Direito civil, v. 6: sucessões**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza M.; MEIRELES, Rose Melo V. **Fundamentos do Direito Civil Direito das Sucessões**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. v. 6. 17 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. **Ebook MB**.

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas D. **Curso de Direito das Sucessões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Processo Constitucional			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127130	7º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar.

- C6. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;
- C10. Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos. (Nova DCN, Portaria do ENADE 443/2018).

EMENTA

A Constituição Federal e o processo constitucional no Estado Democrático de Direito. Os princípios constitucionais aplicáveis ao processo. O Supremo Tribunal Federal (STF) e a Jurisdição Constitucional. Controle Difuso e controle concentrado. Writs constitucionais. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas data. Ação civil pública. Ação Popular. Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): O Processo no Âmbito Constitucional. Remédios Constitucionais e Garantias de Direitos Coletivos. Jurisdição Constitucional: Controle da Constitucionalidade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver o conhecimento teórico e prático sobre o processo constitucional, tornando o discente apto a invocar as garantias constitucionais em juízo e fora dele.

COMPETÊNCIAS

- Compreender a importância do processo constitucional.
- Incentivar o aluno à apreensão de conhecimentos sobre o processo constitucional nas ações constitucionais e no controle de constitucionalidade.
- Auxiliar o aluno no aprimoramento do uso da linguagem, da argumentação e da reflexão, habilitando-o a solucionar os problemas que se apresentam na aplicação concreta das normas constitucionais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1: O Processo no Âmbito Constitucional

1. O processo constitucional: Conceito e objeto do processo constitucional.
2. Teleologia do processo constitucional.
3. Procedimento e processo constitucional.
4. Os princípios gerais do Direito Processual Constitucional.

Conceito chave 2: Remédios Constitucionais e Garantias de Direitos Coletivos

5. Remédios, ações e garantias.
6. Habeas Corpus.
7. Mandado de segurança.
8. Mandado de injunção.

UNIDADE II

Conceito chave 3: Remédios Constitucionais e Garantias de Direitos Coletivos

9. Habeas data.
10. Ação popular
11. Ação civil pública.
12. Âmbitos de cabimento da ação civil pública: mercado de capitais, defesa do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, infrações da ordem econômica.

Conceito chave 4: Jurisdição Constitucional: Controle da Constitucionalidade.

13. Aspectos gerais sobre o controle de constitucionalidade.
14. Ação direta declaratória de inconstitucionalidade por ação e por omissão.
15. Ação direta declaratória de constitucionalidade e Ação direta interventiva.
16. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**. 11 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. **Ebook MB**.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 29 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025. **Ebook MB**.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2024. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 20 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 41 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2025. **Ebook MB**.

MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. 9 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025. **Ebook MB**.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. rev. atual. ampl. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2025. **Ebook MB.**

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 23 ed. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB.**

13.8 8º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Administrativo II			
	CÓDIGO	CR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
	H126761	04	8º	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Cód. Acervo Acadêmico – 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que contribui para formar

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que contribui para formar:

- C9 Compreensão das relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.
- C11 Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.
- C12 Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

1. EMENTA

Contratos Administrativos e Licitação. Serviços Concedidos, Permitidos e Autorizados. Função Pública. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil do Estado. Intervenção do Estado na Propriedade Privada: Desapropriação. Bens Públicos.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Dos atos administrativos bilaterais. Contratos administrativos. Servidores públicos, bens públicos, responsabilidade e restrições do Estado na propriedade privada.

2. OBJETIVO DA DISCIPLINA

- Conhecer e compreender as atividades relacionadas à Administração Pública, reconhecendo a diversidade de interpretação de doutrinas e aplicando de forma crítica e analítica os seus conhecimentos em situações práticas.

3. COMPETÊNCIAS

- Aplicar os conhecimentos teóricos da disciplina em situações concretas.
- Ter aptidão para desenvolver estudos com vinculação dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais.
- Ter habilidade para aplicar os princípios constitucionais e administrativos de forma coesa.

4. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

4.1 SABERES POR UNIDADE DE ENSINO

UNIDADE I.

Conceito -Chave 1 - Dos atos administrativos bilaterais. Contratos administrativos.

- **Subsaberes**

Procedimento de licitação.

Contratos administrativos: Conceito, características, elementos, tipos.

Formação dos contratos administrativos.

Execução e desfazimento de contrato administrativo.

Contrato de obra pública.

Serviços Públicos: Concessão, Permissão e Parceria Público-Privada (PPP) - legislações, conceitos, objetivos, tipos, principais características e elementos e regime contratual.

UNIDADE II

Conceito-Chave 2: Servidores públicos, bens públicos, responsabilidade e restrições do

Estado na propriedade privada:

- Subsaberes

Servidores públicos na dimensão constitucional e Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Classificação, Investidura, Direitos e Deveres dos servidores.

A responsabilidade dos servidores públicos: Noções gerais.

A teoria do risco. Responsabilidade Estatal por atos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Bens Públicos: Noções gerais.

Restrições do Estado nas propriedades privadas.

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão realizadas através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 37. Rio de Janeiro Forense 2024. Ebook MB.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 13 ed. São Paulo. Saraiva, 2023.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo**. 14. Rio de Janeiro Atlas 2025. Ebook MB

5.2 COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**, 5 ed. São Paulo. Saraiva, 2022. Ebook MB.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 38. Rio de Janeiro Atlas 2024. Ebook MB.

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito administrativo**. 5 ed. São Paulo. Saraiva, 2022. Ebook MB.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**, 11 ed. São Paulo. Método, 2023. Ebook MB.

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de. **Direito Administrativo**. São Paulo. Método, 2021.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Processo do Trabalho			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126990	8º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

C10. Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Direito Processual do Trabalho. Ação Trabalhista. Dissídio Individual. Recursos no Processo do Trabalho. Liquidação de Sentença. Execução Trabalhista.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Organização da Justiça do Trabalho. As partes no processo trabalhista. Instrução Processual. Recurso.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos dogmáticos do Direito Processual do Trabalho.

COMPETÊNCIAS

- Compreensão dos principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes ao Direito Processual do Trabalho.
- Solucionar casos concretos relacionados aos temas estudados e à legislação em vigor.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Organização da Justiça do Trabalho.

1. Histórico da Justiça do Trabalho
2. Estrutura e composição dos Órgãos da Justiça do Trabalho.
3. Jurisdição
4. Competência.

Conceito chave 2: As partes no processo trabalhista.

1. Princípios que orientam o Processo do Trabalho
2. Dissídios individuais. Propositura
3. Atos de comunicação processual
4. Defesa do Reclamado

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Instrução Processual.

1. Instrução processual trabalhista
2. Ritos procedimentais
3. Sentença.
4. Coisa julgada.

Conceito-Chave 4: Recurso

1. Teoria geral dos recursos
2. Recursos em espécie.
3. Execução trabalhista
4. Dissídios coletivos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e

efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 23 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**, 47 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho**, 12 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. **CLT-Comentários À Consolidação das Leis Trabalhistas**. 49. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 29 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Brasília: Procuradoria-Geral do Trabalho, 2024. Disponível em: <https://anpt.org.br/publicacoes/revista-do-mpt>

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 4 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2023. **Ebook MB**.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2020. **Ebook MB**.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 3. São Paulo, SP: Saraiva, 2022. **Ebook MB**.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Curso: Direito			
	DISCIPLINA: Experiência Extensionista IV			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126141	8º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

EMENTA

Premissas da Experiência Extensionista III: Apresentação do Componente Curricular: Práticas da Experiência Extensionista IV; Revisão dos projetos desenvolvidos nas Experiências Extensionistas III voltados para os tipos de atividades; Projeto por área de conhecimento. Visita a comunidade para realizar um diagnóstico adequado a sua realidade. Diagnóstico e Solução por área de Conhecimento: Conceito de Planejamento - Elaboração do cronograma. Solução: novas soluções para a intervenção; Mostra dos Resultados. Planejamento da Intervenção: Elaboração do Plano de Trabalho; Apresentação da proposta para comunidade; Execução do plano de trabalho (Intervenção). Resultados da intervenção: Análise dos resultados; Mostra dos resultados; Elaboração do Relatório

Unidades de Ensino: Premissas da Experiência Extensionista IV. Diagnóstico e Solução por área de Conhecimento. Planejamento da Intervenção. Resultados da intervenção

OBJETIVO DO COMPONENTE CURRICULAR

Promover ações articuladas a partir de vivências e a aplicação dos saberes, relacionada as áreas do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, para a resolução dos problemas reais, visando o desenvolvimento da Ética e Pensamento Crítico intelectual e acadêmica do discente.

COMPETÊNCIAS

- Relacionar os saberes adquiridos nas áreas de conhecimento.
- Identificar as demandas advindas dos projetos e da comunidade

- Avaliar as ações, os riscos e alterações durante a atividade de extensão.
- Liderar os compromissos e tarefas propostas junto à comunidade
- Intervir de forma responsável, por meio das atividades de extensão, aspectos social político, cultural, científico e tecnológico.

4. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO UNIDADE DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-chave 1 – Premissas da Experiência Extensionista IV Subsaberes:

Apresentação do Componente Curricular: Práticas da Experiência Extensionista IV (Apresentação do PEA -Trilha de Aprendizagem IV).

Revisão dos projetos desenvolvidos nas Experiências Extensionistas III voltados para os tipos de atividades.

Projeto por área de conhecimento: problema, causas e potencialidades.

Primeiro Diagnóstico: Visita a comunidade para realizar um diagnóstico adequado a sua realidade

Conceito-chave 2 – Diagnóstico e Solução por área de Conhecimento Subsaberes:

Conceito de Planejamento - Elaboração do cronograma

Solução: Novas soluções para a intervenção.

Mostra dos Resultados: apresentação dos diagnósticos e propostas de solução dos problemas reais.

UNIDADE II

Conceito-chave 1 – Planejamento da Intervenção Subsaberes

Elaboração do Plano de Trabalho: metas que se pretende alcançar

Apresentação da proposta para a comunidade

Execução do plano de trabalho. (Intervenção)

Conceito-chave 2 - Resultados da intervenção Subsaberes

Análise dos resultados: Interpretar os resultados alcançados

Mostra dos resultados: Apresentação dos resultados para a comunidade interna e externa.

Elaboração do Relatório

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para promover o conhecimento prévio do aluno será realizada a revisão dos projetos desenvolvidos na experiência extensionista III, baseada na sistematização do diagnóstico e análise dos dados.

O domínio teórico será pautado nas atividades didático/pedagógicas, desenvolvidas nos espaços destinados exclusivamente à integração e planejamento das atividades. Como ponto de partida, o aluno articulará o conhecimento teórico e prático na área de conhecimento e os principais desafios para criar um plano de trabalho com base problema, causas e potencialidades identificados.

A aplicabilidade do conhecimento será desenvolvida pelo aluno em contato com o campo da extensão, a partir da apresentação do plano de trabalho para a comunidade, discussão dos principais desafios, apontamento das possíveis soluções, organização com a comunidade e a execução do plano de trabalho. A materialização dos saberes se dará através da observação e registro dos resultados e análise de todo o plano de trabalho. A elaboração do plano será resultante da solução, execução e conclusão das atividades.

Como devolutiva, será realizada uma apresentação dos resultados para a comunidade interna e externa.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto de extensão acontecerá de forma processual e contínua ao longo das Unidades de Ensino.

Na unidade I, o aluno será avaliado pelos resultados das etapas de desenvolvimento do plano de trabalho na ferramenta de gestão na qual o preceptor dará o feedback contínuo aferindo notas de 0 a 10 através dos critérios da avaliação.

Na unidade II, as etapas do processo avaliativo consistirão no desenvolvimento do processo de intervenção na comunidade aferindo notas de 0 a 10 através dos critérios da avaliação.

A nota final das unidades é a média de toda as notas das etapas. A composição da nota final do componente curricular será correspondente a média das unidades. Média mínima para aprovação 6.

Na Autoavaliação, os alunos responderão um questionário das competências trabalhadas na Experiência

Extensionista III – Ética e Pensamento Crítico

Avaliação por pares ocorrerá ao final de cada unidade programática a fim de promover a autonomia e a liderança dos estudantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BÁSICA

PRADO, F. L.D. **Metodologia de Projetos**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2011. 9788502133297.

DEBALD, Blasius. (Org.). **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2020.

BACICH, Lilian; MORAN José. Org. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

BENDER, N Willian. **Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

5.2 COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

Nações Unidas Brasil. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso a 30 de janeiro de 2020.

DAROS, Thuinie; FAUSTO, Camargo. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

DAROS, Thuinie; FAUSTO, Camargo. **A sala de aula digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido**. Porto Alegre: Penso, 2021.

POZZOBON, Maria Elizete; BUSATO, Maria Assunta (Org.). **Extensão universitária: reflexão e ação**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

SILVA, Luciane Duarte (Organizadora). **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2014.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas, SP: Alínea, [2010]. 138 p.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Processo Penal III			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127032	8º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C10 - Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Procedimentos especiais. Das Nulidades: Teoria Geral das Nulidades e Nulidades em Espécie. Dos Recursos: Teoria Geral dos Recursos e Recurso em Espécie. Dos Recursos para os Tribunais Superiores. Ações Autônomas Impugnativas.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Procedimentos, Decisão, Coisa Julgada. Nulidades. Nulidades em espécie. Recursos.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Conhecer e compreender todos os temas propostos na ementa, correlacionando-os e contextualizando-os sob os pontos de vista doutrinário, legal e jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS

- Desenvolver visão científica do Direito Processual Penal.
- Posicionamento analítico diante de temas da atualidade, relacionados com o Direito Processual Penal.
- Compreender a importância do Processo Penal e saber aplicar de forma contextualizada em casos concretos.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Procedimentos, Decisão, Coisa Julgada.

1. Procedimentos especiais.
2. JECRIM.
3. Decisões.
4. Coisa julgada: Conceito, Espécies, Limites objetivos e subjetivos.

Conceito-Chave 2: Nulidades.

5. Teoria geral das nulidades.
6. Sistema de nulidades e Constituição.
7. Natureza jurídica.
8. Conceito, Princípios, Efeitos.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Nulidades em espécie.

9. Código Processual Civil -art. 564: incisos I e II
10. Código Processual Civil -art. 564: inciso III
11. Código Processual Civil -art. 564: inciso IV e nulidade derivada.
12. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre nulidades no Processo Penal.

Conceito-Chave 4: Recursos.

13. Teoria geral dos Recursos.
14. Recurso em sentido estrito, apelação, embargos infringentes e de nulidades, embargos de declaração, carta testemunhável.

15. Recursos para os Tribunais Superiores.

16. Habeas corpus e revisão criminal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.

- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. **Ebook MB**.

BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30 ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2023. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo penal**. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. **Ebook MB**.

BRITO, Alexis Couto de. **Execução Penal**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; ARAUJO REIS, Alexandre Cebrian. **Direito Processual Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Coleção Esquemático) **Ebook MB**.

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. **Direito processual penal**. 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. **Ebook MB**.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Prática Jurídica I (Simulação Cível)			
	Código	Créditos	Período	Carga Horária
	H128179	04	8º	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CÓDIGO DE ACERVO ACADÊMICO 122.1				

EMENTA

Simulação de audiências cíveis. Relatórios de consultas a processos. Preparação de Peças Processuais. Sustentação Oral das Razões. Análise de Casos Reais. Ritos Processuais. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica neste conteúdo, contemplando assuntos de interesse da coletividade, voltados para a questão ética, política e pedagógica.

OBJETIVO

Desenvolver no aluno a visão prática do direito civil, através da preparação de peças processuais e sustentação oral.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Aplicar os princípios e normas do Direito Civil e Processual Civil na resolução de casos simulados.
- Desenvolver a argumentação jurídica com base na doutrina, jurisprudência e legislação vigente.
- Elaborar peças processuais adequadas às diversas fases do processo cível, considerando ritos ordinário, sumário e especial.
- Analisar criticamente os institutos do Direito Processual Civil, compreendendo sua aplicação prática.
- Utilizar estratégias processuais eficazes na condução de demandas judiciais fictícias.
- Desenvolver habilidades de negociação e conciliação em simulações de audiências cíveis.
- Aplicar o raciocínio lógico-jurídico na formulação de soluções para conflitos reais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Processo Simulado no 1º Grau

Rito Ordinário/Especial/Sumário – Elaboração de Petição Inicial com Tutela de Urgência/Contestação/Manifestação sobre a Contestação – Audiência Simulada

Decisões Interlocutórias - Recursos

Itens para avaliação escrita – Elaboração de peça processual

UNIDADE II: Processo Simulado no 2º Grau

Decisões Terminativas e Extintivas

Recursos

Sustentação Oral das Razões.

Execuções – Cautelares

Itens para avaliação escrita – Elaboração de Peça Recursal

PROCEDIMENTO METODOLOGICO

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de videoaulas contextualizadas, com análise e acompanhamento de casos, elaboração de peças, análises de

análises de casos reais das varas restritivas obtidos através dos convênios com órgãos públicos e do Núcleo de Práticas Jurídicas e discussões através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas , as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas. O processo de avaliação será contínuo e efetivado através de estratégias virtuais de avaliação que incluem: Elaboração de peças processuais, tendo como referência problemas e análises de casos reais e frequência integral às aulas, participação em audiências virtuais nas Varas Cíveis, Seções Judiciárias, Juizados Cíveis, Câmaras Cíveis, Tribunal, Varas da Justiça Federal , e outras atividades que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática Civil**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. **Prática Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática No Processo Civil - 27ª Edição 2024**. 27. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book

BERTOLO, José Gilmar. **Petições forenses anotadas**. 12. ed. Leme, SP: Mizuno, 2017. 1501p.

CHACON, Luis Fernando R. **Manual de Prática Forense Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único**. 15 ed. rev. atual. São Paulo, SP: JusPODIVM, 2023.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 6. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, v. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. 65. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook MB.

13.9 9º PERÍODO

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Internacional			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128195	9º	02	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

C7 Compreender as relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito.

C9. Compreender as relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos. (Nova DCN, Portaria do ENADE 443/2018)

EMENTA

Elementos e instrumentos do Direito Internacional Público. Dimensão e fundamentos da globalização. Fundamentos e função do Direito Internacional Privado. Direito Internacional Privado no mundo globalizado. Competência internacional e elementos de conexão. Autonomia da vontade e arbitragem. Arbitragem nacional internacional.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direito Internacional Público. Elementos e instrumentos do Direito Internacional Público. O Estado e os elementos essenciais. Elementos introdutórios de Direito Internacional Privado.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Capacitar o aluno a utilizar as fontes de direito internacional público e de direito público interno para a solução de problemas a partir dos conhecimentos básicos sobre a sociedade internacional.

COMPETÊNCIAS

- Ter conhecimento sobre sociedade internacional e os processos transformadores políticos.
- Analisar acontecimentos internacionais de repercussão mundial político-jurídica.
- Compreender a diferença funcional entre direito internacional público e privado.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

I UNIDADE

Conceito-Chave 1: Direito Internacional Público

- 1.Introdução ao Direito Internacional Público
- 2.Conceito de Direito Internacional Público
- 3.Evolução do Direito Internacional Público.
- 4.Sociedade internacional e comunidade de Estados.

Conceito-chave 2: Elementos e instrumentos do Direito Internacional Público.

- 5.Fontes do Direito Internacional Público; Conceito e classificação. Art.38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
- 6.Dos atos internacionais. Definição; espécies. Produção e tipos de normas jurídicas internacionais. Processo de elaboração dos tratados internacionais.
- 7.Aplicação e interpretação de atos internacionais.
- 8.Sujeitos do Direito Internacional Público.

II UNIDADE

Conceito-chave 3: O Estado e os elementos essenciais

9. Sucessão e responsabilidade internacional.
10. Organizações Internacionais; ONU Objetivos e sistema da ONU.
11. Globalização e blocos econômicos. MERCOSUL e ALCA.
12. Litígios internacionais e soluções de Conflitos. Violação de tratados e consequências

Conceito-chave 4: Elementos introdutórios de Direito Internacional Privado.

13. Noções; Definição, fundamentos. Fontes: conceito e classificação
14. Objeto. Elementos de conexão. Ordem Pública. Moral e bons costumes.
15. Direito de família: homologação e execução de sentença de divórcio. Prestação de alimentos no estrangeiro.
16. Contratos internacionais. Cartas Rogatórias. Arbitragem nacional e internacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência, levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2023. Ebook MB.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 15 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. Ebook MB.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2023. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional privado**. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2023. **Ebook MB**.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado**. 4 ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025. **Ebook MB**.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2024. **Ebook MB**.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 18 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2022. **Ebook MB**.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado: inclui direitos humanos**. 6. ed. São Paulo Saraiva 2023.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Previdenciário			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123797	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C6 Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;
- C7 Compreender as relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito.
- C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Previdência Social. Saúde. Assistência Social. Beneficiários. Prestações. Custeio. Textos legais básicos. Constituição Federal de 1988. Leis nº 8.212/91 e 8.213/91. Legislação complementar.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Introdução ao Direito Previdenciário. Previdência Social e Saúde. Previdência Social Aspectos constitucionais. Benefícios e serviços da Previdência Social.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Capacitar o aluno a compreender eficazmente os regramentos dogmáticos do direito previdenciário, dotando-o de conhecimentos para equacionar e solucionar os conflitos a partir do direito positivo, da doutrina e do exercício jurisprudencial.

COMPETÊNCIAS

- Compreender o funcionamento e composição do Sistema de Previdência Social.
- Analisar os objetivos do Sistema de Previdência Social.
- Conhecer o custeio do sistema sob a ótica constitucional e infraconstitucional.
- Analisar as Leis nº 8.212/91, 8.213/91, 8.080/90, 8.742/93, o Decreto nº 3.048/99.
- Estudar a evolução histórica da previdência social no mundo e no Brasil.
- Entender o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social - Atualização jurisprudencial.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Introdução ao Direito Previdenciário

Previdência Social: Concepção Histórica da Previdência Social

Da Ordem Social: Primado do trabalho, bem-estar e justiça sociais.

Sistema de Previdência Social: Conceito; elementos e objetivos ou princípios.

Semelhanças e diferenças entre os regimes de Previdência

Conceito-Chave 2: Previdência Social e Saúde

Assistência Social: Conceito e caracterização e Benefícios

Custeio da Previdência Social: aspectos constitucionais.

Forma de financiamento da Previdência Social: solidariedade no custeio e contribuições em espécie

Peculiaridades no custeio: destinação específica; regra da contrapartida; imunidades; anterioridade nonagesimal; risco constitucional.

UNIDADE II

Conceito-chave 3: Previdência Social Aspectos constitucionais

Regime Geral de Previdência Social

Beneficiários: Segurados, Dependentes

Filiação e Inscrição, Período de Carência, Manutenção e perda da qualidade de segurado

Salário de contribuição, salário de benefício, Renda Mensal Inicial

Conceito-chave 4: Benefícios e serviços da Previdência Social

Benefícios em espécie: Aposentadoria por invalidez, Auxílio-doença, Auxílio-acidente previdenciário, Aposentadoria por idade, Aposentadoria por tempo de contribuição, Aposentadoria Especial, Salário-maternidade, Salário-família, Auxílio reclusão, Pensão por morte

Competência para julgamento das lides previdenciárias

Serviços: Conceito. Caracterização e espécie dos serviços.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- AGOSTINHO, Theodoro. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- ALENCAR, Hermes Arrais. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Direito previdenciário**. 4 ed., São Paulo: Método, 2025. **Ebook MB**.

COMPLEMENTAR

- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Previdenciário: Seguridade Social**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito Previdenciário - Coleção Esquemático. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Método, 2024.
- VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Direito previdenciário**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2022. Ebook MB.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social: Direito Previdenciário**. São Paulo, SaraivaJur, 2025.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Prática Jurídica II (Prática Simulada)			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128187	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P3 Aptidão para a aprendizagem autônoma, dinâmica e continuada, preparando-o para o enfrentamento da complexidade dos conflitos, através dos métodos autocompositivos e heterocompositivos, através de formas consensuais de composição de conflitos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica indispensável ao exercício da Ciência do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C15. Interpretar e aplicar as normas, princípios e regras do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico, estudo de caso e prática do Direito;

C17. Utilizar raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

C18. Exercer atuação técnico-jurídica em solução de controvérsias e na tomada de decisões em diferentes instâncias, administrativas, privadas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

C19. Inter-relacionar fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática;

EMENTA

Elaboração de peças processuais penais. Pensamento Crítico e Analítico do Aluno. Evolução Doutrinária e Jurisprudencial. Aplicação da Legislação Pertinente. Princípios e Teorias aplicadas à Prática processual penal.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Prática de elaboração de peças penais

COMPETÊNCIAS

Desenvolver atividades básicas de prática nas áreas do Processo Penal construindo a visão holística do aluno para a competência Técnica, Política e Humana do profissional do direito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1: Prática e Redação de Peças

1. Técnicas de Orientação Jurídica
2. Elaboração de Peças
3. Técnicas de Orientação Jurídica
4. Elaboração de Peças

Conceito chave 2: Prática e Redação de Peças Processuais.

1. Técnicas de Orientação Jurídica.
2. Elaboração de Peças
3. Técnicas de Orientação Jurídica.
4. Elaboração de Peças

UNIDADE II

Conceito chave 3: Prática e Redação de Peças Processuais.

1. Técnicas de Orientação Jurídica
2. Elaboração de Peças
3. Técnicas de Orientação Jurídica
4. Elaboração de Peças

Conceito chave 4: Prática e Redação de Peças Processuais

1. Técnicas de Orientação Jurídica

2. Elaboração de Peça
3. Técnicas de Orientação Jurídica
4. Elaboração de Peça

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas práticas com análise, acompanhamento de casos e discussões, elaboração de peças. Visitas técnicas a órgãos da esfera judiciária. As atividades também poderão excepcionalmente, ser desenvolvidas através da interação de atividades síncronas e assíncronas com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas. O processo de avaliação será contínuo e efetivado através de estratégias de avaliação que incluem: Elaboração de peças processuais, tendo como referência problemas e análises de casos reais e frequência integral às aulas, participação em audiências virtuais nas Varas Cíveis, Seções Judiciárias, Juizados Cíveis, Câmaras Cíveis, Tribunal, Varas da Justiça Federal, e outras atividades que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2023. Ebook MB.
- RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30 ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2023. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo penal**. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. Ebook MB.

BRITO, Alexis Couto de. **Execução Penal**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2025. Ebook MB.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; ARAUJO REIS, Alexandre Cebrian. **Direito Processual Penal**. 12 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. (Coleção Esquematizado) Ebook MB.

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. **Direito processual penal**. 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

13.10 10º PERÍODO

	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
--	--

 <p>PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO</p>	DISCIPLINA: Experiência Extensionista V			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126516	10º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

1. EMENTA

Participação ativa dos alunos no diálogo entre a IES e a sociedade. Articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aliado aos saberes do curso. Construção do plano de trabalho de forma interdisciplinar, a partir da problematização, observação e diagnóstico da realidade, na busca de soluções para as necessidades da sociedade. Execução do plano de trabalho no campo de extensão. Intervenção por meio de atividades extensionistas (Programas; Projetos; Cursos e oficinas; Eventos; Prestação de serviços) e registro dos resultados.

Unidades de Ensino: Programas; Projetos; Cursos e oficinas; Eventos; Prestação de serviços

2. OBJETIVO DO COMPONENTE CURRICULAR

- Dialogar com os agentes internos da IES e os externos, com o objetivo de promover, por meio das atividades extensionistas modificações significativas na realidade a qual se destina.
- Identificar as necessidades emergentes da comunidade atuando de forma colaborativa para resolução dos problemas identificados.
- Verificar de forma processual e gradual o desenvolvimento da atividade desenvolvida e seu reflexo na comunidade.
- Promover a interação com outras áreas do conhecimento.
- Articular os ODS com a atividade de extensão e com a linha temática correspondente: Qualidade de Vida, Cultura e Justiça; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Educação e Empregabilidade.

3. COMPETÊNCIAS

- Observar, diagnosticar e interpretar a demanda social para construção de um plano de trabalho eficaz na atuação com a sociedade.
- Estruturar a atividade extensionista dentro dos propósitos da extensão universitária promovendo modificações sociais.
- Interagir com as demandas advindas da realidade social.
- Atuar de forma ética seguindo as boas práticas de respeito ao outro, a diversidade, a cultura, os valores, a religião.
- Utilizar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso para propor soluções de intervenção com a sociedade.
- Articular por meio das atividades de extensão, os aspectos sociais, político, cultural, científico e tecnológico.
- Dialogar com a IES e a comunidade para mobilização e realização das atividades.

4. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

4.1 UNIDADE DE ENSINO UNIDADE I

Diálogo entre a IES e a sociedade. Construção do Plano de Trabalho e o campo de extensão: atividades extensionistas

Conhecimento de problemas sociais reais.

Troca de experiências e saberes com a sociedade.

Articulação e aplicação do conhecimento teórico e prático com os ODS.

Aplicação de uma atividade inovadora e transformadora, em articulação com a pesquisa.

O Plano de Trabalho e as necessidades da comunidade observada.

UNIDADE II

Diagnóstico, Intervenção e resultados: relação entre os saberes acadêmicos e a realidade.

Resolução de questões reais advinda do diagnóstico da comunidade.

Solução de problemas que promovam o desenvolvimento social.

Relatórios das atividades de extensão desenvolvidas.

Criação do portfólio como espelho para ingresso no mundo do trabalho.

Avaliação e Autoavaliação contínua e crítica.

4.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir aos propósitos do componente curricular serão desenvolvidas atividades de extensão em forma de Programas; Projetos; Cursos e Oficinas; Eventos e Prestação de Serviços.

Cabe ao Núcleo Interdisciplinar de Extensão apresentar aos alunos matriculados, por meio de seus preceptores, os projetos, programas e parcerias por período elencando por área do conhecimento e articulação com os ODS

As atividades extensionistas serão desenvolvidas por meio de metodologias ativas, utilizando Aprendizagem baseada em projetos; Aprendizagem baseada em resolução de problemas reais; Aprendizagem colaborativa e Aprendizagem com os ODS.

A utilização dessas metodologias prioriza o protagonismo do aluno, pois ele é o agente ativo durante todo o processo que contempla o Plano de Trabalho, a observação, o diagnóstico, o planejamento, as orientações para aplicação das atividades na comunidade, o registro conclusivo e a avaliação. Assim, o discente estará em constante diálogo com a sociedade, realizando e resolvendo os problemas sociais.

O Plano de Trabalho é construído a partir do diálogo entre a comunidade que é o foco da aplicação das atividades de Extensão, com o objetivo de identificar as necessidades emergentes da mesma. A observação proporciona ao estudante o contato com a comunidade e a oportunidade de verificar de forma processual e gradual o desenvolvimento da atividade desenvolvida e seu reflexo na comunidade. O diagnóstico permite a análise do cenário no qual será aplicado as atividades de Extensão, contribuindo para a construção do Plano de Trabalho em consonância e concordância com a comunidade. O planejamento prepara o discente para a incumbência de implantar e implementar as atividades de Extensão.

Dessa forma, os três movimentos da competência: domínio teórico, aplicação e problematização estão contemplados no desenvolvimento das atividades extensionistas, conduzindo os alunos a partir desses movimentos para intervir na realidade da comunidade.

O domínio teórico é adquirido nas disciplinas e são fundamentais para a construção e aplicação do conhecimento construído também em interação com a sociedade.

A aplicação prática permite uma relação dialógica entre IES, aluno e comunidade evidenciada pelo diagnóstico e com o objetivo de identificar as necessidades emergentes do público-alvo e intervir apresentando soluções em conjunto com outras áreas do saber articulada com os ODS. A problematização ocorrerá por meio da possibilidade de o aluno construir o seu percurso formativo permitindo a composição de experiências de extensão, contribuindo para a inserção no mercado de trabalho, pois estará atrelado aos propósitos de sua perspectiva futura (Projeto de Vida – Experiências profissionais Trajetória de vida). Durante todo o processo de construção, o aluno criará seu portfólio registrando o projeto e as etapas da execução necessárias para a realização do plano de trabalho e construção de uma Trilha de Aprendizagem ao longo de seu percurso formativo durante o curso.

As atividades didático/pedagógicas das unidades de ensino serão desenvolvidas no espaço físico **Mundo da Extensão** destinado exclusivamente para promover a integração com os alunos para o planejamento, a orientação e a troca de experiências, bem como, presencialmente no campo de extensão. Na sociedade, serão realizadas visitas programadas, para promover o protagonismo do aluno.

O AVA e a ferramenta darão suporte tecnológico para a disponibilização de materiais, registro de atividades, evidenciando todo o processo desenvolvido e as considerações acerca dos impactos na comunidade.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da extensão dar-se-á em **três dimensões** para garantir o aprimoramento contínuo da qualidade da extensão, desenvolvida no âmbito de cada IES: Curricular e processual; Autoavaliação contínua e crítica. Na avaliação Curricular e Processual serão atribuídas notas mediante o cumprimento do Plano de Trabalho, dividido em etapas que contemplam: O planejamento, o diagnóstico, a intervenção e os resultados alcançados. Na Autoavaliação contínua e crítica serão considerados os instrumentos e indicadores, para o Mapeamento das competências desenvolvidas durante a Trilha de Aprendizagem.

O desenvolvimento do aluno será avaliado durante as etapas do Plano de Trabalho: Planejamento, Diagnóstico, Intervenção e Resultados, aferindo notas de 0,0 a 10,0. A composição da nota final será correspondente a média dessas etapas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BÁSICA

BACICH, Lilian; MORAN José. Org. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

DEBALD, Blasius. (Org.). Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2020.

PRADO, F. L.D. Metodologia de Projetos. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2011. 9788502133297

5.2 COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018. Disponível em

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

Nações Unidas Brasil. Agenda 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso a 30 de janeiro de 2020.

CALDERÓN, Adolfo. Educação Superior: Construindo a Extensão Universitária nas IES particulares. 1ª Edição, Editora Xamã, São Paulo, 2006.

FRANTZ, Walter. SILVA, Enio Waldir. As funções sociais da Universidade: O papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí, Editora Unijuí, 2002.

POZZOBON, Maria Elizete; BUSATO, Maria Assunta (Org.). Extensão universitária: reflexão e ação. Chapecó, SC: Argos, 2009.

SANTOS, Daisy Maria dos; FREIRE, José Marcos Monteiro; SILVA, Veleida Anahí (Org.). Universidade além da sala de aula: extensão universitária, desenvolvimento local e cidadania. São Cristóvão, SE: EDUFS, 2006.

SOUZA, João Clemente de. Extensão Universitária: Construção de Solidariedade. João Pessoa, 1ª Edição, Ed. Arte e Expressão, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 2. ed., rev. Campinas, SP: Alínea, [2010]. 138 p.

SILVA, Luciane Duarte (Organizadora). Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2014.

SOUZA, Rose Reis de. “Pétalas e Espinhos a Extensão Universitária no Brasil”. São Paulo:
Livro Pronto, 2010.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Digital e LGPD			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128209	10º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

EMENTA

Sociedade da informação. As novas tecnologias de informação e comunicação. Introdução aos mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo. Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet. Direitos e deveres no ciberespaço. Responsabilidade de usuários, provedores e governo. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Propriedade intelectual na era digital. Lei Geral de Proteção de Dados. Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): A Sociedade na Era Digital. Fundamentos do Sistema Brasileiro de

Proteção de Dados Pessoais. Regulação, Princípios, Conceitos e Âmbitos da LGPD. Direitos do Titular de Dados e Regulação Jurídica da Atividade de Tratamento de Dados Pessoais.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver estudos sobre as novas técnicas de comunicação e a responsabilidade das empresas e dos indivíduos nas diferentes interfaces, desde sua utilização enquanto sujeitos, os direitos e obrigações dos titulares dos instrumentos e as noções e institutos fundamentais em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais no sistema jurídico brasileiro.

COMPETÊNCIAS

Compreender, explicar e aplicar leis e instituições relacionadas à proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro e em seu contexto internacional;

Identificar como os direitos do titular de dados podem ser exercidos e diferenciar os tipos de violação e danos;

Entender os interesses jurídicos dos titulares de dados tutelados pelas normas de Direito de Proteção de Dados e avaliar o respectivo balanceamento com direitos e interesses de agentes que desempenham a atividade de tratamento de dados pessoais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: A Sociedade na Era Digital

Inovação nas tecnologias de informação e comunicação

Propriedade intelectual na era digital

Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo

Comércio eletrônico e e-business.

Conceito-Chave 2: Fundamentos do Sistema Brasileiro de Proteção de dados pessoais

Tutela da privacidade e proteção de dados pessoais no sistema jurídico brasileiro;

Elementos históricos;

Direito fundamental à proteção de dados pessoais;

Constituição, leis setoriais e LGPD.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Regulação, Princípios, Conceitos e Âmbitos da LGPD

Regulação do ambiente online, Segurança da informação e Proteção de Dados.

Princípios setoriais;

Conceitos fundamentais de proteção de dados pessoais no sistema brasileiro.

Âmbito de aplicação da LGPD e Questões de jurisdição frente ao tratamento de dados pessoais na economia digital.

Conceito-Chave 4: Direitos do Titular de Dados e Regulação Jurídica da Atividade de Tratamento de Dados Pessoais.

Direito de acesso, direito de retificação, direito de oposição, direito de bloqueio, direito à portabilidade, direito ao apagamento

Decisões automatizadas, sistemas algorítmicos e instrumentos de proteção de dados pessoais;
Direitos fundamentais e discriminação

Bases legais e requisitos para o tratamento lícito de dados pessoais;

Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. Proteção de dados e segurança informacional. Medidas de segurança, técnicas e administrativas adequadas. Boas práticas e governança.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, por meio da plataforma educacional especializada, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, adequadas à educação a distância, que permitem a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas.

A aprendizagem será orientada para se processar por autoinstrução, através da metodologia de aula invertida, maximizando a autonomia do estudante. O estudante será ativo diante do computador e interativo no contato com os professores/tutores e colegas, interagindo em fóruns de discussão e chat, também serão disponibilizadas videoaulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas.

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos serão realizadas atividades online e presenciais com o apoio do tutor, em grupo e/ou individuais, que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos. Para a aplicabilidade dos conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão desenvolvidas atividades práticas e/ou colaborativas e/ou pesquisas, ou outras atividades pedagógicas orientadas pelo professor-tutor.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

A partir do AVA, o estudante também irá participar da comunidade de aprendizagem, com o uso de conteúdos didáticos que têm como pressuposto didático- pedagógico a apresentação e a recuperação dos conteúdos de forma multissensorial, intuitiva, integrada e interativa.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o discente poderá seguir o seu ritmo individual, com aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

As atividades didático/pedagógicas serão realizadas através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir das atividades teóricas e práticas nos encontros presenciais, bem como no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ao longo do processo. Utilizar-se-á também de aplicação de prova presencial, contendo questões contextualizadas (objetivas e subjetivas), com vistas a consolidar a aprendizagem interativa e colaborativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

- MACHADO, Diego. **Algoritmos e Proteção de Dados Pessoais**. São Paulo: Almedina, 2023.
- SARLET, Ingo Wolfgang; SARLET, Gabrielle B. Sales; BITTAR, Eduardo C. B. **Inteligência Artificial, Proteção de Dados Pessoais e Responsabilidade na Era Digital**. São Paulo: ExpressaJur, 2022
- TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

COMPLEMENTAR

- BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira. **Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais**. São Paulo: Almedina, 2022.
- SANTOS, Manoel J. Pereira; SCHAAL, Flavia Mansur Murad; GOULART, Rubeny (org.). **Propriedade intelectual e inteligência artificial**. São Paulo: Almedina, 2024.

SILVA, Alexandre Pacheco da; GUIMARÃES, Tatiane; MOUTINHO, Andréa Lasevicius (org.). **Direito Autoral e Internet: diagnósticos e perspectivas do debate brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2023.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: SaraivaJur, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo. **LGPD: Como evitar as sanções administrativas**. São Paulo: Saraiva. 2021. Ebook MB.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Equivalentes Jurisdicionais de Resolução de Conflitos			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128217	10º	4	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

1. EMENTA

Teoria do conflito: conceito, mudança de paradigmas, métodos autocompositivos e heterocompositivos. Bases normativas dos métodos autocompositivos: Resolução 125/2010 do CNJ; Resolução 225/2016 do CNJ Lei 13.105/15 NCPC; Lei 13.140/15. Métodos consensuais de resolução de conflitos: negociação, mediação, conciliação, arbitragem e círculos restaurativos.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): 1. Teoria do conflito. 2. Bases normativas dos métodos autocompositivos. 3. Métodos consensuais de resolução de conflitos.

2. OBJETIVO DA DISCIPLINA

Capacitar o aluno para diagnosticar, escolher e executar o método mais adequado para gestão do conflito.

3. COMPETÊNCIAS

Aplicar métodos alternativos de solução de conflitos.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

4.1 SABERES POR UNIDADE DE ENSINO (conceitos-chave e conteúdo)

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Teoria do conflito

Subsaberes: Conflito: conceito e classificação de conflitos.

Conceito-Chave 2: Bases normativas dos métodos autocompositivos

Subsaberes: Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário (Resolução 125/2010 do CNJ); O Código de Processo Civil e os Métodos Consensuais (Lei 13.105/15 NCPC); Mediação (Lei 13.140/15).

UNIDADE II

Conceito-Chave 2: Bases normativas dos métodos autocompositivos

Subsaberes: Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário (Resolução 225/2016 do CNJ);

Conceito-Chave 3: Métodos consensuais de resolução de conflitos

Subsaberes: Técnicas para aplicação da negociação, mediação, conciliação, arbitragem e círculos restaurativos.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O domínio dos saberes referentes aos conceitos-chave será desenvolvido através de aulas que fomentem, além da leitura da bibliografia básica, a leitura complementar de artigos científicos, interação audiovisual, elaboração de resumo expandido, pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito, bem como o desenvolvimento de perspectivas interdisciplinares.

A aplicabilidade dos saberes será efetuada na elaboração de resumo expandido, estudos dirigidos e simulação de audiência de mediação.

A problematização dos saberes será realizada por meio de analogia com situações do cotidiano profissional e estudos de caso.

No desenvolvimento da disciplina será promovida a interação de atividades síncronas e assíncronas com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google e do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

4.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua por meio da utilização de diferentes instrumentos avaliativos, abrangendo **Prova Contextualizada (PC)**, envolvendo 8,0 pontos no exame escrito e individual, constituído de 25% em nível fácil (domínio teórico), 50% nível médio

(aplicabilidade) e 25% de nível difícil (problematização). Além da prova contextualizada será adotada a **Medida de Eficiência (ME)**, envolvendo 2,0 pontos, alcançada através da verificação do rendimento do aluno nas Atividades Práticas Supervisionadas propostas (estudo dirigido, mapa mental, seminários, estudo de caso, pesquisa bibliográfica).

Excepcionalmente, poderão ser adotadas estratégias virtuais de avaliação, desde que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

TARTUCE, Fernanda. **A mediação nos conflitos civis**. Rio de Janeiro: Método, 2024.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem e Mediação**. 6. Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

5.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NASCIMBENI, Asdrubal F.; CARDOSO, Christiana B.; RANZOLIN, Ricardo. **Meios Adequados de Solução de Conflitos: arbitragem, dispute board, mediação, negociação e práticas colaborativas**. São Paulo: Almedina, 2023.

PRADO, Douglas Alexander. **Como advogar na mediação**. Rio de Janeiro: Expressa, 2023.

SCAVONE JUNIR, Luiz Antonio. **Arbitragem: Mediação, Conciliação e Negociação**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126800	10º	2	40
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

EMENTA

Formulação do problema de pesquisa. Definição dos objetivos e da metodologia para alcança-los. Redação de texto científico com o acompanhamento do orientador. Organização de dados. Normas Brasileiras sobre documentação científica. Apresentação do Trabalho.

OBJETIVOS

GERAL

Fornecer ao aluno suporte para a elaboração de artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso.

ESPECÍFICOS

- Definir o tema e o problema de pesquisa
- Escolher os métodos e técnicas adequados
- Desenvolver a pesquisa
- Elaborar artigo científico.

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Pesquisar o tema proposto no artigo, observando a metodologia adequada para o problema escolhidos e objetivos estabelecidos.

Elaborar o texto final, através do acompanhamento do professor-orientador com uso adequado das normas Técnicas da

ABNT.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I

Elementos Pré textuais, textuais.

Elementos textuais: tema e delimitação do tema, Problematização, Objetivos: Geral e específicos, Justificativa e metodologia; Pesquisa. Técnica de Pesquisa. Artigo científico. Tipos de artigos científicos. Identificação de elementos pré e pós textuais.

UNIDADE II

Artigo

Bibliografia preliminar. Referências bibliográficas.

Elaboração do Artigo

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

As aulas serão desenvolvidas a partir da orientação ao aluno, nas etapas de elaboração do artigo científico, sanando as dúvidas e orientando o desenvolvimento de sua pesquisa e redação.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá na apresentação do texto escrito e exposição oral do artigo para a banca examinadora em data previamente estabelecida pelo orientador e assessoria de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica. 18. Ed. São Paulo: Saraiva. 2024 e-book.

NADÓLSKIS, Hêndricas. Comunicação jurídica: orientação completa para a correta redação de textos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de artigos científicos. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 10. ed. 6. imp. São Paulo: Atlas, 2010.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

METRING, Roberte A. *Pesquisas Científicas: planejamento para iniciantes*. 1 ed. Curitiba:Juruá, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed., 6. reimpr. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

MEZZAROBA, Orides. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2023.

ACESSO VIRTUAL

LAKATOS, Eva Maria, and MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Atlas, 2010. VitalBook file.

CASTILHO, and Maria Augusta de. **Roteiro para elaboração de monografias em Ciências Jurídicas**. 4. ed. Saraiva, 2008. VitalBook file.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2024.

NOGUEIRA, Daniel R.; LEAL, Edvalda A.; NOVA, Silvia Pereira de Castro C.; et al. **Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2020. E-book.

VARGAS, Caroline. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. ISBN 9786553620827

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: Prática Jurídica III (Prática Real)			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128225	10º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P3 Aptidão para a aprendizagem autônoma, dinâmica e continuada, preparando-o para o enfrentamento da complexidade dos conflitos, através dos métodos autocompositivos e heterocompositivos, através de formas consensuais de composição de conflitos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica indispensável ao exercício da Ciência do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C15. Interpretar e aplicar as normas, princípios e regras do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico, estudo de caso e prática do Direito;

C17. Utilizar raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

C18. Exercer atuação técnico-jurídica em solução de controvérsias e na tomada de decisões em diferentes instâncias, administrativas, privadas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

C19. Inter-relacionar fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática;

EMENTA

Realização de atividades simuladas e reais, exclusivamente práticas, compreendendo, entre outras, atendimento ao público assistido pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, utilização das

plataformas de processo judicial eletrônico, redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de conciliação, visitas relatadas a órgãos judiciários, análise de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia jurídica e legislação profissional, atinentes à Área Cível e/ou Penal (atividades vinculadas ao CEJUSC, ao Projeto Reformatório, bem como ao Projeto Reconstruindo a Liberdade – Sergipe, decorrente do convênio de cooperação institucional entre a Unit e a Defensoria Pública do Estado, o qual consiste na potencialização da assistência jurídica e acesso à justiça dos seres humanos vulneráveis que estão cumprindo pena privativa de liberdade no sistema penitenciário do Estado de Sergipe, decorrente de sentença), além de atuar em demandas individuais e coletivas em convênio com a Defensoria Pública do Estado.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Desenvolver atividades básicas de prática real nas áreas de Direito Civil e/ou Penal construindo a visão holística do aluno para entendimento e aplicação dos institutos previstos, e para a competência Técnica, Política e Humana do profissional do direito.

COMPETÊNCIAS

- Conhecer as principais teorias sociais relacionadas ao Direito.
- Desenvolvimento do pensamento crítico, analítico e criativo.
- Saber aplicar a Legislação em vigor a casos práticos.
- Acompanhar a evolução doutrinária e jurisprudencial.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

- Realização de atividades simuladas e reais, exclusivamente práticas, compreendendo, entre outras, atendimento ao público assistido pelo Núcleo de Práticas Jurídicas.
- Utilização das plataformas de processo judicial eletrônico, redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões de conciliação.

-Visitas relatadas a órgãos judiciários.

UNIDADE II:

Análise de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia jurídica e legislação profissional, atinentes à Área Cível e/ou Penal (atividades vinculadas ao CEJUSC, ao Projeto Reformatório, bem como ao Projeto Reconstruindo a Liberdade – Sergipe, decorrente do convênio de cooperação institucional entre a Unit e a Defensoria Pública do Estado, o qual consiste na potencialização da assistência jurídica e acesso à justiça dos seres humanos vulneráveis que estão cumprindo pena privativa de liberdade no sistema penitenciário do Estado de Sergipe, decorrente de sentença), além de atuar em demandas individuais e coletivas em convênio com a Defensoria Pública do Estado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, com análise e acompanhamento de casos, elaboração de peças, análises de casos reais e hipotéticos ligados à área trabalhista, e discussões através da interação de atividades síncronas e assíncronas, objetivando a troca de conhecimento, bem como a interação e a apropriação dos conteúdos disponíveis nas diversas mídias disponibilizadas, as quais também servirão de apoio para a realização das atividades on-line; utilização da biblioteca virtual para leitura complementar e pesquisas que abordam as temáticas em questão, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Devido ao seu caráter eminentemente prático, a disciplina não é avaliada através de provas. O processo de avaliação será contínuo e efetivado através de estratégias virtuais de avaliação que incluem: Elaboração de peças processuais, tendo como referência problemas e análises de casos reais e frequência integral às aulas, participação em audiências virtuais, e outras atividades que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**, v. 3: parte especial: (arts. 213 a 359-T). 22 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. Ebook MB.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática Civil - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**. v.3. 5 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal: parte especial: arts. 213 a 361 do código penal**. 8. ed. – [2. Reimp.] – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo penal**. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. Ebook MB.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. **Prática Civil**. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.267. ISBN 9788530995225. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995225/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

13.11 OPTATIVAS I

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: TÓPICOS AVANÇADOS NO DIREITO I			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128233	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Tópicos avançados para resolução de problemas jurídicos. Tópicos avançados em direito do trabalho: relação de trabalho e relação de emprego, duração do trabalho, remuneração e salário, estabilidade e garantias. Tópicos avançados em direito processual do trabalho: recursos trabalhistas, dissídio individual e dissídio coletivo, execução trabalhista e audiência

trabalhista. Tópicos avançados em direito civil: pessoa natural e direitos da personalidade, direitos reais, negócios jurídicos e direito das obrigações. Tópicos avançados em direito processual civil: procedimento comum, respostas do réu, recursos em espécie e teoria geral do processo.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tópicos avançados em direito do trabalho. Tópicos avançados em direito processual do trabalho. Tópicos avançados em direito civil. Tópicos avançados em direito processual civil.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Possibilitar a compreensão do estudante acerca de temas avançados e aprofundados nas áreas de Direito do Trabalho (material e processual), Direito Civil e Direito Processual Civil, com vistas à solução de casos de variados graus de complexidade, reais ou simulados.

COMPETÊNCIAS

Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Tópicos avançados em direito do trabalho.

1.1 Relação de trabalho e relação de emprego

1.2 Duração do trabalho

1.3 Remuneração e salário

1.4 Estabilidades e garantias

1.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

Conceito-Chave 2: Tópicos avançados em direito processual do trabalho

2.1 Recursos Trabalhistas

2.2 Dissídio individual e dissídio coletivo

2.3 Execução trabalhista

2.4 Audiência trabalhista

2.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Tópicos avançados em direito civil.

3.1 Pessoa Natural e Direitos da Personalidade

3.2 Direitos Reais

3.3 Negócios Jurídicos

3.4 Direito das Obrigações

3.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

Conceito-Chave 4: Tópicos avançados em direito processual civil.

4.1 Procedimento Comum

4.2 Respostas do réu

4.3 Recursos em Espécie

4.4 Teoria Geral do Processo

4.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito civil**. 11 ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023. Ebook MB.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 26 ed. Barueri [SP]: Atlas, 2024. Ebook MB.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de Direito e Processo do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 39 ed. São Paulo : SaraivaJur, 2024. v. 2. Ebook MB.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Esquematizado - Direito processual civil**. Coord. Pedro Lenza. 15 ed. São Paulo : SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: FILOSOFIA E CIDADANIA			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127571	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.3				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P1-Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1 - Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos, FILOSÓFICOS, PSICOLÓGICOS, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito

EMENTA

A pluridimensionalidade humana; O conhecimento filosófico; A formação do cidadão; O exercício da cidadania; Mecanismos de Ideologização; O compromisso ético.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): As relações homem-mundo. Ideologia. Ética. A construção cidadania.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apropriar-se de conhecimentos teórico-históricos acerca da evolução do conhecimento humano, com vistas estabelecer relações entre os aspectos filosóficos, ideológicos e éticos e o contexto social em que se insere atuação pessoal e profissional.

COMPETÊNCIAS

Dominar os conhecimentos de filosofia necessários à compreensão do pensamento e ação humana.

Refletir sobre os processos de ideologização que movem e manipulam os pensamentos, os comportamentos movimentos históricos contemporâneo, visando ao desenvolvimento de uma postura emancipatória;

Compreender a ética como uma postura essencial na construção de um novo homem e de uma sociedade cidadã.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: As relações Homem-mundo; O conhecimento filosófico; Ideologia.

1. A Pluridimensionalidade Humana como promotor do pensamento humano;
2. Conhecimento filosófico como promotor do pensamento humano;
3. Origem e processo de evolução do conhecimento humano a partir da interpretação filosófica, considerando diferentes leituras de mundo; 4. Filosofia e Ideologia.

Conceito-Chave 2: Processos ideológicos; Educação; Transformação.

1. Processos de ideologização que movem e manipulam os pensamentos;
2. Processos de ideologização do comportamento;

3. Processos de ideologização e os movimentos históricos contemporâneos;
4. Educação e Transformação.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Construção da cidadania; Compromisso ético.

- 3.1 A Integralidade do Homem na Sociedade;
- 3.2 A construção da cidadania como valor e exigência na construção de uma sociedade sustentável;
- 3.3 Ciências e Valores: a ética como postura filosófica na construção de um novo homem;
- 3.4 Ciências e Valores: a ética como postura filosófica na construção para uma sociedade cidadã.

Conceito-Chave 4: Ética e Cidadania.

- 4.1 Ética e Cidadania
- 4.2 Ética e Moral;
- 4.3 Ética e Trabalho;
- 4.4 Ética e Ação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a disciplina é semipresencial, pautada nos princípios de flexibilidade, interação, autonomia e cooperação. Está apoiada na utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que serve de importante mediação tecnológica para os diversos atores do processo ensino-aprendizagem (professor regente, professor tutor virtual, alunos e técnicos de suporte), ao facilitar suas interações, por meio de ferramentas de comunicação (ex: fóruns, videoconferências e mensagens instantâneas) e ao disponibilizar

recursos didáticos, tais como documentos institucionais (ex: plano de ensino), conteúdos pedagógicos em diferentes formatos (desafio, infográfico, conteúdo do livro, dica do professor - videoaula, exercícios, na prática, saiba +, vídeos de orientações), atividades avaliativas (ex: avaliação online, medida de eficiência), informações (ex: dados dos professores, tutores e estudantes, bibliografias etc.), instruções (ex: roteiro de estudo), todos elaborados com foco nas necessidades dos estudantes, oportunizando-lhes autonomia, dialogicidade e interatividade, bem como acesso às diversas linguagens, como a textual, visual, hipertextual, audiovisual, iconográfica etc.

Para integralizar a carga horária total da disciplina e garantir o desenvolvimento dos saberes necessários, em atendimento aos objetivos de aprendizagem estabelecidos, o estudante, além de realizar, semanalmente, os estudos e atividades previstos no AVA, planejados e organizados visando o cumprimento de 72 (setenta e duas) horas de trabalho acadêmico, também deverá participar dos encontros presenciais, planejados e organizados ao longo do semestre letivo, visando o cumprimento de 8 (oito) horas da disciplina, destinadas aos esclarecimentos de dúvidas e à realização da avaliação presencial.

Na metodologia adotada, o estudante terá o suporte pedagógico de tutores presenciais e professores, que irão auxiliá-lo durante o desenvolvimento da disciplina, não somente em encontros presenciais, mas, principalmente, através de fórum de discussões, videoconferências, entre outros recursos de interação disponíveis no AVA.

Vale ressaltar que a metodologia adotada utiliza-se de uma estratégia didática, que serve para dinamizar e avaliar a aprendizagem dos estudantes, apresentada na forma de atividade obrigatória, de natureza aplicada, por relacionar os conteúdos da disciplina com situações da vida e/ou profissional, favorecendo à troca de saberes entre os envolvidos e à consolidação dos objetivos de aprendizagem.

Todas as atividades desenvolvidas no AVA, encontros presenciais, bem como a avaliação online e a presencial são concebidas e delineadas à luz dos objetivos de aprendizagem definidos no Plano de Ensino e Aprendizagem da disciplina.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ocorrerá de forma não presencial, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, a partir das Medidas de Eficiências, ao longo do processo avaliativo das Unidades de estudo, e a Avaliação Online. Também, presencial, prova escrita, contendo questões contextualizadas (objetivas e discursivas), com vistas a consolidar a aprendizagem significativa e interativa.

A avaliação da aprendizagem será composta de 2 formas: Unidade I: Medida de eficiência - 2,0 (pontos) + Avaliação Online - 8,0 (pontos); Unidade II: Medida de Eficiência - 2,0 (pontos) e Prova Presencial – 8,0 (pontos). As avaliações estarão delineadas pelas competências e habilidades da disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

JOHANN, Jorge Renato; BARRETO, Osório Alves; SILVA, Uverland Barros da; **Filosofia e cidadania**. 4. ed. Aracaju, UNIT, 2012. 204p. (Série Bibliográfica Unit).

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2015. 303 p.

MORIN, Edgar; UNESCO. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. 4. reimp. São Paulo, SP: UNESCO, 2017. 102 p.

COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar: (+ qualidade total na educação)**. 14. ed. São Paulo, SP: Papirus, 2014. 128p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4. ed. rev. 3. reimp. São Paulo, SP: Moderna, 2014. 479p.

CHAUÍ, Marilena de Souza; GUIZZO, João; MINEY, José Roberto. **Convite à filosofia**. 14. ed., 7. impr. São Paulo, SP: Ática, 2015. 520 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014. 344p. REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. 14. tirag. São Paulo: Saraiva, 2016. 708 p.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. 14. tirag. São Paulo: Saraiva, 2016. 708 p.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128241	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C6 - Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos a partir das suas teorias basilares;

EMENTA

Atividades do Estado. Direito financeiro. Despesa Pública e Receita. Orçamento Público, Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal. O Crédito Público e Disposições Constitucionais Transitórias Pertinentes e Legislação Complementar.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Despesa Pública e Receita. Orçamento Público, Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal. O Crédito Público e Disposições Constitucionais Transitórias Pertinentes e Legislação Complementar.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre o Direito Financeiro enquanto ramo da ciência jurídica, os elementos da atividade financeira do Estado e principais institutos do Direito Financeiro.

COMPETÊNCIAS

- Ter conhecimento da atividade Financeira do Estado, identificando as normas que dispõem sobre o orçamento e seu processo Legislativo.
- Compreensão das normas que dispõem sobre o orçamento e seu processo legislativo.
- Aptidão para entender a natureza das funções do Tribunal de Contas e do Banco Central.
- Selecionar do ordenamento jurídico as normas substancialmente financeiras.
- Aplicar as normas postas em vigor que normatizam a atividade financeira do Estado.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1: Atividades do Estado.

1.1 A atividade financeira do Estado, direito financeiro, despesa pública e receita pública.

1.2 Conceito de atividade financeira. Necessidades públicas.

1.3 Serviços públicos.

1.4 Critérios políticos para criação de serviços públicos.

Conceito chave 2: Direito Financeiro.

2.1 Conceito. Autonomia do Direito Financeiro. Relacionamento com os demais ramos do Direito.

2.2 Despesa Pública. Conceito. Necessidade das despesas públicas. Classificação das despesas públicas. 2.3 Execução das despesas públicas.

2.4 Receita Pública. Conceito. Classificação das receitas públicas. Receitas originárias. Receitas derivadas. Modalidades de receitas originárias segundo as fontes.

2.5 Princípios Constitucionais, orçamentários. da exclusividade. da programação. do equilíbrio orçamentário. da anualidade. da unidade. da universalidade. da legalidade. da transparência orçamentária. da publicidade orçamentária.

UNIDADE II

Conceito chave 3: Orçamento Público, Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 Leis Orçamentárias. Orçamento Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Orçamento anual.

3.2 Lei complementar. Lei 4320/64. Instituição de fundos. Fiscalização e controle dos orçamentos.

3.3 Tribunal de Contas da União. Introdução. Composição. Atribuições.

3.4 Tribunais de Contas nos Estados e nos Municípios.

Conceito chave 4: O Crédito Público e Disposições Constitucionais Transitórias Pertinentes e Legislação Complementar.

4.1 Conceito. Evolução histórica. Classificação do crédito público.

4.2 Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.

4.3 Créditos compulsórios, créditos voluntários e Crédito forçado.

4.4 Crédito público na Constituição Federal. O crédito externo. Considerações gerais. FMI e BIRD.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz

de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Ebook MB.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. 15. ed. Barueri: Atlas, 2025.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 9 ed. Barueri: Atlas, 2023. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro**. 11 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Ebook MB.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 19 ed. Barueri: Atlas, 2024. Ebook MB.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto Moraes. **Direito financeiro e econômico**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Ebook MB.

MORAES, Guaracy do Nascimento et al. **Direito financeiro**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Ebook MB.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro - 26ª Edição 2025**. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: LIBRAS			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128250	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P1-Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética.

Competências que a disciplina contribui para formar:

Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural

Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão

EMENTA

Fundamentos históricos, socioculturais e definições referentes à língua de sinais. Legislação e conceitos sobre língua e linguagem. Aspectos comunicativos corporais. Interação, sociedade e surdez. Processo de inclusão dos surdos quanto aos aspectos biológicos, pedagógicos e psicossociais.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Aspectos Históricos, Conceituais e Sociais. Estudos Linguísticos. Surdez e Interação. Língua de Sinais: Saberes e Fazeres.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apropriar-se de conceitos e princípios norteadores da Libras, com vistas a estabelecer comunicação básica entre ouvintes e surdos por meio de processos específicos e de gêneros dramáticos e programáticos utilizados na linguagem cotidiana.

COMPETÊNCIAS

Interagir com surdos através de técnicas da Língua Brasileira de Sinais.

Desenvolver métodos que proporcionam interação direta entre surdos/ouvintes sem a presença de Intérpretes.

Utilizar o raciocínio rápido no processo de comunicação entre pessoas com surdez.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Aspectos Históricos, Conceituais e Sociais.

1.1 Língua Brasileira de Sinais: uma conquista histórica

1.2 Surdez: conceitos, causas e políticas de prevenção

1.3 Desenvolvimento da linguagem

1.4 Noções de Libras

Conceito-Chave 2: Estudos Linguísticos

2.1 A Prática de Libras

2.2 Escrita de sinais

2.3 Características fonológicas

2.4 Noções de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Surdez e Interação.

3.1 História da Educação de Surdos

3.2 Propostas educacionais e sociais direcionadas à pessoa surda

3.3 Introdução a Pedagogia Bilíngue

3.4 Marcações da Identidade e Diferença no Espaço Escolar

Conceito-Chave 4: Língua de Sinais: Saberes e Fazeres.

4.1 Libras como língua natural e Português como segunda língua

4.2 Aquisição e desenvolvimento da linguagem para crianças surdas

4.3 Estágio de Interlíngua na Aprendizagem de Libras

4.4 Produção e Tradução de Materiais Didáticos para o Ensino de Surdos

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a disciplina é semipresencial, pautada nos princípios de flexibilidade, interação, autonomia e cooperação. Está apoiada na utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que serve de importante mediação tecnológica para os diversos atores do processo ensino-aprendizagem (professor regente, professor tutor virtual,

alunos e técnicos de suporte), ao facilitar suas interações, por meio de ferramentas de comunicação (ex: fóruns, videoconferências e mensagens instantâneas) e ao disponibilizar recursos didáticos, tais como documentos institucionais (ex: plano de ensino), conteúdos pedagógicos em diferentes formatos (desafio, infográfico, conteúdo do livro, dica do professor - videoaula, exercícios, na prática, saiba +, vídeos de orientações), atividades avaliativas (ex: avaliação online, medida de eficiência), informações (ex: dados dos professores, tutores e estudantes, bibliografias etc.), instruções (ex: roteiro de estudo), todos elaborados com foco nas necessidades dos estudantes, oportunizando-lhes autonomia, dialogicidade e interatividade, bem como acesso às diversas linguagens, como a textual, visual, hipertextual, audiovisual, iconográfica etc. Para integralizar a carga horária total da disciplina e garantir o desenvolvimento dos saberes necessários, em atendimento aos objetivos de aprendizagem estabelecidos, o estudante, além de realizar, semanalmente, os estudos e atividades previstos no AVA, planejados e organizados visando o cumprimento de 72 (setenta e duas) horas de trabalho acadêmico, também deverá participar dos encontros presenciais, planejados e organizados ao longo do semestre letivo, visando o cumprimento de 8 (oito) horas da disciplina, destinadas aos esclarecimentos de dúvidas e à realização da avaliação presencial. Na metodologia adotada, o estudante terá o suporte pedagógico de tutores presenciais e professores, que irão auxiliá-lo durante o desenvolvimento da disciplina, não somente em encontros presenciais, mas, principalmente, através de fórum de discussões, videoconferências, entre outros recursos de interação disponíveis no AVA. Vale ressaltar que a metodologia adotada utiliza-se de uma estratégia didática, que serve para dinamizar e avaliar a aprendizagem dos estudantes, apresentada na forma de atividade obrigatória, de natureza aplicada, por relacionar os conteúdos da disciplina com situações da vida e/ou profissional, favorecendo à troca de saberes entre os envolvidos e à consolidação dos objetivos de aprendizagem. Todas as atividades desenvolvidas no AVA, encontros presenciais, bem como a avaliação online e a presencial são concebidas e delineadas à luz dos objetivos de aprendizagem definidos no Plano de Ensino e Aprendizagem da disciplina.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ocorrerá de forma não presencial, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, a partir das Medidas de Eficiências, ao longo do processo avaliativo das Unidades de estudo, e a Avaliação Online. Também, da presencial, prova escrita, contendo questões contextualizadas (objetivas e discursivas), com vistas a consolidar a aprendizagem significativa e interativa. A avaliação da aprendizagem será composta de 2 formas: Unidade I: Medida de eficiência - 2,0 (pontos) + Avaliação Online - 8,0 (pontos); Unidade II: Medida de Eficiência- 2,0 (pontos) e Prova Presencial – 8,0 (pontos). As avaliações estarão delineadas pelas competências e habilidades da disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, Regina Maria; SILVESTRE, Núria. **Educação de Surdos: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summus, 2007.

PINTO, Daniel Neves. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Aracaju: Unit, 2018.

COMPLEMENTAR

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello. (Org.). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019.

MOURA, Maria Cecília de; VERGAMINI, Sabine A. A.; CAMPOS, Sandra R. L. de. **Educação para Surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos, 2008.

PINTO, Daniel Neves, CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais Instrumento de Avaliação**. ArtMed, 04/2011. VitalSource Bookshelf Online.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 3. reimp. São Paulo, SP: Pearson, 2013.

PERIÓDICOS

Periódico eletrônico: **Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras**. Disponível: <http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br>; Acesso em 11 abr. 2014.

Revista Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação Departamento de Educação Especial. Santa Maria. Quadrimestral a partir de 2009. Continuação, a partir de 2004, de Cadernos de Educação Especial, ISSN: 1808-270X.

ACESSO VIRTUAL

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Disponível em: <http://www.ines.gov.br>;

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128268	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- Instrumentalização teórico-metodológica sobre a educação e as relações Étnico-Raciais;

EMENTA

Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, Diferença. Compreender os grupos étnicos minoritários e processos de colonização e pós-colonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Etnia/Raça

e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. As etnociências na sala de aula. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Ética nas relações étnico-raciais. Cultura e diversidade. Etnia e Diversidades étnico-raciais. Estrutura social e desigualdades étnicas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Contribuir para mudança do ponto de referência do aluno para pensar o outro, o diferente, percebendo a complexidade de outras formações e práticas culturais.

COMPETÊNCIAS

- Compreender as diversas práticas culturais dentro de uma lógica própria;
- Construir seus próprios parâmetros, a partir da percepção de que a nossa cultura é apenas uma das formas possíveis de perceber e interpretar o mundo e que todas as culturas são igualmente válidas e fazem sentido para seus participantes;
- Promover ações afirmativas para os afrodescendentes e indígenas;
- Produzir conhecimentos e material acadêmico como suporte para ações de educação afirmativa.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1: Ética nas relações étnico-raciais

1.1 Ética e questões étnicas

1.2 Educação multicultural e diretrizes básicas da lei brasileira

1.3 Formação sociocultural do Brasil

1.4 Relações étnico-raciais, ensino de História e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena

Conceito chave 2: Cultura e diversidade

2.1 Cultura e multiculturalismo

2.2 Diversidade e educação

2.3 Os grupos como lugar de produção da ideologia

2.4 A Cultura Brasileira como miscigenação

UNIDADE II

Conceito chave 3: Etnia e Diversidades étnico-raciais

3.1 Racismo e formação das identidades étnicas.

3.2 Políticas públicas voltadas às populações indígena e quilombola

3.3 Relações étnico-raciais no Brasil.

3.4 Etnia e raça.

Conceito chave 4: Estrutura social e desigualdades étnicas.

4.1 Desigualdades étnico-raciais.

4.2 Desigualdades étnico-raciais e sociais.

4.3 Desigualdade, diversidade e direitos no Brasil contemporâneo

4.4 O xenofobismo brasileiro

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BARROSO, Priscila Farfan. **Antropologia e Cultura**. Porto Alegre. SAGAH, 2018.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Geral do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Nova Edição**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

COMPLEMENTAR

BARROSO, Priscila Farfan. **Estudos culturais e antropológicos**. Porto Alegre. SAGAH, 2018.

BAUER, Caroline Silveira. **História do Brasil Colônia**. Porto Alegre. SAGAH, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Nunes. **Antropologia - Uma Introdução**. 8 ed. São Paulo. Atlas, 2019.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao Novo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WITTMANN, Luisa Tombini (organizadora). **Ensino de História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128276	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C8 - Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Criminologia como ciência: objeto e método. Criminologia, Direito Penal e Política criminal. A etapa pré-científica da criminologia. A criminologia do ato: biocriminologia, psicologia criminal e sociologia criminal. O exame criminológico. A criminologia da Reação Social. Vitimologia. Formas de prevenção ao delito e política criminal.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Criminologia como Ciência. Estudos sobre a sociedade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno por meio de diferentes atividades a visualização, compreensão e discussão sobre as implicações decorrentes dos diferentes modelos de política criminal em disputa na atualidade.

COMPETÊNCIAS

- Resgatar a matriz de pensamento que dá origem ao Direito Penal na modernidade;
- Fundamentar a partir do aporte criminológico vários dos institutos presentes na teoria do crime e na teoria da pena;
- Desenvolver o pensamento crítico, como forma de recusa aos discursos oficiais acerca do crime e da criminalidade;
- Avaliar a eficácia do Direito Penal como forma de resolução dos conflitos humanos;
- Ter capacidade para os discursos acerca do crime e da pena;
- Compreender acerca do funcionamento do sistema de justiça criminal;
- Exercitar de forma consciente o seu papel social, enquanto ator do sistema de justiça criminal;
- Defender as liberdades e garantias fundamentais dos seres humanos tomando por fundamento uma base ética e não necessariamente normativa.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Criminologia como ciência I.

1.1 Conceito e definição.

1.2 Métodos e objetos.

1.3 Vitimologia. Antecedentes remotos e próximos da criminologia.

Conceito-Chave 2: Criminologia como ciência II

2.1 Escola Clássica.

2.2 Positivismo.

2.3 Criminologia e Direito Penal, política criminal, estatística criminal e Direito Penitenciário.

2.4 Biocriminologia.

2.5 Psicologia criminal.

2.6 O Fato Social e a Criminalidade.

2.7 Fatores sociais da criminalidade.

2.8 Modelos teóricos Sociologicistas: Teorias Multifatoriais.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Estudo sobre a Sociedade I

3.1 Escola de Chicago

3.2 Teorias Estrutural-Funcionalistas

3.3 Teorias do Conflito e Teorias Subculturais.

3.4 Teorias do Processo Social.

3.5 Teorias do Etiquetamento

3.6 Teorias Socialistas.

3.7 Controle Social.

Conceito-Chave 4: Estudo sobre a Sociedade II

3.1 Modelos de Prevenção.

3.2 Programas de Prevenção.

3.3 Críticas às Teorias Sociológicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

GONZAGA, Christiano. **Manual de Criminologia**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

COMPLEMENTAR

ANDRADE, Anezio Rosa de; MEDEIROS, Diogo B. **Criminologia Decifrada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book

VEIGA, Marcelo. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Método, 2022.

FERREIRA, Carolina Costa (org.). **Macrocriminalidade e sistema de justiça criminal: debates criminológicos e doutrinários**. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2014. 126 p.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **Introdução ao direito penal: criminologia, princípios e cidadania**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 256 p.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: DIREITO ECONÔMICO			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128284	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P1: Formação generalista, humanista e axiológica, desenvolvendo atitude reflexiva, crítica e ética. (Curso Direito).

Competências que a disciplina contribui para formar:

C1: Compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos, filosóficos, psicológicos, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito.

EMENTA

Economia: fundamentação teórica, objeto e método. História do pensamento econômico. Relação entre Direito e Economia. Noções de microeconomia e de macroeconomia. A função do Direito no desenvolvimento socioeconômico. O Estado contemporâneo e a economia nacional. Economia global, sociedade, direito e governos. Globalização e os novos mecanismos tecnológicos, reflexos da quarta revolução industrial na economia, no direito e na sociedade. Novos perfis profissionais incorporados pelo mercado.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Economia: fundamentação teórica, objeto e método. Relação entre a economia e o direito. Economia, direito, ética e sociedade.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender o contexto de formação e desenvolvimento da economia estabelecendo relação entre o Direito, a sociedade e a política, a fim de refletir e agir sobre o contexto econômico contemporâneo que exige um novo perfil de atuação do profissional do direito.

COMPETÊNCIAS

- Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- Conhecer, compreender e saber aplicar os conceitos e técnicas do Direito Econômico em situações reais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1 - Teoria Geral do Direito Econômico.

1. Direito Econômico: Conceito. Autonomia e relacionamento com os demais ramos do direito.
2. Estado e economia. Os grandes sistemas econômicos: capitalismo e socialismo. Modelos econômicos: Estado liberal ou mínimo, Estado interventor.
3. Os princípios da economicidade e eficiência.

4. Fontes do Direito econômico

Conceito chave 2 - Direito Constitucional Econômico.

5. Constituição econômica. Constituição econômica formal. Normas programáticas. As primeiras Constituições a incorporarem normas econômicas. As Constituições econômicas no Brasil.

6. A ordem econômica na Constituição Federal de 1988: Fundamentos, finalidades e princípios da ordem econômica. Intervenção direta e indireta.

7. Atuação Indireta do Estado na Ordem Econômica: Configuração de um Estado regulador. Natureza da atuação. Regulação e poder de polícia. Competência regulatória. As finalidades da regulação. Repressão ao abuso do poder econômico (trustes, cartéis e dumping). Controle de abastecimento. Tabelamento de preços.

8. As agências reguladoras (natureza e regime jurídicos, características, legislação específica nos setores de regulação, atividades, limites à autonomia etc.).

UNIDADE II

Conceito chave 3 - Atuação Direta do Estado na Ordem Econômica

9. O desempenho direto da atividade econômica propriamente dita.

10. Os pressupostos da atuação direta. Estado executor. A submissão ao regime de direito público.

11. As empresas do Estado (criação e extinção, regime jurídico, privilégios fiscais, empresa pública e sociedade de economia mista).

12. Monopólio Estatal (natureza jurídica, privilégios e atividades monopolizadas).

Conceito chave 4 - Direito da Concorrência.

13. Livre iniciativa e livre concorrência. Monopólio estatal e serviço público.

14. Proteção Constitucional à Livre Iniciativa. Iniciativa Econômica Pública, Iniciativa Econômica Privada e Iniciativa Econômica Cooperativa.

15. Defesa da concorrência e bem-estar do consumidor. Mercado relevante. Conceito de poder econômico e seu abuso.

16. A Lei de Defesa da Concorrência - Lei 12.529/2011. Sistema brasileiro de defesa da concorrência. CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed. São Paulo: Forense, 2021. Ebook MB.

PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. Barueri: Atlas, 2022.

DOMINGUES, Juliana Oliveira; GABAN, Eduardo Molan. **Direito antitruste**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro** - 26ª Edição 2025. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book

CURY, Rogério. **Direito Penal Econômico**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. E-book

SILVEIRA. Paulo Burnier da. **Direito da Concorrência**. São Paulo, SP: Forense, 2020. Ebook MB

YEUNG, Lucana. **Análise econômica do direito: temas contemporâneos**. São Paulo: Actual, 2020. Ebook MB.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito Concorrencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

13.12 OPTATIVAS II

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito da Criança e do Adolescente			
	CÓDIGO	CR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
	H120330	04	9º	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Cód. Acervo Acadêmico – 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

C7 Compreender as relações cíveis, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do Direito.

C11. Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

C12. Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

EMENTA

Direito da Criança e do Adolescente. Poder Familiar. Guarda. Tutela e Adoção. Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente. Medidas aplicáveis aos pais e responsáveis. Crimes e infrações praticadas contra e pelas crianças e adolescentes. Responsabilidade Civil dos pais pelos atos praticados pelos filhos. Conselho Tutelar. Prática de Ato infracional.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direito Internacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Sistema de controle dos direitos humanos da criança e do adolescente. Do Procedimento. Da Prevenção Judiciária.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Adquirir uma base normativa e doutrinária para a compreensão da relevância dos direitos humanos de crianças e adolescentes, particularmente da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do adolescente e seu impacto no ordenamento jurídico brasileiro.

COMPETÊNCIAS

- Conhecer os direitos fundamentais da pessoa humana, em especial os da Criança e Adolescente, traduzidos nas Convenções e leis Nacionais e internacionais.
- Conhecer o sistema de fontes normativas dos direitos das crianças e sua aplicação em sede jurisdicional.
- Compreender os princípios e normas fundamentais que derivam deste sistema de fontes.
- Compreender as particularidades da criança e do adolescente como sujeito de direitos em desenvolvimento, a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Direito Internacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Declaração de Genebra – Carta da Liga sobre a Criança de 1924.

Declaração dos Direitos da Criança de 1959.

Convenção dos direitos da Criança de 1989.

Conceito-Chave 2: Sistema de controle dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Princípios. Direitos fundamentais.

Direito à convivência da família e comunitária.

Família substituta.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Do Procedimento.

Guarda e tutela. Adoção.

Medidas de proteção.

Ato infracional.

Direitos individuais.

Conceito-Chave 4: Da Prevenção Judiciária.

Garantias processuais.

Medidas socioeducativas.

Medidas pertinentes aos pais e responsáveis. Autorização para viajar.

Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia, Defensoria Pública e Conselho Tutelar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz

de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coordenação). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 17 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. Ebook MB.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2020.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogerio Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069/90, comentado artigo por artigo**. 12. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2020.

COMPLEMENTAR

FREIRE, Muniz. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2022. (Coleção Método) Ebook MB.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez Editora, 2024. Ebook MB.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2023. Ebook MB.

SOUZA, Andrea Sant'ana Leone; FERRARO, Angelo Viglianisi; FILHO, Eduardo Tomaseviciu; **Estatuto da Criança e do Adolescente: entre a efetividade dos direitos e o impacto das novas tecnologias**. São Paulo: Editora Almedina, 2022. Ebook MB.

MACIE, Katia Regina Ferreira Lobo A. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas			
	DISCIPLINA: Direito Eleitoral			
	CÓDIGO	CR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
	H117282	04	9º	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Cód. Acervo Acadêmico – 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

- Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

- Competências que a disciplina contribui para formar:

C9 Compreensão das relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

C11 Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Direito Eleitoral: conceito e relação com outras ciências. Fontes do Direito Eleitoral. Bases essenciais do sistema democrático-representativo. Partidos Políticos. Sufrágio. Sistemas

Eleitorais. Condições de Elegibilidade. Inelegibilidades. Abuso de Poder. Lei das Eleições. Estrutura da Justiça Eleitoral Brasileira. Processo Eleitoral e Ações Eleitorais.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Direito Eleitoral: generalidades e Sistemas Eleitorais. Processo Eleitoral e Ações Eleitorais

OBJETIVO

Examinar criticamente diversos temas de direito eleitoral, na perspectiva da compreensão da sua articulação com o regular funcionamento do sistema democrático-representativo.

COMPETÊNCIAS

-Refletir de forma crítica na busca dos fundamentos dos conteúdos do Direito Eleitoral e sua interdisciplinaridade.

-Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito Eleitoral, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

-Compreender o contexto histórico e razões sociais e econômicas, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade, e no processo de sufrágio e representação do povo, buscando a efetiva justiça e a preservação da dignidade humana, preconizando as garantias fundamentais insertas na Constituição.

-Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, a dignidade humana e o respeito às normas constitucionais de pacificação social.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I:

Conceito chave 1: Direito Eleitoral

1. Democracia, cidadania e eleições.
2. Conceito de Direito Eleitoral.
3. Relação com outras ciências.
4. Fontes.

Conceito chave 2: Bases essenciais do sistema democrático-representativo

1. Sufrágio e Partidos Políticos
2. Sistemas Eleitorais
3. Condições de Elegibilidade
4. Inelegibilidades

UNIDADE II:

Conceito chave 3: Organização da Justiça Eleitoral e Processo Eleitoral

1. Organização da Justiça Eleitoral: organograma e estrutura.
2. Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).
3. Abuso de Poder.
4. Processo Eleitoral.

Conceito chave 4: Ações Eleitorais

1. Tipicidade.

2. AIJE (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) e AIME (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo).
3. AIRC (Ação de Impugnação de Registro de Candidatura) e RECD (Recurso Contra Expedição de Diploma).
4. Representações eleitorais em geral.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os propósitos da disciplina, serão desenvolvidas aulas contextualizadas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão. Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais: seminários, debates, mapas conceituais, pesquisas, atividades online, com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave (1, 2, 3 e 4) serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de games, seminários, estudo de caso, mapas conceituais,

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

As atividades didático/pedagógicas serão desenvolvidas por meio de aulas contextualizadas, seguidas de debates, questionamento, reflexões e contextualização, com a utilização de recursos tecnológicos priorizando as ferramentas Google.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautada na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência, levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno nas atividades realizadas durante cada unidade e descritas no Memorial de Avaliação, corresponde a 20% da nota da unidade.

Adotando –se para sua aplicação, estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

FREITAS, Luciana Fernandes de. **Direito eleitoral**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 20 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2024. Ebook MB.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de direito eleitoral**. 8 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

REIS, Marlon. *Direito Eleitoral (Coleção Esquemático)*. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

CHIMENTI, Ricardo C. *Sinopses Jurídicas v 29 - Direito eleitoral*. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book.

ROLLO, Alexandre Luís M. *Direito Processual Eleitoral: Ações Cíveis Eleitorais por descumprimento da Lei das Eleições*. (Coleção direito eleitoral). Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book.

VELLOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber de M. *Direito eleitoral - crimes eleitorais*. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book.

VELLOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber de M. *Direito eleitoral - propaganda eleitoral*. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: TRIBUTOS EM ESPÉCIE			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123851	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

C9 - Compreender as relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Tributo: Contextualização. Espécies tributárias. Incidência e obrigação tributária. Tributos em espécie. Impostos. Contribuições Sociais. Simples Nacional. Reforma Tributária, seus efeitos e novas espécies tributárias.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tributos - Contextualização, Espécies Tributárias, Incidência e Obrigação. Tributos em Espécie - Impostos sobre propriedade. Tributos em Espécie - Imposto sobre Propriedade, Renda, Faturamento e Consumo. Tributos em Espécie -

Serviços, Industrialização, Comércio, Operações financeiras. Reforma Tributária, seus efeitos e novas espécies tributárias.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Estudar as noções fundamentais do Direito Tributário (como conceito de tributo e suas espécies, fontes, regras de aplicação, interpretação e integração das normas tributárias e regra-matriz de incidência tributária), fazendo uma análise aprofundada dos principais tributos presentes no sistema tributário nacional.

COMPETÊNCIAS

- Conhecer e compreender os principais tributos do país.
- Diferenciar e caracterizar os institutos, formas e conceitos pertinentes à parte especial dos tributos
- Saber aplicar o conhecimento em situações práticas que envolvam as atividades profissionais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

Conceito-Chave 1: Tributos - Contextualização, Espécies Tributárias, Incidência e Obrigação.

As Funções e Conceitos de Tributo.

Espécies tributárias: Impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Espécies tributárias: Empréstimo Compulsório. Contribuições Especiais.

Regra - Matriz de incidência e Obrigação tributária.

Conceito chave 2: Tributos em Espécie - Impostos sobre propriedade.

Imposto sobre a Propriedade - IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano.

Imposto sobre a Propriedade - ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural.

Imposto sobre a Propriedade - IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

Tributação sobre a Transferência de Patrimônio - ITBI - Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis.

Conceito chave 3: Tributos em Espécie - Imposto sobre Propriedade, Renda, Faturamento e Consumo.

Tributação sobre a Transferência de Patrimônio - ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação.

Tributação sobre a Renda - Imposto sobre a Renda - Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Contribuições Sociais sobre Faturamento e Lucro - PIS, COFINS, CSLL.

Tributação sobre o Consumo - ICMS - Mercadorias e Serviços

Conceito chave 4: Tributos em Espécie - Serviços, Industrialização, Comércio, Operações financeiras.

Tributação sobre Serviços de qualquer natureza - ISS.

Tributação sobre a Industrialização e Comércio Exterior -IPI, II e IE.

Tributação sobre Operações Financeiras - IOF.

Simple Nacional.

Conceito-Chave 5: Reforma Tributária, seus efeitos e novas espécies tributárias.

17. Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº. 132/2023) e seus efeitos.

18. Novas espécies tributárias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o

uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. 15. ed. Barueri: Atlas, 2025.

COMPLEMENTAR

GAMA, Clairton Kubassewski. **Imposto de renda: modelo atual e perspectivas para a reforma tributária**. São Paulo: Almedina, 2023.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: TÓPICOS AVANÇADOS NO DIREITO II			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128292	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Tópicos avançados para resolução de problemas jurídicos. Tópicos avançados em Ética Profissional: Direitos e Prerrogativas da Advocacia, Infrações e Sanções Disciplinares, Sociedade de Advogados(as), Honorários Advocatícios. Tópicos avançados em Direito Penal: Legislação Penal Especial, Crimes contra a vida, Tipicidade, Princípios basilares. Tópicos avançados em Direito Processual Penal: Inquérito Policial, Ação Penal, Competência no Processo Penal e Provas no Processo Penal. Tópicos avançados em Direito Empresarial:

Direito Societário, Falência e Recuperação Judicial, Títulos de Crédito, Contratos Empresariais.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tópicos avançados em Ética Profissional. Tópicos avançados em Direito Penal. Tópicos avançados em Direito Processual Penal. Tópicos avançados em Direito Empresarial.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Possibilitar a compreensão do estudante acerca de temas avançados e aprofundados nas áreas de Ética Profissional, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Empresarial, com vistas à solução de casos de variados graus de complexidade, reais ou simulados.

COMPETÊNCIAS

Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Tópicos avançados para resolução de problemas jurídicos. Tópicos avançados em Ética Profissional: Direitos e Prerrogativas da Advocacia, Infrações e Sanções Disciplinares, Sociedade de Advogados (as), Honorários Advocatícios. Tópicos avançados em Direito Penal: Legislação Penal Especial, Crimes contra a vida, Tipicidade, Princípios basilares.

Tópicos avançados em Direito Processual Penal: Inquérito Policial, Ação Penal, Competência no Processo Penal e Provas no Processo Penal. Tópicos avançados em Direito Empresarial: Direito Societário, Falência e Recuperação Judicial, Títulos de Crédito, Contratos Empresariais.

Conceito-Chave 1: Tópicos avançados em Ética Profissional.

1.1 Direitos e Prerrogativas da Advocacia

1.2 Infrações e Sanções Disciplinares

1.3 Sociedade de Advogados(as)

1.4 Honorários Advocatícios

1.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

Conceito-Chave 2: Tópicos avançados em Direito Penal

2.1 Princípios basilares do Direito Penal

2.2 Legislação Penal Especial

2.3 Crimes contra a vida

2.4 Tipicidade

2.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Tópicos avançados em Direito Processual Penal.

3.1 Inquérito Policial

3.2 Ação Penal

3.3 Competência no Processo Penal

3.4 Provas no Processo Penal

3.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

Conceito-Chave 4: Tópicos avançados em Direito Empresarial.

4.1 Direito Societário

4.2 Falência e Recuperação Judicial

4.3 Títulos de Crédito

4.4 Contratos Empresariais

4.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente

para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro, volume único. 21 ed. Rio de Janeiro Forense 2025. Ebook.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Claudia. **Direito empresarial. Barueri: Atlas**, 2024.

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo; NEVES, Karina Penna; BEIJATO JUNIOR, Roberto. **Estatuto da advocacia e Código de ética e disciplina da OAB comentados**. 8. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Método, 2023.

KRUG, Pamela. **Ética e estatuto da OAB**. 2. ed., rev., atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. **Direito processual penal**. 22. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2025. Ebook MB.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E JUIZADOS			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126818	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar.

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar.

C10 - Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito;

C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito;

C12 - Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos (Nova DCN, Portaria do Enade 443/2018).

EMENTA

Procedimentos especiais. Consignação em pagamento, ação de exigir contas, ações possessórias. Inventário e partilha, embargos de terceiros, oposição. Ações de família, arbitragem, procedimento monitório. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Juizados Especiais Cíveis. Fundamento, natureza e princípios. Competência. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Procedimento. Tutela Executiva. Cumprimento de sentença. Liquidação de sentença. Processo de execução: execução em geral; espécies de execução; embargos à execução; suspensão e extinção do processo de execução. Tutela executiva nos Juizados Especiais Cíveis.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Procedimentos especiais. Tutela Executiva. Processo de execução. Cumprimento de sentença. Tutela executiva nos Juizados Especiais Cíveis.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Levar o aluno a compreender os diversos tipos de procedimentos possíveis para o desenvolvimento de um processo e sua importância para a efetivação de direitos, promovendo a reflexão quanto à relação teoria/prática, sempre visando à formação de profissionais críticos, com sólida base teórica e com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

COMPETÊNCIAS

Compreensão das relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito;

Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito;

Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos (Nova DCN, Portaria do Enade 443/2018).

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

I UNIDADE

Conceito Chave 1 – Tutela Executiva

1. Tutela cognitiva x tutela executiva;
2. Formas executivas;
3. Princípios da execução e Disposições gerais sobre o processo de execução: legitimidade, competência, pressupostos processuais (gerais e específicos);
4. Responsabilidade patrimonial e Fraude à execução;

Conceito Chave 2 – Tutela Executiva Nos Juizados Especiais Cíveis

1. Peculiaridades da Execução nos Juizados Especiais Cíveis;
2. Peculiaridades da Execução nos Juizados Estaduais;
3. Peculiaridades da Execução nos Juizados Federais;
4. Peculiaridades da Execução nos Juizados da Fazenda Pública.

II UNIDADE

Conceito Chave 3 – Processo Autônomo De Execução (Execução De Título Extrajudicial)

1. Espécies de execução: execução para entrega de coisa (certa ou incerta); execução das obrigações de fazer ou de não fazer; execução por quantia certa; execução de obrigação de prestar alimentos; execução contra a Fazenda Pública;
2. Embargos à execução;

3. Penhora e Expropriação patrimonial;
4. Suspensão e extinção do processo de execução.

Conceito-Chave 4 - Procedimentos especiais.

1. Consignação em pagamento, ação de exigir contas, ações possessórias.
2. Inventário e partilha, embargos de terceiros, oposição.
3. Ações de família, arbitragem, procedimento monitorio.
4. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 27 ed. Barueri [SP]: Atlas, 2024. Ebook MB.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**, v. 1. 14. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, v. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. 65. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento**. 22 ed. Salvador, BA: PODIVM, 2020. v. 1.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Esquematizado - Direito processual civil**. Coord. Pedro Lenza. 15 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil: volume único**. 15 ed. rev. atual. São Paulo, SP: JusPODIVM, 2023. ISBN: 9788544241264.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 6. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H123886	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C8 - Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Estatuto do Desarmamento, tortura, terrorismo e Lei de Drogas. Contravenções penais, abuso de autoridade, crimes de trânsito e infrações previstas no Código de Defesa do Consumidor. Organizações Criminosas, Crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro nacional e crimes de lavagem ou ocultação de bens. Crimes hediondos, crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e Tráfico de Pessoas.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): (1) Estatuto do Desarmamento, tortura, terrorismo e Lei de Drogas. (2) Contravenções penais, abuso de autoridade, crimes de trânsito e infrações previstas no Código de Defesa do Consumidor. (3) Organizações Criminosas, Crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro nacional e crimes de lavagem ou ocultação de bens. (4) Crimes hediondos, crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e Tráfico de Pessoas.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Conhecer a legislação penal especial vigente e sua aplicação.

COMPETÊNCIAS

Compreender os principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à Legislação Penal.

Conhecer as principais teorias sociais relacionadas ao Direito Penal.

Solucionar casos concretos relacionados aos temas estudados e à legislação em vigor.

Ter aptidão para aplicar os conhecimentos adquiridos em Direito Penal

Adquirir os conhecimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais referentes à legislação, principalmente as de maior incidência nos dias atuais, possibilitando a aplicação corrente da Lei ao fato em caso de conflito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Estatuto do Desarmamento, tortura, terrorismo e Lei de Drogas.

1.1 Estatuto do desarmamento (Lei nº. 10.826/2003)

1.2 Crimes de Tortura (Lei nº. 9.455/77)

1.3 Terrorismo (Lei nº. 13.260/2016)

1.4 Lei de Drogas (Lei nº. 11.343/2006): dos crimes e das penas

Conceito-Chave 2: Contravenções penais, abuso de autoridade, crimes de trânsito e infrações previstas no Código de Defesa do Consumidor.

2.1 Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº. 3.688/1941)

2.2 Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº. 13.869/2019)

2.3 Crimes de Trânsito (Lei nº. 9.503/97): dos crimes de trânsito

2.4 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): Das infrações penais

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Organizações Criminosas, Crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro nacional e crimes de lavagem ou ocultação de bens.

3.1 Organizações Criminosas (Lei nº. 12.850/2013)

3.2 Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo (Lei nº. 8.137/1990).

3.3 Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº. 7.492 /1986).

3.4 Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº. 9.613/98)

Conceito-Chave 4: Crimes hediondos, crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e Tráfico de Pessoas.

4.1 Crimes Hediondos (Lei nº. 8.072/1990)

4.2 Crimes relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº. 11.340/2006)

4.3 Tráfico de Pessoas (Lei nº. 13.344/2016)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz

de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

CAPEZ, Fernando. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: SaraivaJur, 2025. Ebook MB.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial - Coleção Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: SaraivaJur, 2021. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Comentários à Lei de abuso de autoridade**. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook MB.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo penal*. 15 ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2023. Ebook MB.

CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal*. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinicius. *Lei de Drogas: aspectos penais e processuais*. Rio de Janeiro: Método, 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Curso de direito processual penal*. 20 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2023. Ebook MB.

13.13 OPTATIVA III

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Curso Direito			
	DISCIPLINA: DIREITO PORTUÁRIO			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H127164	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.3				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C9 - Compreensão das relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Histórico do Direito Portuário Brasileiro. Lei nº. 12.815, de 05 de junho de 2013, e suas alterações. Da Concessão de Porto Organizado, do Arrendamento de Instalação Portuária e do Uso Temporário de Instalação Portuária. Da Autorização de Instalações Portuárias. Do Poder Concedente. Da Administração do Porto Organizado. Da Operação Portuária. Do Trabalho Portuário. Das Infrações e Penalidades. Decreto nº. 8.033, de 27 de junho de 2013, e suas alterações.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Histórico do Direito Portuário. Exploração dos Portos e Instalações Portuárias. Poder Concedente e Administração do Porto Organizado. Operação Portuária, Trabalho Portuário, Infrações e Penalidades.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender o escopo e a evolução histórica do direito portuário.

COMPETÊNCIAS

- Analisar as relações jurídicas que envolvem o regime dos portos
- Operar o marco regulatório dos portos brasileiros e demais normas correlatas
- Compreender o histórico do direito portuário brasileiro

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Histórico do Direito Portuário.

- 1.1 Origens do Direito Portuário
- 1.2 Evolução histórica do Direito Portuário
- 1.3 Marco Regulatório
- 1.4 Decreto nº. 8.033, de 27 de junho de 2013, e suas alterações.

Conceito-Chave 2: Exploração dos Portos e Instalações Portuárias.

- 2.1 Da concessão de porto organizado, do arrendamento e do uso temporário de instalação portuária
- 2.2 Do Uso Temporário e das Licitações
- 2.3 Da Autorização de Instalações Portuárias
- 2.4 Dos Requisitos para a Instalação dos Portos e Instalações Portuárias
- 2.5 Da Definição da Área de Porto Organizado

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Poder Concedente e Administração do Porto Organizado

- 2.1 Poder Concedente
- 2.2 Administração do Porto Organizado
- 2.3 Das Competências

2.4 Da Administração Aduaneira nos Portos Organizados e nas Instalações Portuárias Alfandegadas

Conceito-Chave 4: Operação Portuária, Trabalho Portuário, Infrações e Penalidades.

4.1 Da Operação Portuária

4.2 Do Trabalho Portuário

4.3 Das Infrações e Penalidades

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- **Prova Contextualizada (PC)**, exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
 - **Medida de Eficiência (ME)**, obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.
- O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

JUCÁ, Paulo R. **Regulação do Setor Portuário**. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. E-book. ISBN 9786556273310. **Ebook MB**.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. Ebook MB.

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 9 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

COMPLEMENTAR

CASELLA, Paulo Borba. **Tratado de Direito Internacional - tomo 1 – Conceitos basilares, domínio terrestre, fluvial e marítimo**. São Paulo: Almedina, 2022.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. 14. ed. Barueri: Atlas, 2024.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito Concorrencial**. 2. Ed. São Paulo: Forense, 2021. **Ebook MB**.

DOMINGUES, Juliana Oliveira; GABAN, Eduardo Molan. **Direito antitruste**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. **Ebook MB**.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed. São Paulo: Forense, 2021. **Ebook MB**.

PERIÓDICOS

Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário (On Line). ISSN : 2236-5338.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: EXECUÇÃO PENAL			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H120348	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C8 - Compreensão das relações criminais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Execução Penal Contemporânea – Visão Constitucional – As Leis de Execução Penal: Federal e Estadual – A realidade prática da Execução Penal – Parcerias entre o Poder Público e a sociedade – Realce das boas práticas na execução da pena, como forma de promoção da reinserção social do apenado – As ações do CNPCP e do CNJ – Princípios e Diretrizes da CONSEG.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Lei de Execução Penal. Evolução histórica. Dos Órgãos da Execução Penal. Execução das Penas em Espécie. Institutos de Execução.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Adquirir os conhecimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais referentes à legislação, possibilitando a aplicação corrente da Lei ao fato, em caso de conflito.

COMPETÊNCIAS

- Compreender os principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais inerentes à Legislação Penal.
- Conhecer as principais teorias sociais relacionadas ao Direito Penal.
- Desenvolver pensamento crítico acerca de temas inerentes ao conhecimento específico.
- Adquirir a capacidade de análise e desenvolvimento de pareceres e trabalhos técnico-profissionais.
- Desenvolver aptidão para aplicar os conhecimentos adquiridos em Direito Penal.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Lei de Execução Penal. Evolução histórica.

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Do Condenado e do Internado

Punição aplicada ao condenado

Punição aplicada ao condenado por falta grave.

Conceito-Chave 2: Dos Órgãos da Execução Penal

Dos Órgãos da Execução Penal

Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Do Juízo da Execução. Do Ministério Público. Da Defensoria Pública. Do Conselho Penitenciário.

Dos Departamentos Penitenciários.

Da Direção e do Pessoal dos Estabelecimentos Penais.

Dos Estabelecimentos Penais.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Execução das Penas em Espécie

Das Penas Privativas de Liberdade: Dos Regimes. Das Autorizações de Saída. Da Remição. Do Livramento Condicional.

Das Penas Restritivas de Direitos.

Da Suspensão Condicional.

Da Pena de Multa.

Da Execução das Medidas de Segurança.

Conceito-Chave 4: Institutos de Execução

Incidentes de Execução

Do Procedimento Judicial

Recurso em execução

Recursos na área de execução

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online, etc...

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 38 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. v. 1. Ebook MB.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do código penal)**. 2. 26. ed. – [2. Reimp.] – Barueri [SP]: Atlas, 2024. Ebook MB.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte geral**. 13 ed. São Paulo Saraiva Jur 2024. Ebook MB.

BRITO, Alexis Couto de. **Execução Penal**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2025. Ebook MB.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 30 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. **Direito processual penal**. 22 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2025. Ebook MB.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de processo penal**. 23 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2024. Ebook MB.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: TUTELA DIFUSA E COLETIVA			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126826	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Tutela Difusa e Coletiva. Direito material e processual coletivo. Transindividualização dos direitos e dos danos, a coletivização das demandas e seus respectivos mecanismos de acesso à Justiça. Evolução histórica e legislativa dos direitos difusos e coletivos. Ações coletivas e

movimentos sociais no contexto dos grupos vulneráveis. Ações e remédios constitucionais de natureza coletiva: Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção Coletivo, Habeas Corpus Coletivo.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Aspectos introdutórios dos direitos difusos e coletivos. Histórico dos Direitos Difusos e Coletivos. Tutela Difusa e Coletiva em espécie. Ações e remédios constitucionais de natureza coletiva.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Compreender os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, com os respectivos mecanismos processuais para a sua proteção.

COMPETÊNCIAS

- Identificar a transindividualização dos direitos, dos danos e a coletivização de demandas.
- Compreender a evolução histórica dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- Operar as ações judiciais destinadas à tutela difusa e coletiva em sentido amplo.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Aspectos introdutórios dos direitos difusos e coletivos

1.1 Contexto dos direitos difusos e coletivos

1.2 Direitos difusos

1.3 Direitos coletivos em sentido estrito

1.4 Direitos individuais homogêneos

Conceito-Chave 2: Histórico dos Direitos Difusos e Coletivos

1.1 Evolução histórica e legislativa dos direitos difusos e coletivos.

1.2 Ações coletivas e movimentos sociais no contexto dos grupos vulneráveis.

1.3 Direitos difusos e coletivos em situações reais

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Tutela Difusa e Coletiva em espécie.

3.1 Tutela Difusa e Coletiva.

3.2 Direito material e processual coletivo.

3.3 Transindividualização dos direitos e dos danos, a coletivização das demandas e seus respectivos mecanismos de acesso à Justiça.

Conceito-Chave 4: Ações e remédios constitucionais de natureza coletiva.

4.1 Ação Popular

4.2 Ação Civil Pública

4.3 Mandado de Segurança Coletivo

4.4 Mandado de Injunção Coletivo

4.5 Habeas Corpus Coletivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias

ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Mello. **Manual de Tutela Coletiva**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Ebook MB.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 11 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. Ebook MB. Virtual

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11 ed. 2023.

COMPLEMENTAR

ANDRADE, Adriano et al. **Interesses difusos e coletivos**. v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: processo coletivo**. 13 ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. 14 ed. Barueri: Atlas, 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 13 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

QUINTAS, Fábio Lima. **Abuso do Direito de Litigar e Tutela Coletiva**. São Paulo: Almedina, 2023.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: TÓPICOS AVANÇADOS NO DIREITO III			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128306	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio das formas consensuais de conflitos, bem como de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e com valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.

Competências que a disciplina contribui para formar:

C11 - Demonstrar raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica, inter-relacionando fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito.

EMENTA

Trib/Fin, Const, Adm, Filosofia, Humanos, Internacional

Tópicos avançados para resolução de problemas jurídicos. Tópicos avançados em Direito Tributário e Direito Financeiro: Limitações constitucionais ao poder de tributar, Obrigação Tributária, Tributos Federais e Leis Orçamentárias. Tópicos avançados em Direito Constitucional: Controle de Constitucionalidade, Remédios Constitucionais, Organização do

Estado, Direitos e Garantias Fundamentais. Tópicos avançados em Direito Administrativo: Bens Públicos, Licitações e Contratos, Intervenção do Estado na Propriedade e Responsabilidade Civil do Estado. Tópicos avançados em Filosofia, Direitos Humanos e Direito Internacional: Filosofia jurídica, Acionamento dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos, Relações Diplomáticas, Contratos Internacionais.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Tópicos avançados em Direito Tributário e Direito Financeiro. Tópicos avançados em Direito Constitucional. Tópicos avançados em Direito Administrativo. Tópicos avançados em Filosofia, Direitos Humanos e Direito Internacional.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Possibilitar a compreensão do estudante acerca de temas avançados e aprofundados nas áreas de Direito Tributário, Direito Financeiro, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Filosofia, Direitos Humanos e Direito Internacional, com vistas à solução de casos de variados graus de complexidade, reais ou simulados.

COMPETÊNCIAS

Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

Compreender as relações processuais, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Tópicos avançados em Direito Tributário e Direito Financeiro.

1.1 Limitações constitucionais ao poder de tributar

1.2 Obrigação Tributária

1.3 Tributos Federais

1.4 Leis Orçamentárias

1.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

Conceito-Chave 2: Tópicos avançados em Direito Constitucional

2.1 Controle de Constitucionalidade

2.2 Remédios Constitucionais

2.3 Organização do Estado

2.4 Direitos e Garantias Fundamentais

2.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Tópicos avançados em Direito Administrativo.

3.1 Bens Públicos

3.2 Licitações e Contratos

3.3 Intervenção do Estado na Propriedade

3.4 Responsabilidade Civil do Estado

3.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

Conceito-Chave 4: Tópicos avançados em Filosofia, Direitos Humanos e Direito Internacional.

4.1 Filosofia Jurídica

4.2 Acionamento dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos

4.3 Relações Diplomáticas

4.4 Contratos Internacionais

4.5 Outros temas relevantes para solução de problemas na área

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2023. Ebook MB.

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. Barueri: Atlas, 2025. Ebook MB.

COMPLEMENTAR

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 11 ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Ebook MB.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia Geral e Jurídica**. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Ebook MB.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: PROCESSO TRIBUTÁRIO			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H126834	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;

Competências que a disciplina contribui para formar:

- C9 - Compreender as relações do Estado e de sua estrutura administrativa, com domínio da terminologia e das categorias jurídicas para aplicação do direito.

EMENTA

Processo Administrativo Fiscal: impugnações e recursos administrativos. Consultas. Fases e efeitos das decisões administrativas. Processo Judicial Tributário: declaratória de inexistência de relação jurídico-obrigacional tributária; anulatória de crédito tributário; repetição de indébito; mandado de segurança em matéria tributária; consignação em pagamento; execução fiscal; embargos à execução fiscal; exceção de pré- executividade.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Processo Administrativo Tributário. Execução fiscal. Processo judicial tributário (meios de defesa). Processo judicial tributário (petições iniciais).

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno um conhecimento o mais abrangente possível sobre as questões que envolvem a cobrança do crédito tributário pela Administração Pública, bem como os mecanismos de defesa, administrativos e judiciais, que dispõe o contribuinte contra uma cobrança indevida, seja por força de vício material ou formal, para que o mesmo possa analisar e identificar o fenômeno tributário com a criticidade e competência necessária para um fator de extrema importância dentro do contexto social.

COMPETÊNCIAS

- Interpretar e aplicar os princípios constitucionais tributários.
- Saber argumentar suas ideias na interpretação do Direito Tributário.
- Saber fundamentar as decisões jurídicas na aplicação da legislação tributária.
- Elaborar Parecer em matéria de Direito Tributário.
- Compreender a correta aplicação do Direito Tributário Processual.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito-Chave 1: Processo Administrativo Tributário.

1.1 Processo Administrativo Tributário: impugnações e recursos administrativos.

1.2 Garantias constitucionais dos contribuintes no processo administrativo tributário

1.3 Controle de constitucionalidade em matéria tributária: controle concreto, súmula vinculante, suspensão da execução da lei pelo Senado e controle abstrato.

1.4 Consultas administrativas.

Conceito-Chave 2: Execução fiscal

2.1 Execução fiscal: requisitos formais e materiais.

2.2 Prescrição intercorrente

2.3 Meios indiretos de cobrança do crédito tributário.

UNIDADE II

Conceito-Chave 3: Processo judicial tributário (meios de defesa).

3.1 Processo judicial tributário.

3.2 Exceção de pré-executividade.

3.3 Embargos à execução fiscal.

Conceito-Chave 4: Processo judicial tributário (petições iniciais).

4.1 Ação declaratória de inexistência de obrigação tributária.

4.2 Ação anulatória de crédito tributário.

4.3 Mandado de Segurança em matéria tributária.

4.4 Ação de consignação em pagamento.

4.5 Ação de repetição de indébito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

MACHADO SEGUNDO, **Hugo de Brito**. **Manual de Direito Tributário**. 14. ed. Barueri: Atlas, 2024.

COMPLEMENTAR

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro:
SRV, 2025. E-book.

 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas			
	DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO			
	Código	Período	Créditos	Carga Horária
	H128314	9º	04	80
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - Código de Acervo Acadêmico 122.1				

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE FORMAÇÃO

Perfil de egresso que a disciplina contribui para formar:

- P2 - Profissional com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais

Competências que a disciplina contribui para formar:

- Conhecimentos sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro;
- Compreensão e problematização acerca da concretização do Desenvolvimento Sustentável.
- Conhecer e compreender o Direito Agrário, sua aplicabilidade e impactos em questões ambientais.

EMENTA

Conceito e Princípios de Direito Ambiental. Educação Ambiental. O Meio Ambiente na Constituição de 1988. Competências constitucionais em matéria ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Meio ambiente, economia e relações sociais. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Direito Agrário. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EPIA/RIMA). Responsabilidade ambiental.

Unidades de Ensino (Conceitos-chave): Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Constituição ecológica. Legislação ambiental. Tutela ambiental e Institutos do Direito Agrário.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar ao aluno os princípios estruturantes do Direito Ambiental, a partir do ordenamento jurídico-constitucional brasileiro inter-relacionando com os conceitos sociológicos, econômicos, filosóficos e de Direitos Humanos, a fim de proporcionar uma visão integrada, interdisciplinar e transversal sobre a proteção socioambiental do meio ambiente.

COMPETÊNCIAS

- Dominar conhecimentos sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro;
- Problematizar as situações acerca da concretização do Desenvolvimento Sustentável.
- Conhecer e compreender o Direito Agrário, sua aplicabilidade e impactos em questões ambientais.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

UNIDADE I

Conceito chave 1: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

1.1 Conceito de meio ambiente e meio ambiente como bem jurídico

1.2 Conceitos fundamentais de direito ambiental

1.3 Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental

1.4 Direitos difusos e coletivos

Conceito chave 2: Constituição ecológica

2.1 Tutela constitucional do direito ambiental

2.2 Princípios do direito ambiental

2.3 Repartição constitucional de competências ambientais: competências legislativas e administrativas

2.4 Política nacional do meio ambiente e sistema nacional do meio ambiente

UNIDADE II

Conceito chave 3: Legislação ambiental

3.1 Relatório de impacto ambiental (rima): conceitos, aplicabilidade, análise e discussão

3.2 Sistema nacional de unidades de conservação (Snuc)

3.3 Proteção jurídica dos recursos hídricos. Direito ambiental internacional

3.4 Código florestal (Lei nº 12.651/12): reserva legal e áreas de preservação permanente

Conceito chave 4: Tutela ambiental e Institutos do Direito Agrário

4.1 Tutela civil ambiental

4.2 Tutela penal ambiental

4.3 Introdução ao estudo do Direito Agrário.

4.4 Institutos Jurídicos do Direito Agrário e suas Aplicabilidades. Direito Aplicado ao Agronegócio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas contextualizadas, onde serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, que permitam a integração do estudante e efetivação do desenvolvimento das competências propostas, com aplicação de metodologias ativas, uma vez que o processo de aprendizagem centra-se no estudante e no desenvolvimento das competências requeridas pela profissão.

Para tanto, serão desenvolvidos os três movimentos da competência a saber: domínio teórico, aplicação e problematização.

Para o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos que promovam o domínio e a reflexão dos conceitos, serão realizados trabalhos em grupo e individuais com o apoio da exposição do docente.

Para a aplicabilidade de todos os conceitos – chave, serão utilizados todos os recursos didáticos e tecnológicos oferecidos pela Universidade e capacidade metodológica do docente para realização de vídeos, seminários, estudo de caso, mapas conceituais, debates, pesquisas, atividades online etc.

A problematização do conhecimento terá caráter integrador e interdisciplinar na formulação de hipóteses a partir de valores científicos e éticos, que levem à compreensão do conhecimento adquirido.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua ao longo de cada uma das unidades avaliativas, sendo pautadas na participação do discente. Objetiva mensurar as competências previstas na matriz de referência levando em consideração o domínio teórico, a aplicação do conhecimento e o uso de problemas que preferencialmente adotem uma perspectiva multidisciplinar, sendo utilizados diferentes instrumentos avaliativos em cada unidade os quais compreendem a:

- Prova Contextualizada (PC), exame escrito e individual, constituído de questões contextualizadas e que correspondem a 80% da nota.
- Medida de Eficiência (ME), obtida através da verificação do rendimento do aluno em atividades realizadas durante cada unidade, corresponde a 20% da nota da unidade.

O processo de avaliação será contínuo, adotando –se estratégias virtuais de avaliação, que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e primem pela integralização das competências previstas no componente curricular, observando-se os critérios estabelecidos pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 23. ed. Barueri: Atlas, 2023.

HAVRENNE, Michel François Drizul. **Direito agrário**. 1 ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

MATTOS NETO, Antonio José de. **Curso de direito agroambiental brasileiro**. 2 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Esquematizado - Direito ambiental, 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

TREENPOHL, Terence. Manual de Direito Ambiental. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Ambiental. 4ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 20. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BUENO, Francisco de Godoy. Contratos agrários: novas modalidades e cláusulas obrigatórias. São Paulo: Almedina, 2023.



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT

Av. Murilo Dantas, 300 – Farolândia

<https://portal.unit.br/>

Sergipe